

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***“CHILE SERÁ UNA GRAN NACIÓN”:  
PROPAGANDA POLÍTICA E MILAGRE ECONÔMICO  
NA DITADURA CIVIL-MILITAR CHILENA  
(1977-1980)***

ERIC ASSIS DOS SANTOS

**Orientadora:** Samantha Viz Quadrat

Niterói

2018

S237t Santos, Eric Assis dos  
"Chile será una gran nación": propaganda política e milagre econômico na ditadura civil-militar chilena (1977-1980).  
261 f.

Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História - UFF - Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Samantha Viz Quadrat.

Inclui bibliografia.

1. Ditadura - Chile. 2. Propaganda Política.  
3. Milagre econômico. 4. Neoliberalismo. I. Título.

CDD 320.983

# ***Folha de Aprovação***

**“CHILE SERÁ UNA GRAN NACIÓN”: PROPAGANDA POLÍTICA E MILAGRE ECONÔMICO NA DITADURA CIVIL-MILITAR CHILENA (1977-1980)**

Eric Assis dos Santos

Tese submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

## **Aprovada por:**

\_\_\_\_\_ - Orientadora  
Prof. Dr. Samantha Viz Quadrat (UFF)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Elisa Borges (UFF)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Ricardo Antonio Mendes (UERJ)

## **Suplentes:**

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Carlos T. da Silva (UFRJ)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Maria Paula Nascimento Araujo (UFRJ)

**Niterói  
2018**

## ***Agradecimentos***

Várias foram as pessoas e instituições que me auxiliaram, de diversas maneiras, para a conclusão dessa árdua tarefa da conclusão do doutorado. O espaço que me cabe para oferecer-lhes meus agradecimentos é curto diante tamanha contribuição e solidariedade. Sei que posso esquecer-me de alguns, mas saibam que agradeço imensamente por tamanha generosidade, carinho e afeto de todos e todas que estiveram presente nessa jornada.

Primeiramente agradeço à professora Samantha Viz Quadrat pela parceria de todos esses anos. Agradeço por ter despertado em mim o interesse por estudar América Latina e, em especial, o Chile. Agradeço por toda a generosidade, desde a Iniciação Científica, a monografia de conclusão de curso, o mestrado e agora, por essa tese. Sou muito feliz por ter trilhado esse caminho, que em parte, foi apontado por você quando eu, ainda jovem e sem perspectivas do que estudar, decidi aventurar-me pelos caminhos do Cone Sul.

Agradeço também ao amigo Ricardo Freitas por ter sido um importante suporte para a conclusão de minha vida acadêmica. Sempre me encorajando a enfrentar os medos, sempre me acompanhando nos processos de seleção, e acompanhando todas as dificuldades dos últimos anos. Sua presença foi fundamental para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a Bernardo Salinas López, um dos grandes presentes que a a vida e o Chile me proporcionaram. “Gracias” por ter sido o melhor companheiro possível nesses três últimos anos. Obrigado por todo o apoio logístico em Santiago, obrigado por sempre correr atrás dos livros para mim, obrigado por ter sido o meu conforto nesses anos de desafios, angústias e muitas aventuras pelo Chile.

Como não agradecer aos amigos que a UFF me deu? Todos vocês que estiveram comigo, desde 2007, vendo-me sonhar com um Chile que eu jamais pensei em conhecer. Thaís, Daniele, Gustavo, Emanuela, Erika, Talita, vocês caminharam comigo todos esses anos. Obrigado pela amizade e por compartilhar os desafios da vida acadêmica.

Aos amigos que considero minha segunda família, a do imperial Colégio Pedro II, que viveram e sofreram comigo o desafio de trabalhar na educação básica e “ousar” fazer um doutorado. Um abraço especial a Carla, Suelen, Robertha, Gabriel, Thiago, Guilherme, Rafael, Lucas e Julio por darem o suporte necessário nas tantas vezes que necessitei.

Meus sinceros agradecimentos à *Biblioteca Nacional de Chile*. O profissionalismo, o zelo, o cuidado com a coisa pública e o carinho que fui recebido jamais serão esquecidos. Agradeço especialmente a Fernando Echeverria pelo trabalho cotidiano de todas as cópias solicitadas, a Ángela Hernández e a D. José Manuel Sepúlveda, por abrir literalmente as portas da biblioteca para que eu realizasse a pesquisa em plena e legítima greve de seus funcionários em 2016, e por último, e não menos importante, a Soledad Araya, umas das pessoas mais doces e gentis que os caminhos da pesquisa me proporcionaram conhecer. Vida longa à Biblioteca Nacional de Chile!

Agradeço também à *Biblioteca del Congreso Nacional*, ao *Archivo Nacional de la Administración Pública*, ao *Centro de Documentación del Museo de la Memoria*, a *Biblioteca de la Universidad Católica de Chile* (campus San Joaquín) e ao *Instituto Nacional de Estadísticas*. Mais uma vez enfatizo o grau de excelência dessas instituições e a atenção dada a mim para a conclusão da pesquisa.

Agradeço ao professor Pablo Rubio Apiolaza pelas indicações bibliográficas e pelas dicas de pesquisa. Sou muito grato a sua atenção dada a mim e espero que em breve possamos compartilhar mais nossas pesquisas.

Agradeço aos professores que me acompanharam na manufatura dessa tese, especialmente os membros da banca. Todos foram determinantes em minha formação acadêmica, seja por meio de suas aulas ou de seus textos. Meus sinceros agradecimentos aos professores Francisco Carlos e Elisa Borges pelas contribuições do exame de qualificação, e a Adriano de Freixo, Ricardo Mendes e Fabiana Fredrigo pela colaboração na avaliação final desse trabalho.

Agradeço a *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* – CAPES- pelos dois anos de bolsa de estudos concedida, fundamentais para a conclusão da pesquisa viabilizando minhas viagens ao Chile.

Finalmente agradeço a tudo o que o Chile me proporcionou. Não imagino o que seria da minha vida se eu não cruzasse as cordilheiras. Agradeço à história de luta pela qual muitos chilenos e chilenas deram suas vidas.

## ***Resumo***

SANTOS, Eric Assis dos. ***“Chile será una gran nación”***: propaganda política e milagre econômico na ditadura civil-militar chilena (1977-1980). Orientadors: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IH/PPGH, 2018. Tese (Doutorado em História)

A tese debate a relação entre a propaganda política e o projeto da ditadura civil-militar no Chile no período 1977 a 1980. Ao longo do processo de institucionalização de um novo paradigma econômico, pautado pelo neoliberalismo, e de um modelo político que visava a consolidação de uma democracia limitada, visamos compreender quais os mecanismos discursivos utilizados na propaganda oficial como um meio de auxiliar no processo de legitimação da ditadura e das reformas sociais num contexto autoritário. Desse modo, buscamos investigar os limites da ação da propaganda enquanto instrumento de construção de um novo imaginário social que produzisse consenso e adesão às propostas autoritárias do governo de Pinochet e da Junta Militar.

## ***Abstract***

SANTOS, Eric Assis dos. ***“Chile será una gran nación”***: **political propaganda and economic miracle in th chilean civil-military dictatorship**. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IH/PPGH, 2018. Tese (Doutorado em História)

The thesis discusses the relationship between political propaganda and the project of the civil-military dictatorship in Chile from 1977 to 1980. Throughout the process of institutionalizing a new economic paradigm, based on neoliberalism, and a political model aimed at consolidating of a limited democracy, we aim to understand the discursive mechanisms used in official propaganda as a means of assisting in the process of legitimizing dictatorship and social reforms in an authoritarian context. In this way, we seek to investigate the limits of the action of propaganda as an instrument of construction of a new social imaginary that produces consensus and adherence to the authoritarian proposals of the government of Pinochet and the Military Junta.

## ***Resumen***

SANTOS, Eric Assis dos . **“Chile será una gran nación: propaganda política y milagro económico en la dictadura cívico-militar chilena.** Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói: UFF/IH/PPGH, 2018. Tese (Doutorado em História)

La tesis discute la relación entre la propaganda política y el proyecto de la dictadura cívico-militar en Chile desde 1977 hasta 1980. Ao largo del proceso de institucionalización de un nuevo paradigma económico, basado por el neoliberalismo, y de un modelo político em lo cual su objetivo era la consolidación de una democracia limitada, pretendemos comprender cuales son los mecanismos discursivos utilizados en la propaganda oficial como um médio de aporte en el proceso de legitimación de la dictadura y de las reformas sociales em um contexto autoritario. Con esto, buscamos investigar los limites de la acción de la propaganda encunto instrumento de construcción de un nuevo imaginário social que produzca consenso y adhesión a las propuestas autoritárias del gobierno de Pinochet y de la Junta Militar.

## ***Siglas***

**CEPAL** ⇒ Comissão Econômica para a América Latina  
**CNI** ⇒ Central Nacional de Inteligencia  
**COAJ** ⇒ Comité Asesor de la Junta Militar de Gobierno  
**CORFO** ⇒ Corporación de Fomento a la Producción  
**DINA** ⇒ Dirección de Inteligencia Nacional  
**DINACOS** ⇒ Dirección de Comunicación Social  
**DINEX** ⇒ Dirección de información Exterior de Chile  
**DOC** ⇒ División de Organizaciones Civiles  
**ENGM** ⇒ Editora Nacional Gabriela Mistral  
**FEUC** ⇒ Federación de Estudiantes de la Pontificia Universidad Católica de Chile  
**ODEPLAN** ⇒ Oficina de Planificación Nacional  
**ONU** ⇒ Organização das Nações Unidas  
**PC** ⇒ Partido Comunista  
**PDC** ⇒ Partido Demócrata Cristiano  
**PN** ⇒ Partido Nacional  
**PS** ⇒ Partido Socialista de Chile  
**PUC-Chile** ⇒ Pontificia Universidad Católica de Chile  
**SEGEOB** ⇒ Ministerio Secretaría General de Gobierno  
**UP** ⇒ Unidad Popular  
**TVN** ⇒ Televisión Nacional de Chile

## *Abreviaturas\**

**ARNAD**⇒ Archivo Nacional de la Administración Pública

**BN**⇒ Biblioteca Nacional de Chile

**CEDOC**⇒ Centro de Documentación del Museo de la Memoria

**MINEDUC**⇒ Ministerio de la Educación Pública

**MIN**⇒ Ministerio del Interior

---

\* Os documentos extraídos da internet serão acompanhados pelo endereço eletrônico no decorrer do texto.

## Lista de Imagens

- Imagem 1** ⇒ Capa do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **73**
- Imagem 2** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **76**
- Imagem 3** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **76**
- Imagem 4** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **77**
- Imagem 5** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **77**
- Imagem 6** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **78**
- Imagem 7** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **78**
- Imagem 8** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **79**
- Imagem 9** ⇒ Fotografia do livro *Chile Ayer, Hoy*  
ENGM. *Chile Ayer, Hoy*. Santiago, 1975. s.p. **79**
- Imagem 10** ⇒ Fotografia criança e o soldado.  
ENGM. *Septiembre de 1973: los cien combates de una batalla*. Santiago: 1973. p. 15 **84**
- Imagem 11** ⇒ Fotografias dos membros da Junta Militar.

ENGM. 1974: <i>El primer año de la Reconstrucción Nacional</i> . s.p.	87
<b>Imagem 12</b> ⇒ Fotografias do gabinete de governo.	
ENGM. 1974: <i>El primer año de la Reconstrucción Nacional</i> . s.p.	87
<b>Imagem 13</b> ⇒ Fotografia do general Leich.	
ENGM. <i>La Junta de Gobierno frente a la juricidad y los derechos humanos: Discurso pronunciado por el General Leigh el 29 de abril de 1974 em la Universidad Católica de Chile</i> . Santiago, 1974.	90
<b>Imagem 14</b> ⇒ Charge sobre a <i>Marcha de las Cacerolas Vacías</i> .	
DINACOS-PAREDES, Hernán Vergara. <i>Destino Nacionalista de Chile</i> . Santiago: 1976. p.	94
<b>Imagem 15</b> ⇒ Capa do livro <i>La epopeya de las oyas vacías</i> .	
ENGM- LORERO, Teresa Donoso. <i>La epopeya de las oyas vacías</i> . Santiago: 1974.	96
<b>Imagem 16</b> ⇒ Fotografia da manifestação das esposas dos trabalhadores da mina <i>El Teniente</i> .	
ENGM- LORERO, Teresa Donoso. <i>La epopeya de las oyas vacías</i> . Santiago: 1974. p. 64	96
<b>Imagem 17</b> ⇒ Fotografia de protesto feminino e estudantil	
ENGM- LORERO, Teresa Donoso. <i>La epopeya de las oyas vacías</i> . Santiago: 1974. p. 65	96
<b>Imagem 18</b> ⇒ Fotografia do livro <i>Chile Ayer, Hoy</i>	
ENGM. <i>Chile Ayer, Hoy</i> . Santiago, 1975. s.p.	102
<b>Imagem 19</b> ⇒ Fotografia do livro <i>Chile Ayer, Hoy</i>	
ENGM. <i>Chile Ayer, Hoy</i> . Santiago, 1975. s.p.	102
<b>Imagem 20</b> ⇒ Fotografia do livro <i>Chile Ayer, Hoy</i>	
ENGM. <i>Chile Ayer, Hoy</i> . Santiago, 1975. s.p.	106
<b>Imagem 21</b> ⇒ Fotografia do livro <i>Chile Ayer, Hoy</i>	
ENGM. <i>Chile Ayer, Hoy</i> . Santiago, 1975. s.p.	106
<b>Imagem 22</b> ⇒ Fotografia de um camponês.	
ENGM. 1974: <i>El primer año de la Reconstrucción Nacional</i> . s.p.	108
<b>Imagem 23</b> ⇒ Fotografia de mineiros.	
ENGM. 1974: <i>El primer año de la Reconstrucción Nacional</i> . s.p.	108

- Imagem 24** ⇒ Gravuras críticas ao marxismo  
DINACOS-PAREDES, Hernán Vergara. *Destino Nacionalista de Chile*. Santiago: 1976. p. 20. **114**
- Imagem 25** ⇒ Fotografia da Junta Militar no hall principal do Edifício Diego Portales.  
Fotografia de Kena Lorenzini. Disponível em: <http://www.fotografiapatrimonial.cl/p/41186>. **120**
- Imagem 26** ⇒ Folhetos de contra-propaganda  
*La Tercera*. “Comunismo intensifica campaña internacional contra Chile”. Santiago: 26/02/1978. p. 2. **175**
- Imagem 27** ⇒ Fotografia de Pinochet.  
DINACOS. *Jornadas presidenciales 1978-1979*. Santiago: 1979. **182**
- Imagem 28** ⇒ Fotografia de Pinochet na *Pampa salitrera*.  
DINACOS. *Jornadas presidenciales 1978-1979*. Santiago: 1979. **182**
- Imagem 29** ⇒ Ilustração do documento *Conversaciones sobre economía*.  
ENGM- ESCUELA DE NEGÓCIOS DE VALPARAÍSO. *Conversaciones sobre economía*. Santiago: 1974. p. 10. **187**
- Imagem 30** ⇒ Ilustração do documento *Conversaciones sobre economía*.  
ENGM- ESCUELA DE NEGÓCIOS DE VALPARAÍSO. *Conversaciones sobre economía*. Santiago: 1974. p. 50. **190**
- Imagem 31** ⇒ Ilustração do documento *Plan de Recuperación Económica*.  
ENGM. *Plan de Recuperación Económica*. 1975. p.5 **193**
- Imagem 32** ⇒ Ilustração do documento *Plan de Recuperación Económica*.  
ENGM. *Plan de Recuperación Económica*. 1975. p.19 **194**
- Imagem 33** ⇒ Ilustração do documento *Plan de Recuperación Económica*.  
ENGM. *Plan de Recuperación Económica*. 1975. p.47. **194**
- Imagem 34** ⇒ Ilustração do documento *¿Y?... Como vá la economía*.  
DINACOS. *¿Y?... Como vá la economía*. Santiago: 1977. pp.52. **208**
- Imagem 35** ⇒ Ilustração do documento *¿Y?... Como vá la economía*.

DINACOS. <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . Santiago: 1977. pp.54	208
<b>Imagem 36</b> ⇒ Ilustração do documento <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . DINACOS. <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . Santiago: 1977. pp.56.	208
<b>Imagem 37</b> ⇒ Ilustração do documento <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . DINACOS. <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . Santiago: 1977. pp.34.	211
<b>Imagem 38</b> ⇒ Ilustração do documento <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . DINACOS. <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . Santiago: 1977. pp.39-44.	212
<b>Imagem 39</b> ⇒ Ilustração do documento <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . DINACOS. <i>¿Y?... Como vá la economía</i> . Santiago: 1977. pp.82	213
<b>Imagem 40</b> ⇒ Ilustração da campanha <i>Bases sólidas para uma gran nación</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 17/09/1979. p. C7.	221
<b>Imagem 41</b> ⇒ Ilustração da campanha <i>Bases sólidas para uma gran nación</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 15/09/1979. p. C9.	222
<b>Imagem 42</b> ⇒ Ilustração da campanha <i>Bases sólidas para uma gran nación</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 19/09/1979. p. C3.	222
<b>Imagem 43</b> ⇒ Ilustração da campanha <i>Bases sólidas para uma gran nación</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 27/09/1979. p. C5.	222
<b>Imagem 44</b> ⇒ Ilustração da campanha <i>Bases sólidas para uma gran nación</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 13/09/1979. p. C7.	222
<b>Imagem 45</b> ⇒ Campanha da consulta de 1978: <i>Sí a Chile</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 03/01/1978. p. 33.	228
<b>Imagem 46</b> ⇒ Campanha da consulta de 1978: <i>Sí a Chile</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 02/01/1978. p. 13.	228
<b>Imagem 47</b> ⇒ Campanha da consulta de 1978: <i>Sí a Chile</i> . <i>El Mercurio</i> . Santiago: 29/12/1977. p. 33.	228

- Imagem 48** ⇒ Ilustração da campanha *Bases sólidas para una gran nación*.  
*El Mercurio*. Santiago: 105/09/1979. p. 5. **230**
- Imagem 49**⇒ Anúncios comerciais “Saludos al gobierno”.  
*El Mercurio*. Santiago: 11/09/1979. p. C12. **232**
- Imagem 50** ⇒ Anúncios comerciais “Saludos al gobierno”.  
*El Mercurio*. Santiago: 11/09/1979. p. D8. **232**
- Imagem 51** ⇒ Campanha do plebiscito Constitucional: *Sí a la Constitución de la Libertad*.  
*El Mercurio*. Santiago: 02/09/1980. p. A11. **238**
- Imagem 52** ⇒ Campanha do plebiscito Constitucional: *Sí a la Constitución de la Libertad*.  
*El Mercurio*. Santiago: 03/09/1980. p. C7. **240**
- Imagem 53** ⇒ Campanha do plebiscito Constitucional: *Sí a la Constitución de la Libertad*.  
*El Mercurio*. Santiago: 05/09/1980. p. C9. **241**

# Sumário

INTRODUÇÃO:.....	17
CAPÍTULO 1: <i>UN NUEVO CHILE</i> : O PROJETO DITATORIAL E A FUNÇÃO DA PROPAGANDA.....	22
1.1- <b>O diagnóstico da coalizão golpista</b> .....	23
1.2- <b>Esboços de um projeto: <i>Chicago Boys</i>, <i>Gremialismo</i> e as Forças Armadas</b> .....	28
1.3- <b>Um projeto transformador: <i>Estado subsidiário</i> e a <i>democracia protegida</i></b> .....	40
1.4- <b>O sentido da propaganda</b> .....	51
CAPÍTULO 2: “ <i>CHILE AYER, HOY</i> ”: REPRESENTAÇÕES DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL .....	67
2.1- <b>A dicotomia <i>Unidad Popular</i> e “Pronunciamento Militar”</b> .....	70
2.2- <b>Nosotros los chilenos: os atores da reconstrução nacional</b> .....	80
2.2.1- Os militares.....	81
2.2.2- As mulheres.....	93
2.2.3- Os jovens .....	99
2.2.4- Os trabalhadores .....	104
2.3- <b>Reconstruir a <i>chilenidad</i>: uma nova cultura histórica</b> .....	109
CAPÍTULO 3: A <i>DIVISIÓN DE COMUNICACIÓN SOCIAL</i> – <i>DINACOS</i> : O SENTIDO POLÍTICO DA PROPAGANDA.....	126
3.1- <b>O <i>ministério</i> <i>Secretaría General de Gobierno</i>: “somos el Ministerio de la doctrina...”</b> .....	127
3.2- <b>A <i>DINACOS</i>: controle da informação e aplicação da censura</b> .....	137
3.3- <b>A institucionalização da <i>DINACOS</i>: da censura à propaganda</b> .....	150
3.4- <b>A propaganda da <i>DINACOS</i>: consolidar o projeto ditatorial</b> .....	163
3.4.1- Difundir as reformas neoliberais e a Constituição de 1980 .....	164
3.4.2- A imagem do Chile no exterior.....	173
3.4.3- Personificar o projeto ditatorial em Pinochet.....	179
CAPÍTULO 4: O CHILE EM TEMPOS DE “MILAGRE”: A MODERNIZAÇÃO AUTORITÁRIA.....	184
4.1- <b>A propaganda e a formação do consenso sobre o modelo neoliberal</b> .....	185
4.2- <b>“Chile enfrenta”: as justificativas para o custo social das reformas neoliberais</b> .....	198
4.3- <b>“Este gobierno no es de administración sino de transformación”: a modernização autoritária</b> .....	214
4.4- <b>Administrando o consenso sobre as modernizações: a consulta de 1978 e o Plebiscito de 1980</b> .....	226
CONCLUSÃO .....	251
FONTES .....	258
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	262

**“Meu pai guarda um silêncio áspero e profundo.  
Finalmente diz que não, que não era pinochetista, que  
aprendeu que desde menino que ninguém ia salvá-los.  
Nos salvar de quê?  
Nos salvar. Nos dar de comer.  
Mas o senhor tinha o que comer. Nós tínhamos o que  
comer.  
Não se trata disso, diz.”**

**Alejandro Zambra, *Formas de voltar pra casa.***



## Introdução

A sociedade chilena se prepara este ano para comemorar os trinta anos do plebiscito realizado no dia 5 de outubro de 1988, um importante marco para a história contemporânea do país. Episódio conhecido como o “início do fim” da ditadura civil-militar governada pelo general Augusto Pinochet e pelos demais membros da Junta Militar, esse plebiscito foi caracterizado pela intensa mobilização social após quinze anos de um governo autoritário, sem a realização de eleições, e sob forte violência praticada por agentes de estado. A retomada do debate político e partidário, a pressão da oposição, e o engajamento de amplos setores sociais na crítica e condenação à ditadura, permitiram que a sociedade expressasse sua vontade sobre o futuro do país. Deveriam decidir se Pinochet permaneceria no cargo de presidente da república até o ano de 1998. Os dias que antecederam à consulta popular foram marcados por uma verdadeira batalha de narrativas desenvolvidas ao curso das propagandas políticas organizadas pelos adeptos do general, na campanha pelo *Sí*, e pela oposição organizada na *Concertación de Partidos por el No*.

A campanha pelo *no* pautou sua mensagem na condenação ao governo de Pinochet e às arbitrariedades cometidas desde o golpe de 1973. O célebre slogan *Chile, la alegría ya viene* sintetizava os desejos consensuais mínimos de uma oposição heterogênea, desejosa do retorno à democracia e ao regime de liberdades. Por isso, embuídos de um discurso de reconciliação nacional, apostaram nos malefícios de mais um mandato nas mãos de Pinochet.

Já o comitê pela campanha do *Sim* apostou num slogan que defendesse o legado ditatorial sob a máxima de *Un país ganador*, marcado pelo progresso econômico e desenvolvimento social antes nunca visto na história chilena. Pinochet, vestido de civil, era representado como o responsável em estabelecer uma *verdadeira democracia*, que havia impedido a destruição material e moral engendradas pelo marxismo internacional contra o Chile por meio do governo da *Unidad Popular*.

O resultado não foi favorável ao general. 54,70% dos votantes decidiram que Pinochet não seria mais o presidente, desencadeando um complexo processo de debates sobre a transição à democracia, que culminou com o fim da ditadura e a posse do

presidente democrata-cristão *Patricio Aylwin* em 1990. Para além desse significado fático, outro dado nos chama a atenção: a porcentagem de votos que obteve Pinochet no plebiscito.

O ditador obteve 40% dos votos favoráveis a sua continuidade no poder. Revelando mais uma das *fraturas* da sociedade chilena, tal índice de aprovação pode ser um indicativo do quão complexo foi a ditadura chilena e do quão profundo foi o projeto por ela implementada. Quais as razões para tamanha aprovação? Poderíamos apontar que essa porcentagem de votos fora resultado do projeto político cujo Pinochet era a personificação? Esse é o ponto de partida das reflexões que nos propusemos nessa tese.

O governo de Pinochet, e da Junta Militar, foi o responsável por criar um *novo Chile*. As profundas transformações sociais e políticas levadas adiante, ao longo de dezessete anos em ditadura, revelam as pretensões hegemônicas do projeto conservador das direitas chilenas e do grupo neoliberal que, ao longo dos anos 1970, foram galgando espaço no interior do regime e delineando um projeto que respondesse aos anseios de “reconstrução nacional” pós-golpe de 1973, cujo objetivo final seria a *modernização capitalista* tão sonhada por esses setores.

Tal modernização, eixo central das propagandas à favor de Pinochet em 1988, se referia ao crescimento do PIB, tornando o país a única experiência de transição democrática com crescimento econômico na América do Sul, inclusive alçado como exemplo a ser seguido pelos países vizinhos. Até hoje, as direitas chilenas, grandes beneficiárias do golpe, saem a defender o legado econômico da ditadura, apontando-a como um governo necessário para retirar o país da estagnação provocada pelos governos anteriores.

Diante desse quadro, nos deparamos com as duas obras principais garantidoras da modernização supostamente proporcionada pela ditadura: o modelo econômico neoliberal, pioneiro no ocidente, aplicado pelos *Chicago Boys* através do *shock neoliberal de 1975*, e a *Constituição de 1980*, esta última em vigor até hoje no país.<sup>1</sup> Produtos da permanência dos militares no poder, e da *pinochetização* do regime, ambos elementos, centrais na edificação do projeto ditatorial, foram apresentados como garantias do progresso e de uma nova era para a nação, baseada numa nova concepção de sociedade – individualista – e de uma nova forma de participação social –apartidária e antimarxista. Entretanto, ao nos depararmos com tal grau de transformação num Chile pós-Allende,

---

<sup>1</sup> Entre 2016 e 2017 a presidenta Michele Bachelet realizou uma consulta nacional para dar início a uma Assembleia Constituinte que irá elaborar uma nova constituição.

nos perguntamos: como foi possível implementar um projeto de tamanha envergadura depois do projeto de *socialismo democrático* da UP? O que fez essa ditadura para anular as *utopías* e os *imaginários* defendidos pela esquerda, que obteve tanta participação e mobilização popular entre 1970 e 1973? Quais os mecanismos que essa ditadura utilizou para lograr tal objetivo?

O recurso à repressão foi o primeiro deles. A dramaticidade do golpe de estado no dia 11 de setembro de 1973, o bombardeio ao *La Moneda*, as prisões em massa no *Estadio Nacional*, e o corpo de Allende sob os escombros do palácio presidencial, reúnem o conjunto de representações sobre o uso sistemático da violência. Violência essa que se perpetua, como terrorismo de Estado, do início ao fim da ditadura. O exílio, as torturas, os desaparecimentos, a censura... todos esses instrumentos de violência física e simbólica, com o simples objetivo de eliminar o “câncer marxista”, justificada numa suposta guerra contra a subversão dos partidos de esquerda. Entretanto, a violência não pode ser a única resposta para explicar a profundidade do projeto ditatorial.

A violência responde, em parte, a necessidade de se combater de imediato, as propostas de transformação defendidas pela esquerda. Mas o golpe não tentou dar conta apenas do fim da *Unidad Popular*. O golpe também foi resultado da insatisfação das direitas e dos militares com o curso da política nacional ao longo do século XX, de suas frustrações com o progresso econômico e a modernização capitalista, ameaçada pelas esquerdas num contexto de bipolaridade mundial. Por isso era preciso ir além da resposta violenta, era preciso criar um projeto global cuja única forma de perdurabilidade fosse a adesão social. É nesse campo que o objeto dessa tese se enquadra.

No presente trabalho pretendemos analisar um dos mecanismos utilizados pela ditadura chilena para legitimar o seu projeto e conquistar o apoio social: a propaganda política. A batalha da comunicação foi levada a sério por militares e civis que tomaram a condução do Estado ao lado de Pinochet. Conhecedores do peso das *utopías* da esquerda chilena, a coalizão golpista tinha a presunção de fornecer um novo material discursivo e simbólico que fosse capaz de substituir o conjunto de valores partilhados com a experiência socialista. Por isso, defendemos que a propaganda foi um recurso central na construção de um imaginário neoliberal e autoritário.

Não defendemos a aceção de propaganda como um recurso de mera manipulação ideológica utilizada por Pinochet para convencer a população sobre seu projeto de poder. Acreditar nessa interpretação seria subestimar o senso crítico dos indivíduos e

desconsiderar os esquemas de percepção e apreciação dos sujeitos sociais.<sup>2</sup> Além disso, optar por esse caminho analítico seria sobredimensionar uma pretensa capacidade da propaganda em neutralizar a mobilização social, efeito que a até mesmo numa ditadura, como a chilena, mostrou-se ineficaz com os desdobramentos da década de 1980. Sendo assim, acreditamos numa perspectiva diferenciada sobre o papel da propaganda nos regimes autoritários.

A propaganda política trata da disputa por uma leitura de país na qual o regime cria uma imagem e uma realidade de si mesmo.<sup>3</sup> Essa leitura, como veremos no Chile, correspondia ao conjunto de representações e diagnósticos políticos tecidos pelas direitas e pelas Forças Armadas, no intuito de compartilhar sua visão de mundo com a totalidade da sociedade, ao mesmo tempo em que produzia zonas de consenso sobre a legitimidade da ditadura em resolver problemas de longa data. Por isso, a necessidade da propaganda se dava à medida que esse grupo, após a tomada do estado, decidiu adaptar suas representações sociais aos mitos políticos, as identidades coletivas e o imaginário social sob um novo prisma, dando sentido ao projeto de transformação social em curso.

Portanto, nossa tese consiste na defesa de que a ditadura civil-militar chilena tinha clareza da necessidade da propaganda política para a consolidação do projeto ditatorial, a ponto de institucionalizar um organismo de propaganda para cuidar da imagem do governo e doutrinar a população com os novos valores intrínsecos ao neoliberalismo e ao antimarxismo. Dessa forma, em pleno período do “milagre econômico, tal propaganda pautou-se na construção da imagem da ditadura como o período de grandes modernizações que levariam o país ao desenvolvimento.

Sendo assim, no primeiro capítulo buscamos compreender a gestação do projeto autoritário e como o mesmo esteve imbricado no conjunto de representações e diagnósticos realizados pelas forças conservadoras, pelas direitas e elites financeiras, e pelos próprios militares sobre a história nacional ao longo do século XX. Por isso, discutimos a importância do projeto neoliberal e de *democracia protegida* como mecanismos de legitimação e pinochetização da ditadura. Além disso, refletimos os limites da função da propaganda para o êxito desse projeto.

Nos primeiros anos após o golpe, para além da repressão e do total controle do estado pelos militares, era necessário, de antemão, consolidar uma narrativa, dando início às primeiras formas de organização da propaganda do governo. Esse é o objetivo do

---

<sup>2</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>3</sup> Idem.

segundo capítulo, que trata da construção de uma identidade visual, discursiva e técnica da propaganda oficial, quando o projeto autoritário ainda não estava definido. Tratamos neste capítulo de verificar as primeiras iniciativas institucionais de propaganda, como a *Editores Nacional Gabriela Mistral*, além de buscar formas de participação cívica ao definir os legítimos atores do processo de reconstrução nacional iniciado com o golpe.

Tendo a propaganda um papel central para as ambições hegemônicas da ditadura chilena, o governo de Pinochet havia se preocupado em sistematizar e criar um órgão de propaganda? Para responder a essa pergunta, o terceiro capítulo trata justamente da criação da *División de Comunicación Social*, a DINACOS, o principal órgão de propaganda do governo, integrante de um ministério fundamental para a busca de adesão e apoio popular, o ministério *Secretaría General de Gobierno*. Neste capítulo buscamos mapear a arquitetura do órgão de propaganda, a composição de seus quadros, o papel de seus diretores e a centralidade desse organismo que conjugou as atividades de censura e propaganda. Buscamos também identificar as frentes de trabalho desse órgão para auxiliar na busca de consenso sobre as reformas política e econômica na década de 1970.

A ditadura chilena teve, paralelamente à institucionalização do seu projeto político, um período de crescimento econômico conhecido como “milagre econômico”, entre 1978 e 1980. Contudo, o otimismo com o crescimento do PIB deveria ser acompanhado de um processo de ressocialização da população para enquadrar-se nos valores da *economia social de mercado*. Na tentativa de elucidar os esforços propagandísticos que contribuíssem nessa empreitada, o capítulo quatro trata do esforço propagandístico em criar um clima de otimismo e aceitação da *economia social de mercado* como o único caminho possível para o exercício da liberdade. Trataremos também de analisar as interferências desse otimismo na aprovação plebiscitária de 1978 e da Constituição de 1980.

## Capítulo 1

### *Un Nuevo Chile:*

#### **o projeto ditatorial e a função da propaganda**

Com o golpe de 1973, as Forças Armadas, unidas a segmentos políticos da centro-direita, com o apoio da parte da imprensa, e com o suporte logístico dos Estados Unidos, deram início a um período de profundas transformações sociais. Se num primeiro momento seu objetivo foi o de erradicar as esquerdas e a *Unidad Popular*- UP<sup>4</sup> do controle do Estado, através do uso sistemático da repressão como nunca antes na história do país, a permanência dos militares no governo passou a exigir novas formas de legitimação do poder político de Pinochet e da Junta Militar.

Envoltos ao discurso de *liberación e restauración nacional*, o governo de Pinochet criou, sob um regime repressor e terrorista, as condições para a reorganização de um modelo de desenvolvimento capitalista sob o paradigma neoliberal, tornando a ditadura civil-militar no Chile um caso atípico no conjunto de experiências autoritárias da América do Sul. Entretanto, o monetarismo defendido pelos *Chicago Boys* não foi uma ideologia compartilhada pelo conjunto de altos oficiais e pelo corpo de economistas civis que assessoravam a Junta nos primeiros anos de governo, o que revela a ausência de um projeto consistente até, pelo menos, 1977.

O debate sobre qual seria a natureza do projeto levado adiante pelos militares partia, num primeiro momento, dos diagnósticos das direitas e dos militares sobre a realidade econômica do país, e que tipo de modernização capitalista seria colocado em prática. Portanto, a construção do projeto ditatorial se daría a partir dos pontos de consenso entre a coalizão golpista – cujo papel de Pinochet foi determinate – e da necessidade de enraizar as mudanças que esse grupo propunha. A opção pelo neoliberalismo foi um processo que partiu desse diagnóstico, atrelado à institucionalização do regime e do estabelecimento de uma nova constituição que apresentava uma concepção peculiar de democracia.

---

<sup>4</sup> A *Unidad Popular* foi uma coalizão de partidos de esquerda – Partido Socialista; Partido Comunista; Partido Radical; Partido Socialdemocracia; *Movimiento de Acción Popular Unificada* - que lançou o médico Salvador Allende à candidatura nas eleições presidenciais de 1970, alcançando a vitória com 36,6% dos votos, e governou o Chile entre 1970 e 1973.

## 1.1- Os diagnósticos da coalizão golpista.

A singularidade da ditadura civil-militar chilena ao criar e consolidar um novo arranjo das relações sociais e políticas numa perspectiva de longo prazo, se relaciona diretamente com a leitura que as direitas, as elites econômicas e parte das Forças Armadas faziam da trajetória histórica nacional ao longo do século XX. A convergência dessas interpretações, e a dinâmica de hegemonização de determinados atores que compuseram a elite civil-militar golpista, em especial, por meio do próprio Pinochet, permitiram a idealização e implementação de um novo conjunto de representações e práticas que alteraram profundamente as relações sociais, o paradigma econômico e a participação política dos chilenos. Esse projeto, entre 1973 e 1978, foi marcado por intensos debates e embates no interior da Junta Militar, e entre os civis colaboracionistas.

O primeiro aspecto a ser considerado é o diagnóstico realizado para fundamentar o golpe e legitimar a ditadura, justificado por meio da perspectiva antiliberal compartilhada por boa parte das direitas e dos militares. Como destaca a historiadora Verónica Zárata, o antipartidarismo militar já era identificado desde o século XIX por meio da *prussianização* do Exército, e foi acentuado com a adesão das concepções corporativistas de sociedade introduzidas no primeiro governo de Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931), e reforçado com a guinada aos princípios da Doutrina de Segurança Nacional entre os anos 1950 e 1970.<sup>5</sup> A ênfase no modo de organização de *corpos intermediários* em contraposição à organização político-partidária tinha por finalidade conformar uma sociedade despolitizada, porém, organizada. Tal interpretação partia da visão na qual os partidos careciam de interesse nacional e sobrepunham as aspirações ideológicas acima dos problemas e necessidades da população, incentivando a fragmentação social.<sup>6</sup>

Além dos militares, um segmento da direita chilena apontava, desde os anos 1940, para uma revisão do papel dos partidos políticos e seu efeito na crise política e moral do país. Parte dessa crítica também era oriunda da influência corporativista oriundo das

---

<sup>5</sup> A autora pondera a aceitação da DSN como um processo homogêneo nas Forças Armadas, destacando para o ápice de aceitação dessa doutrina apenas na década de 1970. ZÁRATE, Verónica. *El golpe después del golpe. Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1980*. Santiago: LOM, 2003. p.23. Outro aspecto que devemos considerar consiste no fato de boa parte da oficialidade não ter aderido de forma homogênea o escopo da DSN, inclusive muitos militares se opuseram a essa leitura da guerra contra a subversão e resistiram ao golpe de 1973. Sobre isso ver: MAGASICH, Jorge. *Los que dijeron no*. Santiago: LOM, 2008.

<sup>6</sup> Zárata destaca a importância em diferenciar a concepção corporativa dos militares, devido ao *ibañismo*, da concepção do *movimiento gremialista*. Idem. p. 114.

experiências autoritárias européias, em especial, da ditadura franquista (1939-1975), ao mesmo tempo que se fundamentava pelo crescimento do eleitorado chileno ao longo do século XX e da crescente importância dos partidos de esquerda no cenário político nacional. O principal grupo que se alinha a esse pensamento foi o que esteve em órbita das revistas *Estanquero* e *Portada*, cujo representante máximo foi o historiador Gonzalo Vial, que se tornou ministro da educação na ditadura entre 1978 e 1979.

O grupo de Vial foi responsável por tecer duras críticas à democracia chilena marcada, segundo o mesmo, pela introdução de ideias estrangeiras –marxismo – e por um presidencialismo fraco, refém do Congresso Nacional. Herdeiros da concepção editorial da revista *Estanquero* (dirigida por Jorge Prat), jornalistas e professores universitários decidiram criar uma nova revista no final do governo Eduardo Frei<sup>7</sup>, a revista *Portada*, fundada e dirigida pelo então advogado e professor de história da *Universidad Católica de Chile*.

Vial manifestava profunda admiração pelo período *portaliano* denominado “*República autoritária*” (1831-1861), defendendo um tipo de governo caracterizado pelas restrições das liberdades políticas, sem a presença de partidos e sob um presidencialismo forte. Como destaca Huneus, a partir do século XIX o país entrara numa espiral de deteriorização da “unidade nacional”, marcada pela demagogia partidária.<sup>8</sup> Por isso, a revista *Portada*, criada em 1969 como uma contra-ofensiva ao governo Frei e às reformas por ele alicadas, defendia uma ordem política “presidencialista, de caráter plebiscitário, que permitisse ao presidente governar acima dos partidos e do Congresso”.<sup>9</sup> Por isso, condenavam o período da República Parlamentária (1891-1924), cujo resultado fora a criação da Constituição de 1925, pois permitira uma democracia pluralista e “irresponsável”, cujo resultado foi obtido com a pressão popular por governos reformistas que desencadearam nos mandatos de Eduardo Frei (1964-1970) e de Salvador Allende.<sup>10</sup>

O descrédito e a crítica ofensiva à democracia liberal não foi a única zona de consenso entre a coalizão golpista. Outro ponto em comum se deu em relação à crítica ao estancamento econômico e a necessidade de modernização e de superação do subdesenvolvimento. Desde a década de 1950 as direitas chilenas constataram a urgência

---

<sup>7</sup> Eduardo Frei governou o Chile entre 1964 e 1970 pelo *Partido Demócrata Cristiano*. Seu governo foi caracterizada pelo tom reformista, efetivando, inclusive, a primeira reforma agrária do país, em 1968.

<sup>88</sup> HUNEUS, Carlos. op cit. p. 229.

<sup>9</sup> Idem. p. 231.

<sup>10</sup> Idem.

de se tomar medidas que resolvessem problemas estruturais, dentre os quais, a inflação era o principal. Por isso, nesse período, iniciou-se o compartilhamento entre as direitas da necessidade de um projeto de modernização capitalista pautado na abertura de mercados, contrário aos paradigmas econômicos de intervenção estatal.<sup>11</sup>

Como destaca Manuel Chateau, essa ofensiva contra o intervencionismo estatal foi resultante da insatisfação das direitas com o período conhecido como o de *governos do Partido Radical* (1938-1952), caracterizado pela implantação de um *Estado de Compromisso* e pela matriz de *industrialização por substituição de importações*.<sup>12</sup> Por *Estado de compromisso* o autor define como:

una fuerte intervención del Estado en términos del control del comercio internacional, la regulación de salarios, la emisión monetaria, la protección de la industria nacional y la propiedad estatal de diversas empresas consideradas como estratégicas.<sup>13</sup>

Coube ao jornal *El Mercurio* a principal empreitada nessa crítica e na defesa de implantação de uma nova política econômica que acabasse com o intervencionismo estatal, que estimulasse a livre concorrência e permitisse um novo padrão de acumulação que estimulasse a modernização agrária, industrial e mineira para galgar o Chile a padrões satisfatórios de competição internacional.<sup>14</sup>

Somado à essa inquietação das direitas, o mundo militar também se desdobrava em debater sobre os padrões de desenvolvimento da economia capitalista chilena, ainda que, como aponta Zárate, as soluções apontados por boa parte do corpo castrense divergissem do diagnóstico dos civis, posicionando-se por um paradigma econômico inclinado aos moldes keynesianos e ao intervencionismo estatal. A leitura realizada pelos

---

<sup>11</sup> Essa homogeneização de um projeto de modernização compartilhado pelas direitas a partir dessa interpretação da realidade econômico nacional é a tese da historiadora Sofía Correa. Ver em: CORREA, Sofía. *Con las riendas del poder. La derecha chilena en el siglo XX*. Santiago: Debolsillo, 2011. p. 213.

<sup>12</sup> Outros espectros políticos e de orientação econômica distinta às elites econômicas também debatiam sobre o estado da economia chilena na década de 1950. Esse é o caso, por exemplo, dos economistas cepalinos Aníbal Pinto Santa Cruz, que publicou em 1959 o livro *Chile: un caso de desarrollo frustrado*, e Jorge Ahumada, próximo dos quadros do PDC cujas obras mais importantes são *En vez de la miseria*, publicada em 1959, e *La crisis integral de Chile*, de 1966.

<sup>13</sup> CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista en Chile (1973-2003)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012. p. 116.

<sup>14</sup> CORREA, Sofía. op cit. p. 222. As direitas chilenas chegaram, inclusive, a contratar, por meio do jornal *El Mercurio* uma expedição de economistas monetaristas conhecida como *Misión Klein & Sacks*, cujo diagnóstico foi pautado pelas orientações da *Escuela de Chicago*. Sofía Correa descreve os motivos da rejeição por parte da direita dos diagnósticos e dos planos de ação da missão, embora Chateau considere ser um ante-projeto do modelo liberal que foi aplicado no Chile a partir da conexão entre Universidad Católica de Chile e Universidade de Chicago, que deu origem ao grupo de economistas conhecidos como *Chicago Boys*.

militares na década de 1960 sobre a Doutrina de Segurança Nacional foi marcada por um viés desenvolvimentista, na qual a pobreza e o estancamento econômico seriam problemas vinculados à segurança nacional, esferas que abriam margem à ação do marxismo internacional e à subversão<sup>15</sup> A experiência da UP fez crescer essa interpretação desenvolvimentista, cujos representantes máximos foram os generais Óscar Bonilla e Gustavo Leigh, este último membro da Junta Militar até 1978- atores importantes no embate no interior do governo pela defesa do paradigma industrializante.

Sendo assim, militares e civis compartilhavam, à sua maneira, ideias antipartidárias e as preocupações sobre o desenvolvimento da economia capitalista do país. Tais preocupações fizeram do golpe e da ditadura a oportunidade para se pensar um projeto de longo prazo que atendesse às aspirações da coalizão golpista, ao mesmo tempo que justificasse a eliminação de todo o legado do governo de Allende e as concepções de organização social e atuação política praticadas e defendidas pela esquerda e por parte da população que se identificava com o projeto da UP. Nesse aspecto, o confesso antimarxismo das direitas e das Forças Armadas foi um importante instrumento para legitimar o golpe e eliminar, física e retoricamente, a esquerda chilena.

O anticomunismo não foi um simples recurso retórico para justificar o golpe de 1973. De fato, todas as interpretações das direitas e das Forças Armadas, desde a década de 1950, apontavam as preocupações do avanço das esquerdas e a ampliação de um eleitorado que se identificava com as propostas de centro, com o *Partido Demócrata Cristiano* – PDC- e com os partidos *Socialista* e *Comunista*, num contexto de Guerra Fria. Após as frustrações com governo de Jorge Alessandri (1958-1964)<sup>16</sup>- visto pelas direitas como a última cartada para levar adiante um projeto de modernização capitalista – a atuação dos principais partidos políticos de direita deixou de ser pautada numa proposição efetiva de um projeto que barrasse as propostas reformistas de centro-esquerda para firmar-se num combate estrito contra o comunismo.<sup>17</sup> Essa atitude das direitas chegou ao ápice nas eleições de 1964 quando, ao constatar a migração do eleitorado de direita para o PDC, apoiou incondicionalmente o candidato Eduardo Frei, numa tentativa de impedir a

---

<sup>15</sup> ZÁRATE, Véronica Valdivia. op. cit. p. 16.

<sup>16</sup> Sobre essas frustrações ver: CORREA, Sofía. op cit. p. 247. A autora afirma que foi justamente o fracasso do projeto de modernização frustrado do governo Alessandri o elemento de descrédito das propostas modernizantes levadas a cabo pelos empresários, abrindo espaço para as propostas reformistas dos partidos de centro e esquerda no anos 1960 e 1970.

<sup>17</sup> Idem p. 292.

vitória de Salvador Allende, este último candidato pela coalizão entre comunistas e socialistas.

Entre as fileiras militares, o anticomunismo era antigo, desde a sua profissionalização no século XIX, até a adesão da Doutrina de Segurança Nacional nos anos 1960. Todavia, foi com a experiência dos três anos do governo da UP que o antimarxismo alcançou um maior grau de influência sobre os militares e a oficialidade, em especial, com os projetos que alteravam o direito a propriedade e à hierarquia social.<sup>18</sup> A crítica que os militares faziam da democracia liberal se estendia aos partidos de esquerda uma vez que estes eram vistos como o resultado direto da degradação política e social causados pela penetração do marxismo na realidade política nacional.

A luta contra as esquerdas e o antimarxismo confesso entre esses dois grupos possibilitou a ação conjunta entre militares e civis, aliança vista como um dos pontos de coesão para que a ditadura se mantivesse diante da indefinição do tipo de projeto político que seria implementado após o golpe. Eliminar a esquerda seria uma ação imprescindível para qualquer projeto que partisse desse diagnóstico sobre o desenvolvimento político e econômico do Chile.

O golpe de 1973 ficou marcado pelo uso sistemático da violência contra os integrantes dos partidos de esquerda. As prisões arbitrárias, assassinatos, invasões a domicílios, demissão de funcionários, as torturas, dentre outras práticas de violação aos direitos humanos, conformaram a face terrorista da ditadura chilena, cuja expressão máxima foi a sistematização da repressão por meio da *Dirección de Inteligencia Nacional* – DINA. Criada oficialmente em 1974, foi a responsável por colocar em prática a demanda física pela eliminação da esquerda e das pessoas que compuseram o governo da UP.

O sociólogo Tomás Moulián descreve a fase que vai de 1973 a 1980 como de uma *ditadura terrorista*, na qual o exercício do poder aconteceu de modo que o Estado já não possuía travas legais que limitassem o uso da violência, gerando um alto número de mortos e desaparecidos— um total de 1915 mortos e desaparecidos políticos<sup>19</sup> no período 1973-1980 e 23.630 pessoas torturadas entre 1973 e 1977<sup>20</sup>. Por isso, foi preciso criar

---

<sup>18</sup> Zárate, Verónica. op cit. p. 67.

<sup>19</sup> RESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE CHILE. *Comisión Rettig. Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. Santiago: Ministerio del Interior-Programa de Derechos Humanos,1991.. “Anexo VI”.p. 1366.

<sup>20</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*. Santiago: 2004. p. 478.

uma ênfase retórica baseada na crise representada dos *mil dias* do governo de Allende e a necessidade de utilização da violência através de um guerra contra a subversão. Tanta violência, aponta o autor, apenas seria justificada por meio de um projeto que aspirasse um caráter “refundacional” e “revolucionário”.<sup>21</sup>

A justificativa da proposição de um projeto político restaurador, que justificasse o golpe e o nível de violência, responde em parte ao anseio hegemônico da ditadura chilena. Uma das teses defendidas por Verónica Zárata, a qual compartilhamos, consiste no fato de que logo nos primeiros meses após o golpe, a maior parte dos grupos de esquerda que supostamente ofereciam resistência ao golpe, já haviam sido desarticulados, mortos e/ou desaparecidos.<sup>22</sup> Com isso, expõe a historiadora, à essa ausência de uma real ameaça de subversão armada, e diante dos efeitos internacionais de condenação e isolamento do regime, a necessidade de definir e aplicar um projeto global foi um imperativo que correspondiam à necessidade de legitimação do próprio governo.

A implementação de um projeto pela ditadura esteve imbricado nesses três diagnósticos realizados entre as direitas e os militares: a crítica à democracia liberal, a narrativa de uma decadência econômica e a necessidade de um projeto modernizador e o anticomunismo. Ainda que até 1977 não houvesse clareza sobre os princípios que norteariam uma obra de longo prazo, esse conjunto de representações seria o ponto de partida para as ações de um governo que se apresentava como “refundacional”.

## **1.2- Esboços de um projeto: *Chicago Boys, Gremialismo e Forças Armadas.***

O projeto ditatorial teve dois pontos de sustentação: a aplicação do modelo neoliberal e a arquitetura de uma nova Constituição que inaugurava uma concepção de democracia limitada, conhecida sob a expressão *democracia protegida*. Ambas vertentes foram o resultado de um longo processo de convencimento no interior da Junta Militar e entre os civis que a assessoravam, impelidos pela necessidade de institucionalização e da busca por legitimidade.

O receituário neoliberal não era uma novidade entre as direitas e a elite econômica do país. Foi no contexto da crítica das direitas ao *Estado de compromisso*, na década de

---

<sup>21</sup> MOULIAN, Tomás. *Chile actual. Anatomía de un mito*. Santiago: LOM-Universidad de ARCIS, 1997. p. 196

<sup>22</sup> ZÁRATE, Verónica. op cit. p. 18.

1950, que as ideias monetaristas foram introduzidas no Chile como forma de responder aos problemas estruturais e ao crescimento da inflação, através de um modelo que fosse capaz de rivalizar com as teorias da *Comissão Econômica para a América Latina* da ONU –CEPAL, cuja sede é a capital Santiago.<sup>23</sup> Foi assim que os economistas norte-americanos Julius Klein e Julien Saks, foram contratados para realizarem um primeiro diagnóstico da realidade econômica do país, propondo medidas conhecidas como antecedentes do projeto neoliberal.

A avaliação da *misión Klein & Saks* apontou como nocivo o nível do gasto público e as medidas do governo que não incentivavam a iniciativa privada, propondo ajustes que se alinhavam à ortodoxia clássica, culpando a excessiva presença do Estado na dinâmica econômica.<sup>24</sup> Contudo, apesar do apoio de agentes políticos e econômicos que comungavam do receituário, especialmente dos grupos ligados ao jornal *El Mercurio*, tais medidas foram rejeitadas tanto pelo governo- quando o presidente Carlos Ibáñez se alinhou à esquerda em 1957- como por parte da direita que não identificava, nas recomendações dos economistas, um plano integral que atendesse seus interesses de longo prazo.<sup>25</sup> Contudo, foi entre os anos 1960 e 1970 que as relações entre neoliberalismo e parte das direitas chilenas se estreitaram.

Em 1955 teve início o *Proyecto Chile*, um intercâmbio entre a *Escola de Economia da Universidade de Chicago* e a *Faculdade de Economia da Pontifícia Universidad Católica de Chile*, no qual estudantes chilenos foram selecionados e enviados aos Estados Unidos de modo a ampliar e estruturar o curso de economia de sua universidade, estando sob a orientação dos professores norte-americanos Arnold Harberger e Greg Lewis. A área de economia da Universidade de Chicago ficou conhecida mundialmente como o epicentro de uma geração de economistas monetaristas (que atribuem ênfase na política monetária como mecanismo de estabilidade macroeconômica), de uma vertente neoclássica derivada da *Escola Austríaca*<sup>26</sup> (cujos postulados econômicos partem da premissa de uma organização espontânea dos

---

<sup>23</sup> A CEPAL consolidava os fundamentos ideológicos do modelo de Industrialização por Substituição de Importação do pós Segunda Guerra e que deram a tônica às políticas econômicas dos governos pós-Frente Popular (entre 1938 e 1970). As ideias dos economistas da Cepal foram definidas como “estruturalismo” as quais, dentre todas as referências, foram baseadas na perspectiva do economista inglês John Maynard Keynes.

<sup>24</sup> Conforme define CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile (1973-2003)*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2016. p. 103.

<sup>25</sup> Essa é a tese de Sofia Correa sobre a rejeição das direitas às recomendações da missão Klein e Saks. CORREA, Sofia. op cit. p. 237.

<sup>26</sup> A *Escola Austríaca* tem como principal representante o economista Friedrich Hayek.

mecanismos de preço, que demandaria um *laissez-faire* na economia e uma menor interferência dos governos nessa área), da qual seus maiores representantes, os economistas Milton Friedman e George Stigler, ambos vencedores do *Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel* de 1976 e 1982 respectivamente, foram os principais responsáveis pela criação da *Escola de Chicago* como o bastião da defesa irrestrita do livre-mercado. Foi no contato com essas ideias que uma nova geração de economistas chilenos, conhecida como *Chicago Boys*, realizou o processo de *transferência ideológica* do que, posteriormente, foi dominado como *ideias neoliberais*, disputando o discurso econômico com os economistas estruturalistas da CEPAL.<sup>27</sup>

Entretanto, foi apenas na década de 1960 que as ideias neoliberais passaram a ganhar *status* na PUC-Chile quando o economista Pablo Baraona assumiu a direção da *Escola de Economia* e Sergio de Castro o comando do *Centro de Investigaciones Económicas*. Foi no contexto de debates sobre as reformas do governo Eduardo Frei, e os embates por modernização da universidade católica, que os *Chicago Boys* passaram a agir como um corpo de intelectuais combativos, defendendo uma ciência econômica sob um viés tecnocrático, além de se envolverem na defesa da despolitização das questões acadêmicas.<sup>28</sup> Foi nesse contexto que se deu o primeiro, e frutífero, contato com um novo grupo político que seria determinante para a ditadura chilena: o *Gremialismo*.

O *Movimiento Gremial* ou *Gremialismo* surgiu como uma resposta conservadora no corpo de estudantes da PUC-Chile, em especial, oriundos da faculdade de direito, em relação à *Reforma Universitária de 1967*. Contrários à crescente politização do espaço acadêmico num ambiente de demandas por modernização universitária – resultante da influência de setores progressistas dos estudantes ligados ao PDC na *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica de Chile* (FEUC)- os *gremialistas* encabeçaram uma oposição a partir do *Centro de Estudiantes de Derecho* – CED- definindo-se como *corporativistas* e *nacionalistas*, com inclinações ao recém-inaugurado partido de direita, o *Partido Nacional*.<sup>29</sup> Assumindo uma postura reativa, seu surgimento insere-se contexto

---

<sup>27</sup> A tese do *Proyecto Chile* como uma *transferencia ideológica* das ideias neoliberais para o país é defendida por CHATEU, Manuel. op cit. p. 87.

<sup>28</sup> Idem. p.

<sup>29</sup> Carlos Ruiz destaca que a influência das ideias nacionalista e corporativista no conjunto da “nova direita” chilena foi mais ampla do que apenas no *Movimiento Gremial*. O autor destaca que foi justamente a extensão da mobilização social, no governo de Eduardo Frei, que tais ideias serviram como uma reação a esse processo. CRISTI, Renato e RUIZ, Carlos. *El pensamiento conservador en Chile*. Santiago: 2016. p. 104.

de nascimento de uma nova direita chilena ao propor combativamente um projeto alternativo ao reformismo revolucionário das esquerdas dos anos 1960 e 1970.<sup>30</sup>

Jaime Guzmán, estudante de direito, foi o principal líder desse movimento, e imprimiu suas referências ideológicas ao *Gremialismo*. Dentre as principais, o *conservadorismo católico hispânico*, pautado numa perspectiva específica do homem, do mundo e da sociedade (fortemente hierarquizada), e o *corporativismo*, uma perspectiva orgânica de se pensar a organização da sociedade através de “corpos intermediários” de interesses, que cumpririam uma função específica sem poder realizar outra para a qual não fora designado. Além disso, outro elemento que atravessava a concepção corporativa defendida pelo líder gremialista, foi o aspecto antiestatal. Conforme Verónica Zárate, esse aspecto:

reivindicaba el libre albedrío del ser humano, expresado en sus organizaciones naturales – familia, gremios, en general -, las cuales debían ser autónomas del Estado y volcada a sus intereses específicos.<sup>31</sup>

Essas concepções estavam atreladas ao regate do “papel das elites” à medida que as hierarquias sociais deveriam ser mantidas e respeitadas, naturalizando as diferenças sociais.<sup>32</sup> Além disso, o movimento tinha uma rígida postura anti-liberal no que toca ao papel dos partidos políticos.

Em 1968, os *gremialistas* de Jaime Guzmán venceram as eleições para a FEUC, importante feito para os estudantes que se identificavam com a *nova direita* do final dos anos 1960, engendrando a reorganização das forças conservadoras no interior da PUC-Chile. Foi nesse período que aconteceram as primeiras aproximações entre *Chicago Boys* e o *Movimento Gremial*.

O compartilhamento das experiências no embate conservador representado por neoliberais e gremialistas no espaço universitário permitiu uma aproximação desses grupos, de modo que alguns membros dos *Chicago Boys* se integraram ao *Gremialismo*, como os casos de Ernesto Illanes e Juan Carlos Méndez.<sup>33</sup> Foi por meio dessa aproximação que o processo de intercâmbio entre o conservadorismo católico e a defesa

---

<sup>30</sup> Essa tese é defendida em: ZÁRATE, Verónica. *Nacionales y gremialistas. El “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM, 2008.

<sup>31</sup> ZÁRATE, Verónica. ÁLVAREZ, Rolando e PINTO, Julio. *Su revolución contra nuestra revolución. Izquierdas y derechas en el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM, 2006. p.89.

<sup>32</sup> *Idem*. p. 155.

<sup>33</sup> CHATEAU, Manuel Gárate. *op cit*. p. 150.

do individualismo no mercado, incompatíveis num primeiro momento, permitiram a esses grupos identificarem pontos de concordância ideológica, pois:

Tanto la doctrina católica como el liberalismo individualista de Hayek comparten su rechazo al igualitarismo democrático y al constructivismo social de origen racionalista. Ambos defienden la existencia de un orden natural espontáneo, anterior a todo contrato, y que para los católicos tienen su origen en la Divina Providencia, mientras que para los liberales se encarna en el mercado como espacio natural de las relaciones humanas.<sup>34</sup>

O próprio Jaime Guzmán passou a adaptar suas ideias iniciais aos postulados neoliberais, de modo que por meio do surgimento da revista *Portada*, em 1969, a aproximação entre neoliberais e gremialistas consagrou um conjunto de ideias importantes para a união de setores políticos que já vinham manifestando suas críticas à democracia liberal e ao intervencionismo estatal.<sup>35</sup>

Como vimos anteriormente, a revista organizada por Gonzalo Vial compartilhava um conjunto de interpretações de grupos conservadores sobre a realidade política e social do país. O ineditismo dessa revista foi conjugar essa leitura com uma proposta de “revolução conservadora”, atrelando tais diagnósticos com as ideias do *Movimiento Gremial* e dos *Chicago Boys*. Como argumenta Ruiz, o projeto editorial da revista denotava uma:

Ruptura con el proyecto político de la derecha tradicional, transformación completa de su programa económico y reformulación radical de su discurso (...) Esta fusión de un proyecto político conservador y antidemocrático en lo político, con un esquema económico influido por el neoliberalismo, es un hecho de significación, aun que su impacto político real, incluso al interior de la derecha, sea todavía reducido.<sup>36</sup>

Ao observamos o compartilhamento de certas referências ideológicas entre *neoliberais* e *gremialistas*, ainda na década de 1960, podemos constatar o debate, no interior da direita chilena, sobre ideais que foram implementados apenas com o golpe de

---

<sup>34</sup> Idem.

<sup>35</sup> O percurso ideológico de Guzmán se desenvolve ao largo da década de 1970, e tem uma amplitude que ultrapassa o intercâmbio com as ideias neoliberais.

<sup>36</sup> CRISTI, Renato e RUIZ, Carlos. *El pensamiento conservador en Chile*. Santiago: 2016. p. 107.

estado em 1973. Com isso, buscamos apontar que o projeto ditatorial não partiu do zero. A importância política desses dois grupos se fez notar com o avançar do governo da UP, e com os debates após a tomada do estado pelas Forças Armadas.

Foi durante o governo de Allende que as direitas chilenas deram uma importante guinada à necessidade de um projeto revolucionário de base capitalista que extirpasse a tentativa revolucionária das esquerdas. A radicalização ideológica do período permitiu que os *Chicago Boys* saíssem do isolacionismo e tivesse mais presença nos grupos empresariais, construindo uma certa viabilidade às suas ideias.<sup>37</sup> Além disso, os *Chicago Boys* começaram a assessorar distintos políticos ligados ao PN e ao PDC, com a constatação da crise econômica da UP, a partir de 1972, ampliando a influência de suas doutrinas monetaristas sobre diversos grupos políticos e econômicos. Por fim, foi com a sondagem de ex-oficiais da marinha, Roberto Kelly e José Radic, que os economistas neoliberais realizaram uma proposta de plano econômico que seria usada por um eventual governo que sucedesse ao de Allende, plano consagrado pelo nome de *El Ladrillo*.

O *Gremialismo* ganhou força na década de 1970 por meio de três frentes de ação: transitando sua influência do movimento estudantil à organização de setores descontentes com as políticas da UP, especialmente após as eleições municipais de 1971, constituindo-se como uma espécie de “Poder Gremial”- estratégia em contraposição ao “Poder Popular” dos que apoiavam Allende<sup>38</sup>-, com o surgimento da *Frente Nacionalista Patria y Libertad* – movimento de extrema direita que intensificou os ataques à UP visando a instabilidade do governo e apelando, inclusive, para a tática de atentados contra figuras ligadas à esquerda – no qual Guzmán ganhou notoriedade como dirigente da juventude desse movimento; e por meio da presença do líder gremialista nos principais veículos de comunicação da direita da época, como as revistas *Portada* e *Qué pasa*.

O golpe de 1973 não foi motivado pura e simplesmente pela atuação desses movimentos. Nem como instrumento para a aplicação do modelo neoliberal, e muito menos inspirado pelas ideias do *Gremialismo*. Relacionar o golpe a tais grupos seria superestimar a ação dos civis e menosprezar o componente militar. Além disso, ainda que obtivesse um importante apoio das direitas, não se pode afirmar que tais direitas estavam

---

<sup>37</sup> CHATEAU, Manuel Gárate. op. cit. p. 158. O autor apresenta que: “El antiguo dogmatismo que buena parte de la clase empresarial había visto en los economistas de Chicago, calificando sus ideas como ‘fuera de lugar’, desde fines de la década de 1950, apareció como realista y pragmático frente al deterioro rápido de la economía en un contexto de cambios revolucionarios de izquierda. Las medidas correctivas no solo pasarían por el recurso de la fuerza militar para derrocar al gobierno de Allende y de la Unidad Popular, sino también por la erradicación inmediata y definitiva de las ideas socialistas de la sociedad chilena”.

<sup>38</sup> ZÁRATE, Verónica. op. cit. p. 345.

afinadas e eram adeptas às diretrizes monetaristas e corporativistas dos *Chicago Boys* e *gremialistas*. Para compreender o projeto ditatorial é preciso identificar os diversos atores e projetos que estiveram em debate entre 1973 e 1977. Contudo, foi do debate acadêmico da PUC-Chile e das ideias econômicas e políticas que daí derivaram nos anos 1960, que surgiu importantes elementos constitutivos do projeto ditatorial.

A tomada do Estado pelos militares foi acompanhada por necessidades típicas do ofício de governo, das quais as Forças Armadas tinham pouca experiência. O discurso restaurador da democracia e o objetivo refundacional traçados no horizonte da Junta Militar, demandavam complementar a ação de combate ao “inimigo interno” com práticas efetivas de recuperação. Era preciso construir um legitimidade pela eficácia econômica, corroborando a mensagem difundida com o golpe do caos criado pela UP.<sup>39</sup>

O neoliberalismo, contudo, não compôs o paradigma econômico oficial após o golpe. Ainda que os *Chicago Boys* tenham sido sondados em 1972 para a confecção do *El Ladrillo*, havia outras concepções de modelo econômico que não estava descartadas, especialmente pelas doutrinas que compunham o pensamento militar que, como veremos, resistiram aos preceitos neoliberais até 1975. Até a consolidação do projeto neoliberal houve posições inclinadas ao nacional-desenvolvimentismo e ao corporativismo, o que nos permite afirmar a ausência de um consenso sobre os postulados dos *Chicago Boys*, nem entre civis e muito menos entre os militares.

As ações que caracterizaram a política econômica dos primeiros anos foram pautadas por um plano de estabilização legitimado pelo discurso anti-intervencionista, numa clara alusão ao papel atribuído ao Estado na dinâmica econômica das décadas anteriores ao golpe e, especialmente, ao governo de Allende. Caberia à Junta Militar corrigir a “gestão irresponsável e demagógica do governo marxista” e criar as condições para reverter o quadro do “caos econômico”.<sup>40</sup> Nesse sentido, foi aplicado um programa de “emergência” que valorizava o mercado como o mecanismo mais eficiente para a obtenção de recursos, levando os responsáveis pela área econômica a liberalizar a maior parte dos preços controlados, desvalorizar a taxa de câmbio, e congelar os salários como medidas de contenção da inflação.<sup>41</sup> A essas iniciativas, somava-se a primeira leva de

---

<sup>39</sup> A ideia da busca de legitimidade pela eficácia econômica é desenvolvida por HUNEEUS, Carlos. op cit. p. 255.

<sup>40</sup> MINISTERIO DE HACIENDA. *Dirección de Presupuesto*. Santiago: 1978. p. 37.

<sup>41</sup> VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile. Un estudio sobre la evolución ideológica del régimen militar*. Santiago: FLACSO, 1984. p. 26.

privatizações ou, como denomina Huneus, “reprivatizações, uma vez que boa parte das empresas estatizadas no período da UP foram restituídas aos seus antigos proprietários.”<sup>42</sup>

Essa primeira fase pode ser caracterizada como uma política econômica que atendia aos diversos interesses da coalização golpista, o que por sua vez, revelou a ausência de uma “estratégia de desenvolvimento coerente ou de um projeto global único”.<sup>43</sup> Entretanto, ainda era persistente, apesar de todas as críticas ao papel do Estado, a defesa de um *rol* intervencionista nos rumos econômicos, cujas medidas liberalizantes não significavam uma completa ruptura com a estratégia de industrialização substitutiva. Conforme argumenta Pilar Vergara:

Es cierto que en sus enunciados más generales el discurso económico de entonces afirmaba que el Estado debía limitarse a elaborar los planes globales y a definir las políticas económicas, restringiéndose su acción directa sólo a un número limitado de actividades “estratégicas” y a combatir a la extrema pobreza. Debían ser fundamentalmente las leyes del mercado las que realizaran la asignación de los recursos productivos. Pero al mismo tiempo se insistía en que el funcionamiento del mercado debía ir acompañado de “la debida orientación general que le da a éste el Estado para elevar su contenido social”.<sup>44</sup>

Podemos constatar, dessa forma, a presença de correntes que defendiam, no interior do governo, uma presença do Estado nos mecanismos de regulação econômica, ainda que sob novos moldes. Por isso, os trabalhos da historiadora Verónica Zárate, no que tocam às heterogeneidade das orientações econômicas da coalizão golpista, nos permitem compreender a complexidade do processo que desembocou na aceitação do neoliberalismo, destacando o papel militar na adesão desse novo paradigma.

Segundo a autora, a falta de unidade ideológica entre os distintos ramos das Forças Armadas fez com que a Junta Militar desse voz, num primeiro momento, às várias doutrinas políticos e econômicas. Tal fato gerou, por sua vez a incoerência de

---

<sup>42</sup> Segundo Huneus, a CORFO devolveu 325 empresas no ano de 1974. Essa devolução, gratuita, deveria seguir princípios determinados pela ditadura, como: manutenção dos níveis de emprego de competitividade com indústrias relacionadas e um certo nível de novos investimentos. HUNEEUS, Carlos. op cit. p. 259. Ainda segundo o autor, enquanto na década de 1970 a primeira onda foi de *reprivatização*, a partir dos anos 1980, a segunda onda de privatizações teve outra característica, favoecendo pequenos grupos da elite econômica e financeira do país, como o de Javier Vial, ligado ao Banco de Chile, e o de Manuel Cruzat, dono do Banco de Santiago. Idem.

<sup>43</sup> VERGARA, Pilar e MOULIAN, Tomás. *Estado, Ideología y Política en Chile. 1973-1978*. Santiago: CIEPLAN, 1979. p. 79.

<sup>44</sup> VERGARA, Pilar. op cit. p. 31.

determinadas políticas públicas<sup>45</sup>, repartidas entre Força Aérea, Armada, Carabinero e Exército.<sup>46</sup>

Mesmo assessorando o governo da Junta Militar desde o começo, através da *Oficina de Planificación – ODEPLAN*<sup>47</sup>, os *Chicago Boys* enfrentaram resistências de outras frentes, como a do Ministério da Economia, comandado por Fernando Léniz, o qual possuía uma visão gradualista da abertura econômica e ainda defendia um papel decisivo da industrialização como estratégia de recuperação entre 1973 e 1975.<sup>48</sup> Outro fator de contenção dos neoliberais foi a própria resistência dos militares que integravam o *Comité Asesor de la Junta de Gobierno – COAJ*.

Zárate destaca a importância da corrente nacional-desenvolvimentista que persistia entre os altos-oficiais das Forças Armadas. Mesmo com os sinais visíveis de inclinação da Armada com as medidas ortodoxas e monetaristas – representada na figura de seu comandante máximo, o almirante Arturo Merino – a Força Aérea, os Carabineros e setores importantes das outras duas forças militares ainda estavam mergulhadas em ideias corporativas e de pensamento econômico engendradas pelo *ibañismo*, além da concepção de um projeto social que contivesse a pobreza e impedisse o alastramento das ideias marxistas. Sendo assim:

la imposición del modelo neoliberal no fue un proceso fácil de asimilar para las fuerzas armadas, pues él rompía con la trayectoria del pensamiento militar en relación a la dupla Estado-desarrollo.<sup>49</sup>

A aceitação das ideias dos *Chicago Boys* nas Forças Armadas foi o resultado de distintos fatores. O primeiro deles diz respeito à forma como Pinochet construiu a hegemonia do Exército sobre as outras forças militares, e da substituição progressiva dos altos oficiais que se identificavam com a concepção mais estatista de desenvolvimento

---

<sup>45</sup> A principal delas foi a criação do *Estatuto Social da Empresa*, criado no ano de 1975 sob a supervisão da Força Aérea, produzido sob um viés estatista e que concedia uma importante participação dos trabalhadores nas empresas estatais. Sobre isso ver: CHATEAU, Manuel. op cit. p. 193.

<sup>46</sup> ZÁRATE, Verónica. op cit. p. 99.

<sup>47</sup> A ODEPLAN foi criada em 1965 pelo governo de Eduardo Frei, e possuiu um protagonismo significativa na elaboração de projetos econômicos que se inseriam numa perspectiva de centralidade do Estado como motor do desenvolvimento econômico.

<sup>48</sup> Danús representava uma tendência gradualista, e demonstrava receio das “consequências catastróficas” de uma completa total redução do gasto público. VERGARA, Pilar. op cit. p. 27.

<sup>49</sup> ZÁRATE, Verónica. op cit. p. 100.

econômico.<sup>50</sup> O segundo aspecto, por sua vez, diz respeito às respostas que os neoliberais deram aos anseios de modernização dos militares.

O maior representante da vertente desenvolvimentista no Junta Militar e no COAJ foi o general da Força Aérea, Gustavo Leigh. Identificado com uma concepção de “projeto social”- defendida pelos altos oficiais envolvidos com o golpe de 1973- na qual o Estado possuía centralidade, Leigh assumiu uma função de obstrução das decisões de Pinochet, embargando projetos de lei e emitindo opiniões que colidiam com os interesses do presidente.<sup>51</sup> Sua retirada da Junta, em 1978, consagrou o aspecto personalista no qual Pinochet construiu atrelando sua imagem à modernização defendida pelas ideias neoliberais.<sup>52</sup>

Entretanto, mais do que a neutralização de setores estatistas entre os militares, o projeto neoliberal foi aceito porque a ação e os discursos dos *Chicago Boys* responderam à duas aspirações fundamentais para os militares: a promessa de uma modernização econômica sob seus postulados econômicos, e a difusão da forma de conduzir as questões econômicas por meio do tecnicismo, e não por ideologias. O suporte apoliticismo defendido pelos economistas neoliberais, por meio de sua crença dogmática no discurso das ciências econômicas enquanto técnica, afastadas dos debates político-partidários, correspondia, guardada as devidas proporções, ao diagnóstico militar sobre as políticas econômicas dos governos anteriores, influenciadas por uma dinâmica de pressão das distintas demandas sociais canalizadas pelos partidos políticos que assumiam o governo e que, em sua visão, contribuíram para o fracasso econômico do país.

Imbuídos de uma visão tecnocrática, os neoliberais também passaram a identificar os desvios e erros da política econômica aplicada até 1974, despertando ainda mais a atenção da Junta Militar. Nos dois primeiros anos de ditadura, a política econômica ficou marcada pela hiperinflação (média de 300% entre 1974 e 1975)<sup>53</sup>. As análises dos *Chicagos Boys* paraceram, nesse momento, as mais realistas, em contraposição às medidas graduais aplicadas por Fernando Léniz e Raúl Sáenz.<sup>54</sup> Com isso, Pinochet deu

---

<sup>50</sup> Zárate analisa esse processo, iniciado em abril de 1974. Idem. Até 1977, quase toda a oficialidade envolvida no golpe de estado havia entrado na reserva.

<sup>51</sup> CAVALLLO, Ascanio. op cit. p. 259

<sup>52</sup> A saída de Leigh também está relacionada ao processo de institucionalização política da ditadura, especialmente após a consulta nacional de 1978 e o avanço dos debates sobre a nova constituição política.

<sup>53</sup> FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad*. Santiago: J.C. Sáenz, 2014. p. 40.

<sup>54</sup> Raúl Sáenz foi indicado pelo general Gustavo Leigh para assumir o *Ministerio Coordinación Económica y Desarrollo*, cargo que ocupou entre 1973 e 1975. Foi um dos principais atores da administração econômica do governo Eduardo Frei, e um dos responsáveis pela política de *chilenización del cobre*.

uma guinada do governo às ideias neoliberais, resultando nas medidas de ajustes mais drásticas do período ditatorial conhecidas como o *shock neoliberal* de 1975.

Assim como os economistas neoliberais, o *Gremialismo* teve um amplo desafio para se tornar uma voz importante na articulação do governo de Pinochet. Ainda que tenha assessorado o presidente na confecção de discursos e documentos importantes, como a *Declaración de Principios del Gobierno de Chile* (1974), Jaime Guzmán travou inúmeras batalhas com outras correntes políticas, militares e civis, que atuavam na definição dos valores que norteariam o trabalho de reorganizar um projeto político. Sua participação na comissão de elaboração de uma nova constituição, e na *División de Organizaciones Civiles* -DOC, entretanto, revelam a ambição das ideias *gremialistas* em identificar a ditadura como a oportunidade de institucionalizar parte do seu corpo ideológico e expandir um projeto de poder que visasse a conquista de amplo apoio social ao movimento.

Em 1973, pouco depois do golpe, a Junta Militar criou uma comissão de estudos constitucionais que debateria sobre um novo texto que substituísse a Constituição de 1925. Um dos aspectos fundamentais da crítica que militares e civis compartilhavam do período após 1930 era justamente as deficiências dessa constituição, tanto por seu “pluralismo irresponsável”, que permitira a presença de partidos marxistas, quanto por criar um presidencialismo refém do Congresso e das demandas políticas. O próprio Pinochet publicou um estudo de título *Ensayo sobre un estudio preliminar de una geopolítica de Chile en el año 1965*, no qual teceu severas críticas a Constituição vigente, especialmente no que toca a permissividade das ideias marxistas no ambiente político nacional. Em suas conclusões, defende que:

La Reforma Constitucional deberá consagrar el Poder más que limitarlo (...) por cuanto el *enemigo de la libertad personal* no es ya el Gobierno (limitado hoy por una conciencia colectiva cada vez más activa) sino que proviene del exterior.

De ello se deduce que la Constitución debe ser breve y flexible, de modo tal que el Gobierno pueda actuar eficientemente de *acuerdo al bien común*, para que su acción se juzgue si es buena o mala y no si es o no “constitucional” como se hacía antes.

Se deben mantener los grandes principios y fines de la actual Constitución de 1925, pero modificando las atribuciones del Poder Ejecutivo para que sea rápida y eficaz la acción de mando cuando las circunstancias así lo exija, evitando con ello la tramitación burocrática

o política partidista que entraba maliciosamente las mejores intenciones y buenos propósitos del gobierno.<sup>55</sup>

Nesse intuito, foi criada a então conhecida *Comisión Ortúzar*<sup>56</sup>, cujo objetivo seria o de criar a nova *Carta* constitucional do país a partir dos preceitos defendidos pelos militares. Essa comissão representou um espaço heterogêneo, ainda que formado por pessoas que se identificavam com o governo de Pinochet. Manifestaram-se diferentes correntes políticas, desde aqueles ligados à herança política do governo de direita de Jorge Alessandri, caso do dirigente da comissão, Enrique Ortúzar, até grupos pertencentes ao PDC – que foi colocado em recesso apenas em 1977. Assim, foi nesse espaço institucional que Jaime Guzmán, já reconhecido não apenas por sua liderança no *Gremialismo* mas também por sua carreira docente de direito constitucional na PUC-Chile, passou a disputar a liderança dos debates constitucionais de modo a estampar na Constituição de 1980 alguns valores fundamentais do movimento político que representava.

Outro espaço de atuação do *Gremialismo* no interior da ditadura se deu por meio da *Secretaría General de Gobierno* – SEGEGOB (posteriormente elevada a ministério), em especial, na *Secretaría de la Juventud*, na qual Guzmán exerceu grande influência no trabalho de arregimentar a juventude em prol da obra do governo e de assegurar a mudança de mentalidade da juventude para o projeto que se instaurou com o 11 de setembro. Sendo, dentre as secretarias, a que maior nível de organização e alcançado uma ampla organização territorial espalhada pelo país, a secretaria da juventude contou com um grande número de funcionários oriundos das fileiras do *Gremialismo*, tendo na direção ex dirigentes da FEUC.<sup>57</sup>

Por fim, um dos espaços singulares de atuação do *Movimiento gremial* foi por meio da ocupação das prefeituras, fortalecendo o movimento pelo valiosos recursos

---

<sup>55</sup> UGARTE, Augusto Pinochet. *Ensayo sobre un estudio preliminar de una geopolítica de Chile en el año 1965*. Santiago: Memorial del Ejército de Chile, 1979. pp. 199-200. Vale ressaltar que não temos certeza se esse texto correspondia de fato ao documento original de 1965 ou se foi fruto de revisão por parte de Pinochet do contexto de reforma constitucional e plebiscito da Constituição aprovada em ditadura nos anos 1979-1980. Contudo, a crítica, se feita na década de 1960, correspondia a mesma leitura que setores das direitas chilenas faziam da Constituição, em especial, do grupo *Estanquero* e, posteriormente, daqueles organizados ao redor da revista *Portada*.

<sup>56</sup> Criada em 24 de setembro de 1973. Sua composição foi a seguinte: o dirigente da comissão, Enrique Ortúzar Escobar, ex ministro da Justiça no governo de Jorge Alessandri; Sergio Diez U., ex senador pelo Partido Nacional; Jorge Ovalle Quiroz, catedrático de Direito Constitucional da Universidad de Chile e exmembro do Partido Radical; Alejandro Silva Bascuñán e Enrique Evans de la Cuadra, ambos professores de Direito Constitucional e membro do Partido Social Democracia; Gustavo Lorca, exdeputado do Partido Liberal; Alicia Romo, advogada e representante do conjunto de mulheres; e por fim, Jaime Guzmán.

<sup>57</sup> HUNEEUS, Carlos. op cit. p. 347.

institucionais oferecidos pelo cargo. Desde a reforma administrativa de 1974, os prefeitos passaram a ser nomeados por Pinochet. Com isso, as prefeituras passaram a relacionar-se diretamente com as *juntas de vecinos*, *centros de madres*, além de ser o responsável pela aplicação das políticas públicas a nível local, adquirindo uma enorme importância para o projeto ditatorial que se estabeleceu na década de 1970.<sup>58</sup>

Nos meandros dos debates entre 1960 e 1970, o *Movimiento Gremialista* e os economistas neoliberais passaram a ter uma importante contribuição ao debate político e econômico que ia tomando forma após os primeiros anos da ditadura militar. Com isso, não queremos afirmar que o projeto ditatorial correspondeu única e exclusivamente a aplicação irrestrita de suas ideias. Como vimos, o grupo que compôs a coalizão golpista era bastante heterogêneo, além do fato que as decisões finais passavam pela Junta Militar e pelo crivo de Pinochet. Entretanto, buscamos apresentar o surgimento desses grupos e a conquista de uma voz no interior do regime de modo a compreendermos as suas contribuições ideológicas que compuseram o projeto ditatorial.

### **1.3- Um projeto transformador: o *Estado subsidiário* e a *democracia protegida*.**

Apesar da heterogeneidade dos grupos que auxiliavam a Junta Militar na condução do governo nos primeiros anos, havia um duplo consenso: por um lado, acabar com a influência marxista e, por outro, aplicar um projeto de modernização capitalista de longo prazo e que fincasse raízes por meio de uma nova institucionalidade. Posto isto, a necessidade de um projeto político e econômico consistentes atendia aos anseios de legitimidade da ditadura e de um projeto que concretizasse os interesses da coalizão golpista. Assim, compartilhamos da tese de Zárate ao afirmar que:

Nuestra hipótesis parte de la premisa del carácter proyectual del régimen militar, el cual estuvo decidido a imponer una transformación profunda al país, de modo de evitar el resurgimiento de las anteriores lógicas políticas y sentar las bases de una nueva sociedad. Este afán proyectual es clave para entender la decisión indeclinable de las autoridades militares y civiles en avanzar hacia la imposición de tal proyecto, el cual les dio sentido al golpe de Estado y al gobierno posterior, como asimismo ofreció los argumentos para la cohesión institucional militar que sostuvo al régimen.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> Idem. p. 358.

<sup>59</sup> Idem, p. 13.

Segundo o cientista político Carlos Huneeus, coube aos militares disporem de elementos positivos que dessem sólidos fundamentos para a instauração de um regime autoritário, pois, para respaldar sua permanência no poder por um longo tempo, não bastava apelar à crise da democracia e às circunstâncias que provocaram o golpe. Dessa maneira:

“... fue necesario hacer frente a dos tareas básicas para la constitución de un nuevo régimen. En primer lugar, darle legitimidad al orden político, a fin de que los ciudadanos lo apoyen voluntariamente. En segundo lugar, establecer un orden institucional con órganos deliberativos y decisorios que permitan el eficaz funcionamiento del Gobierno y abran espacios para la participación de los civiles.”<sup>60</sup>

As propostas de projetos políticos que demandavam uma maior permanência das Forças Armadas na condução do Estado chileno só puderam tomar curso quando a perspectiva do “discurso restaurador” não se manteve e o uso exclusivo da repressão e do combate à luta armada parecia minar a legitimidade do golpe. Desse modo, o caráter projetual da ditadura chilena atuaria como um mecanismo de legitimidade do próprio governo e das transformações aplicadas pela Junta Militar. Contudo, não havia, até 1975, um projeto definido, e o contraste entre dois documentos fundamentais da Junta Militar, datados de 1974, revelam essa indefinição.

No dia 10 de março de 1974 a Junta Militar publicou um documento fundamental para compreender o caráter transformador defendido pela ditadura, *Líneas de acción de la Junta de Gobierno de Chile*. Nesse primeiro documento, esteve demarcada a influência da cosmovisão dos militares que compunham o COAJ, reconhecidos por defenderem um maior *roll* do Estado na promoção do desenvolvimento econômico capitalista. Somado ao fato de destacar uma efetiva participação Estado na “redistribuição gradual de renda, no equilíbrio da balança comercial, no controle progressivo da inflação e na aplicação de uma política de pleno emprego”, apresentava como norte do projeto ditatorial em gestação como uma “terceira via” ao marxismo e ao capitalismo<sup>61</sup>, defendendo a importância de:

---

<sup>60</sup> Idem, p. 213.

<sup>61</sup> ZÁRATE: Segundo Zárate, as Forças Armadas chilenas manifestavam esse desejo de se apresentarem como uma terceira opção como resultado de sua autopercepção em relação ao marxismo e também em relação à sua crítica histórica ao papel das oligarquias do país.

superar las posiciones divisionistas creadas por intereses políticos, económicos o sociales parciales. La imagen de un "Chile Nuevo" trascenderá los esquemas antimarxistas o anticapitalistas, en la búsqueda del camino que lo lleve a la conquista de su gran destino.<sup>62</sup>

As concepções defendidas nesse documento, por sua vez, contrastam com o documento publicado no dia posterior, 11 de março de 1974, sob o título *Declaración de Principios del Gobierno de Chile*, fortemente influenciado pelas ideias gremialistas, cuja redação coube ao próprio Jaime Guzmán. Nesse documento, a concepção católica de homem é apresentada próxima a uma nova concepção de Estado, revelando um dos primeiros sinais de simbiose entre as ideias gremialistas e neoliberais. Ainda que se critique, na declaração, tanto o socialismo, que “anularia a pessoa humana por seu caráter totalitário”, quanto o “materialismo consumista das sociedades ocidentais desenvolvidas”, constrói-se uma perspectiva na qual o objetivo do Estado deveria ter como meta o bem comum, além do individualismo materialista e do coletivismo totalitário. Ao buscar essa meta, o caminho para alcançar esse bem comum se construiria a partir das *sociedades intermediárias* organizadas num *Estado*, de maneira ordenada. Por isso, conclui, a sociedades estariam divididas em um *sociedade superior* (Nação/Estado) e uma *sociedade inferior* (corpos intermediários como a família, a associação de moradores, os *gremios* empresariais e dos trabalhadores, entre outros), recurso fundamental para consolidar do projeto ditatorial no Chile: o *Estado Subsidiário*.

O caráter subsidiário que deveria ser atribuído ao Estado corresponderia a limitação de sua ação naquelas esferas que, na concepção dos ideólogos do regime, seriam próprias dos *corpos intermediários*. A esses *corpos*, cuja concepção agradava às correntes corporativistas dos militares, nacionalistas e *gremialistas*, seria atribuída a função de resolução dos problemas cotidianos da vida em sociedade, substituindo o papel dos partidos políticos e, por sua vez, contribuindo para a desejada despolitização da população. Somado a isso, respondia à crítica conservadora ao papel intervencionista do Estado ao longo da história recente do país, reduzindo sua ação apenas à defesa nacional, à segurança, à diplomacia, e aos serviços ou empresas estratégicas. Em outras esferas sociais o Estado deveria intervir apenas:

cuando las sociedades intermedias que de suyo estarían en condiciones de asumirlas convenientemente por negligencia o fallos no lo hacen,

---

<sup>62</sup> ENGM-REPÚBLICA DE CHILE. “Líneas de acción de la Junta de Gobierno de Chile”. *A seis meses de la liberación nacional*. Santiago: 1974, p. 89.

después de que el Estado haya adoptado los medios para colaborar a que esas deficiencias sean superadas. En este caso, el Estado actúa en subsidio, por razón de bien común.<sup>63</sup>

Desse modo, a redução do papel político do Estado também auxiliaria na condução do modelo econômico neoliberal à medida que os *Chicago Boys* avançavam na tomada de importantes cargos do governo, até o shock neoliberal e o *Plan de Recuperación Económica* de 1975.<sup>64</sup> A concepção subsidiária – que atualmente denominamos *Estado Mínimo* – contribuiu para a adoção das drásticas medidas de ajuste econômico entre 1975 e 1979, além de servir como justificativa para as medidas de reprivatização e da aplicação das reformas definidas pelos economistas como *modernizaciones* da década de 1970.<sup>65</sup>

O *Estado subsidiário* firmava-se por meio do respeito à propriedade privada e à livre iniciativa no campo econômico, deixando a atividade produtiva sob a responsabilidade dos empresários e do setor financeiro, com um pequeno suporte do governo. Tal princípio se justificava como único modo de criar condições para um “sociedade verdadeiramente livre”, cujas ações não estariam determinadas pela intervenção estatal, apresentada como nociva ao exercício dos direitos políticos. Sendo assim, seria a livre iniciativa e a não-intervenção do Estado que garantiriam a verdadeira liberdade humana e a conquista do bem comum.<sup>66</sup>

Ainda que a *Declaración de Principios* não correspondesse - no início dos anos 1970- ao conjunto das aspirações ideológicas de todos os grupos que compunham o governo, esse documento já apresentava importantes aproximações ideológicas entre os mesmos, e o conceito de *Estado subsidiário* comprova isso.<sup>67</sup> As próprias declarações do general da Força Aérea, Fernando Matthei – futuro membro da Junta a partir de 1978-, passou a compartilhar esse novo *rol* do Estado, apontando para as flexibilidades do aspecto subsidiário:

... porque somos pragmáticos y no utópicos, daremos en cada oportunidad sólo aquellos pasos que la situación permita y las circunstancias aconsejen... Pensamos que al Estado le corresponde un rol subsidiario en la producción de las riquezas y en la operación de las

---

<sup>63</sup> Idem. p. 147.

<sup>64</sup> O *Plan de Recuperación Económica* foi anunciado em rede nacional pelo então ministro da economia Jorge Cauas no dia 10 de abril de 1975.

<sup>65</sup> Analisaremos as modernizações da década de 1970 no capítulo 4.

<sup>66</sup> Idem. p. 148.

<sup>67</sup>

prestaciones de servicios. Los límites de este rol, se comprende, son flexibles y fluctuantes. Ellos dependerán de la organización y eficiencia que llegue a tener el sector privado y del grado de progreso socio-económico que se produzca la población.<sup>68</sup>

O traço definidor do projeto em curso foi um novo papel ao Estado chileno, que se contrapunha ao intervencionismo estatal característico entre 1930 e 1970. Essa profunda transformação do Estado, fundamental para as concepções modernizantes das direitas chilenas e, aos poucos, aceita pelo conjunto das Forças Armadas, deveria ser institucionalizada. A partir dos primeiros sinais de melhoria da economia, entre 1977 e 1978, consagrando os *Chicago Boys* na condução econômica do governo, o governo de Pinochet passou a ser pressionado, externa e internamente, para estabelecer prazos e metas institucionais, elementos importantes para a própria permanência da ditadura.

Nesse período de gestação de um projeto político, devemos considerar a forte pressão internacional, por meio de sucessivas resoluções da ONU, sobre os casos de violação aos direitos humanos, cuja denúncia tornou-se mais contundente a partir do assassinato do ex ministro do governo Allende, Orlando Letelier<sup>69</sup> no dia 21 de setembro de 1976, no qual também morreu sua assistente norte-americana Ronni Moffit, num atentado em Washington, Estados Unidos, operacionalizado pela DINA<sup>70</sup> Outra questão evidente na imprensa internacional era a quantidade de exilados chilenos, o que só agravava a situação do governo. Por fim, as pressões internas realizadas por setores da Igreja Católica chilena também influenciaram o governo a ter que tomar algumas decisões sobre o futuro político e institucional. A partir desse contexto, conformou-se dois grupos que se alinharam no debate de institucionalização: os *duros* e *blandos*.

Essa diferenciação entre um setor de “linha-dura” e outro de uma orientação mais flexível e “branda”, apesar de não dar conta das complexas redes de participação e interesses políticos dos setores pró-regime, nos auxilia para compreendermos o debate institucional no final da década de 1970. Como destacado por Pablo Apolaza, tanto os “duros” como os “blandos” não representavam grupos homogêneos, e possuíam uma identidade em comum que partia da lealdade a figura de Pinochet, do anticomunismo, e

---

<sup>68</sup> MATTHEI, Fernando. Apud. ZÁRATE, Verónica. op cit. p. 119.

<sup>69</sup> Orlando Letelier foi um importante político e diplomata chileno no período do governo da *Unidad Popular*. Tornou-se um dos principais críticos do regime de Pinochet no exterior.

<sup>70</sup> As investigações desse atentado comprovaram o mando do general Manuel Contreras, diretor da DINA. A repercussão desse caso foi tamanha a ponto desse crime ser excluído da Lei de Anistia de 1978.

do apoio à ação militar do “11 de setembro”.<sup>71</sup> A demarcação das diferenças entre esses dois grupos foi resultado das lutas intestinas no interior do bloco governante, relativas ao impacto da dissolução da DINA em 1977, e dos debates sobre a durabilidade do regime, do projeto da nova Constituição e do novo sistema político.

Os “duros” seriam compostos por civis e militares com trajetória na ala conservadora do antigo *Partido Nacional*, e até mesmo por ex membros do movimento *Patria y Libertad*, com um forte discurso nacionalista. Do ponto de vista político, defendiam uma ditadura militar prolongada com duração indefinida. Em relação à sua perspectiva econômica, acreditavam numa reforma corporativa do Estado, além de um desenvolvimento capitalista com uma maior presença de incentivos do governo.<sup>72</sup>

O setor denominado “blando” era, composto essencialmente pelos *gremialistas* e defendiam as teses de institucionalização do regime e de estabelecimento de prazos para o retorno da democracia, embora reconhecessem a importância da permanência dos militares por um longo período. O pragmatismo político característico *Movimiento Gremial* construiu nesse grupo a necessidade de criar um calendário e um cronograma político que legitimasse o atual governo. Além disso, eram adeptos das reformas neoliberais e da *economia social de mercado*. Nesse período, esse grupo foi o que forneceu um projeto político mais consistente e coeso, galgando sua hegemonia através dos prazos estabelecidos no discurso de *Chacarrilas*, na consulta nacional de 1978 e no projeto constitucional que culminou na Constituição de 1980.<sup>73</sup>

O então ministro do Interior, Sergio Fernández, apesar de criticar a denominação “blando”<sup>74</sup> ao grupo no qual ele estava inserido, o dos *gremialistas*, confessava o esforço dessa ala do governo para conseguiu a aprovação de prazos e definir melhor a institucionalização política do governo das Forças Armadas. Segundo Fernández, foram os “blandos” que substituíram a máxima do regime em não ter prazos, criando um calendário para o retorno da *normalidade institucional*. Conforme expõe:

Metas y no plazos, yo diría, era un problema doble: uno, por el aspecto político de metas y no plazos, de no institucionalizar el sistema y

---

<sup>71</sup> APIOLAZA, Pablo Rubio. *La derecha en el régimen militar chileno: El caso de los partidos políticos, 1983-1990*. Tese de doutorado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de Chile. Santiago: 2011. p. 123.

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Idem, p. 124.

<sup>74</sup> Fernández destaca que esse grupo de *blando* nada possuía, visto o rigor com que implementaram sua política, e visavam a construção de uma nova Constituição e de uma maior definição dos prazos e metas para o governo. FERNÁNDEZ, Sergio. *Mi lucha por la democracia*. Santiago: Los Andes, 1994. p. 43.

también por el sistema económico, era doble y a veces se cruzaban, obviamente, habían algunos que adherían al modelo económico pero no querían una institucionalización tan pronto; y otros, que era al revés, que querían la institucionalización pero no estaban de acuerdo con el sistema económico.<sup>75</sup>

Por isso, podemos confirmar a influência do setor *blando* no interior do governo, a partir do *Discurso de Chacarrillas*, determinante na construção de um itinerário político para aplicar o projeto político e institucional. Como confessa o próprio Fernández:

el argumento que yo le fui planteando al Presidente, que era absolutamente necesario para consolidar el Régimen y no caer en el mismo error que habían cometido gobiernos militares en otros países, de no hacer la institucionalización sino esperando objetivos que probablemente no se iban a dar nunca, como el desarrollo y demás, porque estaríamos hasta quien sabe cuántos años; en circunstancias que la presión social y la presión externa pueden hacerse absolutamente insostenibles. Era necesario para mí, que el Gobierno Militar fijara su propio itinerario para que no le fuera impuesto, porque lo que había ocurrido en otros países era que el itinerario se imponía, no más. Los gobiernos, no es que dejaban el poder, sino que caían. Como obviamente el Gobierno Militar no quería ser eterno, ni tampoco podía ser eterno ninguno de sus miembros, era absolutamente necesario fijar un Plan y pedir conversaciones para llegar a un sistema plenamente democrático en la forma que decidieran las Fuerzas Armadas y el propio país sometido a un plebiscito.<sup>76</sup>

Sendo assim, no dia 9 de julho de 1977 - data oficializada como o *Día de la Juventud*, em referência aos jovens caídos na batalha de La Concepción (importante celebração para o Exército chileno)- o governo anunciou o primeiro plano de institucionalização através do *Discurso de Chacarrillas* pronunciado pelo presidente Pinochet e também redigido por Jaime Guzmán.<sup>77</sup> Construído como elemento final de um grande ato cívico, no qual os jovens realizaram uma longa caminhada empunhando tochas nas mãos, esse discurso não só apresentou a síntese da natureza do projeto político que seria implementado, como também sinalizou as etapas do processo de institucionalização.

---

<sup>75</sup>FERNÁNDEZ, *Cavt* n° 55. Santiago: 17 de marzo de 1997, CAVT N°55.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Para Edgardo Boeninger, antes mesmo do discurso de Chacarrillas o regime já havia sinalizado para uma maior institucionalização quando em março de 1977 ratificou a escritura de sucessivas Atas Constitucionais.<sup>77</sup> Contudo, também confirma que em Chacarrillas ocorreu o triunfo no interior do governo das teses *gremialista* e do projeto de *democracia protegida*.<sup>77</sup> Dessa maneira, a partir de 1977, o governo orientou todos os esforços para consolidar o projeto político gerado no interior do grupo neoliberal-gremialista. BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile. Lecciones para la gobernalidad*. Santiago: Editorial Andres Bello, 1997. p. 269.

Pela primeira vez, desde 1973, a ditadura estipulou metas de transição e de uma possível entrega do governo aos civis, ainda que genericamente e condicionadas ao avanço da institucionalidade. Pinochet reiterou a dimensão projetual do regime, reivindicando a legitimidade moral e histórica de seu governo, fazendo valer sua célebre expressão de que o governo das Forças Armadas não seria um “mero parêntesis”, e para isso construiria um projeto político cujo objetivo seria garantir a estabilidade institucional do *novo Chile*.<sup>78</sup>

Foi por meio desse discurso que se consagrou uma expressão que cunhou definitivamente o projeto político e a nova Constituição aprovada pelo governo de Pinochet: a de *democracia autoritária e protegida*. Apesar dessa concepção já ter aparecido na *Declaración de Principios*, foi em Chacarrillas que essa definição democrática foi elaborada e sistematizada da seguinte maneira:

En esa perspectiva, advertimos nítidamente que nuestro deber es dar forma a una nueva **democracia que sea autoritaria, protegida, integradora, tecnificada y de auténtica participación social**, características que se comprenden mejor cuando el individuo se despoja de su egolatría, ambición y egoísmo.<sup>79</sup>

As qualificações a essa *nova democracia* inaugurada pelos militares coincidiam com várias aspirações e valores dos grupos responsáveis pela “reconstrução nacional” sob o projeto modernizador autoritário das direitas chilenas. O processo institucionalizador, a partir de *Chacarrillas*, criaria, por assim dizer, uma democracia que fosse resultado dos diagnósticos das frustrações das elites econômicas e políticas do país. Por isso, ao reivindicar um *democracia autoritária*, visava-se substituir o “Estado liberal clássico, ingênuo e inerte” por outro “comprometido com a liberdade e a dignidade do homem” associado aos valores nacionais por meio do exercício de uma autoridade moral – a tutela das Forças Armadas - e sob um presidencialismo acima dos interesses partidários.<sup>80</sup> Soma-se esse fator aos seu aspecto *integrador*, ou seja, uma democracia que

---

<sup>78</sup> Conforme o discurso: “Para un adecuado enfoque de este problema, es conveniente reiterar una vez más, que el 11 de septiembre no significó sólo el derrocamiento de un Gobierno ilegítimo y fracasado, sino que representó el término de un régimen político-institucional definitivamente agotado, y el consiguiente imperativo de construir uno nuevo”. PRESIDENTE GENERAL PINOCHET. *Discurso de Cacarrillas*. Santiago: 9 de julho de 1977.

No se trata de una tarea de mera restauración sino de una obra eminentemente creadora, sin perjuicio de que dicha creación para ser fecunda debe enraizarse en los signos profundos de nuestra auténtica y mejor tradición nacional

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem.

reestabeleceria a unidade nacional, rejeitando toda e qualquer orientação que se fundamentasse pelo discurso da “luta de classes”. Desse modo, uma *democracia protegida* significava limitada, pois impediria qualquer diálogo com o marxismo.

A concepção *tecnificada* dessa democracia correspondia aos avanços tecnológicos e científicos que, agregados às novas estruturas jurídicas, viabilizariam um estudo mais amplo das decisões, agora pautadas puramente pelo aspecto técnico, reduzindo o influência ideológica e partidária sobre as questões administrativas que correspondiam a condução do Estado. Justamente nesse quesito, o comportamento e as políticas dos *Chicago Boys* atuavam como a régua de aplicação do tecnicismo, comprovado pelos sinais, ainda parcos, de crescimento econômico em princípios de 1977, corroborando a necessidade de uma democracia que se ajustasse a essa nova forma de fazer política.

Por fim, a definição de uma democracia que permitisse uma *autêntica participação social* estaria pautada no princípio da diminuição da interferência do Estado na vida dos indivíduos, pregando a total autonomia da sociedade em relação à excessiva presença do Estado, “típica dos totalitarismos marxistas”, confirmando, por sua vez, o caráter subsidiário do Estado.

Na última parte do discurso, Pinochet sinalizou as etapas do processo de institucionalização, apresentando, pela primeira vez após o golpe, um cronograma institucional cuja função era assegurar a consolidação do projeto de *democracia protegida*. Conforme seu discurso:

El proceso concebido en forma gradual contempla tres etapas: la de recuperación, la de transición y la de normalidad o consolidación. Dichas etapas se diferencian por el diverso papel que en ellas corresponde a las Fuerzas Armadas y de Orden, por un lado, y a la civilidad, por el otro. Asimismo, se distinguen por los instrumentos jurídico-institucionales que en cada una de ellas deben crearse o emplearse (...)

La culminación de todo este proceso de preparación y promulgación de las actas constitucionales, que continuará desarrollándose progresivamente desde ahora, estimo que deberá en todo caso estar terminado antes del 31 de diciembre de 1980, ya que la etapa de transición no deberá comenzar después de dicho año, coincidiendo su inicio con la plena vigencia de todas las instituciones jurídicas que las actas contemplan.<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> Idem.

Assim, enquanto a primeira etapa, denominada de *recuperação*, seria caracterizada pelo controle total do poder pelas Forças Armadas e de Ordem, a segunda seria identificada pela *transição* política, na qual a atuação dos civis passaria da colaboração à participação, sendo inaugurada com a aprovação de uma nova Constituição cuja data limite para aprovação era o ano de 1980. E a terceira e última etapa, denominada de *normalização* ou *consolidação*, seria definida pela completa vigência da nova institucionalidade, pela entrega do poder político aos civis, e pela tutela das Forças Armadas e de Ordem para garantir a continuidade institucional.

Além de confirmar a *pinochetização do regime* ao conceder mais poderes a Pinochet e prolongar sua permanência no governo até o ano de 1988, a Constituição de 1980, aprovada por meio de um plebiscito, acabou consagrando os pilares do projeto ditatorial: o *Estado Subsidiário* e a concepção de *democracia protegida*. Atrelada ao conjunto de reformas neoliberais, *Plan Laboral* (1979) e a *Reforma Previsional* (1980), essa nova constituição criou uma série de mecanismos que possibilitava a continuidade de uma política de liberalização econômica voltada para o exterior, além de conceber plena autonomia do Banco Central.<sup>82</sup> Além disso, pautada por uma concepção restrita da soberania popular, criara um sistema eleitoral que distorcia o processo de escolha dos governantes por meio do voto *binominal*, estabelecendo uma espécie de sub-representação, além da escolha de senadores designados.<sup>83</sup>

Para viabilizar o princípio de *democracia protegida*, a Constituição de 1980 criou dois mecanismos com o intuito de cancelar a tutela militar sobre o regime jurídico e político de modo a impedir o resurgimento dos partidos de orientação marxista. O primeiro consistia na criação de um *Consejo de Seguridad Nacional* - organismo composto por altos oficiais das Forças Armadas que assessorariam a presidência da República e teriam o poder de tutela sob o governo- , e o segundo, o artigo 7º do texto definitivo que estabelecia o seguinte ordenamento:

Todo acto de persona o grupo destinado a propagar doctrinas que atenten contra la familia, propugnen la violencia o una concepción de la sociedad del Estado o del orden jurídico, de carácter totalitario o fundada en la lucha de clases, es ilícito y contrario al ordenamiento institucional de la República.

---

<sup>82</sup> CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CHILE. 1980. Capítulo XII. Artículo 97.

<sup>83</sup> O voto binominal foi modificado apenas em 2017.

Desse modo, a nova Constituição impediria a existência de partidos políticos fundados sob a interpretação ideológica da luta de classes, pois ameaçariam a integridade e a segurança nacional, assim como haviam feito nos anos anteriores. A sociedade chilena, tutelada pelos militares, eliminariam, via nova Carta, o marxismo da vida social e política do país. Entretanto, a exclusão das formas de representação aliadas à esquerda e ao marxismo do imaginário social não poderia ser garantida apenas pela via institucional.

Para a Constituição de 1980, Pinochet governaria entre a aprovação da Carta constitucional e o ano de 1988, quando seria realizado outro plebiscito. Sendo assim, somente a arquitetura institucional não seria suficiente para enraizar os valores do projeto ditatorial. O desejo de transformação total e global da sociedade chilena, e do projeto de modernização impulsionado nos anos 1970, criou, por sua vez, a demanda por uma completa ressocialização dos chilenos que garantissem a perpetuação das obras do governo. Justamente por isso, era necessário despolitizar a sociedade, mas mantê-la organizada. Nesse sentido, a subsidiariedade do Estado confirmava esse propósito, mas demandava que os *corpos intermediários*, compostos por jovens, estudantes, mulheres, trabalhadores e empresários estivessem suficientemente estimulados para agir conforme os valores defendidos e aplicados pela nova institucionalidade política e econômica.

A mobilização da sociedade não poderia se dar sob os modos de agir da antiga democracia partidária. Por isso, a *democracia protegida* seria o instrumento legítimo de uma verdadeira “participação popular” em liberdade, livre dos interesses “demagógicos do marxismo”. Por meio dessa leitura, portanto, o antimarxismo era um dos motores que impulsionavam a nova concepção de *democracia moderna* e as liberdades conquistadas apenas no mercado. Todavia, para combater o marxismo, era preciso ir além da institucionalidade, combatendo os modos de agir e a capilaridade da esquerda no corpo social.

Havia entre os militares uma “leitura social” da guerra contra a subversão. Nessa interpretação militar, o potencial de ameaça representada pela esquerda consistia nas transformações impulsionadas pelo Estado no período da UP. Ou seja, essa batalha possuía a frente política e psicológica à medida que deveria substituir o legado utópico dos anos anteriores ao golpe por outro, moldado a partir das modernizações autoritárias. Conforme diagnostica Zárate:

Si el marxismo habría de ser derrotado era necesario convencer a la población de su malignidad, del deber social de arrancarlos de su sistema político y cultural y de todas aquellas corrientes que lo hicieron posible.<sup>84</sup>

Arrancar o marxismo das mentes e corações da população por ele influenciada seria a principal meta para a concretização do projeto ditatorial. Por isso, desde 1973, a ditadura não abandonou a perspectiva do combate a pobreza pois via nesse quesito o ambiente propício para o alastramento das correntes ideológicas de esquerda. Era preciso ressocializar o conjunto da população a partir dos novos princípios. Sendo assim, esse seria o limite da subsidiariedade do Estado: a promoção de políticas sociais no combate à pobreza, antes e depois do *shock* neoliberal.<sup>85</sup>

As ambições globais do projeto ditatorial, portanto, apresentavam-se sobre as distintas frentes: refundação do paradigma econômico, construção de uma nova concepção de democracia, a defesa do tecnicismo como ponte para a modernização e a necessidade de políticas públicas que atenuassem a pobreza para impedir o avanço do marxismo. Junto a isso, como instrumento auxiliar de todo esse complexo de mudanças estruturais, era preciso também modificar os imaginários sociais para que a sociedade, reeducada e ressocializada, pudesse construir um novo projeto de nação e de desenvolvimento.

#### **1.4- O sentido da propaganda.**

A propaganda política esteve no centro das preocupações da Junta Militar desde o golpe de 1973. Para além da violência física e do aparato repressivo empregado contra os opositores, os membros do regime sinalizaram desde cedo para a importância da propaganda enquanto instrumento fundamental para “destruir a ideologia marxista”. O que se denominava *Liberación Nacional* do 11 de setembro exigia uma reorientação das condutas individuais e coletivas por meio de uma reeducação cívica, pautada por um novo arranjo simbólico. Por isso, era preciso “exterminar o câncer marxista” no campo ideológico, e foi baseado nesse sentido “doutrinador” que o trabalho de propaganda foi realizado.

---

<sup>84</sup> ZÁRATE, Verónica. op cit. p. 21.

<sup>85</sup> Sobre essas políticas, veremos no capítulo 4.

Assim como nas demais ditaduras sulamericanas, o caso chileno também esteve inserido na perspectiva da *Doutrina de Segurança Nacional*, que orientou a ação dos militares nos golpes das décadas de 1960 e 1970, e na qual um dos componentes seria a necessidade de enfrentar a subversão marxista em todas as frentes de combate, em especial, na frente ideológica.<sup>86</sup> Ou seja, segundo essa doutrina, era fundamental combater os discursos, símbolos e mitos que fundamentavam as ideias da esquerda. Dessa maneira, a intervenção militar deveria ser realizada em todos os espaços de infiltração ideológica do comunismo internacional: nos sindicatos, nas universidades, nos meios de comunicação, entre outros.<sup>87</sup>

A violência física e simbólica aplicada contra a esquerda, cuja expressão máxima foi o bombardeio ao palácio presidencial *La Moneda*, foi proporcional a *utopia* representada pelo governo da UP. Era preciso combater todos os referenciais políticos, os recursos linguísticos, a identidade gráfica e visual, os condicionamentos da ação política, ou seja, todo o *imaginário social* que remetia ao governo de Allende. Mais do que isso, com o avançar do projeto ditatorial, era preciso destruir toda a referência da *cultura política* chilena que deu o ritmo a uma democracia pluralista e partidária, de um *estado de compromisso*, e com a adesão – ainda que mínima - das demandas populares pelo Estado.<sup>88</sup>

O projeto dos militares, dos grupos econômicos e das direitas chilenas deveria reconstruir a base das representações da elite dominante, que foram sendo minadas ao longo do século XX, por meio de um ordenamento social que ampliava a participação popular e a incorporação de suas demandas pelos governos a partir dos anos 1950. Como destaca Raúl Zurita, antes de 1973, o conjunto de representações que permeavam o imaginário social foi cunhado por uma nova linguagem na qual, pela primeira vez, era a linguagem das majorias, alterando completamente as práticas políticas.<sup>89</sup> Por isso, a principal batalha da aliança das forças conservadoras foi a de não só eliminar fisicamente

---

<sup>86</sup> COMBLIN, Joseph. *El poder militar en America Latina*. Salamanca: Sígueme, 1998. p. 61.

<sup>87</sup> Idem.

<sup>88</sup> Por *cultura política* entendemos como uma “espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” os quais atuariam como uma chave explicativa dos comportamentos políticos. Trabalhamos com sua perspectiva plural, ou seja, a existência de várias culturas políticas no interior de uma comunidade, ou também uma cultura política singular, por exemplo, a nacional, quando na intercessão de várias culturas políticas, a área de abrangência conformaria uma cultura política única. BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia.” In: AZAVEDO, Cecília. *et ali. Cultura política, memoria e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 56.

<sup>89</sup> ZURITA, Raul. “Presentación”. In: BRUNNER, José Joaquín. *La cultura autoritaria en Chile*. Santiago: FLACSO: 1981. p. 9.

a esquerda, mas também sua forma de conceber o mundo, suas representações e seus imaginários.

Conforme nos apresenta Bronislaw Backzo, o imaginário social é “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”.<sup>90</sup> Sendo o imaginário o conjunto de representações coletivas que estruturam a visão de mundo de uma coletividade, constatamos que o mesmo é um elemento de legitimação do poder político. Como afirma o historiador:

É no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder *legítimo*, ou melhor, para ser mais exacto, o problema da *legitimação* do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribuí ao poder.<sup>91</sup>

Sendo as *representações* classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social, também se relacionam com o exercício do poder e da dominação ao produzirem estratégias e práticas que visam impor autoridade e a legitimar escolhas políticas. O conjunto de representações elabora um sistema de ideias-imagens- que possuem verossimilhança com o mundo real, da qual depende sua aceitação social- que estabelece hierarquias sociais, conforma as identidades e legitimam o poder.<sup>92</sup> Com isso, o imaginário administra esse conjunto de representações para atender às distintas aspirações do jogo político. Como reitera Backzo:

o controle do imaginário, de sua reprodução, de sua difusão e de seu gerenciamento assegura, em degraus variáveis, um impacto sobre as condutas e as atividades individuais e coletivas, permite canalizar energias, influenciar escolhas coletivas nas situações surgidas tanto incertas quanto previsíveis.<sup>93</sup>

Desse modo, a propaganda política realizada por qualquer regime autoritário trataria de condicionar os elementos constitutivos desse imaginário com o intuito de legitimar o grupo que toma o poder e seu projeto correspondente. Por conseguinte, suas estratégias de legitimação dependem da erradicação simbólica do projeto que depõem pela força. Essa foi a primeira linha de ação da ditadura no Chile.

---

<sup>90</sup> BACKZO, Bronislaw. “A imaginação social”. op. cit. p. 311.

<sup>91</sup> Idem. p. 310.

<sup>92</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. pp.13-28.

<sup>93</sup> BACKZO, Bronislaw. op cit. p. 314.

A legitimação da ditadura ocorreria, num primeiro momento, pelo combate ideológico contra o marxismo e pela desqualificação dos sistemas de interpretação da realidade social elaborados no governo de Allende. Por isso, após a “operação limpeza” nas instituições públicas, nos espaços educacionais, nos sindicatos, e nas áreas urbanas, meses após o golpe, a Junta Militar produziu sua primeira campanha de propaganda que correspondia ao principal elemento de coesão do núcleo golpista: reforçar o caráter anticomunista e consolidar a narrativa de demonização da UP.

A SEGEGOB, por meio de sua *Dirección de Relaciones Humanas*, produziu uma série de documentos secretos, datados de março de 1974<sup>94</sup> denominada “*Campana de Penetración Psicológica Masiva*”, organizada por um grupo de especialistas sob a supervisão do psicólogo Hernán Tuane Escaff.<sup>95</sup>Essa campanha foi concebida a partir de uma leitura específica sobre o que significa o ato de produzir a propaganda política: a de indução e manipulação das massas, ou seja, a propaganda como uma ação puramente doutrinadora e ideológica.<sup>96</sup> Conforme um dos documentos da campanha, o objetivo inicial do governo deveria ser o de criar mecanismos de comprometimento da “massa” aos “preceitos, significado e atuação” das Forças Armadas, pois a ausência da adesão popular aos valores difundidos pelo governo era vista como um “grande obstáculo para os propósitos do regime”. Almejando tal adesão, a estratégia propagandística destacava a importância em reforçar os aspectos negativos que antecederam ao 11 de setembro, de modo a consolidar a imagem da Junta Militar como a “única solução ao problema chamado marxismo”.<sup>97</sup> Por conseguinte, era preciso criar um sentimento de angústia perante a população pois:

---

<sup>94</sup> Não existe uma data precisa da confecção desse documento. Conforme a narrativa do documento, no qual aponta em varios momentos “pasados seis meses da *liberación nacional*”, é que se conclui sua elaboração em março de 1974. Vale ressaltar também que dito documento não está disponível em nenhum arquivo público de Santiago, sendo disponibilizado apenas trechos do mesmo numa reportagem do jornal *La Nación* de 2004. Documentos reproduzidos parcialmente em: <http://www.floridatos.cl/la-guerra-sicologica-en-dictadura-documento#.WnW9i1Q-dE4>. Acessado em 03 de fevereiro de 2018.

<sup>95</sup> Hernán Tuane Escaff é um dos nomes mais complexos dos quadros civis da ditadura no Chile. Professor de Psicologia Criminal da Universidade do Chile, Tuane foi associado a sessões de tortura, por relatos de vítimas, e que, inclusive, teria sido um dos responsáveis por treinar tecnicamente os agentes da DINA e da CNI para que aplicassem “rigor científico” às seções de interrogatório.

<sup>96</sup> Essa concepção de propaganda política não é a que defendemos nessa tese. Assim como aponta o historiador Carlos Fico ao estudar a propaganda política da ditadura brasileira, acreditamos que a ótica tradicional que trabalha a propaganda como “manipulação ideológica” apresenta explicações mecânicas e cria uma generalização do processo de recepção dessa propaganda, cujo fim seria uma suposta alienação e desmobilização da população. FICO, Carlos. *Reiventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 16-17.

<sup>97</sup> : <http://www.floridatos.cl/la-guerra-sicologica-en-dictadura-documento#.WnW9i1Q-dE4>.

es una de las formas de incorporarlos a apoyar los planes del gobierno. La campaña tiene como objetivo fundamental **actualizar los factores neurotizantes que traumatizaron al ciudadano chileno durante el régimen de la UP**, y que en muchos casos actualmente han olvidado.<sup>98</sup>

Uma das peculiaridades da ditadura chilena foi a manutenção – até o momento da transição democrática - da estratégia discursiva em negatizar o passado relacionado à UP. Os responsáveis pela elaboração da propaganda oficial tinham consciência dessa necessidade para criar vínculos com a população. Por isso, na *Campaña de Penetración Psicológica Masiva*, foi criada uma escala de vocábulos e associações depreciativas sobre a experiência socialista chilena. Para lograr esse propósito, criaram as seguintes tópicas:

Marxismo= violência=escassez=escândalo=angústia=perigo de norte.  
Junta Militar=fator terapêutico=bem-estar=solução de problemas=Pátria  
Marxismo (UP)= mentira  
Marxismo (UP)= traição

Esse conjunto de equivalências deveria ser o fio condutor de toda a comunicação e propaganda do governo, e assim o foi quando observamos os primeiros documentos emitidos pela Junta Militar, e também pela própria imprensa. Outro tipo de associação produzida por esses propagandistas foi o de enfatizar como o governo da UP incentivou os extremismos políticos. Sendo assim, a mensagem oficial deveria tratar o extremismo da seguinte forma:

Extremismo= anti-chileno  
Extremismo=mercenários  
Extremismo=insegurança  
Extremismo=perigo  
Extremismo=perda da liberdade

Todas essas equivalências auxiliariam no processo de “doutrinação das massas” proposto pela equipe de Tuane, trabalho ideológico cujo objetivo principal era o de construir mecanismos de apoio e consenso ao governo. Por isso, segundo o documento, sem o apoio da população à ditadura, a ideología marxista seguiría vigente entre os cidadãos, de modo que:

se hace clara la **necesidad de desconcientizar primero** – entiéndase una prolongada campaña tendiente a destruir la ideología marxista – y

---

<sup>98</sup> Idem.

**concientizar después**, en un sentido positivo y de acuerdo a los postulados o principios del gobierno de Chile.<sup>99</sup>

Essa ênfase no anticomunismo e na sua condenação não foi uma particularidade do período ditatorial no Chile. Para Marcelo Araya, a partir da Segunda Guerra Mundial, houve uma expansão generalizada do anticomunismo no interior do sistemas partidário e na sociedade chilena a ponto de deslocar as alianças existentes nos anos 1930, isolando a esquerda marxista, e aproximar a direita ao centro radical.<sup>100</sup> A então “*amenaza roja*” ganhou formas institucionais de perseguição aos comunistas, como o caso da *Ley de Defensa Permanente de la Democracia* de 1948, que colocou o Partido Comunista na ilegalidade. Somado a isso, outras formas de perseguição aos comunistas se deu por meio da *Acción Chilena Anticomunista*, liderada por grupos nacionalistas – organizados ideologicamente por meio da revista *Estanquero* – que difundiam uma ideia na qual o país passava por uma aguda crise moral motivada pela “desintegração nacional” produzida pela presença do comunismo, além de serem críticos aos partidos políticos e ao sistema liberal como um todo.<sup>101</sup>

Se o anticomunismo não era novidade na política chilena, a propaganda anticomunista também não. O que Rodrigo Patto Sá Motta denominou, para o caso brasileiro, de “indústria do anticomunismo” - como o conjunto de operações midiáticas e propagandísticas que acentuavam os perigos das ideias defendidas pela esquerda em conjunturas de tensões sociais- também foi um elemento presente na dinâmica política chilena entre os anos 1950 e 1960.<sup>102</sup> A própria campanha eleitoral de 1964<sup>103</sup>, na qual Salvador Allende concorria pela aliança entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, foi marcada por uma propaganda opositora que associava o marxismo à violência, à deturpação dos valores morais e nacionais, e que o voto na direita seria a única opção viável para que “*Chile seguirá siendo chileno*”.<sup>104</sup> Sendo assim, já havia um trabalho de difusão ideológica em distanciar os valores nacionais do marxismo, relacionando-o a ideias e valores estrangeiros que não pertenciam à tradição política e social do país.

---

<sup>99</sup> Idem.

<sup>100</sup> ARAYA, Marcelo Casals. *La creación de la amenaza roja. Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la “campana del terror” de 1964*. Santiago: LOM, 2016. p. 158

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho* pp. 161-178.

<sup>103</sup> Concorreram às eleições de 1964: Eduardo Frei, pelo *Partido Democracia Cristiana*; Salvador Allende, pela coalizão *Frente de Acción Popular*; e Julio Duran Neumann por uma coalizão de partidos de direita *Frente Democrático*. Eduardo Frei saiu vitorioso das eleições.

<sup>104</sup> ARAYA, Marcelo Casals. op cit. pp- 424-454. Araya realiza uma excelente análise sobre a propaganda política da campanha eleitoral em 1964.

Com o exposto acima, a propaganda da ditadura governada por Pinochet e pela Junta Militar deu continuidade ao conjunto de representações que permeava a cultura política das direitas chilenas, agora numa escala sistematizada e de maior envergadura – pois se tratava de uma propaganda a nível estatal. Nesse caso, a propaganda anticomunista foi reforçada pela experiência do governo de Allende. Ou seja, mais do que um aviso do perigo iminente, como realizou a “indústria anticomunista” das décadas anteriores, a campanha organizada pela SEGEGOB em 1974 partia de uma experiência concreta, palpável, que deveria permear constantemente o imaginário coletivo dos chilenos no período pós golpe.

No entanto, se fazia necessário realizar uma propaganda que transitasse entre a negatividade da experiência socialista e a positividade do novo governo. À medida que os militares sinalizam uma maior permanência no poder para “restaurar a chilenidade, a justiça e a institucionalidade”, caberia à propaganda auxiliar o processo de legitimação da ditadura. Ao ultrapassar o nível do apelo à crise da democracia e às circunstâncias que resultaram no golpe, a propaganda deveria ser mais um dos mecanismos a fornecer o material para a legitimação da ordem política e institucional, de modo a conquistar a máxima adesão e o maior apoio possíveis da população. Nesse ponto, nos deparamos com um objetivo importante, e complexo, para a propaganda política: a necessidade de gerar *consenso*<sup>105</sup>.

Ao construir a imagem da Junta Militar, e de Pinochet, como os guardiões dos valores e tradições caros ao imaginário nacional, como a *chilenidad*, ameaçados pelo marxismo, a propaganda da ditadura chilena apelava para os pontos de referência simbólicos que permitiam identificar no novo governo uma certa continuidade com a história nacional. Na construção dessa imagem, a ditadura apresentou-se como “necessária” à medida que se justificava apontando o objetivo final pelo qual tomaram o controle do estado: a criação de uma autêntica democracia, distante das demagogias, e

---

<sup>105</sup> Utilizamos a definição de consenso analisada por Daniel Aarão Reis no qual seria um: “... conceito útil para compreender as relações complexas entre sociedades e regimes autoritários ou ditatoriais, designa a formação de um acordó de aceitação do regime existente pela sociedade, explícito ou implícito, compreendendo o apoio ativo, a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. São matizes bem diferenciados e, segundo as circunstâncias, podem evoluir em direções distintas, mas concorrem todos, em dado momento, para a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra esse regime. A repressão e a ação da polícia política em particular podem induzir ao, ou fortalecer o, consenso, mas nunca devem ser compreendidas como decisivas para a sua formação”. REIS, Daniel Aarão. “A revolução e o socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.387.

um verdadeiro progresso econômico e social. Assim, caberia à propaganda utilizar-se dessas demandas históricas, associando-as aos projetos político e econômico do regime, tentando solidificar padrões de consenso, ainda que mínimos, sobre esses pontos.

Nesse sentido, um dos traços característicos do trabalho de comunicação e propaganda da ditadura chilena foi a importância dada à opinião pública. Elemento importante para os governos no século XX<sup>106</sup>, o fenômeno da opinião se tornou fundamental para avaliar os pontos de referência para medir os padrões de consenso e dissenso das sociedades sobre diversos temas da vida nacional, além de possibilitar a compreensão da relação dos atores sociais entre si e como esses atores reagem às diversas temporalidades históricas a partir dos embates do presente.<sup>107</sup> Por isso, preocupar-se das opiniões torna-se um pressuposto para mapear os distintos componentes que interferem no imaginário social.

A opinião pública é um fenômeno complexo pois sua natureza não permite definições claras. Marcada por um debate enquanto fenômeno de uma sociedade de massas, ora tratada em sua particularidade, ora tratada no plural como “correntes de opinião”<sup>108</sup>, tal fenômeno torna-se importante à medida que representa uma avaliação da imagem do governo e de suas ações. Por isso, diante de um cenário no qual o pacto democrático é rompido e a soberania nacional fraturada por meio de uma ruptura institucional produzida pelo golpe, os principais organismos da ditadura chilena assumiram como desafio o trato dessa opinião, e como melhor utilizá-la à favor do regime.

Um dos principais diretores responsáveis pela estruturação do órgão de propaganda, o major Hugo Morales Courbis, destacava a importância do mapeamento da opinião pública como baliza do projeto de comunicação da ditadura. Ao apresentar o organismo de propaganda, destaca que a DINACOS possuía como primeira tarefa técnica “conhecer e analisar a opinião pública através de uma avaliação que permita detectar as

---

<sup>106</sup> Conforme apresenta Ellul: “Bem entendido, é preciso que o governo conheça a opinião pública, a ausculte. Trata-se de uma necessidade para um estado moderno: exame da imprensa, sonfagens de opinião através de diversos métodos, correio de leitores e correio parlamentar, sindicatos e partidos – outros tantos meios de discernir a opinião”. ELLUL, Jacques. *Propagandas: uma análise estrutural*. Lisboa: Antígona, 2014. pp. 147-148

<sup>107</sup> A relação entre opinião pública e as temporalidades históricas é apresentada por Pierre Laborie em: LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião”. In: AZEVEDO, Cecília et al. *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 80.

<sup>108</sup> SAUVY, Albert. *A opinião pública*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966. p. 12.

reações da cidadania” e das necessidades de informação geradas pela mesma.<sup>109</sup> Para isso, os técnicos da DINACOS trabalhavam de modo que:

se realizan sondeos, encuestas, se analiza el contenido de los medios de comunicación social y todo elemento que sirva de base para configurar un panorama real de las reacciones de la opinión pública. De no realizar este trabajo, correríamos el riesgo de actuar sin conocer lo que piensa la opinión pública, lo que nos puede llevar a cometer graves errores.<sup>110</sup>

A preocupação sinalizada pelo diretor do órgão de propaganda para que se conhecesse a opinião pública pode ser considerada em parte como retórica, à medida que o contexto autoritário dificultava manifestações reais de discordância política – e sua apreensão por meio de pesquisas de opinião em ambientes ditatoriais – e por outro lado, como a construção de uma imagem de um governo que busca dialogar com a sociedade criando uma aparência de legalidade e legitimidade. Como afirmam os diversos membros do governo que trabalharam na DINACOS e no ministério SEGEGOB, o dever da comunicação e da propaganda era o de *orientar a opinião pública* no sentido dos princípios e ações governamentais.<sup>111</sup>

Algumas pesquisas de opinião encomendadas confirmaram aspectos importantes para a legitimação do regime e a confiabilidade da população em relação à imagem do governo. Em fevereiro de 1976, uma pesquisa publicada no jornal *La Tercera* apontava para a confiança dos chilenos no atual governo, assim como a aprovação de Pinochet como mandatário do país.<sup>112</sup> A figura do presidente sempre era avaliada nos questionários, cujos resultados apontavam um Pinochet visto como sincero (79%), um governante que ajudava a todos os chilenos (77%) e moderno (73%). Já os membros da Junta Militar eram vistos como organizados e cuidadosos (87%), educados (60%), unidos entre si (80%), e que conseguiram consertar o país (74%).<sup>113</sup> Outros números também eram favoráveis ao governo, como a aprovação frente às ações de agressão internacional (54%), a política de direitos humanos (60%) e o grau de otimismo com o futuro econômico (55%).

---

<sup>109</sup> MORALES, Hugo. “El rol de la DINACOS. Organización, responsabilidades, campos de acción, mecánica para el contacto, importancia y criterio de la comunicación” In: MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del Primero Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 15 de abril de 1978. p.83.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> O trabalho de propaganda da DINACOS e seus respectivos diretores será analisado no capítulo 3.

<sup>112</sup> *La Tercera*. “El chileno medio bajo la lupa”. Santiago: 25 de fevereiro de 1976. pp.13-15

<sup>113</sup> O jornal não divulgou os critérios de elaboração da pesquisa de opinião.

Essas pesquisas também tinham o objetivo de apresentar brechas que apontavam uma desaprovação ao governo. Funcionavam como válvulas de escape na qual o próprio regime afirmava seu posicionamento em favor à pluralidade de opiniões, e que, de certo modo, auxiliavam para mapear o impacto das medidas aplicadas após 1975, por meio do *shock neoliberal*. A principal discordância dos entrevistados se localizava nas questões econômicas, dentre as quais 59% dos entrevistados desaprovavam as ações de combate ao desemprego, e 57% desaprovavam a política de salários.<sup>114</sup> Essa tendência se manteve até as pesquisas de 1979, auge do milagre econômico.

Em fevereiro de 1979, o jornal *El Mercurio* publicou uma pesquisa de opinião encomendada pelo governo à empresa *Gallup*<sup>115</sup>, na qual confirmavam a boa imagem do ditador e o otimismo com o país. O editorial ratificava a importância dessas pesquisas de moda a ampliar esse otimismo, de modo que a própria publicação do resultado tivesse um impacto ainda maior na aprovação do governo. Segundo o jornal:

El cotejo de esta encuesta con otras similares confeccionadas en semestres pasados revela una conformidad mayoritaria con la marcha del país y del Gobierno – 67 por ciento – y una buena imagen del Presidente de la República. Como principal aspecto positivo del Gobierno se caracteriza la existencia de orden, respeto y tranquilidad.<sup>116</sup>

Contudo, o editorial demonstrava as preocupações da população sobre os aspectos econômicos, ainda que se confirmasse uma melhoria do bem-estar quando comparado ao governo de Allende. O texto especifica as angústias da população, como:

Cesantía, sueldos y salarios y costo de vida son los problemas que golpean con más fuerza y que se califican con mayor índice de gravedad. Una consulta es reveladora de esta convicción dominante: “supongamos que Ud. Pudiera hablar personalmente con el Presidente Pinochet. ¿cuáles serían las tres cosas que Ud. Le pediría que hiciera inmediatamente?” Las respuestas recogidas en fuerte proporción – 48,6 por ciento- piden “que elimine la cesantía” y luego “que aumente el poder adquisitivo de la población” (19,3 por ciento) y “que incremente la ayuda social a sectores modestos”.<sup>117</sup>

---

<sup>114</sup> *La Tercera*. “El chileno medio bajo la lupa”. Santiago: 25 de fevereiro de 1976. pp. 13-15

<sup>115</sup> *El Mercurio*. “Encuesta Gallup de opinión pública”. Santiago: 25 de fevereiro de 1979. p. D3.

<sup>116</sup> *El Mercurio*. “Encuesta de opinión”. Santiago: 1º de março de 1979. p. A3.

<sup>117</sup> *Idem*.

Ainda que tais preocupações, resultante dos efeitos da política econômica, sejam alardeadas como um problema real da população, a maneira como a pesquisa foi elaborada tendia a confirmar a legitimidade de Pinochet como o interlocutor capaz de resolver essas questões. Ou seja, o mapeamento da opinião pública serviu tanto para filtrar as preocupações, e o apoio, como confirmar a legitimidade dos governantes e do novo modelo de organização política e social produzidos por essa ditadura. Além disso, mesmo entre os grupos que desconfiavam do modelo econômico, havia uma sinalização de progressivo apoio ao governo, como no caso comparativo entre a aprovação do governo por setores mais pobres nos anos 1977 (45%) e 1978 (62%).<sup>118</sup>

Outra estratégia utilizada pelo regime na tentativa de “forjar a opinião pública” foi por meio da *sincronização da imprensa*, estatal e privada. Foi nesse âmbito, mais do que qualquer outro, que a atividade da *censura* tentou moldar a mentalidade coletiva à nova realidade por meio da emissão persistente de um discurso legitimador das ações do governo, eliminando - ou pelo menos se empenhando em diminuir- as possíveis mensagens que representavam o dissenso das oposições. A imprensa contribuiu significativamente, desde o golpe de estado, para justificar e exaltar o governo das Forças Armadas, por meio de textos e imagens. Essa mesma imprensa tratava de difundir o aspecto de normalidade do novo governo, reforçando sua propaganda, e tratando de demonstrar que esse regime era desejado pelos chilenos.

A utilização da linguagem jornalística e do suporte imagético que a imprensa escrita utilizava por meio das fotografias foi um importante recurso para a elaboração da propaganda oficial. A opção pelas montagens fotográficas, o denunciamento anticomunista e a repetição dos tópicos pautados pelo discurso oficial reforçavam no cotidiano popular o conjunto de referências que convergiam para os planos do governo em reeducar a sociedade chilena. Nesse sentido, o processo de violência simbólica exercidos pela *censura* e pela *autocensura* contribuía para consolidar uma *cultura disciplinária* para afastar os chilenos dos pontos de referência externos e opostos àqueles pregados pelo governo.

Se por um lado a propaganda deveria dar suporte à construção da legitimidade do projeto ditatorial, por outro deveria aproximar os cidadãos a esse projeto. Segundo Jacques Ellul, é típico dos estados modernos a necessidade em informar à opinião acerca

---

<sup>118</sup> Porcentagem dos setores considerados como de menor renda que aprovavam o governo. Nos setores considerados de alta renda os números são, respectivamente: 91% em 1977 e 77% em 1978, Nos setores médios 58% para 68%. Idem.

do que faz, explicar os atos de governo, os problemas e as decisões, e se numa democracia “é preciso dar aos cidadãos o sentimento de terem querido os atos do governo, de serem por eles responsáveis”, essa demanda se amplia quando tratamos de um contexto ditatorial.<sup>119</sup>

Aproximar a sociedade chilena do processo de institucionalização da ditadura foi uma das tarefas fundamentais da propaganda. Ao construir um projeto global, era preciso informar à população sobre as transformações em curso e, mais do que isso, produzir um sentimento de adesão à essas reformas. O projeto político proposto pelo governo de Pinochet alteraria o tecido social chileno, e por isso, era preciso construir a imagem de que esse projeto era resultado das necessidades do país e da vontade popular por um Chile moderno e em desenvolvimento. Sendo assim, dada a importância dos municípios no projeto ditatorial, os prefeitos, nomeados por Pinochet, seriam os principais agentes da propaganda.

Na realização dos *Congresos de Alcaldes*, iniciados em 1978, foi constante a presença dos organismos do governo responsáveis pela informação e propaganda, como o ministério SEGEOB e a DINACOS, cujos respectivos ministros e diretores enfatizavam a centralidade dos prefeitos para a consolidação do projeto ditatorial. Para o órgão de propaganda, os prefeitos seriam os agentes de comunicação e propaganda oficiais do governo a nível das organizações sociais. Seria o prefeito um agente de orientação da opinião pública, no qual :

los Alcaldes son en sí noticias y son el primer elemento comunicador de la comuna. Su palabra siempre es escuchada y amplificada, por tal motivo en cada oportunidad posible, es necesario reiterar, junto con los aspectos concretos de que esté hablando, los aspectos doctrinarios y filosóficos y las políticas que guían la acción del Gobierno y si es posible, preparar, con el concurso de las Organizaciones Civiles, reuniones, charlas, conferencias, etc., que permitan enseñar o adoctrinar a la opinión pública.<sup>120</sup>

Os prefeitos seriam o braço da ditadura mais próximo da população. Cabia a eles traduzir, a nível municipal, a nova ordem social imposta pelo governo central de Pinochet e da Junta Militar. Por isso, deveriam conjugar o seu trabalho público à transmissão das doutrinas necessárias para alcançar a adesão popular ao modelo neoliberal e aos novos mecanismos de participação política.

---

<sup>119</sup> ELLUL, Jacques. op cit. p. 151.

<sup>120</sup> MORALES, Hugo. op cit. p. 88.

Ao criar as condições de operacionalidade de um novo Estado chileno, marcado pela concepção de *Estado subsidiário*, a ação das prefeituras também criavam a imagem de um Estado preocupado com as questões que afetavam o cotidiano. Dessa forma, aproximando-se da população, os prefeitos também atuavam na construção da imagem do governo e do projeto ditatorial, por isso, atuavam propagandisticamente.

Todas as ações do prefeito como a entrega de moradias, reuniões com as *juntas de vecinos*, discursos públicos, entre outras, deveriam “estar orientados eticamente” e com o propósito de difundir as doutrinas governamentais. Deveria estar atento às novas e melhores formas de comunicação social e preocupar-se de anunciar as realizações do governo central por meio de eficientes técnicas de publicidade. Entretanto, deveria estabelecer as prioridades equilibrando políticas públicas e propaganda pois, como orienta o diretor da DINACOS, Jorge Fernandez Parra:

la ciudadanía está siempre alerta, sabe que los fondos de su municipalidad son, de alguna manera, sus fondos y quiere comprobar que se inviertan adecuadamente. Un exceso de publicidad señala un exceso de gasto. La opinión pública sabe medir los costos de publicidad y se preocupa cuando una campaña que siente financiada con fondos municipales, excede los límites de lo conveniente. Es por ello que resulta sumamente importante guardar exactamente las proporciones en este sentido, para no obtener resultados contraproducentes.<sup>121</sup>

Outro aspecto importante sobre o papel dos municípios na política comunicacional da ditadura foi a dupla função dada aos prefeitos em matéria de difusão propagandística e sua atuação com os segmentos organizados da sociedade por meio das secretarias que constituíam a *División de Organizaciones Civiles*, da SEGEOB. O prefeito, em estreito contato com as mulheres, os jovens, os trabalhadores e setores *gremiais*, deveria motivá-los a seguir adiante com os planos do governo. Esse é justamente o objetivo final da propaganda política: transformar a adesão em ação política.

O esforço sistemático das *Secretarías de la Mujer, de la Juventud, de los Gremios* em orientar esses grupos sobre os novos princípios que regulamentariam a atividade social contribuíram significativamente no propósito de disciplinamento da sociedade chilena sob neoliberalismo e o autoritarismo. Entretanto, era preciso conquistar a adesão e engajar tais grupos na implementação do projeto autoritário. Justamente esse é o aspecto

---

<sup>121</sup> PARRA, Jorge Fernández. op cit. p. 281.

mais importante da propaganda: mais do que alterar a opinião pública, provocar uma ação.<sup>122</sup>

Sendo assim, a propaganda apresentava-se como mecanismo de estímulo à mobilização em prol do regime, através de cerimônias, atos cívicos, mas também por meio de cursos e capacitações de lideranças que levassem à frente a mensagem oficial. Foi nesse sentido que o *Instituto Diego Portales* – órgão componente da SEGEGOB e que dava apoio logístico às diversas secretarias - com o suporte dos prefeitos, atuou por meio da distribuição de material gráfico e audiovisual sobre as reformas econômicas, os novos hábitos da cidadania e os padrões sociais esperados pela nova institucionalidade.<sup>123</sup> Contudo, era preciso definir quais os grupos deveriam estar engajados, assim como definir o seus respectivos papéis no processo de reconstrução da nação, num complexo trabalho de definição daqueles que se enquadravam ou não na *chilenidad*.

A constituição dos grupos sociais como unidade de ação, explica Reinhart Koselleck, só é possível por meio de conceitos que delimitem um determinado grupo e exclua outro.<sup>124</sup> Os grupos podem até constituir-se “por meio do comando ou do consenso, do contrato ou da propaganda, da necessidade ou do parentesco”, mas é imprescindível, ao delimitá-lo, utilizar-se de conceitos pelos quais esses mesmos grupos possam “se reconhecer e se autodeterminar” para agirem.<sup>125</sup> Por isso, foi necessário à propaganda chilena não apenas definir os papéis esperados pela juventude, pelas mulheres, pelos trabalhadores e empresários, mas definí-los a partir das tradições nacionais e os valores morais que permeavam sua interação social.

Entretanto, a ação desses grupos se daria à medida que os mesmos verificassem as obras do governo pois, sem a realização de políticas públicas que permitissem construir uma imagem de um governo atento às necessidades da população – especialmente num contexto neoliberal no qual o *Estado Subsidiário* reduziria o papel do governo nessas políticas - o trabalho de propaganda seria ineficaz. Por isso que Jacques Ellul, ao definir a propaganda enquanto fenômeno sociológico, explicita que “é preciso que o discurso corresponda a alguma coisa visível; é preciso que o elemento visível, activo, seja explicado pelo discurso” onde a “propaganda oral ou escrita, que age sobre as opiniões

---

<sup>122</sup> Jacques Ellul afirma que esse é o principal objetivo da propaganda. Daí o risco de reduzir a propaganda a uma questão de opinião.

<sup>123</sup> Analisamos os cursos oferecidos por esse instituto no capítulo 2.

<sup>124</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006. p. 192.

<sup>125</sup> Idem.

ou sobre os sentimentos, deve ser reforçada pela propaganda da acção, que produz novas atitudes, ligando de maneira decisiva o indivíduo a um dado movimento”.<sup>126</sup> Dessa forma, os prefeitos representavam a comunhão de duas frentes do projeto autoritário: como o representante mais próximo da população que aplica as políticas sociais, e aquele que atua propagandisticamente no processo de modernização autoritária difundindo a doutrina oficial.

A propaganda política deveria auxiliar por meio de uma tripla dimensão: na legitimação da ditadura, na busca pela adesão e construção de consenso e na produção do engajamento social. Como um dos mecanismos que compunham esse projeto, deveria contribuir para estabelecer uma cultura orientada pela disciplina.<sup>127</sup> Por isso, a esfera discursiva seria o campo privilegiado para a ação das transformações simbólicas exigidas pelo projeto ditatorial.

Sendo o discurso o campo no qual “se define e produz os objetos do nosso conhecimento” e que “influencia como as ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros”, o projeto autoritário deveria manusear os símbolos componentes do discurso público para a construção de uma nova ordem cultural resultante da transformação social e do Estado.<sup>128</sup> E como destaca Brunner:

...la nueva organización de la cultura no nace de cero, no se crea en un vacío político y social. De alguna manera tiene que actuar sobre los materiales preexistentes, transformarlos, luchar contra ellos, eliminarlos o sustituirlos.<sup>129</sup>

Foi justamente nesse trabalho de lapidar o material social e simbólico pré-existente, que a propaganda agia de modo a eliminar vocábulos e conceitos ligados ao governo da UP, como a concepção de luta de classes, ou apropriar-se de outros conceitos, invertendo profundamente os seus significados, como o novo caráter “nacional popular” da ditadura. A propaganda servia, desse modo, como instrumento de mudança do sentido discursivo, antes pautado pela reivindicação e agora pela disciplina. A própria ideia de liberdade tão difundida pela imprensa, pelos discursos de Pinochet, e pelo material de

---

<sup>126</sup> ELLUL, Jacques. op cit. p. 31.

<sup>127</sup> José Joaquín Brunner argumenta que a ditadura chilena tinha um propósito de refundar a cultura nacional, antes marcada pela *criatividade reivindicativa* para outra de caráter disciplinador. Essa seria uma das principais ações da burguesia chilena para a consolidação de sua hegemonia através do Estado ditatorial. BRUNNER, José Joaquín. op cit. p. 29

<sup>128</sup> Utilizamos a conceituação de discurso que associa linguagem e práticas sociais, definida por Foucault. Ver em: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. p.80.

<sup>129</sup> BRUNNER, José Joaquín. op cit. p. 30.

propaganda oficial, foi manufaturada para alterar os significados da expressão “socialismo em liberdade”, associada ao governo Allende, por uma nova concepção na qual apenas no *economia social de mercado* seria possível exercer a verdadeira liberdade e, portanto, a cidadania.<sup>130</sup>

A forma como essa ditadura encarou a potencialidade da propaganda como recurso de legitimação do poder revela a *utopia autoritária* do projeto civil-militar que se institucionalizou na década de 1970, sob o qual seria possível, conforme imaginava os militares e civis colaboracionistas, reeducar a opinião pública, reconfigurar as práticas políticas e criar um conjunto de referências que anulassem o imaginário social em relação a UP criando um novo. Foi com esse intuito que, ao longo da confirmação do projeto ditatorial, entre 1977 e 1980, o governo sentiu a necessidade de criar um ministério que concretizasse o desejo de consolidar as doutrinas da ditadura, conjugando propaganda política e mobilização social. Foi nesse sentido que surgiu o ministério *Secretaría General de Gobierno*, o *ministério da doutrina*.

---

<sup>130</sup> A mudança de vocabulário utilizada como recurso discursivo para aplicar as reformas neoliberais será analisada no capítulo 4.

## Capítulo 2

### “Chile Ayer, Hoy”: a imagem da ditadura e as representações da reconstrução nacional após 1973.

As imagens do golpe militar no Chile, no dia 11 de setembro de 1973, atravessaram o imaginário político do século XX. Fotografias e vídeos da capital chilena tomada por tanques de guerra, o dramático bombardeio do palácio presidencial *La Moneda*, com o presidente e amigos no interior do mesmo, além da notícia subsequente do suicídio de Allende, compõem o dramático episódio que simbolizou a derrocada da democracia chilena e do projeto socialista da UP. A chegada de mais uma Junta Militar no controle de um país na América do Sul não era novidade visto o cenário político da região, entre os anos 1960 e 1970, com os governos de Paraguai, Brasil, Uruguai, e da recente experiência autoritária na Argentina.<sup>131</sup> Contudo, o trágico fim da *vía chilena al socialismo*<sup>132</sup> chamou a atenção de todos.

O novo governo que se impôs no comando do país, desde as primeiras horas após o golpe, imbuíu-se de uma retórica na qual o ato das Forças Armadas e de Ordem<sup>133</sup> foi uma resposta à crise moral e política que sofria devido ao “desgoverno” socialista de Allende e UP. Através do monopólio da informação, visto a censura estabelecida no dia mesmo do golpe<sup>134</sup>, os militares iniciaram um processo de construção de representações sobre si e sobre a sociedade chilena com o objetivo de desacreditar a experiência do

---

<sup>131</sup> Todos esses países haviam sofrido golpes militares. Por ordem cronológica são: Paraguai (1954), Argentina (1956), Brasil (1964) e Uruguai (1973).

<sup>132</sup> Conforme descreve Alberto Aggio: “Contrastando com os modelos anteriores de construção do socialismo, o discurso que sustentava o projeto estratégico do governo encabeçado por Salvador Allende, sempre explicitado na fala do presidente, enfatizava a ideia de que o desenvolvimento econômico, a estrutura institucional, a organização social e sobretudo as condições políticas do Chile permitiam a adoção de um “segundo caminho para o socialismo”, “dentro dos marcos do sufrágio, em democracia, pluralismo e liberdade.” In: AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo. A experiência chilena*. São Paulo: Uesp, 1993. p. 16. Ainda que questionemos a valorização de uma suposta tradição democrática do Chile, defendida por Aggio, acreditamos que neste trabalho o debate proposto pelo autor sobre a viabilidade da *vía chilena ao socialismo* é bastante importante.

<sup>133</sup> Além dos três ramos clássicos das forças de segurança nacional, Exército, Marinha e Aeronáutica, a Junta Militar chilena responsável pelo golpe foi composta também pela forças de Ordem Pública, conhecidos como *Carabineros de Chile*.

<sup>134</sup> Para institucionalizar a censura, no dia 11 de setembro de 1973 a Junta Militar decretou o *Bando nº 5* que, resumidamente, consistiu em: 1) Estabelecimento da censura e fechamento dos meios impressos; 2) Criação da *Oficina de Censura de Prensa* (sob responsabilidade da *Academia Politécnica Militar*); 3) Permitiu que apenas dois jornais impressos fossem publicados no dia posterior ao golpe: *El Mercurio* (família Edwards) e *La tercera de la Hora* (família Pico Cañas).

governo da esquerda e criar um aspecto de legalidade e legitimidade ao governo da Junta Militar.

Conforme afirma Brunner, o que estava em jogo a partir de 1973, para além do sistema democrático e econômico, era o “curso da história moderna do país” e “a identidade nacional”.<sup>135</sup> Desse modo, diante da pretensão em desconstruir um imaginário ligado à experiência dos anos da UP, e criar um novo projeto cultural assentado num processo de ressignificação dos valores nacionais, caberia ao novo governo estabelecer, aos moldes da formação de uma utopia autoritária, a imagem do poder e do novo homem que representariam o projeto nacional que surgira com o 11 de setembro.

Sendo assim, cabia ao Estado comandado pelos militares a responsabilidade em criar estratégias de coesão das mais diversas que atendessem os anseios de construir um projeto modernizador do Chile, o que demandava, por sua vez, a conformação de um *imaginário social*. Como afirma Baczko, “todo poder, e particularmente o poder político, se rodeia de representações coletivas e que, para ele, o âmbito do imaginário e do simbólico é um lugar estratégico de importância capital”.<sup>136</sup> Por isso, a transformação dos imaginários coletivos de uma nação possuem uma importância central para os projetos políticos, em especial, os de cunho autoritário.

Foi com esse intuito que a ditadura chilena utilizou toda a sua estrutura comunicacional e propagandística para produzir ideologia, fabricar símbolos, apropriar-se e ressignificar eventos históricos e heróis nacionais, visando “promover nas subjetividades um sentimento de apego e pertencimento a uma comunidade, num contexto e momento específico”.<sup>137</sup>

Entre 1973 e 1976 não havia um consenso sobre que tipo de projeto político e econômico seria colocado em prática. Enquanto o grupo civil-militar que apoiou e realizou o golpe possuía apenas como consenso a necessidade da retirada de Allende e da esquerda do poder, resultante do antimarxismo que se exacerbou na direita chilena entre os anos 1960 e 1970, não era claro a existência de um programa de governo consistente.

---

<sup>135</sup> BRUNNER, José Joaquín. *La cultura autoritaria en Chile*. Santiago: Flacso, 1981. p. 28. Conforme destaca o autor: “Lo que estuvo en juego el 11 de septiembre de 1973 fue, por decirlo con fuerza, el curso de la historia moderna del país. No solamente su sistema político democrático, el derrocamiento del Gobierno o el brusco fin del proceso de transformación de su base capitalista, sino que, derechamente, su identidad nacional, las bases del sistema de integración, la subsistencia de un modelo cultural de organización del país y de las formas de su creatividad social”.

<sup>136</sup> BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: LEACH, Edmund. Et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 297.

<sup>137</sup> MUÑOZ, Dalila. *Operaciones visuales de la Editora Nacional Gabriela Mistral: fotografías para legitimar. 1973-1976*. Santiago: Museo de la memoria, 2015. p. 20.

Isso afetou, inclusive, a dificuldade em se estabelecer uma política cultural<sup>138</sup> e de propaganda nos primeiros anos da ditadura.

Contudo, a necessidade de criar um canal de comunicação entre o governo e a sociedade foi tomada como uma importante tarefa para os militares porque era preciso informar, e educar, os chilenos sobre quais seriam os valores que orientariam o novo regime. Dessa forma, a Junta Militar estabeleceu uma série de iniciativas dentre as quais a manutenção de uma editora oficial, que publicasse obras compatíveis com os ideais do regime e os documentos do governo, foi um dos mecanismos propagandísticos mais importantes dessa primeira fase.

A *Editora Nacional Gabriela Mistral* – ENGM- “surgiu” com a clara intenção de substituir, no imaginário social, a construção cultural e imagética realizada no governo da UP. Torna-se simbólico observar que a ENGM foi oriunda da antiga editora do governo de Allende, a então *Quimantú*<sup>139</sup>, sendo essa última responsável pela produção e transmissão de ideias que compunham a lógica revolucionária proposta pela *vía chilena ao socialismo*. Mais significativo que desmantelá-la seria dar um novo sentido a mesma, e assim, renomeada, a editora passou a ser chamada, a partir do golpe, sob o nome da escritora *Gabriela Mistral*, ganhadora do Nobel de literatura de 1945.

Somado ao esforço da ENGM, outra iniciativa da ditadura que se relaciona com o objetivo de construir representações e imaginários sociais foi a criação, ainda que de forma inconsistente, da *Dirección de Comunicación Social* – DINACOS- vinculada, entre 1973 e 1976, à *Secretaría General de Gobierno* – SEGEGOB- e responsável pela censura aos meios de comunicação e pela realização da propaganda oficial do regime. Ainda que a propaganda do regime nesse período tenha sido difusa e sem uma orientação geral, observa-se algumas iniciativas desse organismo no que toca à defesa da ordem instaurada em 1973.<sup>140</sup>

Com isso, analisar o empenho da ditadura, nos anos iniciais, em emitir conteúdos e representações torna-se de fundamental importância para a compreensão da narrativa legitimadora de si utilizada pelo governo de Pinochet e da Junta Militar. A esse ponto, acrescentamos a importância de identificarmos os recursos estéticos e imagéticos que

---

<sup>138</sup> O campo cultural foi uma das esferas mais importantes para o projeto socialista da UP, colocando em prática, para isso, distintas frentes de trabalho, seja na área editorial, musical ou artes plásticas. Debateremos esse aspecto ao longo da tese.

<sup>139</sup> Sobre a Quimantú ver: GOMES, Ivan Lima. *Os sentidos dos quadrinhos em contexto nacional-popular (Brasil-Chile, anos 1960 e 1970)*. Tese de doutorado apresentada no PPGH-UFF. Niterói, 2015. Em especial, ver o capítulo 3 “O sol do saber: formação da Editora Quimantú” pp. 156-187.

<sup>140</sup> A DINACOS será analisada no capítulo 3.

visam construir um novo imaginário social e como os mesmos perduraram ao longo do governo como um recurso de produção de sentido.

Analisar a elaboração desse conjunto de representações é uma forma de apreender as estratégias simbólicas da ditadura chilena para consolidar o projeto político e autoritário e construir um mínimo de consenso que mantivesse a coesão entre a comunidade nacional. Desse modo, ao propor uma reestruturação da nação era preciso definir qual seria o ponto de partida dessa reconstrução, quem seriam os agentes legítimos desse processo, e quais os valores que assentariam esse novo tempo histórico inaugurado com o 11 de setembro.

## **2.1- A reconstrução nacional a partir da dicotomia *Unidad Popular* e o “*Pronunciamento Militar*”.**

O principal argumento utilizado pelos militares para justificar o golpe de 1973 foi a necessidade de dar um basta ao caos promovido pelo governo da UP. Num dos principais documentos que oficializaram a “intervenção militar” na retirada violenta de Allende do poder, o *Bando nº 5*<sup>141</sup> tece a justificativa das várias ilegalidades que, segundo os golpistas, foram cometidas pelo então presidente, entre as quais:

...incurrido en grave ilegitimidade demonstrada al quebrantar los derechos fundamentales de libertad de expresión, libertad de enseñanza, derecho de huelga, derecho de petición, derecho de propiedad, y derecho en general, a una digna y segura subsistencia.<sup>142</sup>

Ao ferir tais direitos, conforme elucidada a Junta Militar, o governo de Allende representava uma ameaça à segurança nacional à medida em que levava a sociedade chilena a uma luta fratricida – resultante da concepção da luta de classes e que, com isso, comprometera a integridade nacional. A esses efeitos, o documento também acrescenta a deterioração da economia, o desequilíbrio social e a incapacidade do sistema político em solucionar os problemas .

---

<sup>141</sup> Os *Bandos*, da ditadura chilena, tinham uma função de decreto lei, e visavam cobrir as brechas resultantes da suspensão da Constituição de 1925 pelo golpe em 1973. Podemos compará-los, de maneira simplificada, aos Atos Institucionais da ditadura brasileira entre 1964 e 1978.

<sup>142</sup> JUNTA MILITAR DE GOBIERNO. *Bando nº 5 .Ponto nº1*. Santiago: 11 de setembro de 1973.

A tônica discursiva na qual o Chile da UP experimentara o caos generalizado, foi a primeira representação enfatizada pelas Forças Armadas para legitimar sua ação no 11 de setembro. Esse aspecto é presente também na *Acta de Constitución de la Junta de Gobierno*, afirmando que o país se encontrava num processo de destruição sistemática e integral dos elementos constitutivos da nacionalidade, consequência da introdução de uma ideologia alheia aos chilenos, o marxismo-leninismo.<sup>143</sup>

Outra componente da representação do caos social prévio a 1973, consiste na justificativa de que a ação dos militares tratou-se de um contragolpe, versão construída no polêmico *Libro blanco del cambio de Gobierno en Chile* (1973)<sup>144</sup>, produzido com o objetivo de dar fim à difamação da imagem do novo governo sofrida no exterior.<sup>145</sup> O livro reforça a ideia da destruição do Chile pelo governo socialista, e incrementa um novo aspecto: a constante ameaça de que Allende se convertesse num ditador, quando se transitaria facilmente da *via pacífica ao socialismo* à *via armada*, corolário comum das experiências marxistas-leninistas.<sup>146</sup> Para isso, os autores do documento afirmam que o governo da UP se preparou, desde o ano de 1971, para a construção de uma ditadura através da acumulação de armas e do treinamento de organizações paramilitares (vinculadas aos principais partidos de esquerda). Sendo assim, o agravamento da crise econômica no ano de 1973 teria acentuado os preparativos da UP para romperem com os princípios democráticos do Chile.<sup>147</sup>

No o intuito de comprovar essa versão, seguido ao capítulo do autogolpe, é anexado ao livro um documento de título *Plan Z*<sup>148</sup>, que consistia numa eventual estratégia desse suposto golpe em curso (que seria colocado em prática entre os dias 11 e 19 de setembro de 1973), movido pelos partidos e movimentos de esquerda. Além da tomada de setores de cidades estratégicas do país, um dos objetivos principais do tal plano seria o desmantelamento do comando superior das Forças Armadas e de Ordem, o que incluía até mesmo a eliminação física de alguns chefes militares e de eventuais focos de oposição a Allende.<sup>149</sup>

---

<sup>143</sup> *Acta de Constitución de la Junta de Gobierno*. Santiago: 11 de setembro de 1973.

<sup>144</sup> A autenticidade dos documentos que norteiam esse livro foi publicamente questionada nos anos posteriores ao processo de transição democrática.

<sup>145</sup> SECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO. *Libro blanco del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de septiembre de 1973*. Santiago: outubro de 1973.

<sup>146</sup> *Idem*, p. 41.

<sup>147</sup> Essa mesma justificativa é defendida no livro *Algunos fundamentos de la intervención militar en Chile. Septiembre de 1973*. Santiago: ENGM, 1974.

<sup>148</sup> *Idem*. Os documentos referentes ao *Plan Z* estão dispostos entre as páginas 53 e 65.

<sup>149</sup> *Idem*. p. 55.

O que se visou construir nesse documento com a ideia de um autogolpe não foi apenas conferir legitimidade ao golpe de 1973, mas também o de enfatizar um aspecto que, na narrativa da ditadura, deveria estar atrelada ao governo da UP: o da violência praticada pelo governo Allende com a participação ativa da esquerda política. A partir do *Plan Z* se consolidaria o discurso de que a violência real partiu da UP, e às Forças Armadas coube o papel de pacificar o país. Mais violento que o bombardeio ao *La Moneda* era a via armada que ameaçava a vida de todos os chilenos, e baseados nessa premissa moral, os militares interviram para restituir a paz. Desse modo, o golpe deixava de ser ação para se tornar reação.

O caos político, econômico, social, e a violência foram tópicos constantes da narrativa oficial da ditadura que reforçou o binarismo de uma luta entre o bem (intervenção militar) e o mal (marxismo), amplamente utilizado como matéria-prima para os dispositivos comunicacionais do regime. O esforço do governo na ênfase dessa dicotomia pode ser constatado nas publicações da ENGM, em especial no livro *Chile Ayer Hoy* (1975).<sup>150</sup>

Logo na capa do livro é possível identificar a estratégia fotográfica que acompanha todo a narrativa da obra, baseada numa comparação entre o governo de ontem (Allende) e o de hoje (Junta Militar) (imagem 1). Enquanto a foto da esquerda, abaixo do título “*ontem*” (em vermelho) retrata uma fotografia mal enquadrada, antiga, com um homem correndo por uma rua de Santiago em meio a desordem e fumaça, a da direita, localizada abaixo do título “*hoje*” (em branco) expõe a imagem de uma mulher com dois filhos próximos ao colo, descontraídos e sorridentes. Com isso, a construção imagética confirma essa dicotomia entre o caos e a ordem.

---

<sup>150</sup> EDITORA NACIONAL GABRIELA MISTRAL. *Chile Ayer Hoy*. Santiago: 1975. De propriedade do governo chileno até o ano de 1976, desenvolveu até essa data um importante trabalho de difusão dos valores e ideais da ditadura. A editora existia antes, no governo de Allende, sob o nome *Editorial Quimantú*, sendo renomeada após o golpe militar.

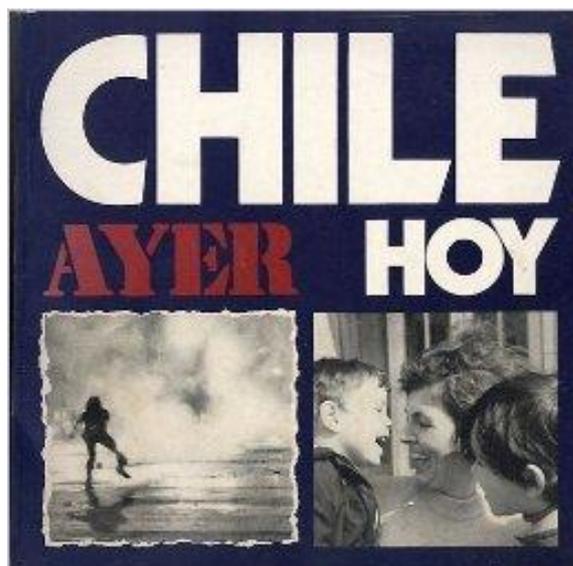


Imagem 1

A ênfase da violência do passado marxista é um dos pontos principais dessa obra. Ao longo das 126 fotografias inseridas no livro, 31 retratam situações de confronto, 21 retratam fotos de armas, explosivos e/ou munições apreendidos pelos militares, e 2 retratam pessoas portando armas de fogo, dentre elas a foto da contracapa em que Allende aparece próximo a um suposto guerrilheiro que segura uma metralhadora. Além disso, as últimas 16 páginas do livro realçam a violência marxista de modo a corroborar o *Plan Z*, cujo texto introdutório diz que:

La violencia, el armamentismo, el desorden, el desgobierno, la anarquía más absoluta, la gula de unos pocos, y el hambre de muchos es el triste recuerdo que nos dejó el comunismo en su paso por nuestra patria.<sup>151</sup>

Como destaca Dalila Muñoz, a ênfase na violência foi uma das operações visuais da editora oficial para promover o descrédito da *via chilena ao socialismo*, em especial no que toca ao seu caráter pacífico.<sup>152</sup> Outro ponto muito bem analisado por Muñoz é a proximidade entre as fotografias e os textos e legendas que acompanhavam as mesmas, no intuito de confirmar a veracidade e objetividade da imagem eliminando, assim, outras interpretações- ainda que várias dessas fotografias sejam descontextualizadas da

<sup>151</sup> EDITORA NACIONAL GABRIELA MISTRAL. *Chile Ayer Hoy*. Santiago: 1975.

<sup>152</sup> MUÑOZ, Dalila. *Operaciones visuales de la Editora Nacional Gabriela Mistral: fotografías para legitimar. 1973-1976*. Santiago: Museo de la memoria y de los Derechos Humanos, 2014. p. 77.

realidade do governo de Allende.<sup>153</sup> Desse modo, as expressões utilizadas nas legendas davam conta do clima em que se vivia no governo socialista, como “guerra civil”, “armas para o assassinato do Chile”, “armas para doutrinar”, “armas enviadas por Moscou para que chilenos assassinem a chilenos”.

Dentro dessa estratégia de deslegitimar a *vía chilena ao socialismo*, cabia também desconstruir a imagem do presidente Salvador Allende. Como dito anteriormente, a contracapa de *Chile Ayer Hoy* apresenta uma fotografia de Allende próximo a um homem que sustenta uma arma.<sup>154</sup> O recurso da fotografia em preto e branco é acompanhado de um texto explicativo que destaca os aspectos de seu governo: violência, anarquia, desordem, demagogia, mentira, aspectos vistos como:

los valores predominantes del gobierno manejado por el marxismo internacional bajo la mano dura de Salvador Allende, que al inicio de su mandato declaró: “No soy Presidente de todos los chilenos”. Curiosamente esa vez dijo una verdad absoluta.<sup>155</sup>

Dois aspectos são enfatizados: a violência e o fato de Allende “propor uma divisão entre os chilenos” ao decidir-se por “não governar para todos”, elementos discursivos que atravessam não apenas os documentos oficiais da ditadura, como também a propaganda política dos primeiros anos. Já na página seguinte à foto de Allende, é disposta uma outra fotografia, a única colorida de todo o livro, que representa o nascer do sol, ou como afirmava o discurso oficial, uma “nova alvorada”, em relação direta ao governo da Junta Militar. Ao contrário de Allende que governava para *alguns* chilenos, a Junta se apresentava como um governo inspirado na vontade de todos os cidadãos no combate ao marxismo, e com isso, o texto que acompanha a imagem afirma que:

Hoy Chile, bajo el mando austero de las Fuerzas Armadas, sin otro compromiso que la reconstrucción del país y el regreso a una vida ciudadana normal, está encaminando sus pasos hacia la reconciliación, hacia la paz y la unidad nacional, abstrayéndose totalmente de la actividad política que tanto daño le hiciera a nuestra Patria.

---

<sup>153</sup> Idem, p. 84. Vale ressaltar que as imagens produzidas e/ou utilizadas pela ENGM possuíam reproduções nos veículos de comunicação. Somado a isso, a ameaça de um golpe e da constante violência oriunda supostamente do governo de Allende era reverberada nos principais veículos de comunicação, especialmente em relação ao *Plan Z*.

<sup>154</sup> A autora problematiza o uso dessa foto e o contexto de sua produção.

<sup>155</sup> EDITORA NACIONAL GABRIELA MISTRAL. *Chile Ayer Hoy*. Santiago: 1975.

A Junta Militar assume, dessa forma, a responsabilidade em reconstruir o país do caos instalado pelo governo anterior. Para essa empreitada estabelece um conjunto de representações, por meio de documentos oficiais, discursos e imagens, que visam deslegitimar a experiência socialista e legitimar a atuação militar. O recurso narrativo que compôs essa estratégia foi a comparação entre dois tempos históricos: uma antes e depois do 11 de setembro.<sup>156</sup> Um antes marcado pelo caos e violência, e o posterior, pela reconstrução dos valores nacionais, da Pátria e da pacificação nacional que permitiriam o progresso material.

A dicotomia apresentada na narrativa do livro *Chile Ayer Hoy* faz uso de uma ideia na qual a única ruptura representada pelo 11 de setembro foi em relação a desordem social estabelecida entre 1971 e 1973. Nessa lógica, as fotografias e suas respectivas legendas indicavam que o governo da Junta Militar, ainda que representasse uma nova etapa histórica, não indicavam ruptura, mas continuidade com o modo de vida chileno, degradado pela experiência da UP. Se a ruptura, a cisão social, o caos, a desordem eram marcas do governo de Allende, a representação que cabia ao período militar era a preservação das idiossincrasias e dos valores do ser chileno, do retorno à normalidade da vida cotidiana e à tranquilidade.

Conforme podemos verificar abaixo, a imagem 2 retrata uma manifestação com várias pessoas, com muito lixo nas ruas, uma ambulância e alguns pontos com fogueiras e fumaça, num cruzamento de uma das principais ruas do centro de Santiago (Alameda/Bernardo O'Higgins com Paseo Ahumada). Na página seguinte, apresenta-se uma outra foto do mesmo local (imagem 3), mas com um aspecto distinto no qual são retratadas pessoas caminhando livremente, numa rua limpa e com vários carros, e um jovem trabalhador carregando algumas cadeiras, representando o *hoje*. Com isso, as legendas descrevem que “ontem, caos constante, uma ambulância, feridos, golpes e gritos na Alameda com Ahumada” e “hoje, Alameda y Ahumada vivem em paz, as pessoas caminham aos seus trabalhos. A vida é normal”.<sup>157</sup>

---

<sup>156</sup> Esse recurso se tornou a base de todo o discurso político da ditadura chilena, em especial, na condução do plebiscito de 1980, que aprovou a nova constituição do país, e no plebiscito de 1988, que resultou na derrota de Pinochet e o início da transição democrática.

<sup>157</sup> Idem.



Imagem 2

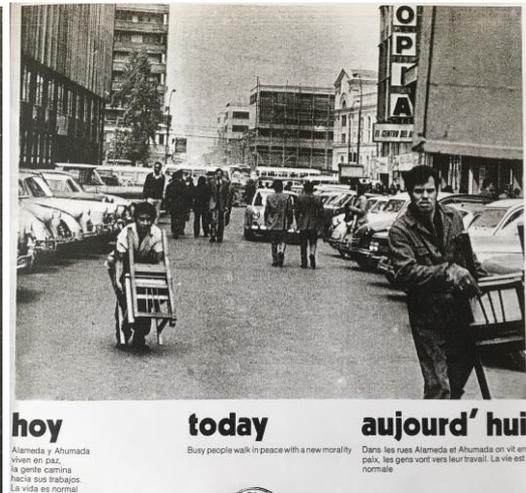


Imagem 3

A comparação entre períodos históricos distintos foi um recurso comunicacional muito utilizado ao longo da ditadura chilena, o que no livro *Chile Ayer Hoy* é realizado de maneira a comparar algumas situações ocorridas num determinado local em momentos diferentes, antes e depois do golpe. Outro exemplo dessa estratégia é a comparação realizada na rua onde ficava a sede da perfumaria Gucci em Santiago, nas quais a primeira foto retrata uma grande manifestação repleta de pessoas entre papéis e barricadas acompanhada da legenda “*ontem, agressão, força, desordem*” e “*hoje, os cidadãos vivem em confiança e tranquilidade que o Chile teve por natureza até a chegada da panelinha comunista*”.<sup>158</sup> Nesse caso, se reforça o aspecto do governo da UP como um momento de interrupção da tranquilidade chilena e de suspensão do cotidiano, ao mesmo tempo em que a Junta Militar é representada como a garantidora da paz.

Outro recurso crítico sobre o período da UP foi o de alegar sua incompetência e ineficiência em relação ao desabastecimento de alimentos e produtos, ponto fundamental para confirmar o apoio civil ao novo regime. A dicotomia desabastecimento *versus* abundância foi muito enfatizada pelo governo, e também utilizada pelo livro *Chile Ayer Hoy*, que dispõe de 10 fotos relacionadas ao tema. Numa delas (imagem 4), uma rua de comércio popular é primeiramente retratada com as lojas fechadas e com poucas pessoas, supostamente antes do 11 de setembro, na outra (imagem 5), a mesma rua é retratada num momento posterior, com as lojas abertas e com vários pedestres e pessoas olhando as vitrines. Abaixo das fotografias, a primeira traz a legenda na qual se confirma que “ontem, o comércio fechado, por má distribuição, por escassez, e finalmente acirrando o ânimo

<sup>158</sup> Idem. Tradução livre do autor.

geral da grande maioria da civilidade chilena pedindo a renúncia do Presidente minoritário”, enquanto na outra fotografia, a legenda afirmava que “hoje, tudo aberto, com toda a linha de produtos para satisfazer as necessidades de todos os chilenos”.<sup>159</sup>

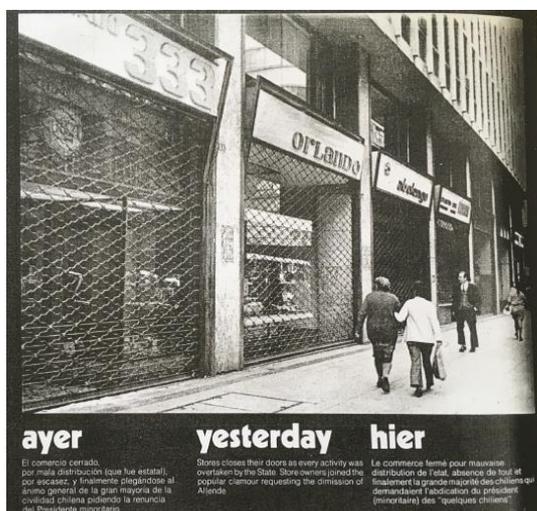


Imagem 4

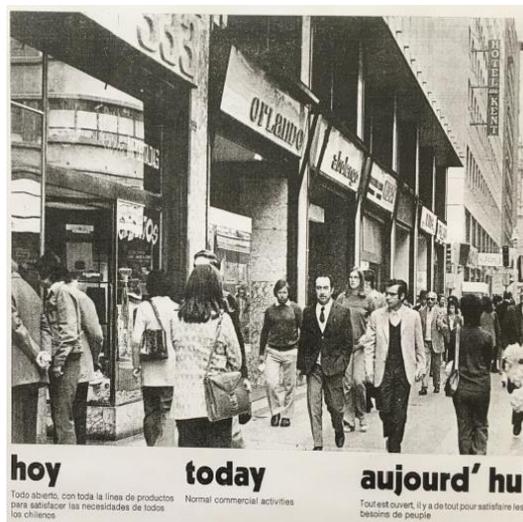


Imagem 5

A escassez de comida foi uma das experiências traumáticas potencializadas pelas imagens utilizadas pela ENGM. Com isso, se construiu uma narrativa na qual os partidários de Allende viviam com fartura de comida enquanto o grosso da população sofria de fome. A comparação entre a fotografia – intitulada como *Gula*- de Fidel Castro alimentando-se numa farta mesa de comida, quando no momento de sua visita ao Chile em 1971, disposta ao lado de uma outra – de título *Fome*- com uma fila de pessoas esperando ao redor de uma panela comum em alguma rua de Santiago, ajudava a incutir no imaginário social a ideia de que haviam poucos privilegiados no socialismo, além de recorrerem, sempre que possível, a fotos de filas nos mercados e algumas lojas. Desse modo, a fome é tratada como mais uma dentre as tantas violências praticadas pela UP.

Nessa construção imagética acerca dos feitos do governo das Forças Armadas em relação ao governo da UP, vale destacar um outro ponto importante: os militares não só devolveram os espaços urbanos às suas finalidades, como também estabeleceram uma limpeza nos mesmos. Esse aspecto foi uma das primeiras medidas após o golpe<sup>160</sup> pois,

<sup>159</sup> Idem. Tradução livre do autor.

<sup>160</sup> *El Mercurio*, 15 de setembro de 1973: “Las autoridades de Gobierno han informado sobre su decisión de llevar a cabo un programa que restaure la imagen de limpieza y orden que en el pasado tuvo la capital de la República. Tal iniciativa no sólo debe recibir el apoyo de la población, sino que incentivar su voluntad

como destacam Errázuriz e Quijada, para a ditadura, o governo da UP era sinônimo de fracasso, desordem e sujeira.<sup>161</sup> Para isso, a própria imprensa, ainda no ano de 1973, publicou algumas matérias no sentido de confirmar que o estado de ordem pública e limpeza herdados do governo socialista não poderia ser repetido porque:

También el populismo sirvió de excusa para una despreocupación por el ornato y el aseo, que en el corto plazo convirtió a nuestras ciudades en ejemplos extremos de suciedad y contaminación”.<sup>162</sup>

Nesse sentido, a produção fotográfica da ENGM também contribuiu para reforçar essa imagem de uma *operación limpieza* promovida pela Junta Militar. Enfatizou-se a organização do espaço urbano, a limpeza nos espaços públicos em profundo contraste com o período socialista. Conforme a imagem 6, se analisa o papel das *Brigadas Ramona Parra* em realizar pinturas em murais ao longo de Santiago. Como destaca a descrição da foto, “ontem, as brigadas comunistas “*Ramona Parra*” pintaram até os muros de defesa do rio Mapocho”. Já na imagem 7, retrata os muros limpos, cuja descrição diz que “hoje, não há nenhuma consigna política em nenhum muro do Chile. Se apagaram até mesmo as que foram pintadas ontem”. Dessa forma, o novo governo se destaca pela rapidez em manter a limpeza pública.

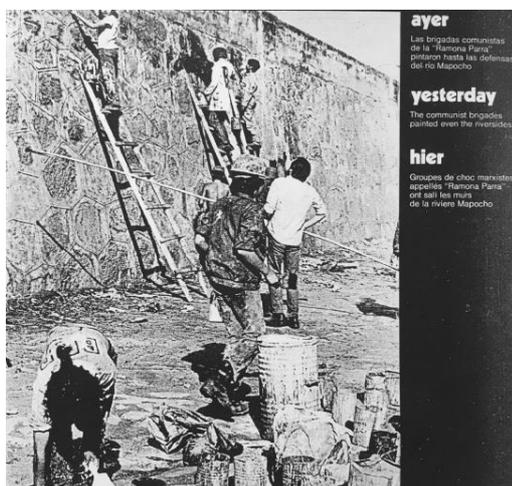


Imagem 6

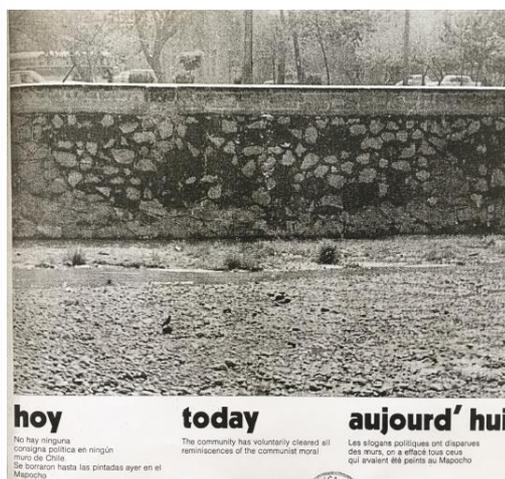


Imagem 7

de colaboración”. Apud. ERRÁZURIZ, Luis Hernán. e QUIJADA, Gonzalo Leiva. *El golpe estético. Dictadura militar en Chile 1973-1989*. Santiago: Ocho Libros Editores, 2012. p.15.

<sup>161</sup> Idem.

<sup>162</sup> *El Mercurio*: 11 de setembro de 1974. Apud. ERRÁZURIZ, Luis Hernán. e QUIJADA, Gonzalo Leiva. *op. cit.* p.15.

A construção de uma representação do espaço público chileno no período da UP também foi constante ao longo do processo de operações visuais que visava criticar o governo de Allende. Se confirmou a perspectiva de que as ruas eram marcadas por agitações constante e de que após o 11 de setembro a cidade de Santiago foi caracterizada pelo retorno à normalidade que permitia que a população gozasse dos espaços públicos. Duas fotografias do livro *Chile Ayer Hoy* apresentam esse tema ao retratarem a *Plaza Constitución* (localizada trás do palácio *La Moneda*) em momentos distintos: a primeira (imagem 8) num momento em que ocorre uma manifestação política, acompanhada da legenda “*ontem, outra vista da violência comunista em frente a praça da Constitución*”, e a segunda (imagem 9) num clima de tranquilidade com pessoas caminhando, cuja legenda diz que “*hoje, a praça Constitución vê os transeuntes passarem rapidamente aos seus distintos escritórios e tarefas*”.<sup>163</sup>

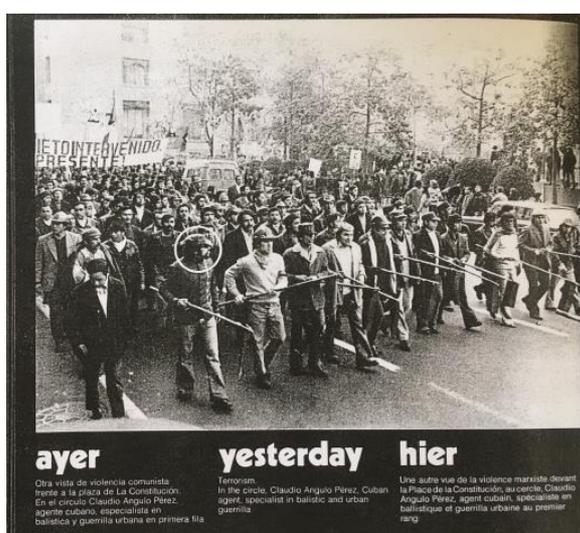


Imagem 8



Imagem 9

Concordamos com a tese de Muñoz<sup>164</sup> na qual essas operações fotográficas, ao buscar deslegitimar o governo democrático de Allende enfatizando o papel da violência pelas armas, pelo caos social, e pela fome, cruciais para fazer com que parte da população se identificasse com as primeiras ações do regime, daí a necessidade da Junta Militar em criar um conjunto de representações de si e do governo anterior de modo a demonstrar as mudanças em curso graças a atuação militar. Soma-se a isso o apelo em destacar como a

<sup>163</sup> EDITORA NACIONAL GABRIELA MISTRAL. op.cit.

<sup>164</sup> Tese elaborada ao longo do capítulo 4 “Operaciones visuales de la Editora Nacional Gabriela Mistral” In: MUÑOZ, Dalila. op. cit. pp.75-127.

Junta Militar veio facilitar o cotidiano e devolver os espaços antes ocupados pela violência e pela desordem.

Dentro dessa estratégia de “imaginação social” entre dois momentos da história recente do Chile, um ontem e um depois do 11 de setembro, para além da construção das representações acerca do clima político e social, do funcionamento das instituições e da organização do espaço urbano, e do conseqüente descrédito da UP, cabia também construir um imaginário sobre os atores sociais do processo de reconstrução nacional em curso.

## **2.2- *Nosotros los chilenos: os atores sociais da reconstrução nacional.***

Um recurso narrativo muito utilizado pela ditadura no Chile foi o de amplificar a ideia de que o 11 de setembro de 1973 foi resultado da vontade da sociedade chilena que, insatisfeita com a incompetência e o caos do governo de Allende, decidiu dar um basta à experiência socialista e convocar as Forças Armadas para atuarem politicamente e devolverem a ordem e a paz. Ainda que a sociedade estivesse dividida e polarizada em 1973, e que nem todos queriam a derrubada de Allende, é inegável constatar que setores da sociedade chilena estavam insatisfeitos com o governo. Sendo assim, identificado o momento que separava a história recente entre um *ontem* e um *depois*, e que a partir de tal evento, era necessário dar início ao processo de reconstrução nacional, tornou-se fundamental identificar os sujeitos sociais dessa construção.

Os projetos políticos, sejam democráticos ou autoritários, tendem a criar não somente uma imagem de poder que constroem de si, mas também da comunidade governada.<sup>165</sup> Era necessário ao novo regime definir os agentes responsáveis pela transformação política em curso, de “caráter nacional e popular”.<sup>166</sup> Dessa forma, criou-se um padrão de coesão entre os governados, que ao mesmo tempo, conferiu legitimidade a Junta Militar e a sua ascensão ao poder.

Pinochet e os demais membros da Junta Militar procuraram tornar visíveis os responsáveis pelo movimento do 11 de setembro de 1973, considerados como os únicos agentes válidos moralmente para tal grandeza. Por isso afirma que:

---

<sup>165</sup> MUÑOZ, Dalila. op. cit. p. 20.

<sup>166</sup> “El movimiento militar es de carácter nacional y popular”. *El Mercurio*, 4 de dezembro de 1973. p.29.

Esta ha sido una movilización de toda la Patria. De sus mujeres, que expusieron su vida y abandonaron la tranquilidad del hogar para implorar la intervención de las instituciones uniformadas; de la juventud, que con generosidad y valentía después del período marxista, se ha integrado con fuerza a las tareas de la reconstrucción; a los trabajadores, que incrementando su producción y comprendiendo la necesidad de un período de sacrificios, han sido artífices del aumento de la productividad nacional. También los técnicos, profesionales y empresarios, que unidos están generando las condiciones para el despegue de Chile.<sup>167</sup>

A formação de um imaginário da reconstrução da Nação após o caos instalado pelo marxismo e o governo de Allende, só foi (e continuaria sendo) possível graças a atuação de importantes setores sociais comprometidos com a Pátria. Nesse sentido, ao longo do processo de instalação da ditadura, a construção das representações desses setores foi um mecanismo importante para demonstrar o apoio social captado pelas Forças Armadas, e conseqüentemente, uma maneira de manifestar a legitimidade social da ditadura.

### **2.2.1 - Os militares.**

A preocupação em relação à construção de uma imagem da atuação militar no golpe de 1973 estava relacionado a busca de legitimação da presença das Forças Armadas no comando do país. Para essa empreitada, a narrativa oficial da ditadura foi construída a partir de duas frentes de trabalho: uma que visava justificar, textual e esteticamente, o *pronunciamento militar* e a função das Forças Armadas em defender a Pátria, e outra que construísse uma boa imagem da Junta Militar, e subseqüentemente, de Augusto Pinochet

Tendo por princípio a narrativa da crise moral e do caos social produzidos pela experiência socialista, num antigo sistema de democracia pluralista que permitira o surgimento de distorções e ameaças aos valores nacionais, as instituições militares são apresentadas como salvaguardas dos valores pátrios. No livro *Destino Nacionalista de Chile* (1974) – publicado pela DINACOS – o pronunciamento militar é justificado como

---

<sup>167</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. *Un año de reconstrucción. 11 de septiembre de 1973- 11 de septiembre de 1974*. Santiago: 1974. p. 3.

uma resposta das Forças Armadas ao pedido da população civil inconformada com o governo de Allende. A tomada do poder pela Junta Militar é anunciada como uma iniciativa da sociedade chilena que confia aos militares o controle do país num cenário de clara deterioração da vida política e social.<sup>168</sup>

Qual seria então a legitimidade das Forças Armadas em tomar o controle do poder político? É partindo dessa questão que essa publicação passa a descrever a vocação moral das instituições militares. Segundo o trecho “Perspectivas del Gobierno Militar”:

La vocación y la formación de las Fuerzas Armadas convergen con severidad, en el aprendizaje del arte y la ciencia de la guerra, para garantizar la seguridad nacional; ello trae por consecuencia una relativa limitación de sus aptitudes para gobernar, la que se acrecienta como fruto del desinterés histórico que los militares han exhibido por el poder. No obstante, la preparación profesional de los soldados chilenos y su ética, los capacitan para sustituir con éxito a regímenes o gobiernos partidistas que normalmente obstaculizan el interés nacional o exponen y, hasta destruyen, la institucionalidad de la República.<sup>169</sup>

O texto, fundamentalmente propagandístico, revela um primeiro caráter da função militar: a arte e a ciência da guerra como elementos garantidores da segurança nacional. Nesse ponto, ainda que indiretamente, se denota a legitimidade de intervenção num contexto de comprometimento da segurança. Ainda assim, esse aspecto é utilizado como justificativa da limitação das Forças Armadas para exercer a atividade de mando do país, pois essa não seria por princípio sua função. Esse é um recurso que visa transmitir outra mensagem: a de um suposto desinteresse dos militares pela política. Todavia, a preparação dos soldados chilenos e sua ética, por si só, seria um autêntico princípio que os capacitaria a tomar o poder, caso necessário. Com isso, esse trecho reforça a ideia de que mesmo não sendo sua função (o envolvimento com o poder político), as Forças Armadas seriam a única instituição preparada para resguardar a ordem republicana.

Como ressaltado desde o dia do golpe, essa suposta vocação também é trabalhada no livro propagandístico destinado aos militares de título *Septiembre de 1973: Los cien combates de una batalla* (1973), outra publicação da ENGM.<sup>170</sup> Esse livro, convergindo

---

<sup>168</sup> DINACOS- PAREDES, Hernán Vergara. *Destino Nacionalista de Chile*. Santiago: 1974. p. 18.

<sup>169</sup> Idem, p. 19.

<sup>170</sup> ENGM. *Septiembre de 1973: Los cien combates de una batalla*. Santiago, 1973.

com a narrativa oficial da ditadura, busca levar ao mundo militar as justificativas do pronunciamento de 1973, pois:

Frente a esta situación, las Fuerzas Armadas tienen una clara jerarquía de los valores a que están destinadas a servir. El primero de ellos es la Patria, y el segundo, el Gobierno que la representa. Cuando ese Gobierno cumple con su deber y sirve al bien común, los hombres de armas no tienen ningún problema para cumplir fielmente su misión. Pero cuando los gobernantes no están al servicio de su Patria, no cumplen con sus deberes morales, o llegan al extremo, como ocurrió en Chile, de entregar el país en manos de guerrilleros extranjeros, la sumisión de los hombres de armas a ese Gobierno significa una traición a la Patria, valor supremo que todo soldado está obligado a servir.<sup>171</sup>

Na interpretação do regime, ao assumir essa missão histórica, as Forças Armadas estariam desviando-se de sua missão de uma maneira desinteressada, em prol do bem maior da nação, com o objetivo principal de corrigir os desvios promovidos na história recente do país. A isso, soma-se a necessidade de legitimar as medidas repressivas contra aqueles que apresentavam uma ameaça à segurança interna e aos valores pátrios, cabendo à população (ator importante na convocação os militares para a cena política) aceitar, com paciência e resignação, as medidas impostas pela Junta Militar.

Entretanto, a imagem dos militares e de sua intervenção política deveria ir além da ideia das medidas restritivas, características dos primeiros meses após o golpe<sup>172</sup>, e para isso, deveria ser construída uma conexão das Forças Armadas com a população civil, criando-se um clima de cooperação e diálogo entre ambos. Ainda que a estética discursiva da ditadura seja pautada por uma diferenciação moral entre os militares (não corruptíveis), e os civis, passíveis de serem enganados e corrompidos<sup>173</sup>, o que se buscou foi apresentar um regime em consonância com os anseios da população.<sup>174</sup> Para isso, se fez necessária uma política comunicacional, e propagandística, que aproximasse esses segmentos da sociedade.

---

<sup>171</sup> Idem, p. 7.

<sup>172</sup> Como apresenta o *Bando n° 5*: En consecuencia, la legitimidade de estas normas se colige su obligatoriedad para la ciudadanía, las que deberán ser acatadas y cumplidas por todo el país y especialmente por las autoridades

<sup>173</sup> MUNIZAGA, Giselle. p. 42

<sup>174</sup> MUÑOZ, Dalila. p. 111.

A proximidade entre civis e militares foi uma estratégia narrativa e estética presente em muitas propagandas. Conforme o documento destinado aos militares<sup>175</sup>, não deveria ser esquecido que por baixo de cada uniforme militar havia:

un corazón que late patrióticamente por Chile y por todo lo que esta hermosa palabra significa por todos nosotros.

La Patria, un día, los recibió de civil, y en prueba de confianza les dio un uniforme y les prestó un fusil para que aprendieran en su manejo y supieren defenderla cuando fuera necesario, y el lema que se destaca en todas partes: "EN CADA CHILENO HAY UN SOLDADO Y EN CADA SOLDADO HAY UN CHILENO" adquiere toda su grandeza y magnitud.<sup>176</sup>

Antes do texto mencionado acima, o documento vinha acompanhado de uma fotografia acompanhada do lema citado (imagem 10).<sup>177</sup> Na foto, no primeiro plano, um menino se situa em frente a dois soldados, que portam fuzis. O menino eleva a sua mão de modo a tocar o fuzil do soldado que cruza os braços em suas costas, no intuito de demonstrar proximidade, tranquilidade e colaboração<sup>178</sup>.



Imagem 10

Como destaca Muñoz, a política discursiva e representacional da ditadura no Chile, assim como na Argentina<sup>179</sup>, de certo modo, buscou instaurar uma imagem de “rosto humano” aos que realizaram o golpe e permaneceram no poder.<sup>180</sup> Ainda que em seus postos de trabalho, analisa a autora, os soldados abrem uma brecha para interagir com o menino num momento supostamente lúdico, e que, somado ao título da fotografia

---

<sup>175</sup> *Septiembre de 1973: Los cien combates de una batalla*. op. cit.

<sup>176</sup> *Idem*, p. 15.

<sup>177</sup> *Idem*.

<sup>178</sup> Não se pode identificar a expressão facial dos soldados.

<sup>179</sup> A autora parta das análises de Gamarnik.

<sup>180</sup> *Idem*, p. 112.

“*En cada chileno hay un soldado, en cada soldado hay un chileno*”, reforça a ideia do rosto humano do regime, que por sua vez, gera a confiança da população em relação aos militares.<sup>181</sup>

Nesse contexto, construir a imagem da Junta Militar de Governo foi outra estratégia importante para a mensagem oficial. Enfatizou-se, dessa forma, a perspectiva de que a Junta aceitava com resignação, e honradez, deixarem de lado seus próprios interesses (que seria basicamente o de se dedicarem às funções específicas para as quais são destinadas), como uma espécie de sacrifício, para cuidarem do país num momento delicado.<sup>182</sup> Somado a isso, contrapondo-se à ideia do caos e da incompetência administrativa de Allende, construiu-se uma representação da Junta como o do retorno à normalidade burocrática pautada na ideia de eficiência da administração pública e da disposição ao trabalho.

A imagem da Junta enquanto coletividade dos comandantes das Forças Armadas foi construída no momento da derrubada de Allende do poder, nos documentos oficiais e pronunciamentos televisivos após o golpe<sup>183</sup>, nos discursos proferidos por seus membros, e nas fotografias disponíveis nos documentos elaborados pela editora estatal, especialmente nos primeiros anos de governo. Ainda que parte da historiografia tenha concentrado a análise da ditadura chilena sob a ótica da liderança do general Pinochet<sup>184</sup>, a Junta Militar foi o núcleo central do governo, tanto nos anos após o golpe (década de 1970), quanto depois da aprovação da Constituição no ano de 1980, quando passa a ter o caráter de poder Legislativo até o processo de redemocratização.<sup>185</sup> Ainda que a pinochetização do regime passe a ser construído a partir de 1974, a Junta foi um importante, e um dos principais, agentes dessa nova etapa.

---

<sup>181</sup> Idem, p. 113.

<sup>182</sup> Conforme afirma o membro da Junta Militar, Almirante José Toribio Medina: “(...) para nosotros los marinos es mucho más fácil, mucho más agradable estar junto al mar, junto a nuestros bunkers. Pero cuando la tarea es tan grande, los deseos de agrado se olvidan, se juntan los corazones, se juntan las instituciones. Porque por sobre los deseos de cada uno está la patria y a ella le dedicamos estos esfuerzos. No importa cuánto cueste, no importa cuál sea el sacrificio”. TELEVISIÓN NACIONAL DE CHILE. *Primera cadena nacional de la Junta Militar donde se anuncia el cierre el Congreso Nacional*. Santiago: Biblioteca Digital del Museo de la Memoria. apud. MUÑOZ, Dalila. op. cit. p. 113.

<sup>183</sup> Juramento da Junta de Governo na Escola Militar ocorrido no dia 11 de setembro de 1973 e transmitido pela *Televisión Nacional* (canal estatal). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WTDpbE8Qnwk>

<sup>184</sup> Com especial destaque para os trabalhos de HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000; e TIMMERMANN, Freddy. *El factor Pinochet. Dispositivos de poder, legitimación, élites. Chile, 1973-1980*. Santiago: Ediciones Universidad Católica Silva Henríquez, 2005.

<sup>185</sup> Constituição de 1980 que incube a Junta a função Legislativa.

É possível afirmar que a partir do ano de 1974 surgiu um maior empenho da ditadura em tornar pública a trajetória e os feitos dos membros da cúpula do governo. Desde a publicação da *Declaración de Principios del Gobierno de Chile* (março de 1974)<sup>186</sup>, foram redigidos textos narrando as biografias<sup>187</sup> e os feitos dos integrantes da Junta, além de serem organizadas, nos documentos oficiais, várias fotografias cuja finalidade era a encenação do poder.

Ainda na *Declaración de Principios*, os comandantes são retratados nas fotografias portando seus trajes militares e próximos a suas mesas de trabalho, reforçando o espírito de sacrifício e prontidão do serviço prestado à Nação. Ademais, um recurso utilizado nessas fotografias nos chama a tenção: os escritórios nos quais as fotografias do general Pinochet, do almirante José Toribio Merino e do general diretor dos *carabineros* César Mendoza foram tiradas, acima dos respectivos militares mencionados, estão dispostos nas paredes os quadros de Diego Portales, Arturo Prat e Bernardo O'Higgins, três importantes ícones históricos da formação e consolidação do Estado chileno.<sup>188</sup> Podemos considerar que essa estratégia estética tinha o objetivo de legitimar historicamente o governo e dar respaldo às suas ações, apontando que os que agora governavam o Chile possuíam alguma continuidade com os valores e as glórias do passado nacional.

---

<sup>186</sup> O documento *Declaración de Principios de Gobierno de Chile* (11 de março de 1974) consistiu numa apresentação dos principais valores que orientaram o governo da Junta Militar chilena. Ainda que nessa fase a ditadura ainda não apresentasse um projeto definido, esse documento faz os primeiros apontamentos em relação ao novo modelo de relação entre governantes e governados, além de afirmar os valores do nacionalismo, da importância da propriedade privada e do combate ao marxismo.

<sup>187</sup> Esse é o caso de um documento publicado pelo Ministério de Educação Pública e do Departamento de Educação Extraescolar de título *Biografías de los miembros de la Junta de Gobierno*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974

<sup>188</sup> Bernardo O'Higgins (1778-1842) foi um rico fazendeiro, de ascendência espanhola e irlandesa, que se tornou um dos principais líderes do processo de independência da Chile contra o Império Espanhol. Foi considerado o primeiro governante do Estado chileno, considerado *Director Supremo de Chile* entre 1817 e 1823.

Arturo Prat (1848-1879) foi um advogado e militar pertencente a Marinha chilena, tornando-se um dos grandes líderes das batalhas navais do século XIX, dentre as quais, sua participação – e morte – na conhecida *Batalla de Iquique* (Guerra do Pacífico entre Chile, Peru e Bolívia nos anos de 1879-1883) o tornou um dos heróis da Armada.

Diego Portales foi um político e ministro de governo que consolidou o estado nacional chileno ao longo do século XIX. Sobre o seu protagonismo, analisaremos mais à frente.



Imagem 11

General Pinochet, Almirante José Merino, General Gustavo Leigh e General César Mendoza

No intuito de apresentar os princípios e valores que determinariam o esforço político da Junta como “um todo orgânico”, o documento *1974:Primer año de la Reconstrucción Nacional*, foi elaborado com a finalidade de apresentar, de forma compilada, os discursos de todos os membros da Junta ao longo de seu primeiro ano na condução do país. Além dos textos editados, o mesmo realiza uma representação imagética e simbólica do governo por meio de fotos que retratam a Junta e o cotidiano de seu trabalho, seja nas cadeiras que representam o comando exercido pelos comandantes das Forças Armadas ou na mesa do escritório que reproduz os papéis a serem despachados pela administração pública, os óculos e a caneta dispostos sobre os papéis como os mais novos instrumentos de trabalho dos militares que governam o país (e não apenas as armas)<sup>189</sup> (imagem 12).

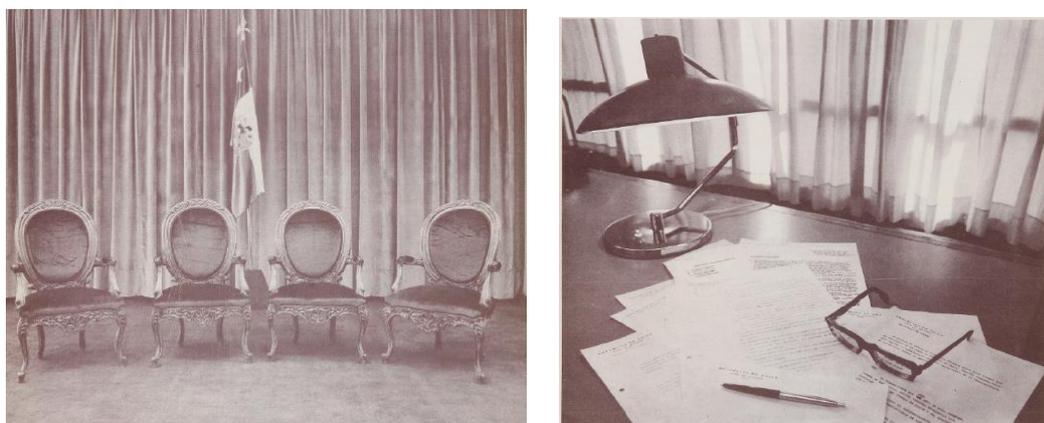


Imagem 12

<sup>189</sup> REPUBLICA DE CHILE. 1974: *El primer año de la Reconstrucción Nacional*. op. cit.

Revestidos pela simbologia nacional – os “pais da pátria” e a bandeira – os membros da Junta de Governo são retratados pelo respeito à tradição republicana (dando sentido a uma ideia de continuidade), assim como pela disposição ao pleno cumprimento do serviço público. A representação da Junta como zeladora da administração pública, presente nos documentos de 1974, é reforçada, como destaca Hinojosa, em outro documento importante, *Objetivo Nacional de Chile (1975)*<sup>190</sup>, segundo o qual a recuperação da honra dos servidores públicos era uma meta oficial, e ninguém melhor do que as Forças Armadas para representar institucionalmente esse princípio.<sup>191</sup>

Em todas as representações fotográficas dos comandantes máximos do governo, o general Pinochet sempre ocupou um maior destaque. Comandante chefe do Exército, e presidente da Junta Militar, a preponderância do líder do grupo poderia ser considerada um fato corriqueiro. As fotografias de Pinochet, e seus discursos, sempre antecediam aos demais membros das Forças Armadas nos documentos oficiais. A preocupação com a imagem de Pinochet, ainda que não tenha sido o número um do golpe<sup>192</sup>, mas sim o número um da ditadura, e conseqüentemente, o principal rosto do governo militar, foi uma constante ao longo de todo o período autoritário, em especial, nessa primeira fase de instalação.

Ao assumir uma centralidade importante na representação da ditadura, nos primeiros meses de 1974, os assessores da Junta, especialmente a equipe de imprensa e comunicação, se empenharam na tentativa de afastar do imaginário público a imagem de Pinochet com os óculos escuros, produzida pelo fotojornalista holandês Chas Guerretzen, dias após o golpe de Estado, na solenidade religiosa das festas pátrias.<sup>193</sup> O próprio fotógrafo afirma que, durante a sessão de fotos, os assessores do presidente da Junta

---

<sup>190</sup> *Objetivo Nacional de Chile*. Santiago: Impresora Filadelfia, dezembro de 1975, p. 12. Segundo o documento, tal meta oficial seria: “Como pilar fundacional de un régimen de inspiración portaliana, se deberá contar con una Administración Pública racionalizada, moderna y funcional, depurada de todo influjo político-partidista, y en la cual el espíritu de servicio público y la eficiencia sean sus rasgos distintivos. El funcionario público deberá ser considerado como un calificado exponente de servicio a Chile, exigiéndosele y estimulándosele en consecuencia”.

<sup>191</sup> HIJONOSA, Isabel Jara. op. cit. p. 155.

<sup>192</sup> Pinochet foi o último comandante chefe a ser informado sobre o golpe de estado.

<sup>193</sup> Foto sacada no dia 19 de setembro de 1973 na solenidade do *Te Deum*, realizada pelo então cardeal Raúl Silva Enríquez, e com a presença de todos os membros da Junta de Governo.

sinalizaram a necessidade do general retirar os óculos, no qual rapidamente ouviram a resposta negativa, seguida de “Eu sou Pinochet”.<sup>194</sup> Diante desse episódio:

Hubo que desprenderlo de los anteojos oscuros con marco grueso. Costó convencerlo de que infundir respeto con esos lentes tenía un precio de imagen demasiado alto. La sonrisa, como la mirada, debía ser nítida, transparente: fuera el oro, blancura de loza. El vestuario debía ser austero y marcial: sin la “patente” (como se llama en broma a las condecoraciones), pero con la gorra ligeramente más alta que los demás generales. Altos también los zapatos, y cómodos, ágiles.<sup>195</sup>

Afastar de Pinochet uma imagem sombria consistia, para além de sua pessoa, atribuir um rosto mais humano ao regime, do mesmo modo como se operava a elaboração da imagem dos militares. Essa estratégia incluía amenizar a simbologia militar e transmitir uma imagem mais pacífica, sem perder a necessidade de demonstração do respeito à hierarquia e à ordem.

Outro aspecto da construção da imagem de Pinochet se relaciona com a paulatina centralização de poder em suas mãos, e como a propaganda da ditadura promoveu essa ideia. Antes mesmo de tornar-se presidente da República<sup>196</sup> (dezembro de 1974), além da posição de destaque que assumia por ser o presidente da Junta, na *Declaración de Principios*, Pinochet é o único retratado como o “homem de ação dentre os demais colegas”, fingindo escrever com a mão direita.<sup>197</sup> Como bem destaca Hijonosa, as imagens e a construção de uma linguagem sobre o poder militar não foram isentas de tensões, refletindo as disputas que haviam, inclusive, no interior da Junta.

A indefinição em relação ao principal nome da Junta, ainda que houvesse o seu presidente, fica bastante evidente no livro *La Junta de Gobierno se dirige a la juventude* (publicado em abril de 1974), cuja primeira, e única fotografia, corresponde a saudação entre o general da Gustavo Leigh e um jovem estudante, considerado como um dos melhores alunos do ano dentre as escolas militares (imagem 13). Representando a Junta, o texto desse livro remete ao discurso proferido por Leigh aos dirigentes juvenis e

---

<sup>194</sup> Entrevista com Chas Guerretzen. LA TERCERA: *El general y el fotógrafo*. Santiago:Santiago: 01/09/2013. Disponível em: <http://www.latercera.com/noticia/el-general-y-el-fotografo/> Acessado em 20/12/2016.

<sup>195</sup> CAVALLO, Ascanio. et. ali., p. 44.

<sup>196</sup> Discutiremos o processo de centralização política e de pinochetização da ditadura chilena no capítulo 2.

<sup>197</sup> HIJONOSA, Isabel Jara. op. cit. p. 154.

estudiantis no Edifício Diego Portales.<sup>198</sup> Posteriormente, o mesmo discurso é anexado ao documento *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*, dessa vez apenas com a foto de Leigh, mas algumas páginas após as fotos de Pinochet e de seus discursos. Desse modo, a editoração de tais documentos não é isenta de finalidades estéticas e de estratégias políticas, demarcando poder e hierarquia, “tanto para dentro como para fora da Junta”.<sup>199</sup> A isso, soma-se a disputa pelo poder entre Pinochet e Leigh, cujo resultado terminou levando à saída do segundo da Junta Militar no ano de 1978.<sup>200</sup>



Imagem 13

A *pinochetização* da ditadura e do mando político no Chile é um processo que se constrói entre os anos de 1974 e 1977, considerado como um período de gestação de um projeto político-autoritário, marcado também pela disputa ideológica entre os diferentes grupos da elite civil-militar que apoiaram o golpe.<sup>201</sup> Tal unidade de mando se faz notar na editoração dos documentos informativos e propagandísticos do regime, perceptíveis desde a *Declaración de Principios* (1974). Em publicações posteriores, já se confirma o protagonismo indiscutível de Pinochet, como em *1 de mayo de 1976* (1976) e *Chile hacia um nuevo destino: su reforma administrativa integral y el proceso de regionalización*

<sup>198</sup> Discurso proferido no dia 20 de dezembro de 1973. Outro discurso de Leigh, no dia 29 de abril de 1974, na Universidad Católica de Chile foi publicado pela ENGM, seguindo a mesma lógica do documento anterior: a foto do GENERAL Leigh como única representação fotográfica. *La Junta de Gobierno frente a la juridicidad y los derechos humanos: Discurso pronunciado por el General Leigh el 29 de abril de 1974 en la Universidad Católica de Chile*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974.

<sup>199</sup> HIJONOSA, Isabel Jara. op. cit. p. 155.

<sup>200</sup> Os embates entre Pinochet e Leigh são amplamente retratados na obra de Ascanio Cavallo, especialmente na disputa pela nomeação do presidente da República., p.47.

<sup>201</sup> ZÁRATE, Verónica. “¡Estamos en guerra, señores!: el régimen militar de Pinochet y el Pueblo”, 1973-1980. *Historia- Santiago*2010, vol.43, n.1, pp.163-201.

(1976).<sup>202</sup> Nesse último, a distância entre Pinochet e a Junta se torna visível quando das duas fotos que representam os comandantes, uma retrata o Presidente sozinho, e a outra e os demais membros da Junta.<sup>203</sup>

O trabalho da imagem de Pinochet foi além do destaque de sua preponderância na cúpula do governo. Outro recurso utilizado foi o de tornar Pinochet o “general do povo”, próximo da população tanto na maneira de falar como pelo contato pessoal, visto que entre setembro de 1973 e julho de 1974, o general realizou quatorze viagens para cidades próximas a Santiago.<sup>204</sup> Somamos a essas iniciativas, a necessidade, mais uma vez constatada, de humanizar a pessoa de Pinochet.

Ainda que nos primeiros anos de governo o seu discurso e sua maneira de portar-se tenha ficado marcada pela tônica do combate aos inimigos da Pátria, e da perspectiva de que o Chile enfrentava uma guerra “*estamos en guerra, señores*”, quanto mais se aproximava de um processo de institucionalização da ditadura, especialmente a partir do ano de 1977, a imagem de Pinochet foi aproximando-se mais do imaginário civil, onde muitas fotos representam um presidente descontraído, próximo da população, e, em muitos casos, sem o traje militar.<sup>205</sup>

Um outro momento explorado como recurso para promover a imagem de Pinochet à frente do comando do país foi a visita do general ao Brasil, em 13 de março de 1974, na ocasião da posse do novo presidente da ditadura brasileira, Ernesto Geisel.<sup>206</sup> O documento *El general Pinochet en Brasil*, apresenta uma fala de Pinochet, acompanhado de uma fotografia da comitiva chilena no interior da Catedral de Brasília.<sup>207</sup> Ainda que na foto da cerimônia de posse Pinochet vá saudar o novo presidente brasileiro com roupa militar, a foto escolhida para integrar o documento, a da catedral, retrata um Pinochet de terno e gravata, o que reforça a estratégia dos assessores em relação à imagem pública do general.

A fala que segue à foto contém um outro ponto importante: que a Junta Militar chilena não estava isolada do restante dos países da América Latina, que também atuavam

---

<sup>202</sup> CONARA. *Chile hacia un nuevo destino: su reforma administrativa integral y el proceso de regionalización* Santiago:1975. p. 5.

<sup>203</sup> HIJONOSA, Isabel. op.cit. p. 155.

<sup>204</sup> CAVALLO, Ascanio. op. cit. p. 44-45.

<sup>205</sup> Esse processo de construção da imagem de Pinochet entre os anos 1978-1980 será analisado no capítulo 4.

<sup>206</sup> Geisel assumiu o comando do país após o governo de Emílio Garrastazu Médici

<sup>207</sup> 1974: *Primer año de la reconstrucción nacional*. op. cit. p 162.

no combate ao comunismo. Ao realçar a cooperação histórica entre o Chile e Brasil, Pinochet, em nome da Junta, afirma que:

Esa vieja afinidad ha sido robustecida en el último tiempo por experiencias que tienen aspectos similares. Aunque en épocas y circunstancias diferentes, tanto Chile como Brasil estuvieron expuestos a ser sometidos por el comunismo internacional. En uno y otro caso, ello fue evitado por la acción cohesionada y oportuna de la Fuerza Pública, llamada por su naturaleza propia a defender la esencia de la Patria y las bases fundamentales de la nacionalidad.<sup>208</sup>

Pinochet reforça não apenas o compromisso do Chile em ser mais um expoente do combate ao comunismo no cone sul, como também reivindica que essa missão está pautada pelos princípios comuns da tradição ibero-americana: pertencimento a cultura ocidental e cristã, que aproximavam o esforço das juntas militares no Chile e no Brasil.<sup>209</sup>

Essa também foi uma outra preocupação: obter um respaldo em relação à comunidade internacional, e trabalhar a imagem do regime, e da Junta, no exterior. Em vários momentos, os militares justificam seu governo devido ao fato do Chile pertencer a uma tradição cristã e ocidental, e que o lugar que o país se inseria na comunidade internacional era ao lado das nações que refletiam esses valores. Além disso, a preocupação da imagem construída fora, do regime recém instaurado, foi um dos pontos enfatizados na produção dos discursos e imagens oficiais.

O discurso do chanceler chileno na Assembleia Geral das Nações Unidas, vice-almirante Ismael Huerta, a menos de um mês da “deposição” de Allende, foi publicado no documento *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*, com o título “*Chile expone al mundo los fundamentos del pronunciamiento militar y la política exterior del nuevo gobierno.*”<sup>210</sup> Logo na introdução da narrativa discursiva, Huerta relata como a imagem do governo militar, no exterior, tem sido atacada negativamente, e que o governo chileno então se aproveitara da assembleia para esclarecer os fatos:

Sin embargo, a raíz de los anteconhecimientos producidos en Chile ha surgido una campaña tan falsa, tan malévol, tan malintencionada, tan orquestada, destinada a distorsionar los

---

<sup>208</sup> Idem, p. 165.

<sup>209</sup> Idem.

<sup>210</sup> *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*. op. cit. pp. 13-35 Discurso proferido no dia 8 de outubro de 1973.

hechos y las intenciones, que he estimado oportuno y conveniente referirme a ellos, aun cuando sostengo, y con firmeza, que ningún Estado u organización internacional tiene derecho para inmiscuirse o juzgar los acontecimientos producidos en mi Patria.<sup>211</sup>

Ao mesmo tempo em que o discurso constrói, a nível internacional, uma interpretação do golpe, busca ratificar o compromisso da Junta com valores básicos do estado de direito e das prerrogativas individuais, ainda que no âmbito interno, em especial nos anos iniciais da ditadura, a violação aos direitos humanos tenha sido sistemática e ampla. Contudo, para além das justificativas sobre o golpe, o documento produzido, acompanhado da fotografia do chanceler discursando<sup>212</sup>, comprova a necessidade propagandística de inculcar no imaginário social chileno como a imagem do Chile no exterior era pujante e importante para as relações internacionais. Além disso, reforçava o esforço dos militares em manter uma boa imagem do país na ONU.

### 2.2.2 - As mulheres

Desde os primeiros discursos oficiais da Junta Militar, é atribuído à mulher um importante papel no processo político e social instaurado com o golpe de 1973. É assim na *Declaración de Principios* (1974)<sup>213</sup>, e na compilação de discursos e documentos intitulada *1974: Primer año de la Reconstrucción Nacional* (1974)<sup>214</sup>. Além disso, outras frentes de comunicação do regime, especialmente no que toca ao trabalho da ENGM, também contribuíram para consolidar um imaginário do poder feminino e de sua contribuição para a reconstrução nacional.

Um primeiro aspecto enfatizado pelo discurso oficial é o da mulher como portadora das virtudes que caracterizariam uma autêntica *chilenidad*. Segundo a análise semiológica dos discursos de Pinochet, realizada por Muniza e Ochsenius, as qualificações associadas a mulher são sempre pautadas no seu patriotismo, sentido de realidade, fé, entusiasmo, educadoras, formadoras de consciência, depositárias das tradições, forjadoras do futuro, entre outras.<sup>215</sup> Essencializada, quase que obedecendo a

---

<sup>211</sup> Idem, p. 15.

<sup>212</sup> *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*. op. cit. p. 12.

<sup>213</sup> JUNTA DE GOBIERNO.

<sup>214</sup> *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*. op. cit.

<sup>215</sup> MUNIZAGA, Giselle. e OCHSENIUS, Carlos. *El discurso publico de Pinochet (1973-1976)*. Buenos Aires: CLACSO, 1983. p. 43.

uma natureza imutável, a mulher é vista como a “rocha que sustenta a família chilena”<sup>216</sup>, e, por isso, seria o ator social mais do que legítimo para reagir a qualquer ameaça. E foi essa reação, a do poder feminino contra o governo da UP, que permeou as representações sociais da ditadura em relação ao lugar da mulher no novo regime.

A importância da mulher para o *pronunciamento militar* de 1973 também foi enfatizada no *Destino Nacionalista de Chile*<sup>217</sup> - destacando o papel das mulheres em tirar a sociedade chilena do imobilismo e romper com o clima que tolerava os feitos do governo de Allende. Ainda que reconheça a atuação de outros setores como os jovens, os setores gremiais e profissionais, o grupo das mulheres teria sido, para o discurso oficial, o primeiro a enfrentar o avanço do marxismo.<sup>218</sup> De maneira didática, e ilustrada, a reivindicação da mulher como a força motriz da *intervenção militar*, traz a referência da *Marcha de las Cacerolas* (imagem 14), acompanhada com a legenda que diz “Na ‘Marcha de las cacerolas’ as mulheres chilenas quebraram exemplarmente a tolerância e a imobilidade nacionais” contra o governo de Allende.<sup>219</sup>



En la “MARCHA DE LAS CACEROLAS” las mujeres chilenas quebraron ejemplarmente la tolerancia y el mutismo nacionales.

Imagem 14

---

<sup>216</sup> A expressão da mulher como uma “rocha” é utilizada no último parágrafo da *Declaración de Principios del Gobierno* (1974).

<sup>217</sup> Analisaremos as funções da DINACOS enquanto órgão responsável pela elaboração da propaganda política da ditadura chilena no capítulo 3.

<sup>218</sup> PAREDES, Hernán Vergara. *Destino Nacionalista de Chile*. Santiago: División de Comunicación Social, 1976.

<sup>219</sup> Idem, p. 17. Tradução livre do autor. O livro não fornece informações a respeito da autoria das ilustrações.

Essa ilustração remonta a primeira ação das mulheres<sup>220</sup> contrárias ao governo de Salvador Allende é datada de 1º de dezembro de 1971, denominada “*Marcha de las cacerolas vacías*”, considerado como o ponto de partida para a mobilização feminina contra as medidas do governo socialista. A partir de então, várias outras manifestações públicas compostas por mulheres, e com o apoio dos partidos políticos de oposição, tornaram-se expressivas, sendo consideradas como o primeiro movimento social que de fato tomaram as ruas entre o período 1971 e 1973. Dessa forma, esse movimento foi um dos tópicos utilizados pelos organismos de comunicação e propaganda para consolidar uma representação específica da mulher na sociedade inaugurada com o golpe.

No livro *La epopeya de las ovas vacias* (1974), de Teresa Donoso Loero –também publicado pela ENGM<sup>221</sup>- o papel combativo da mulher chilena é retratado como um dos elementos principais na luta contra a influência marxista. Segundo a autora, a legitimidade da resistência feminina é resultante da leitura de que fora a “mulher chilena” a mais afetada com o governo da UP, governo este que por várias razões colocou em risco a segurança dos lares chilenos, ou seja, o território do poder matriarcal.<sup>222</sup> Afetada pelo desabastecimento que comprometia a sobrevivência material de suas famílias, a manifestação do protesto diante da ofensiva da esquerda que por três anos insistiu em degradar os valores nacionais.

A capa do livro apresenta um mulher sorridente no primeiro plano (imagem 15), sustentando nas mãos a bandeira chilena, uma panela e sua respectiva tampa (batendo a tampa na panela como forma de protesto). Ao fundo, são retratadas outras mulheres, o que confere o aspecto de coletividade, além dos demais efeitos gráficos serem compostos pelas cores da bandeira (branco, azul e vermelho). O conteúdo do livro retrata a ação das mulheres chilenas contra o governo de Allende em diferentes frentes e composições sociais. Para além da narrativa textual, o protagonismo feminino aparece representado por meio de fotografias. Como podemos verificar (imagem 16), são retratadas as esposas dos mineiros da mina de *El Teniente* apoiando o movimento grevista de 1973 e a

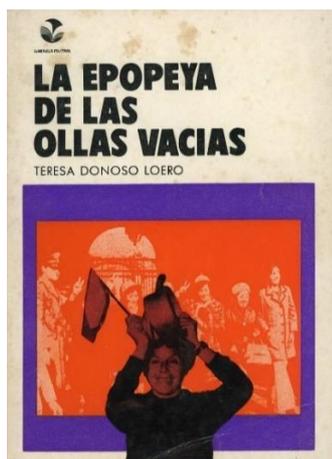
---

<sup>220</sup> O papel conservador da mulher na vida política nacional do Chile não pode ser reduzido apenas à sua oposição ao governo de Allende. Como destaca Marcelo Araya, desde a década de 1960 as mulheres foram convocadas para atuarem na campanha anticomunista das eleições de 1964, na defesa da candidatura de Eduardo Frei, pelo *Partido Democrata Cristiano*, e em forte oposição à candidatura de Allende pela coalizão entre comunistas e socialistas chamada *Frente de Acción Popular* (FRAP). Sobre o papel feminino desde a década de 1960 ver ARAYA, Marcelo Casals. *La creación de la amenaza roja. Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la “campana del terror” de 1964*. Santiago: LOM, 2016.

<sup>221</sup> LOERO, Teresa Donoso. *La epopeya de las ovas vacias*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974.

<sup>222</sup> Idem.

respectiva marcha até a capital, Santiago.<sup>223</sup> Conforme a legenda: “Quando os 9.000 mineiros de *El Teniente* sustentaram sua heroica greve, suas esposas e filhas abriram caminho até a capital para acompanhá-los”.<sup>224</sup> Na imagem 17, também é transmitida a ideia de contestação das jovens chilenas contrárias à medida da reforma educacional proposta pela UP. Segundo a legenda: “Frente a La Moneda, as meninas dos liceus e colégios fizeram seu turno de protestos contra a tentativa de *marxistizar* a educação.



**Imagem 15**



Cuando los 9.000 mineros de El Teniente sostuvieron su heroica huelga, sus esposas e hijas se abrieron paso hasta la capital para apoyarlos.

**Imagem 16**



Frente a La Moneda, las muchachas de liceos y colegios hicieron sus rondas de protestas contra la tentativa de marxistizar la educación.

**Imagem 17**

O que se observa com o uso das fotografias no período do governo da UP é a ênfase na atuação feminina, marcada por diversos protestos e manifestações contrárias às políticas do governo, ao mesmo tempo em que se confirma o caráter coletivo, além de

<sup>223</sup> A greve de dois meses da mina de *El Teniente* foi um dos fatores de instabilidade no governo de Allende.

<sup>224</sup> Fotos do apêndice do livro entre as páginas 64 e 65. As fotos não são numeradas ou paginadas.

ressaltar distintas gerações unidas num mesmo propósito, quando as mulheres representadas são esposas, donas de casa, filhas e jovens estudantes.

Contudo, enquanto o papel ativo da mulher é destinado à sua oposição ao governo da UP, e que por consequência, acabou produzindo o *pronunciamento militar* e o chamado de intervenção às Forças Armadas, a partir do momento em que tal pronunciamento engendrava o processo de reconstrução nacional, à mulher caberia o rol de colaborar com o novo regime e de concentrar-se na educação dos filhos e no cuidado da família e do lar. Essa função da mulher foi enfatizada no discurso que Pinochet proferiu às dirigentes femininas num encontro realizado no edifício Diego Portales no dia 24 de abril de 1974.

Ao dirigir-se às mulheres chilenas, Pinochet utiliza-se de uma narrativa constante nos documentos e pronunciamentos do governo durante os primeiros anos, na qual as mulheres teriam “batido à porta das Forças Armadas”, e que, uma vez que estas realizaram a nobre função de defender o país, o rol feminino corresponderia, no novo momento político, colaborar com o governo como perpetuadora dos valores manifestados na *Declaración de Principios*, divulgada um mês antes. Segundo Pinochet:

Ninguna inspiración doctrinaria puede interpretar mejor que ésta los anhelos de la mujer, puesto que ha sido ella, a lo largo de toda la Historia, la gran defensora y la gran transmisora de los valores espirituales; y ha sido también, por su firme sentido de la realidad, el gran elemento moderador en la evolución social de la humanidad.<sup>225</sup>

Assim como a Pátria, a mulher aparece como repositório dos valores que corresponderiam a *chilenidad*, e por isso, são concebidas como o cerne do progresso moral e cultural que orientariam a reconstrução chilena a partir de 1973. Para isso, se às Forças Armadas caberiam administrar e pensar um novo Estado, às mulheres lhes corresponderiam conscientizar as novas gerações. Ainda que a ditadura reconheça a importância da mulher no mercado de trabalho – e as necessidades decorrentes disso, como espaços para cuidar dos filhos enquanto as mães se ausentam – o espaço de atuação privilegiado para a mulher, segundo o discurso oficial, seria o lar. As representações da mulher são criadas a partir da função de esposa e mãe.

---

<sup>225</sup> REPUBLICA DE CHILE. 1974. “La Junta de Gobierno se dirige a las mujeres chilenas”. *Primer año de la Reconstrucción Nacional*. Discurso proferido pelo Presidente da Junta de Governo, General Augusto Pinochet. Santiago: 24 de abril de 1974.

No mesmo discurso, se enfatiza a importância da mulher como peça fundamental para colaborar com a política econômica. Conhecedora dos recursos e sacrifícios de cada família, caberia à mulher buscar as melhores alternativas para driblar as “exigências econômicas” dos primeiros anos do governo, especialmente no que se relaciona à alta do preço dos alimentos. Para realçar esse papel, Pinochet invoca a memória traumática das filas para comprar alimentos e do caos econômico do passado recente.

Hace apenas algunos meses, ustedes afrontaban una situación económica más angustiosa, porque no existía la esperanza. El sacrificio diario de las colas; el peregrinaje humillante tras los alimentos desaparecidos; las insolencias de las JAPs; los precios exorbitantes del mercado negro, eran los hitos de un calvario sin destino, vivido con la certeza amarga de que los sacrificios de cada día serían aun mayores en el día de mañana. Hoy, a pesar de las dificultades, podemos afrontar el porvenir con optimismo.<sup>226</sup>

Em vista disso, e conforme destaca Hinojosa, a editora oficial do governo, entre o período 1973 e 1976, publicou alguns manuais voltados para o público feminino da série *Oficios y Hogar*, que contemplavam temas relativos ao espaço doméstico, como receitas, o cuidado dos filhos, além de propor a capacitação das donas de casa para que pudessem aumentar a renda familiar ou realizar pequenos consertos doméstico de modo a economizar dinheiro.<sup>227</sup> Para a autora, tais publicações são carregadas de ideologia moral, que acenam para o retorno da mulher aos cuidados da família e do lar, com o objetivo maior de conquistar a pacificação e desocupar as ruas, antes marcadas pela presença massiva nas grandes manifestações no período de Allende.<sup>228</sup>

A construção desse conjunto de representações sobre o lugar social da mulher nessa nova fase do Chile foi acompanhada de uma série de políticas públicas administradas por um importante órgão do governo denominado *Secretaria General de Gobierno - SEGEGOB*.<sup>229</sup> Dentre as divisões dessa secretaria, o setor responsável por mobilizar o apoio político da sociedade civil em relação à ditadura foi a *Dirección de Organizaciones Civiles*, constituída apenas quatro dias após o golpe, e estruturada a partir

---

<sup>226</sup> Idem, p. 199.

<sup>227</sup> HINOJOSA, Isabel Jara. “Graficar una “segunda independencia”: el régimen militar chileno y las ilustraciones de la Editorial Nacional Gabriela Mistral (1973-1976)”. *Historia* nº 44, vol.1, Santiago: janeiro-junho 2011. pp.131-163, p. 144.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Essa secretaria foi elevada a nível de ministério no ano de 1976. Iremos analisar com maior profundidade essa transformação no capítulo 3.

de quatro secretarias: a de Cultura, a dos *gremios*<sup>230</sup> profissionais, da Juventude e da Mulher.<sup>231</sup>

Conforme constatado acima, a mulher foi considerada um importante agente social no processo de reconstrução nacional. Contudo, se num primeiro momento a representação da mulher é destacada conforme seu empenho em derrubar o governo da UP, agora, sua atuação se restringiria à colaboração com o regime em várias frentes, em especial, no tocante ao seu papel de esposa e mãe, na educação das novas gerações baseada nos valores defendidos pelo regime, na compreensão dos sacrifícios econômicos impostos pela necessidade de reerguer o Chile do caos da UP. Nesse sentido, a *Secretaría Nacional de la Mujer* pode institucionalizar uma série de políticas e iniciativas com ampliassem a colaboração feminina na construção desse papel da mulher na ditadura.

### 2.2.3 - Os jovens

A ditadura esforçou-se para criar uma imagem depurada da juventude, distante da atividade política, num claro esforço de substituir a imagem dos jovens que marcaram o período dos governos de Eduardo Frei e Salvador Allende. Ao novo momento histórico conduzido pelas Forças Armadas, cabia ao jovem distanciar-se da “demagogia política” e dedicar-se às atividades que correspondiam a sua idade: estudos, recreação e trabalho pela reconstrução nacional. O processo de ressignificação do verdadeiro comportamento que corresponderia ao jovem chileno foi acompanhado pelo resgate da memória do governo da UP na qual a juventude foi um dos agentes mais consciente dos malefícios do perigo socialista.<sup>232</sup> Por isso, a ditadura se prontificava em “governar para a juventude” e “com a juventude” de modo a contribuir para esse grupo de tamanha importância para o *pronunciamento militar*.

---

<sup>230</sup> A ideia de *gremio* pode ser sintetizada como a organização de setores patronais, representativo de determinadas categorias profissionais e de grupos com distintos interesses para além do mundo do trabalho, como por exemplo os *gremios estudiantiles*. Os *gremios* se caracterizam, em sua maior parte, por representar grupos liberais e urbanos. O *Movimiento Gremial* teve uma participação fundamental na oposição ao governo da UP. Sobre o papel dos *gremios* ver: CAMPERO, Guillermo. *Los gremios empresariales en el periodo 1970-1983*. Santiago: Estudios ILET, 1984.

<sup>231</sup> HUNEEUS, Carlos. *El Regimen de Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 2000. p. 353.

<sup>232</sup> Segundo discurso do General Leigh à juventude chilena: “Sé muy bien que no estoy hablando ante observadores ajenos a nuestra realidad; ni siquiera ante testigos; estoy dirigiéndome a quienes han sido factores principales de nuestro reciente drama. Por ello, cuando me refiero a la honda destrucción moral, económica y social a que Chile fuera arrastrado en el último tiempo, aludo a una realidad que para ustedes no necesita otra demostración que el recuerdo de su propia experiencia”. In: 1974. *Primer año de reconstrucción nacional*. Santiago: ENGM, 1974. p.69.

O conjunto de valores atribuídos à juventude reforçariam a proximidade desse grupo com o trabalho das Forças Armadas. Ao provarem o seu comprometimento com a pátria, os militares e os jovens compartilhavam dos mesmos ideais, expressos pelo membro da Junta, Gustavo Leigh :

La juventud es idealista, generosa y valiente. Busca siempre ideales nobles y grandes a los cuales consagrar sus esfuerzos, y por ellos es capaz de arriesgar muchas veces incluso su propia vida. Los jóvenes son asimismo desprendidos frente a los bienes materiales y exigentes para reclamar la justicia por encima de todo.<sup>233</sup>

O governo, para além dos discursos oficiais, buscou criar outras frentes para consolidar uma certa representação da juventude. Para isso criou o livro *Perfiles de un Chile joven*, publicado pela ENGM.<sup>234</sup> Escrita por Irene Rostagno e Lucia D’Albuquerque, a juventude é retratada como um “grupo passível de manipulação” e que, por isso, foram utilizados como marionetes e tratados como “crianças cuja opinião não era considerada” no governo de Allende. Nesse sentido, a obra é produzida de forma a construir outro imaginário, destacando o papel ativo dos jovens com o novo governo.

O livro tenta contemplar a diversidade dos jovens chilenos em relação a sua origem geográfica e às atividades que realizam. Na primeira, o recurso narrativo utilizado é o de associar a geografia chilena ao estilo de vida de cada jovem, pois:

La naturaleza, tan cambiante de norte a sur, moldea la vida de los chilenos. Cada clima y cada paisaje forja caracteres que responden a la sequedad del desierto, a la intranquilidade del mar y a la fecundidade de la tierra sureña. Es así como la vida del joven nortino está asociada a la aridez del desierto. Los que nacieron junto al Pacífico, en una tierra exótica, con un paisaje pétreo, son recios y temerários. La vida del joven sureño está marcada por el clima lluvioso en que le tocó nacer. La fertilidad de la tierra los hace ser amistosos y hogareños. Por el contrario, los que nacieron y crecieron em la ciudad, donde la vida es agitada, son más reservados y solitarios. Em Santiago, donde el tiempo no alcanza para cubrir las distancias entre la casa y el trabajo, los jóvenes llevan impreso el ajetreo febril de la ciudad.<sup>235</sup>

---

<sup>233</sup> Idem, p. 75.

<sup>234</sup> ROSTAGNO, Irene. E D’ALBUQUERQUE, Lucia. *Perfiles de un Chile joven*. Santiago: ENGM, 1974.

<sup>235</sup> Idem, p. 8.

A narrativa, acompanhada por um determinismo geográfico em relação aos comportamentos juvenis, destaca os distintos valores de cada região do Chile, além das diferentes representações do espaço urbano e rural. Enquanto o jovem do norte agia conforme as dificuldades impostas pelo árido terreno do deserto, o jovem do sul era considerado agraciado pelas chuvas e pela fertilidade. Se no campo o jovem acompanhava de perto a influência das estações do ano em seu trabalho árduo, o jovem urbano se ocupava das mais distintas tarefas entre os estudos e suas primeiras experiências laborais.

Ao jovem da ditadura não lhe cabia a ociosidade e, portanto, deveria canalizar corretamente o vigor típico dessa fase da vida para se comprometer na reconstrução da nação. Sua participação poderia ser por distintas frentes, em especial, dedicando-se aos estudos. O general Leigh, dirigindo-se a estudantes num encontro em 20 de dezembro de 1973, convocou a juventude a comprometer-se com a causa patriótica de tornar o Chile uma grande nação. Por isso, apresenta o progresso técnico e intelectual com um dos pilares do novo governo que se projetava na construção de um regime moderno e realista. Nesse aspecto, o estudante chileno assumiria um papel muito importante porque:

En el mundo contemporáneo no basta el desarrollo económico para alcanzar verdadera independencia. Se necesita además de un flerte conocimiento especializado (...). De ahí que invitemos a cada estudiante chileno a mirar su propio estudio con nuevos ojos, considerándolo no sólo como su primera obligación, sino como el aporte más positivo que puede hacer al país.<sup>236</sup>

O ato de estudar foi o mais enfatizado pelo governo. Para a narrativa propagandística, após anos de infiltração da luta política nos espaços estudantis, os liceus e as universidades retomaram sua função principal: a de formarem jovens comprometidos com a causa nacional. Não caberia outra função ao estudante do que a dedicação aos estudos e ao comprometimento com o ambiente escolar e o companheirismo com os demais colegas. Sendo assim, o ambiente acadêmico é apresentado a partir da normalidade proporcionada pelo novo governo:

Después de varios años de lucha política, que marcó hasta las paredes de los liceos y se hizo presente en todas las clases, la vida

---

<sup>236</sup> LEIGH, General Gustavo. *La Junta de Gobierno se dirige a la juventud chilena*. In: *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*. Santiago: ENGM, 1974. p.

liceana há vuelto a ser local. El estudio y las atividades extraprogramáticas recuperaron su lugar.<sup>237</sup>

Assim sendo, na construção da representação do papel dos estudantes, foi comum a utilização de imagens que condenassem a participação estudantil nos atos políticos do período da UP e reforçassem a importância do estudo como a melhor forma dos jovens contribuírem para o bem da nação. O livro *Chile Ayer Hoy* é repleto de fotografias que retratam a juventude antes e depois, utilizando essa mesma tônica: enquanto no governo Allende “os estudantes não estudavam e eram vagos”, sendo manipulados por “políticos demagógicos e portando bandeiras e gritando pelas ruas de Santiago” (imagem 18), no período governado por Pinochet e pela Junta Militar os estudantes cumpriram a tarefa para a qual foram designados: a dedicação ao conhecimento científico (imagem 19).<sup>238</sup>

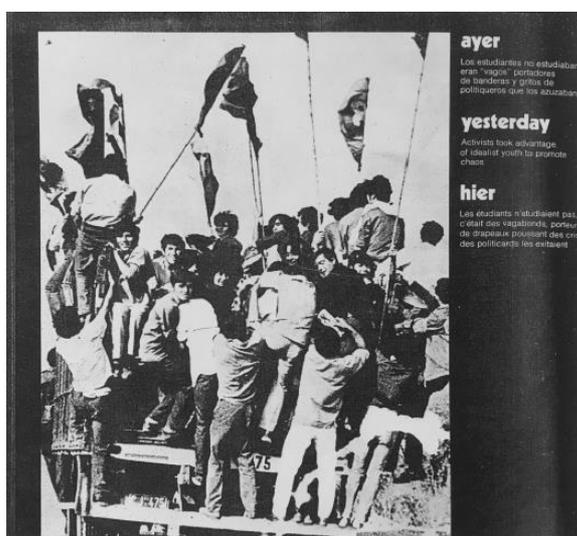


Imagem 18

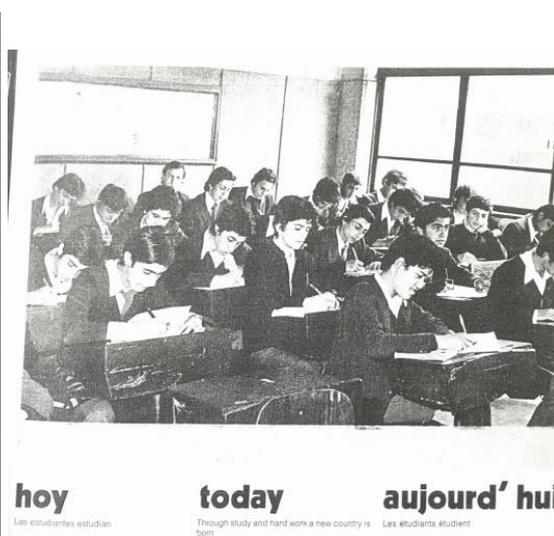


Imagem 19

O propósito da propaganda do governo direcionada à juventude era modificar os códigos de comportamento e de configuração da identidade por meio de uma desqualificação da atividade política e uma ressocialização dos jovens a partir do 11 de setembro de 1973. Por isso, era preciso resgatar o que não deveria ser repetido, e alertar os perigos à juventude no período da UP:

La generación joven dejó de lado su mundo para sumarse a la lucha por la supervivência, que se libraba em todos los frentes. Se

<sup>237</sup> ROSTAGNO, Irene e D'ALBUQUERQUE, Lucia. op cit. p.32.

<sup>238</sup> *Chile Ayer Hoy*. op. cit. Santiago: 1974.

confundieron con los adultos del mismo bando, llegando a perder el sentido generacional. Se crearon grupos armados. Los enfrentamientos entre estudiantes se libraron en la calle, en las universidades, penetrando hasta en los liceos. La violencia, aunque repudiada en abstracto por la gran mayoría, ejerció un poderoso atractivo en las mentes juveniles. Su precio fue alto: jóvenes heridos y muertos.<sup>239</sup>

Além de negativar a ação política, era preciso determinar quais os espaços de atuação dos jovens no novo Chile no intuito de formar uma base de sustentação ao projeto ditatorial. Com isso, era preciso realizar com afinco as atividades que lhes correspondiam no espaço de trabalho, engajar-se em manifestações artísticas que correspondessem ao folclore e à cultura chilena, ingressando nas academias militares e auxiliando as Forças Armadas, e, por fim, participando das atividades do movimento *gremialista* e da *Secretaría Nacional de la Juventud*.

A importância dessa secretaria como mecanismo de mobilização da juventude foi apresentada tanto pela imprensa quanto pelas primeiras ações propagandísticas da ENGM. Sendo assim, em *Perfiles de un Chile joven*, duas lideranças juvenis são apresentadas para afirmar a importância desse espaço: Gerardo Monckeberg, estudante de direito e história e diretor do departamento de estudos da *Secretaría de la Juventud* – com 23 anos- e Arturo Fontaine, estudante de direito e filosofia e presidente da *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica de Chile* – FEUC -22 anos.

Monckeberg chama a atenção para a importância da secretaria enquanto um espaço privilegiado para dar voz aos jovens que se sentiam mobilizados no comprometimento da causa nacional, afirmando seu caráter apartidário, e criando um vínculo de unidade geracional. Dessa maneira, define os objetivos dessa secretaria:

La Secretaría de la Juventud se há fijado como objetivo principal dar una posibilidad de expresión de los jóvenes. (...) Ningún joven que acuda a la Secretaría saldrá con las manos vacías. (...) Es una oportunidad importante para los jóvenes, porque hoy todos, sin intervenga el partidismo político ni diferencias de cualquier naturaliza, pueden participar.<sup>240</sup>

---

<sup>239</sup> ROSTAGNO, Irene e D'ALBUQUERQUE, Lucia. op cit. p.6.

<sup>240</sup> Idem. p. 92

Mais do que suas lideranças, o que se buscou com a representação desses jovens à frente de dois organismos importantes para o governo, foi atribuir um rosto jovem, e civil ao regime, além de dar como exemplo suas trajetórias na luta pela qual atravessava o país entre 1971 e 1973. Além do destaque dado a secretaria, outra função importante desse espaço no intuito de angariar adesão juvenil foi o de difundir o pensamento *gremialista*, tarefa a qual se presta Arturo Fontaine.

Para Fontaine, o *Movimiento Gremial* teve uma grande importância para o contexto de restabelecimento da ordem e do progresso com o golpe de 1973. Sendo assim, ao longo do livro destinado aos jovens, elabora um histórico do comando da FEUC sob a direção dos *gremialistas* desde 1968, fundamentais para o retorno da disciplina acadêmica no ambiente universitário e da retirada dos elementos partiários da vida estudantil:

El Movimiento Gremialista surgió como um vehículo que canalizó la inquietude por uma verdadera reforma universitária, que científicos y docentes querían impulsar. Estos anhelos estaban siendo utilizados como bandera de lucha política. De ahí la necesidad de volver a centrar la discusión em el terreno académico, para lo cual era indispensable despolitizar la Universidad. (...) El gremialismo creó un clima de orden y disciplina, que permitió el desarrollo de la actividad académica”.

Com isso, o *Gremialismo* e a *Secretaría de la Juventud* cumpriam um importante trabalho ideológico que correspondia aos objetivos da ditadura em relação à organização social, despolitizando a juventude, ao mesmo tempo que a mantém organizada e mobilizada. Por isso, também era preciso, nesse esforço de ressocialização, incentivar a participação dos jovens em diversas atividades como os trabalhos voluntários nas férias de verão, nos torneios esportivos, nas diversas campanhas culturais, representadas fotografia de moças e rapazes com mochilas nas costas pelas estradas chilenas.<sup>241</sup>

#### **2.2.4 - Os trabalhadores**

Um dos grandes desafios da ditadura chilena foi o de forjar um novo conjunto de representações sobre o trabalho e as relações entre a classe trabalhadora e o governo. A

---

<sup>241</sup> Idem, p. 36.

destruição simbólica do imaginário construído no período de Allende se fazia urgente nos primeiros anos após 1973 diante da necessidade da ditadura em apresentar-se também como um governo da classe trabalhadora. A tarefa era difícil, pois foi no governo da UP que se potencializou a participação dos trabalhadores na dinâmica política nacional, sendo, de fato, a primeira vez que os trabalhadores foram completamente considerados como os legítimos agentes na condução do Estado chileno, representados por Allende. Sendo assim, a estratégia discursiva utilizada se baseou em destruir os aspectos simbólicos que marcaram a mobilização dos trabalhadores entre 1970 e 1973, e construir novas representações do trabalho que estivessem de acordo com a visão dos militares sobre o papel da classe trabalhadora no *pronunciamento militar*.

Construir um novo conjunto de valores que remontassem às atividades do trabalhador surgiu da necessidade da ditadura em restabelecer a disciplina no espaço de trabalho. Por isso, sempre que possível, a estratégia propagandística do regime fazia uso das denúncias, dentre as quais, no período da UP os trabalhadores eram manipulados pelas lideranças sindicais, causando a desordem pública, tornando as ruas de Santiago espaços perigosos devido as constantes manifestações violentas, e que, por fim, não estavam desempenhando o papel que lhes correspondia: trabalhar. Desse modo, era necessário negar esse passado de agitação social, que comprometia o desempenho econômico do país, e buscar um novo rol para o trabalhador no novo governo.

Em *Chile Ayer Hoy* também se buscou ilustrar um *antes* e *depois* do comportamento dos trabalhadores. Como afirma o livro, ao contrário de um período em que “os trabalhadores eram conduzidos como manadas a permanentes concentrações” nas quais os mesmos eram pagos “para defender o presidente de ‘alguns chilenos’” (imagem 20), no novo governo os trabalhadores tinham uma grande tarefa: “trabalhar para fazer de seu país uma grande nação” (imagem 21).<sup>242</sup> Ao contrapor uma foto dos operários numa manifestação política e outra numa construção realizando suas tarefas cotidianas, a mensagem fica clara: lugar de trabalhador é no desempenho de suas funções de trabalho, e não sendo responsável por agitações sociais que criavam o caos e a desordem pública.

---

<sup>242</sup> *Chile Ayer Hoy*. op. cit. Santiago: 1974.



Imagem 20

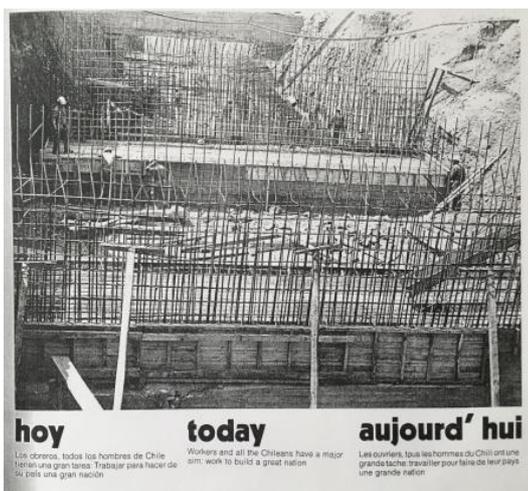


Imagem 21

A valorização do trabalho como elemento fundamental no processo de reconstrução nacional foi um elemento importante. Para isso, construiu-se a imagem de que no governo da UP não se trabalhava, enquanto no governo das Forças Armadas todos deveriam trabalhar para auxiliarem na recuperação econômica. Nesse intuito, o trabalhador deveria estar atento a toda e qualquer ameaça que o desviasse de sua obrigação.

No folheto produzido pela DINACOS, *Principios y conductas básicas en el Chile de Hoy y Mañana* (1976), zelar pelo bom cumprimento do trabalho, tema do primeiro capítulo, seria uma responsabilidade que deveria vir acompanhada da denúncia daqueles que assim cumpriam suas tarefas. O trecho que define a disciplina de trabalho como fundamental para a vida nacional cria a ideia da existência de *maus trabajadores*, como um crítica direta aos dirigentes sindicais, especialmente àqueles comprometidos, em maior ou menor grau, com a herança trabalhista da UP. Em relação a esse tema o documento continua: “

Una vez identificados y aislados estos malos chilenos, debemos respetar a los dirigentes que verdaderamente trabajan y cuyas actividades gremiales están apuntando a la defensa de nuestros intereses y no de otros ajenos”.<sup>243</sup>

O valor que a ditadura dava ao trabalho consistia numa forma de “expressão espiritual do homem” para além da conquista das necessidades materiais, essas últimas

<sup>243</sup> DINACOS. *Principios y conductas básicas en el Chile de hoy y mañana*. Santiago, 1976. p. 5.

tidas pelo regime como típicas da visão materialista da história. O trabalho deveria ser um elemento estruturante da República, marcado pela disciplina, no qual:

El Estado se orienta a valorar y proteger el trabajo libremente elegido, pero del mismo modo lo considera como un deber social que, como tal, debe ser exigido inexcusablemente a todos los chilenos, estimándolo como la contribución que éstos deben prestar al desarrollo nacional.<sup>244</sup>

O trabalho é apresentado como um dever social e como uma obrigação moral nessa nova etapa da história chilena, atividade da qual nenhum cidadão poderia isentar-se. Se ao Estado cabia o dever de criar as condições indispensáveis para a existência do trabalho, ao trabalhador lhe correspondia realiza-lo como um dever patriótico.<sup>245</sup>

A essa ressignificação do valor do trabalho, acompanhou-se também o resgate do papel ativo dos trabalhadores na luta contra a experiência socialista. A greve da mina de cobre *El Teniente*, que durou 74 dias, foi utilizada como símbolo da resistência dos trabalhadores ao governo de Allende.<sup>246</sup> Os documentos da ENGM também buscavam retratar, por meio de imagens, a presença dos trabalhadores na construção do movimento do 11 de setembro, com especial destaque para as fotografias que introduzem o documento *A seis meses de la liberación nacional* (1974). Tentando contemplar a importância de todos os trabalhadores chilenos, a primeira fotografia (imagem 22) retrata um camponês arando a terra com seu cavalo com a cordilheira dos Andes ao fundo, e a segunda, retrata dois mineiros trabalhando na extração e produção de cobre (imagem 23).<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup> DISCURSO DEL MINISTRO DEL TRABAJO Y PREVISIÓN SOCIAL SERGIO FERNÁNDEZ FERNÁNDEZ NO DIA 1º DE MAIO DE 1976. IN: *1º de maio de 1976*. Santiago: ENGM, 1976. p. 11.

<sup>245</sup> Idem, p. 12.

<sup>246</sup> CHILE EXPONE AL MUNDO LOS FUNDAMENTOS DEL PRONUNCIAMIENTO MILITAR Y LA POLÍTICA EXTERIOR DEL NUEVO GOBIERNO. In: *1974: Primer año de la reconstrucción nacional* Santiago: ENGM, 1974. p.24

<sup>247</sup> A SEIS MESES DE LA LIBERACIÓN NACIONAL. In: *1974: Primer año de la reconstrucción nacional*. op. cit. pp.110-139. p.110.



Imagem 22



Imagem 23

Destacar a importância dos trabalhadores para o processo político iniciado em 1973 também exigia atribuir um novo tipo de participação dos mesmos nessa nova fase. Contudo, antes mesmo de atribuir um novo papel ao trabalhador, era preciso modificar os hábitos culturais e políticos dos mesmos, e justamente por isso, fora anunciado em *Líneas de acción de la Junta de Gobierno de Chile* (1974) que:

será de su especial interés (del gobierno) eliminar las deficiencias estructurales, institucionales y culturales que limitan el factor trabajo. En este predocamento de modificará el Código de Trabajo, suprimiendo las diferencias entre empleados y obreros. Esta materia será una de las metas más importantes, por la nueva relación entre Capital y Trabajo, que conlleva a destruir antagonismos injustificados.<sup>248</sup>

As pretensões da ditadura em reformular a cultura do trabalho no Chile foram amplas, e apenas no ano de 1979 é que as mesmas galgaram um maior alcance institucional (por meio da aprovação do *Plan Laboral*). A reforma trabalhista, anunciada desde o ano de 1974, cumpriria a pretensão hegemônica de atomizar a classe trabalhadora, fragmentar os mecanismos de organização coletiva, e despolitizar o mundo do trabalho. Por isso, o interesse em criar uma nova institucionalidade que regulamentasse a vida profissional dos trabalhadores e, conseqüentemente, sua aceitação disciplinada da autoridade, foi anunciado desde a formação dos primeiros gabinetes.

A reformulação cultural do cotidiano do trabalhador chileno deveria ser conduzida de modo a criar uma mentalidade de colaboração com o empresariado, pois o principal objetivo seria colocar os fins coletivos sobre os próprios, e ambos deveriam contribuir para a recuperação econômica. Esse pressuposto visava eliminar a visão de mundo

---

<sup>248</sup> Idem, p. 97.

baseada na luta de classes, onde a divisão que de fato importava era entre os chilenos e os *não chilenos*.

### **2.3- Reconstruir a *chilenidad*: o forjar de uma nova cultura histórica.**

A restauração da *chilenidad* foi o principal compromisso assumido pela Junta Militar no dia do golpe, cuja ação se via respaldada na defesa das tradições chilenas, no legado dos *Pais da Pátria*, e como uma imposição das responsabilidades que a história nacional os impunha.<sup>249</sup> À usurpação comunista, o novo momento histórico representado pelo comando dos militares exigia uma reconstrução do país a partir de um “novo regime institucional e político enraizado na mais pura tradição nacional, mas simultaneamente moderno, estável e criador”.<sup>250</sup>

A reconstrução nacional proposta pelo governo da Junta Militar foi fundamentada por um processo de ressignificação dos valores que permeavam as relações sociais entre os chilenos, inclusive redefinindo o próprio conceito de cultura, caracterizado como:

...aquella disposición esencial que mueve a los habitantes de una nación a organizar su vida de acuerdo a una determinada escala de valores y que se expresa en una original manera de pensar, de actuar y de vivir, que los singulariza y define frente a todos los demás.<sup>251</sup>

Caberia à ditadura definir o que seria a cultura e a *escala de valores* que assentariam o trabalho, agora político, das Forças Armadas e a relação entre governantes e governados. Nesse processo, a definição e caracterização do que seria a *chilenidad*, e consequentemente, a identidade nacional chilena, foram fundamentais para a consolidação do projeto autoritário em curso e cujo objetivo correspondia a normatizar todos os aspectos da vida social.

Essa preocupação já se fazia notar na recém-criada DINACOS, quando seu diretor, o coronel Virgilio Espinoza Palma, emitiu uma série de memorandos, no ano de 1974, ao Ministério da Educação, cujo objetivo era promover a comparação entre os *anti-*

---

<sup>249</sup> ACTA DE CONSTITUCIÓN DE LA JUNTA DE GOBIERNO. *Presentación*. op. cit. p.5. Tradução livre do autor.

<sup>250</sup> REPUBLICA DE CHILE. 1974: *Primer año de la reconstrucción nacional*. op. cit.

<sup>251</sup> JUNTA DE GOBIERNO. *Política cultural del Gobierno de Chile*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral. 1975. p. 19.

*valores* do passado político com os valores do atual governo militar. Conforme um desses memorandos:

1. Se ha estimado necesario elaborar un documento destinado a implantar una nueva filosofía y a rescatar valores imperecederos del hombre, a dignificar a la mujer, a la familia y a proporcionar nuevos modelos de conducta. Se dominará “Los Pensamientos de la Junta” y tomará la forma de un libro pequeño, escrito en trozos breves y consentencias comprensibles para la massa ciudadana.
2. Los temas a tratar serán: La Familia, El Trabajo, Disciplina, Política sobre Relaciones Humanas, La Mujer, Los Servidores Públicos, Cultura y Arte, Propiedad, Juventud, Salud, Economía, Agricultura, La Niñez, Responsabilidad-Autocrítica y Educación, etc. [...]
3. Em mérito a lo expuesto me permito a US. Su inestimable colaboración para completar este trabajo, que no dudamos contribuirá a el saneamiento moral en que estamos empeñados [...].<sup>252</sup>

Com isso, o resgate de determinados valores teria como finalidade básica a redefinição dos padrões morais que permeavam a sociedade chilena em oposição à degradação moral ocasionada pela infiltração marxista, com o intuito de adequar e ressocializar a cidadania ao projeto ditatorial.

Complementando o documento anterior, no que tange à necessidade de redefinir os princípios culturais globais da sociedade chilena, o documento *Política cultural del gobierno de Chile* definia que:

La actividad cultural chilena requiere un proceso de revisión de las bases sobre las cuales se há desarrollado y, para ser más exactos, de una reformulación integral de dichas bases.

(...)

En primer término, es indispensable definir qué bases o principios de orden general orientarán la futura creación cultural, a fin de exaltar valores, difundir actitudes y estimular motivaciones individuales y coletivas que se inspiren en nuestra idiosincracia y que destaquen lo nuestro en cuanto sea auténtico, veraz, de vigenci permanente y de trascendencia supranacional. Em seguida, será necesario abrir nuestros horizontes a las influencias culturales positivas que emanen de otras fuentes y costumbres y

---

<sup>252</sup> ORD N° 1007, 15 de outubro de 1974, de Virgilio Espinoza Palma, coronel-diretor da DINACOS, ao senhor ministro da Educação. Oficios ordinarios Junta de Gobierno, Ministerio, Gabinete de Ministro. Ministerio de Educación 1974, Vol. 42271. Archivo Siglo XXI. Ao que tudo indica, ese documento foi publicado pela DINACOS sob o títulos *Principios y conductas del Chile de Hoy y Mañana*.

que sean coincidentes y complementarias a los valores auctóctonos que deseamos propiciar, con el objetivo de no volver a prácticas antiguas, en que se imitaba lo de afuera por el sólo hecho de serlo, sin reparar que tales influencias pudiesen constituir elementos negativos e incluso retardatários o disociadores de lo nuestro.<sup>253</sup>

Os elementos que atuariam como ferramentas para a reconstrução da cultura chilena deveriam ser extraídos do que era considerado genuinamente chileno, em clara oposição a valores externos, com destaque ao marxismo, que tanto teria retardado a história nacional no triênio 1970-1973. Por isso, a Junta Militar apresenta-se como a única e legítima intérprete dos ideais e aspirações do “ser nacional”, e aponta que a ausência de uma política cultural da UP foi a responsável pela degeneração da cultura chilena resultante da penetração do marxismo no país.<sup>254</sup> O governo de Allende foi responsabilizado por uma cultura marcada pelo questionamento dos hábitos, tradições ou valores característicos da vida chilena, como os princípios de autoridade, de unidade nacional, de valorização da história nacional e seus heróis. Portanto, caberia ao governo de Pinochet a missão de restituir tais princípios.

Para Hijonosa, a ditadura chilena pode ser caracterizada por ter colocado em curso uma série de iniciativas culturais dispersas, mas que não podem ser consideradas como uma política cultural, entendida como um projeto articulado e consistente.<sup>255</sup> Ainda assim, destaca que apesar dessa inconsistência:

hubo suficiente coincidencia ideológica para que la ditadura desarrollara una verdadera empresa de “contracultura” contra los imaginários revolucionários, reformistas y democráticos, en el convencimiento de que su “misión independentista” consistia en rescatar la genuína “chilenidad”, degradada durante las décadas liberales y francamente corrompida em los años marxistas.<sup>256</sup>

Desse modo, a redefinição do que seria a *chilenidad* passa a ser objeto de primeira importância para o governo de Pinochet, necessidade essa que teve efeitos na política comunicacional da ditadura. Ao longo da estratégia discursiva baseada no *jogo dos*

---

<sup>253</sup> Idem, pp. 9-10.

<sup>254</sup> Idem, p. 17.

<sup>255</sup> HIJONOSA, Isabel Jara. op. cit. p. 139. Nesse ponto a autora argumenta que varios são os fatores como: o maior peso do controle político e da liberalização econômica sobre as ações governamentais em detrimento dos aspectos culturais, além da reorganização da cultura de massas (derivada da aplicação do modelo neoliberal) e a estrangeirização dos conteúdos.

<sup>256</sup> Idem.

*opostos* entre o *ontem* e o *hoje*, a definição do que seria considerado como autêntico da cultura chilena atuava no sentido de denunciar o que não era próprio dos elementos que compunham o caráter nacionalista do governo, além de complementar o processo de construção dos imaginários que ordenariam a vida social.<sup>257</sup>

É curioso notar que a ditadura chilena não se apresentou como revolucionária. Várias poderiam ser as interpretações em relação a esse tema, até mesmo sobre o próprio peso da palavra *revolução* num país que a utilizara, com tons distintos, em referência aos dois últimos governos que antecederam ao golpe.<sup>258</sup> O termo *revolução* só aparece, e assim mesmo timidamente, atribuído ao período do *milagre econômico* (1977-1981).<sup>259</sup> Em contrapartida, a imagem que a ditadura cria de si é marcada por expressões como “restauração da pátria”, “reconstrução do Chile” e “recuperação da nação”. Mais do que algo *revolucionário*, o golpe se anunciava como uma *volta a algo perdido* ou *destruído*, ou seja, a *chilenidad*.

A *chilenidad* poderia ser entendida, nesse sentido, como “um valor, uma qualidade moral que se herda” ao pertencer à pátria. Esse sentimento de pertencimento a nação é descrito como uma “essência imutável e perene que determina o ser dos chilenos” porque:

Ella inscribe en el alma de sus hijos, por sí y ante sí como una segunda naturaleza, unos valores morales que emanan del acto mismo de su fundación “al principio de los tiempos”. El destino de los chilenos no puede ser outro, entonces, que el perpetuar eternamente ese orden y los valores que lo llenan de sentido.<sup>260</sup>

Desse modo, a *chilenidad* é retratada como algo natural, perene e inata a todo chileno, orientada por princípios morais e de conduta específicos, e que também seriam resultantes, em parte, da tradição cristã e ocidental da qual derivava a sociedade chilena. Pautada por princípios como o zelo pelas tradições, o cuidado com a família, o respeito à ordem e à harmoniosa convivência nacional, acima dos interesses político-partidários, a

---

<sup>257</sup> Hijonosa reflete como essa política comunicacional alcançou o imaginário social de modo a respaldar as ações repressivas da ditadura na medida em que estabelecia quem era chileno e quem não era.

<sup>258</sup> O slogan do governo Eduardo Frei Montalva (*Partido Demócrata Cristiano*), entre 1964 e 1970, era o de uma revolução no sentido reformista, *Revolución con empanadas y vino tinto*.

<sup>259</sup> Analisaremos o período do milagre econômico no capítulo 4.

<sup>260</sup> MUNIZAGA, Giselle. e OCHSENIUS, Carlos. op. cit. p. 70.

manifestação desse sentimento só poderia incorrer no sentido de galgar a grandeza e o bem da Pátria e da unidade nacional.

O apelo à unidade nacional como base da reconstrução do país atuava, desse modo, como um apelo pela coesão social e seu comprometimento com a causa da pátria. Passado um mês do golpe, Pinochet confirmou a necessidade de unidade através do seguinte discurso:

Hemos declarado que para este Gobierno no hay vencedores ni vencidos, porque entendemos a Chile como una unidad de destino. La auténtica noción de Patria obliga a cada generación a ser fiel con los valores históricos que ha heredado de sus antepasados y han dado forma a la nacionalidad. Ello obliga a sentirnos entre todos los compatriotas como hermanos comprometidos en un mismo destino, a navegar en un mismo barco, cuyo arribo a puerto o cuyo naufragio depende de todos y alcanzará finalmente a todos. Por tanto, proclamamos la unidad nacional como la aspiración más preciada y sólida para la recuperación de Chile.<sup>261</sup>

Essa componente nacionalista é o elemento principal que dá sentido a esse conjunto de representações e atitudes que constituíram, ao longo do tempo, o sentimento de identidade coletiva. E tal sentimento foi amplamente instrumentalizado, através de uma intensa releitura do passado, pelo governo de Pinochet no intuito de legitimar as transformações do projeto político instaurado em 1973 a partir do passado histórico chileno.

Nesse sentido, ao se responsabilizar pela defesa da *chilenidad*, o governo da Junta Militar e de Pinochet expõe uma dimensão legitimadora tanto do ponto de vista no qual seriam eles os únicos garantidores de perpetuação dos valores nacionais, quanto em obter respaldo à sistemática perseguição daqueles que ameaçavam a reconstrução do país em curso. Com isso, enquanto o *Pronunciamento militar* foi uma ação patriótica e nacionalista pela defesa da *chilenidad*, o marxismo foi a manifestação mais completa do anti-nacionalismo.

No livro de cunho propagandístico *Destino Nacionalista de Chile*, é defendida a máxima de que somente um governo que visasse uma autêntica construção nacionalista poderia limitar as perigosas pretensões dos interesses marxistas e politizantes que usurparam o Chile nas décadas anteriores ao golpe. Utilizando-se de ilustrações, a obra

---

<sup>261</sup> UGARTE, Augusto Pinochet. "Discurso pronunciado em 11 de outubro de 1973" In: 1974: PRIMER AÑO DE LA RECONSTRUCCIÓN NACIONAL. Santiago: ENGM, 1974. p. 44.

apresenta três desenhos (imagem 24 ) de título *Simbolos del anti-nacionalismo* em conotação aos marxistas (símbolo da foice e do martelo), aos políticos mal-intencionados que se aproveitaram do regime partidário (com um desenho de um muro em que aparece escrito “vote em X”), e do saque realizado das riquezas do país por esses mesmos grupos (com a ilustração de um saco de dinheiro colocado sobre um canto de algum cômodo).<sup>262</sup> A descrição da imagem revela que foi a *chilenidad* o fator que permitiu revelar o jogo de interesses desses grupos usurpadores ao tentarem tomar para si o governo, o poder e as riquezas do país.<sup>263</sup>

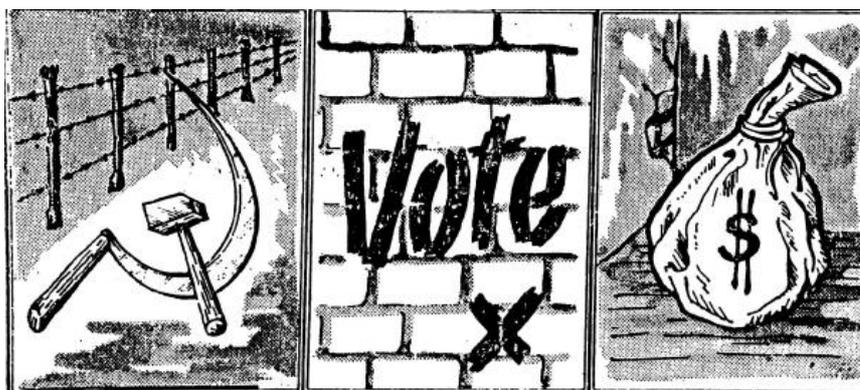


Imagem 24

Sendo assim, o texto que segue após a ilustração ressalta a necessidade de se criar um critério cívico renovado, e para isso era preciso em primeiro lugar:

...proyectar el **chilenismo** como um Nuevo Régimen, a cubierto de los viejos moldes democráticos y socialistas. En segundo orden, de ejecución simultânea, debe impedirse el avance de cualquiera acción que se estime contraria al interés nacional y que disvirtúe la patriótica obra de las Fuerzas Armadas.<sup>264</sup>

Com isso, possuindo as Forças Armadas uma reserva moral na defesa dos valores patrióticos, qualquer ato marcado por oposição ao regime deveria, automaticamente, ser associado a uma oposição à *chilenidad*.<sup>265</sup> Dessa forma, a mobilização cidadã deveria

<sup>262</sup> PAREDES, Hernán Vergara. *Destino Nacionalista de Chile*. op. cit. p. 20.

<sup>263</sup> Idem.

<sup>264</sup> Idem, p. 21. Grifo do autor. Ressaltamos que em muitas partes do texto, Paredes usa os conceitos de *chilenismo* e *chilenidad* como sinónimos.

<sup>265</sup> Idem.

atuar no sentido a rechaçar todo e qualquer sectarismo com o objetivo de reconstruir a nação de modo a assegurar que a *chilenidad* nunca mais estivesse ameaçada.

Todavia, a associação entre a ditadura/*chilenidad* e o governo da UP/anti-nacionalismo reforçava que havia uma fratura no tecido social pois esta última estaria estruturada em torno de certas categorias sociais demarcadas entre os que “pediram” o *pronunciamento militar* e o golpe de 1973 e os que foram a favor do governo Allende, ou seja, os *chilenos* e os *não-chilenos*. Assim, mais do que uma categoria que promovesse a coesão nacional, a *chilenidad* demarcava uma relação de auteridade quando se propunha caracterizar o principal sujeito social da ditadura: *todos nosotros los chilenos*.

A expressão *todos nosotros los chilenos* foi analisada por Munizaga e Ochsenius como um dos elementos discursivos mais presentes ao logo dos pronunciamentos e documentos oficiais da ditadura. Ao caracterizar tal expressão, os autores afirmam que poderiam ser incluídos nessa categoria aqueles que, ao rejeitarem o governo marxista, foram responsáveis pelo 11 de setembro e conhecidos pela sua:

fidelidad “a los valores pátrios que han heredado de sus antepasados y han dado forma a la nacionalidade”, por su capacidade de “responder con fe patriótica, valor y decisión a cualquier agresión”. Por outro lado tienen como atributos “fe”, “esperanza”, “responsabilidad”, “honestidade”, “amor patriótico”, “cohesión”, “carência de trizaduras”, “sacrificio”, “lealtad”, entre otras muchas.<sup>266</sup>

A manifestação das categorias mencionadas funcionava como uma espécie de autenticação da *chilenidad*, e a construção do sujeito *todos nosotros los chilenos* se dava em clara oposição àqueles que não as possuíam, ou seja, os marxistas.

Ainda que nascidos no território nacional, de fato e de direito, os marxistas eram apresentados como os que atentavam contra os valores básicos e próprios da nacionalidade, representantes de uma ameaça constante da existência moral e física da pátria.<sup>267</sup> Por isso, foi de suma importância a construção de uma representação, criada pela ditadura, em relação aos partidários da UP no sentido de denunciar sua disposição à violência e à utilização de todos os meios para promover o caos nacional e a luta fratricida entre os legítimos chilenos. Com isso, *todos nosotros los chilenos* foi uma categoria utilizada pelo regime para destacar que nem todos eram dignos da pátria.

---

<sup>266</sup> MUNIZAGA, Giselle e OCHSENIUS, Carlos. op. cit. p. 40.

<sup>267</sup> Idem, p. 41.

Assegurar a *chilenidad* requereria um regime de ordem e hierarquia que colocasse em relevo o tema da segurança nacional, em convergência com um elemento fundamental da *Doutrina de Segurança Nacional*: o da obrigação do Estado em identificar os ideais vitais da Nação e a estratégia para alcançá-los, dentre as quais definir as políticas setoriais, medir os atos dos cidadãos e detectar os “inimigos”.<sup>268</sup> O ator legítimo para tal objetivo seriam as Forças Armadas, não apenas por serem conhecedoras das estratégias geopolíticas, e da guerra, mas por encarnarem os valores permanentes da Nação.

Com isso, o governo de Pinochet e da Junta Militar deveria reconstruir tanto os elementos constitutivos da *chilenidad* como criar um novo *modus operandis* do Estado chileno no intuito de assegurar que a Pátria não fosse novamente ameaçada. Sendo assim, dentro os *objetivos nacionales* estabelecidos em 1975, o regime se comprometia em:

- c. Construir un régimen político-institucional basado, en la concepción cristiana del hombre y de la sociedad, en el principio de subsidiariedad del Estado que le es propia, y en una definición nacionalista que proyecte a Chile con fidelidad a su legítima tradición nacional. Ello exigirá conjugar siempre armoniosamente la autoridad y la libertad, y favorecer la selección de los mejores hombres para las tareas de Gobierno.
- d. Desarrollar en los chilenos un cuerpo de valores morales y espirituales, que constituyan el fundamento del progreso cultural de nuestra sociedad, que estimulen sus capacidades y que acrecienten los rasgos positivos de la idiosincracia nacional.<sup>269</sup>

Fica expresso, desse modo, o comprometimento institucional da ditadura, pautado no reforço da autoridade e de uma suposta liberdade, e na defesa dos valores nacionais, únicos fatores que possibilitariam o progresso da Nação. Entretanto, o comprometimento institucional, por si só, não seria suficiente para salvaguardar esses valores sem que houvesse um trabalho de releitura do passado nacional do qual o novo regime representava uma continuidade. Essa estratégia, desde o princípio, já fora utilizada como recurso legitimador, e cada vez mais se tornou um pilar para o projeto político em gestação.

A busca pela institucionalidade, e por uma consequente legitimação jurídico-política, demandou um grande esforço do governo Pinochet ao longo dos primeiros anos do regime. Ainda que entre 1973 e 1977 não podemos afirmar que existiu um projeto

---

<sup>268</sup> HIJONOSA, Isabel Jara. op. cit. p.152.

<sup>269</sup> REPUBLICA DE CHILE. *Objetivo Nacional del Gobierno Militar*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1975. p. 12.

coeso, que contemplasse o consenso dos grupos militares e civis que apoiaram o golpe, já nesse período se trabalhou no intuito de construir uma nova institucionalidade baseada nos valores nacionais redefinidos pela ditadura.<sup>270</sup> Para isso, foi intenso o *trabajo de memoria* e de releitura do passado nacional no que toca aos ícones patrióticos e aos heróis nacionais, com destaque para o estadista do século XIX, Diego Portales.

Na busca de uma institucionalidade atrelada a um processo de construção de uma *cultura histórica*, o documento *Objetivo Nacional del Gobierno de Chile* revela a necessidade do governo em:

Configurar una nueva democracia, mediante la creación de un nuevo sistema político-institucional, que preserve efectivamente las bases de un Estado nacionalista y libertario frente a quienes pretenden socavarlas; **que restablezca y afiance, adecuada a nuestro tiempo, la concepción portaliana de un Gobierno autoritario, impersonal y justo**; que permita resolver los problemas contemporáneos con eficiencia y conforme al verdadero interés nacional; y que favorezca la difusión de un auténtico espíritu de servicio público en todos los niveles, orientado a una participación responsable, eficiente e integradora de todos los chilenos en la construcción del destino nacional.<sup>271</sup>

A ditadura chilena se apropriou significativamente da figura do ministro Diego Portales, principal inspiração republicana do governo.<sup>272</sup> Considerado como o fundador do Estado chileno, especialmente no que tange aos princípios da administração pública e da modernização estatal, Portales também foi conhecido por defender a ordem e o princípio de autoridade, cujas ações políticas resultaram num período de estabilização após as intensas lutas do processo de independência que se arrastaram entre 1810 e 1830.<sup>273</sup> Com isso, ao longo dos dezessete anos de ditadura no Chile, a figura de Portales foi um grande referencial histórico para a remodelagem das instituições e do Estado após o golpe.<sup>274</sup>

---

<sup>270</sup> ZÁRATE, Verónica Valdivia Ortiz. *El golpe después del golpe. Leigh vs Pinochet. 1973-1977*. Santiago: LOM, 2012.

<sup>271</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. *Objetivo Nacional del Gobierno de Chile*. Santiago: DINACOS, 23 de dezembro de 1975. p. 9. Grifo do autor.

<sup>272</sup> Ministro de Estado entre os anos 1830 e 1837.

<sup>273</sup> ZÁRATE, Verónica. ¿Chilenos todos?

<sup>274</sup> Desde os primeiros dias após o golpe, com o bombardeio ao La Moneda, o novo prédio que abrigaria o governo até 1980 seria o edifício construído para a Unctad no ano de 1972 e que se converteria num centro cultural denominado *Gabriela Mistral*, que foi renomeado após o golpe como Edifício Diego Portales.

Em *Destino Nacionalista de Chile* as três primeiras páginas são destinadas a construção de uma representação de Portales, contempladas com uma ilustração de sua estátua seguida do título “Forjador da República”<sup>275</sup>, e de um breve texto introdutório no qual se realiza uma comparação de seu legado histórico com o governo das Forças Armadas.

Hace un siglo y medio, Portales emergió entre las ruinas, la anarquía y el caudillismo, y con patriótica energía, interpretó a la chilenidad, haciendo posible que nuestra Patria se convirtiera en la pionera de Ibero-América.

(...)

En 1973 nuevamente acechaban a Chile, análogas circunstancias, pero su buena estrella permitió que tomasen el timón hombres de la estirpe nacionalista de Portales, de cuyo desempeño depende el porvenir de todos nuestros compatriotas.<sup>276</sup>

Desse modo, o resgate de personagens históricos como Portales também serviu para contribuir na narrativa nacionalista que visava dar forma a *chilenidad*, tão defendida pela ditadura. Todavia, seu exemplo histórico excedia aos valores por ele colocado em prática. Mais do que sua obra, o que foi valorizado foi a experiência histórica que resultou na sua ascensão como ministro e estadista: o caos instalado após a saída do então líder da independência, Bernardo O’Higgins. Resultado dos conflitos entre as oligarquias políticas, e de uma guerra civil entre 1929 e 1930, a Portales lhe coube a missão de reorganizar o estado após anos de caos e desgoverno. Tal exemplo não poderia ser melhor utilizado pelo governo das Forças Armadas. Assim como ocorreu com Portales, a Junta Militar deveria reconstruir o país após o caos marxista. Conforme afirma o ministro da Educação, no ano de 1974:

Cuando ese hombre preclaro, que no sentía ningún afecto por las actividades políticas, se decidió a intervenir en los asuntos públicos, Chile había caído, tras siete años de desgobierno, en tal estado de anarquía y caos económico, que, guardadas las distancias, configuraban una imagen muy similar a la vivida por nuestra sociedad antes del 11 de septiembre de 1973. (...) Hay hoy día, tras un período de desgobierno que arruinó a nuestro país, una tarea semejante; una obra similar en compromisos y contenido: la Restauración Nacional. No, por cierto, para volver a un Chile en cuya entidad germinaron las semillas generadoras del caos reciente, sino para que, restablecida la disciplina social, recuperados los hábitos de trabajo y reabsorbida la mística de la

---

<sup>275</sup> PAREDES, Hernán Vergara. op. cit. p.4.

<sup>276</sup> Idem, p. 5.

honestidad y probidad en toda la población, pero muy especialmente en los funcionarios públicos, la patria reanude su transcurso ágil y vigoroso, por el desarrollo espiritual y material que el mundo moderno pone al alcance de los pueblos capaces de aceptar el desafío de sus propios destinos.<sup>277</sup>

Nessa releitura do passado também coube espaço aos próceres do processo emancipatório do Chile, atores políticos no momento de instauração da Pátria: com especial destaque ao grande líder, o general Bernardo O'Higgins. Contudo, o que mais foi ressaltado desse personagem não foi sua ação política, mas suas ideias no que toca à unidade nacional e a importância da luta pela independência e pela liberdade. Ainda que a inspiração portaliana seja muito mais evidente nos discursos e documentos da ditadura do que a referência a O'Higgins, o resgate do processo emancipatório foi apropriado pelos militares no intuito de, a partir de 1973, terem dado início a uma “segunda independência”.<sup>278</sup>

A própria forma como os militares decoraram o salão principal do edifício Diego Portales (sede do governo) dá o tom da relação entre a independência no século XIX e o golpe: de forma centralizada na parede principal, foram anexadas as datas 1810 e 1973, e entre as mesmas, a palavra *Chile* (imagem 25)<sup>279</sup>. A clara associação tinha por função anunciar que enquanto no século XIX, os próceres da independência tinham lutado bravamente para libertar o país da dominação espanhola, em 1973, as Forças Armadas lutaram para livrar o país do comunismo.

---

<sup>277</sup> JIMENEZ, Hugo Castro. “Prólogo- Portales y la hora presente de Chile”. In: ENGM. *Pensamiento de Portales*. Santiago: ENGM, 1974, pp. 9-11.

<sup>278</sup> A expressão “segundo independencia” já havia sido utilizada pelo governo da UP no processo de nacionalização do cobre no ano de 1971.

<sup>279</sup> Fotografia de Kena Lorenzini Lorenzini. Produzida numa cerimônia de comemoração da Constituição de 1980. Sem registro de data. Disponível em: <http://www.fotografiapatrimonial.cl/p/41186>. Acessado em: 14/01/2017.



Imagem 25

Nessa “segunda independência”, trabalhou-se para tornar o sentimento antimarxista numa questão de patriotismo, reforçando a ilegitimidade da experiência da UP como manifestação da *chilenidad*.<sup>280</sup> Desse modo, opor-se ao *pronunciamento militar* teria a mesma carga simbólica que ser contrário o processo de emancipação política. Tal instrumentalização do passado histórico, portanto, exaltava o trabalho político da Junta Militar, o qual correspondia a continuidade dos deveres patrióticos desde a formação da nação chilena. Mais uma vez, o 11 de setembro de 1973 era visto como continuidade, e não ruptura.

A construção desse “enredo” é um recurso comum quando pensamos em governos que realizam uma leitura específica do passado (ainda que recente) no intuito de atribuir um caráter positivo ou negativo de determinados eventos e personagens históricos, de modo a construir uma *cultura histórica*.<sup>281</sup> Sendo a *cultura histórica* o modo como determinadas interpretações do passados (presente e futuro) são produzidas e se consolidam e integram o imaginário e a memória coletiva, podemos afirmar que a ditadura chilena elaborou uma cultura histórica específica. Ao propor um conjunto de representações que visasse reformular a cultura nacional a partir de uma certa definição do que seria a *chilenidad*, a ditadura privilegiou, por meio de políticas públicas, a

---

<sup>280</sup> HINOJOSA, Isabel Jara. op. cit. p. 160.

<sup>281</sup> Utilizamos o conceito de *cultura histórica* disponível em: GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, M., SOIHET, R. E GONTIJO, R. *Cultura Política e Leituras do Passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

mobilização de valores, crenças e tradições que se referem a uma herança e passado histórico comuns visando sua autolegitimação.<sup>282</sup>

Com esse intuito, a editora oficial do regime – ENGM – realizou um intenso trabalho, pois seus diretores estavam convencidos sobre a importância de publicações que contemplassem a reconstrução do imaginário social e da identidade do povo chileno como nação.<sup>283</sup> Com esse objetivo, foram organizadas títulos e coleções que tratavam de questões sobre os valores pátrios e os eventos fundacionais da nação como *Pensamiento Nacionalista*<sup>284</sup>, da coleção *Pensamiento Contemporáneo, El combate de la Concepción*<sup>285</sup>, o *18 de Septiembre de 1810*<sup>286</sup>, da coleção *Nosotros los Chilenos; El pensamiento de O'Higgins, El pensamiento de Portales e El pensamiento de Encina*, da coleção Ideário.

A todo esse conjunto de representações que mobilizavam o sentimento de pertença à nação, por meio do passado histórico e da caracterização da *chilenidad*, com o intuito de sustentar o novo processo pelo qual passava o país numa etapa de reconstrução após a experiência socialista, somou-se a necessidade da ditadura em promover uma ritualização do poder político no sentido de reforçar tais valores. Para isso a data do 11 de setembro se tornou chave para o reforço de uma nova cultura histórica.

Desde os primeiros meses de governo, ao dia do golpe foi retratado como o “dia da liberação nacional”, no qual as Forças Armadas agiram baseadas no seu dever de restaurar a pátria.<sup>287</sup> Nos anos subsequentes, entre 1974 e 1977, o 11 de setembro se tornou uma data de comemoração massiva com amplo planejamento do governo em ritualizar esse novo momento da vida política do país. Além disso, nos primeiros anos, buscou-se amenizar a opinião pública internacional que, de certo modo, condenava o regime. Para isso, criaram o slogan “*Chile responde al mundo*”.<sup>288</sup>

No ano de 1974 vários chilenos compareceram às ruas portando bandeiras chilenas, lenços brancos e erguendo tochas. Houve uma série de espetáculos artísticos que visavam manifestar uma *chilenidad* muito tradicional e camponesa por meio de

---

<sup>282</sup> Idem, p. 49.

<sup>283</sup> HIJONOSA, Isabel Jara. op. cit. P. 143.

<sup>284</sup> COX, Ricardo. Santiago: ENGM

<sup>285</sup> INOSTROSA, Jorge. Santiago: ENGM

<sup>286</sup> DONOSO, Ricardo. Santiago: ENGM

<sup>287</sup> HUERTA, Ismael. 1974: *Primer año de la Reconstrucción Nacional*. Santiago: ENGM, 1974. p. 25.

<sup>288</sup> POLOMER, Azun Candina. “El día interminable. Memoria e instalación del 11 de septiembre de 1973 en Chile (1973-1999)”. In: JELIN, Elizabeth. p. 14.

apresentações de grupos folclóricos de *huasos*<sup>289</sup>, hinos dedicados à pátria e às Forças Armadas. A parcela da sociedade que havia apoiado o golpe celebrava a *liberación nacional* e o *pronunciamento militar*.<sup>290</sup> O dia era marcado pela suspensão das aulas e do trabalho e eram colocados à disposição da população alguns ônibus para que comparecessem às festividades, mobilizados por muitos setores empresariais e gremiais.<sup>291</sup> A *Empresa Nacional de Minería*- ENAMI chegou a cunhar medalhas de prata em homenagem às mulheres que atuaram em 1973 contra o governo de Allende e na restauração do país.<sup>292</sup> Somado a isso, a imprensa reverberava uma intensa propaganda, encomendada especialmente por empresas privadas e algumas estatais, que saudava a Junta Militar e lhe agradeciam pelo retorno da paz e tranquilidade política. Como destaca Polomer, a celebração do 11 buscava destacar a:

Recuperación de la paz interna del país y de la libertad perdida durante el gobierno de la Unidad Popular, demostración al país y al mundo del apoyo de la población al gobierno militar y descalificación del gobierno de la Unidad Popular y del marxismo mediante el recuerdo de lo sucedido en el país durante el período 1970-1973.<sup>293</sup>

As celebrações do 11 de setembro promoviam a consolidação de todo o imaginário construído pela ditadura baseada na dicotomia caos *versus* ordem, e na desqualificação do governo de Allende e na legitimação do governo da Junta Militar. Ao mesmo tempo, também exercia a ratificação das representações sobre o nacionalismo e a *chilenidad* que davam a sustentação moral ao regime, e, por fim, convocavam aos legítimos chilenos para celebrarem o feito das Forças Armadas.

Nas comemorações do ano 1975 o apelo discursivo à unidade nacional foi o principal elemento da encenação da *chilenidad* posta em prática. Reforçou-se o princípio da liberação nacional no qual somente o apoio e a participação social, em colaboração com as Forças Armadas, poderiam garantir. Com esse intuito, o ponto máximo das celebrações desse ano foi a construção de uma grande tocha na praça *Los Héroes* na qual

---

<sup>289</sup> Os *huasos* podem ser definidos como a principal referência camponesa do Chile, caracterizados pelo seu manejo com o cavalo e com sua roupa típica marcada pelo chapéu.

<sup>290</sup> A expressão *pronunciamento militar* foi utilizada pelas Forças Armadas desde o princípio do golpe.

<sup>291</sup> Dentre os convocantes às celebrações do 11 de setembro de 1974: Asociación Nacional de Empleados Fiscales (ANEF), a Confederación de Comercio Detallista, a Corporación Nacional del Cobre (CODELCO Chile), a Federación Nacional de Taxis, todos os Colegios Profesionales.

<sup>292</sup> POLOMER, Azun Candina. op. cit. p. 15.

<sup>293</sup> Idem, p. 13.

foi acesa a *Llama de la Libertad*, com chamas provenientes das 12 regiões do país e, cuja cerimônia, foi marcada por uma multitudinária participação popular, com representantes de trabalhadores urbanos e rurais, de grupos juvenis, de grupos femininos, dos centros de mães retratados como “representantes anônimos da resistência civil contra o comunismo”.<sup>294</sup>

Toda a cerimônia em 1975 foi composta por um conjunto de símbolos pátrios e de representações nacionalistas que de fato simbolizavam os princípios que davam sentido ao governo ditatorial. Enquanto a bandeira estava içada sobre um grande palco cunhado por uma expressão do libertador Bernardo O’Higgins “*Vivir con honor o morir*”, o palanque no qual os membros da Junta Militar se acomodaram possuía uma série de recursos simbólicos que faziam referência ao país como a bandeira nacional e a representação do território chileno, contemplando a projeção territorial sobre o Oceano Pacífico (incluindo a Ilha de Pascoa). Abaixo dos membros da Junta, além de uma faixa com as cores nacionais (vermelho, branco e azul), estava escrito em letras grandes a frase *Chile será una gran nación*.

A ENGM produziu um documento propagandístico com o intuito de amplificar as comemorações de 1975 através de uma narrativa fotográfica que contemplou tanto o discurso de Pinochet na mesma data como a participação popular, em Santiago e nas demais províncias. Em *Chile. 11 de septiembre de 1975* a editora reproduz o clima festivo das celebrações com várias fotografias de civis sustentando faixas de apoio e até mesmo fotografias da Junta Militar e de Pinochet.<sup>295</sup> Além disso, retratam o *altar da pátria*, construído para o evento, repleto de pessoas, no intuito de mostrar o amplo apoio social obtido pelo governo. Sobre o ponto culminante da celebração, o acender da *Llama de la Libertad*, descreve que:

Luego, al atardecer de esse día 11 de septiembre, en medio de un profundo recogimiento de la multitud reunida en la Plaza de los Héroes, un trabajador urbano, un campesino, una madre de familia y a um estudiante, avanzaron hacia el ara, portando en el alto una antorcha encendida.

---

<sup>294</sup> CHILE. 11 DE SEPTIEMBRE DE 1975. *Introducción*. Santiago: ENGM, 1975.

<sup>295</sup> A ENGM também publicou outro livro de propaganda de título *Chile: 11 de septiembre de 1974*. O conteúdo também foi produzido utilizando o recurso de uma narrativa fotográfica que retrata a participação popular nas celebrações do 11 de setembro. Tal comemoração é tratada como um desejo popular: “Nacida bajo el estímulo de cartas de lectores a los diarios, recogida por gremios y sindicatos, respaldada por organizaciones estudiantiles, profesionales, juntas de madres y vecinos, la idea de celebrar el 11 de septiembre, como una pequeña bola de nieve, se transformó así en avasallador impulso multitudinario, al que el Gobierno hubo de acceder, autorizando su realización.” In: *Chile. 11 de septiembre de 1974*.

Chile entendió que era como si desde las raíces misma del alma nacional el pueblo repitiera su resolución de dos años antes y con la misma serena confianza, con la misma férrea determinación, sin un assomo de ódio o rencor hacia el pasado, entregara esa llama, destinada a arder eternamente, a la custodia de las Fuerzas Armadas.<sup>296</sup>

Como descrito acima, o 11 de setembro é apresentado como o marco fundador da utopia autoritária idealizada pela ditadura: a partir dos valores nacionais, ou seja, da manifestação da *chilenidad*, a sociedade havia reagido a agressão sofrida pelas ideias que não eram próprias da alma nacional, e agora, no processo de reconstrução, acendia a chama da liberdade sobre a custódia das Forças Armadas. Com isso, o único combustível que poderia manter essa chama acesa seria a *chilenidad*

Ritualizar o 11 de setembro, portanto, seria mais um mecanismo utilizado pela ditadura para consolidar o imaginário social sobre o processo de reconstrução nacional iniciado em 1973, ao mesmo tempo em que se consolidava uma nova cultura histórica através da releitura de determinados eventos e personagens históricos. Somado a esse fator, a proximidade do 11 de setembro às festas pátrias (18 e 19 de setembro), davam outro sentido para a data no sentido de que a própria ditadura buscou se apropriar do conteúdo nacionalista do mês de setembro em benefício próprio. Vale destacar que a partir do ano de 1977 teve início o debate no interior do regime para incluir o 11 de setembro dentre as principais comemorações cívicas do país, como o 21 de maio (*Glórias Navais da batalha de Iquique*, evento decisivo para a vitória chilena na Guerra do Pacífico em 1879) e as *Fiestas Patrias* (18 de setembro, dia de formação da *Primera Junta de Gobierno de Chile* em 1810, e 19 de setembro, *Día de las Glorias del Ejército de Chile*).<sup>297</sup> Desse modo, o golpe seria mais um evento cujo sentido histórico fora construído na ideia de libertação.

Esse exercício da liturgia do poder, por sua vez, visava ampliar as bases de sustentação social para além da repressão, buscando a adesão política ao projeto ditatorial em curso. Nessa encenação da *chilenidad*, resgatou-se, e reforçou-se, os legítimos atores como as mulheres, os jovens, os trabalhadores, e a Junta Militar. Apenas a colaboração desses grupos com o regime possibilitaria a reconstrução do país. Sendo assim, celebrar

---

<sup>296</sup> Idem.

<sup>297</sup> *El Mercurio*, Santiago: 4 de setembro de 1977, p. 36. O 11 de setembro passou a ser considerado feriado nacional apenas no ano de 1981. À permanência dessa data, até o ano de 1998, o feriado foi substituído pelo *Día de la Reconciliación Nacional*.

o 11 de setembro também foi um dos mecanismos para manter a chama da *chilenidad* acesa, mesmo diante dos desafios enfrentados até a consagração do projeto ditatorial.

### Capítulo 3:

#### ***A División de Comunicación Social – DINACOS:* o sentido político da propaganda.**

Pensar a propaganda como um discurso persuasivo a serviço do poder político ou partidário é importante para entendê-lo como mais um dos instrumentos de consolidação dos regimes autoritários, de modo a compreendermos os fundamentos da cultura e do poder utilizados nessa retórica. Contudo, como já evidenciamos, apenas a propaganda política não basta para consolidar um projeto político. Por isso, daí surge a necessidade de se criar uma agenda pautada pela ampliação dos canais de diálogo entre governantes e governados, acompanhados de políticas públicas que visam não apenas o atendimento de necessidades básicas da população – ainda que no plano discursivo – mas, principalmente, a legitimação da ação social dos governo em curso.

Foi com esse sentido que a ditadura civil-militar chilena instrumentalizou o *Ministerio Secretaría General de Gobierno - SEGEGOB* para se tornar o principal organismo responsável por estreitar os laços entre a cidadania e o governo com o intuito de consolidar e difundir os valores defendidos pelos militares que tomaram o poder em 1973. A ação desse ministério conjugou a produção de propaganda política e censura, através de seu braço denominado *División de Comunicación Social – DINACOS*, com a mobilização de apoio social por meios de órgãos e secretarias que dessem suporte a ação política do novo regime. Além disso, foi por meio desses organismos que se acentuou o processo de *pinochetização* da ditadura e de consolidação do projeto colocado em marcha a partir de 1977.

### 3.1- O ministério *Secretaría General de Gobierno*: “*nosotros impartimos doctrina, somos el Ministerio de la doctrina...*”.<sup>298</sup>

A peculiaridade da ditadura chilena em ter Pinochet a frente do governo ao longo de quase dezessete anos, cunhando o tom personalista do regime, pode ser compreendida, dentre outros mecanismos, pela ação do ministério SEGEGOB. Desde o ano de 1974 o *Comité Asesor de la Junta* – COAJ- sinalizou aos demais Comandantes Chefes a necessidade de se estabelecer um Poder Executivo unipessoal diante da dificuldade em concentrar na Junta os poderes executivo e legislativo.<sup>299</sup> Desse modo, Pinochet galgou um maior controle do poder político substituindo determinados ministros e conquistando a Presidência da República concomitantemente à presidência da Junta, no dia 17 de dezembro de 1974.

Nesses primeiros anos de governo, a maioria dos ministérios ficou em mãos dos outros ramos das Forças Armadas que não o Exército<sup>300</sup>, elemento que, segundo Huneus, foi importante para Pinochet obter o controle da direção política.<sup>301</sup> Dentre as ações que demonstram esse controle, o fortalecimento do ministério SEGEGOB foi uma delas.

A *Secretaría General de Gobierno* foi criada no governo da UP em 1972 – como órgão componente do *Ministerio del Interior* - e reestruturada para coordenar os ministérios e a ação da Junta.<sup>302</sup> Ainda que em 1974 Pinochet já sinalizava a necessidade de transformar a SEGEGOB em ministério, a mesma ganhou sua autonomia do Ministerio do Interior apenas em 1976.<sup>303</sup> Uma das explicações para essa “demora” é justificada pela resistência do general Leigh e do almirante Merino em conceder maior autonomia a esse organismo, visto sua função para os propósitos do novo regime.<sup>304</sup> Tal importância foi expressa no projeto do decreto que elevou a SEGEGOB a ministério, ratificando a

---

<sup>298</sup> Essa expressão foi cunhada pelo coronel Sergio Badiola, na chefia do ministério entre 14 de dezembro de 1979 a 20 de outubro de 1980. Frase extraída de seu discurso disponível nas *Actas del 2º Congreso Nacional de Alcades, realizado en Santiago entre 12 y 14 de marzo de 1980*. p.35.

<sup>299</sup> Decreto Ley N° 527: Santiago: 17 de junho de 1974 – Estatuto de la Junta de Gobierno. apud. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 280 (edição de 2000).

<sup>300</sup> Ao longo dos primeiros anos da ditadura, os ministérios do governo foram distribuídos para todos os ramos das Forças Armadas e de Ordem Pública. Com isso, ao Exército coube os ministérios do Interior, Defesa e Obras Públicas; à Força Aérea coube os ministérios do Trabalho e da Previdência Social, da Saúde e Transporte; à Marinha coube os ministérios das Relações Exteriores e Educação; e aos Carabineros coube o ministério de Bens Nacionais. HUNEEUS; Carlos. op. cit. p.189.

<sup>301</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p.281 (edição de 2000).

<sup>302</sup> ZÁRATE, Verónica. op. cit. (2012) p. 32.

<sup>303</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. DECRETO LEY N° 1385. Santiago: 29 de março de 1976.

<sup>304</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 281 (edição de 2000). O autor cita a ACTA DE LA JUNTA DE GOBIERNO N°62. Santiago: 19 de março de 1976.

autonomia da gestão do mesmo órgão a ponto de que os cargos nomeados deveriam ser de “livre designação e livre remoção”, diretamente nomeados pela Presidência, o que revela a importância e a sensibilidade política assumida por esse ministério.<sup>305</sup> Conforme consta em ata da reunião da Junta de Gobierno sobre o tema:

Las personas deben reunir requisitos de confiabilidad absoluta, siendo necesaria la separación inmediata ante la más leve sospecha de infidelidad o de comportamiento dudoso... Los cargos son de exclusiva confianza del Presidente de la República, norma que permite separar de sus cargos a los funcionarios con amplia libertad.<sup>306</sup>

Dado o grau de importância para o regime, analisar o papel da SEGEGOB nos permite compreender a ditadura civil-militar chilena para além do enfoque historiográfico marcado pelo papel ressocializador dos civis, em especial dos *neoliberais* e *gremialistas*, e concentrar-nos também na concepção de ressocialização dos militares, uma vez que, na maior parte da ditadura, o SEGEGOB esteve sob o controle do Exército.<sup>307</sup> Com isso não queremos dissociar a colaboração entre ambos os setores do governo, ao contrário, buscamos apreender o quanto do próprio projeto autoritário e neoliberal partiu de segmentos das Forças Armadas chilenas em decorrência do processo de conjugação de valores políticos e sociais ao longo do diálogo com os civis.

Ao ministério SEGEGOB, além das atribuições técnicas pautadas pelo serviço ao *Consejo de Gabinetes* e aos trabalhos requisitados pela Presidência, lhe cabia também exercer um rol de comando do *Sistema de Comunicaciones del Estado* e facilitar a comunicação entre governantes e governados.<sup>308</sup> Contudo, o trabalho mais relevante realizado no SEGEGOB foi o de promover a reeducação da sociedade chilena sob os novos valores morais e espirituais professados pelos militares com o 11 de setembro de 1973, tonando-se um organismo eminentemente político e ideológico.

A manifestação do caráter político da SEGEGOB pode ser identificada no pronunciamento do ministro dessa mesma pasta no ano de 1978, o general René Vidal Basauri<sup>309</sup>, quando da realização do *Primer Congreso de Alcaldes* em 1978- evento de

---

<sup>305</sup> Esse artifício foi uma repetição do Decreto Ley Nº 502, como manifestado pela assessora legal de Carabineros, disposto na AHJG Nº 262. Santiago: 16 de março de 1976.

<sup>306</sup> ACTAS DE LA HONRABLE JUNTA DE GOBIERNO Nº 262. Santiago: 16 de março de 1976. apud. HUNEUUS, Carlos. op. cit. p. 319. Nota 61.

<sup>307</sup> Essa tese é levantada por Zárate em: ZÁRATE, Verónica. op. cit. (2012) p. 32. Discutiremos esse aspecto ao analisarmos a procedencia dos diretores da DINACOS.

<sup>308</sup> DECRETO LEY Nº 11- ARTIGO 1º. Santiago: 31 de dezembro de 1976.

<sup>309</sup> O general René Vidal Basauri também foi ministro do SEGEGOB entre 15 de novembro de 1977 e 27 de janeiro de 1979.

fundamental importância para a construção do lugar político dos prefeitos no projeto ditatorial - afirmando que o seu ministério era:

(...) encargado de entregar la doctrina política que inspira al Gobierno, de ahí entonces que la acción del Ministerio no está destinada a poner de relieve obras que se realizan en los diferentes sectores, sino que puede utilizar estas obras para afianzar más aún la doctrina que es con la que tenemos que llegar a la ciudadanía.<sup>310</sup>

O papel doutrinário da SEGEGOB também foi enfatizado no congresso posterior, cuja exposição foi realizada por outro ministro, o coronel Sergio Badiola Broberg<sup>311</sup>. Em sua exposição, ao refutar que o papel principal de um dos setores do ministério era o de realizar trabalho social, afirmou que:

El Ministerio Secretaría General de Gobierno, a través de su División de Organizaciones Civiles no realiza acción social prioritaria; la acción social es coadyuvante. Nosotros impartimos doctrina, somos el Ministerio de la doctrina...<sup>312</sup>

A doutrina de que falam os ministros condiz com os princípios restauradores da pátria e os valores morais que pautariam as relações políticas e sociais a partir do golpe e da “liberação nacional”. Sendo assim, com o objetivo de ressocializar os cidadãos chilenos, e a partir da premissa em estabelecer a comunicação entre governo e sociedade, ou seja, criar bases de apoio e consenso social, que o ministério SEGEGOB foi dividido em duas frentes de atuação: a *División de Organizaciones Civiles* – DOC, e a *División de Comunicación Social* – DINACOS.

Enquanto a DINACOS era responsável pelo de controle dos meios de comunicação e da propapaganda privados e estatais<sup>313</sup> – como veremos adiante -, à DOC tinha por função arregimentar o apoio e participação dos civis nas políticas públicas de estado através da organização de secretarias que contemplassem o engajamento dos principais grupos de apoio para a ditadura: as mulheres, os jovens, trabalhadores e o setor *gremial*, intelectuais e artistas.<sup>314</sup> Com isso, a DOC foi composta por: *Secretaría Nacional*

---

<sup>310</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del Primer Congreso de de Alcaldes*

<sup>311</sup> O coronel Sergio Badiola Broberg esteve à frente do SEGEGOB entre 14 de dezembro de 1979 e 20 de outubro de 1980. Também foi diretor da DINACOS entre janeiro e março de 1977.

<sup>312</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del 2º Congreso de Alcaldes*. Santiago: 12-14 de marzo de 1980. p. 35.

<sup>313</sup> DECRETO LEY Nº 11- ARTIGO 7º. Funções da DINACOS.Santiago: 31 de dezembro de 1976.

<sup>314</sup> DECRETO LEY Nº 11- ARTIGO 8º. Funções da DOC. Santiago: 31 de dezembro de 1976.

*de la Mujer, Secretaría Nacional de Juventud, Secretaría Nacional de los Gremios, Secretaría Nacional de Relaciones Culturales, e Instituto Diego Portales.*<sup>315</sup>

A DOC tinha por objetivo “impulsionar a adesão dos civis ao governo”<sup>316</sup>, o que ficou manifestado com o investimento e trabalho organizados pelas principais secretarias: a da mulher e a dos jovens. A importância dessas secretarias se deu na tentativa do governo ditatorial em consolidar a participação de segmentos sociais nas transformações políticas implementadas. A DOC foi um dos braços políticos mais efetivos da SEGEOB no objetivo de criar uma “nova consciência cívica”, na qual, por meio de suas secretarias, tornaria efetiva a participação cidadã nas atividades do governo, a partir dos seguintes valores:

sentimientos de nacionalidad; fiel cumplimiento de los deberes públicos; conceptos de integración; solidaridad familiar y social; dignificación del trabajo o labor;<sup>317</sup>

Com o intuito de captar o apoio das mulheres, e ao mesmo tempo, prepará-las no processo de reconstrução da nação, a *Secretaría Nacional de la Mujer* tinha por objetivo enfatizar a importância da colaboração feminina com o *Supremo Gobierno*, integrando a mulher no desenvolvimento social, cultural e econômico do país.<sup>318</sup> Para isso, foram criados:

Programas orientados a la capacitación de la mujer, la difusión de los valores familiares, el conocimiento de la importancia de la mujer y la cooperación en la orientación para su mejor desempeño como madre, cónyuge y dueña de casa, el incentivo a su participación en los labores de desarrollo social, cultura y económico, la colaboración con otras instituciones femininas en tareas específicas que tuvieran relación con sus funciones y objetivos, las relaciones con embajadas, organismos internacionales e instituciones femininas extranjeras y el nombramiento de sus representantes en los eventos internacionales femininos en coordinación con el Ministerio de Relaciones Exteriores.<sup>319</sup>

Como isso, a atuação da *Secretaría Nacional de la Mujer* contava com um número expressivo de mulheres (7.700 voluntárias no ano de 1976/ 10.300 voluntárias no ano de 1979), que se dedicavam a diversos ofícios e trabalhos assistenciais como

---

<sup>315</sup> DECRETO LEY Nº 11- ARTÍCULO 9º. Composição da DOC. Santiago: 31 de dezembro de 1976.

<sup>316</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del 1º Congreso de Alcaldes*. Santiago: 12 a 15 de abril de 1978. p. 77.

<sup>317</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. *Mensaje Presidencial 11 de septiembre de 1974 a 11 de septiembre de 1975*. Santiago, 1975. p. 97.

<sup>318</sup> Idem.

<sup>319</sup> Idem, p. 354.

alfabetização de áreas rurais, cursos de capacitação sobre temas relacionados à família, saúde, orientação cívica e nutrição.<sup>320</sup> Além disso, o número de mulheres que participavam desses cursos<sup>321</sup> administrados praticamente em todas as regiões do país, foi significativo<sup>322</sup>.

Para além dos cursos, a *Secretaría Nacional de la Mujer* possuía uma ampla estrutura comunicacional para divulgar os ideais do novo *rol* da mulher chilena. Para isso, contavam com uma página semanal do suplemento feminino do jornal governista *La Tercera*<sup>323</sup> através de revistas como *Amiga*<sup>324</sup>, *Cartillas de Doña Juanita*<sup>325</sup>, *Cuaderno del Profesor Rural*<sup>326</sup> e *Cuadernos de Difusión*.<sup>327</sup> Também contavam com um programa quinzenal do *Canal 9* e com uma programação na *Radio Nacional* e *Radio Agricultura*.<sup>328</sup>

---

<sup>320</sup> HUNEEUS, Carlos. op.cit. p. 344.

<sup>321</sup> Vale ressaltar que foi a secretaria dedicada às mulheres que obteve uma importante atuação no desenvolvimento do *Programa de Empleo Mínimo* – PEM – política pública aplicada intensamente nos primeiros anos da ditadura para fazer frente aos índices alarmantes de desemprego no final da década de 1970. A atuação dessa secretaria consistia, em especial, na elaboração de cartilhas destinadas às mulheres dos trabalhadores desempregados contemplados com o programa. Essas receitas partiam da premissa que cabia a essas mulheres aproveitarem o máximo possível das sobras dos alimentos, como cascas de legumes, para que obtivessem um maior grau de nutrição alimentar. Outra frente de atuação da secretaria era a de conduzir palestras sobre como reaproveitar roupas, móveis e utensílios domésticos para a economia doméstica. Nessas palestras, a primeira-dama Lucia Hiriart Pinochet ficou muito conhecida dentre as integrantes do PEM. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1975 – 11 de septiembre de 1976*. p. 91.

<sup>322</sup> O número de mulheres que participaram dos cursos de capacitação dessa secretaria entre 1975 e 1981 são: **1975**: 21.002 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1974 – 11 de septiembre de 1975*. p. 104; **1976**: 48.680 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1975 – 11 de septiembre de 1976*. p. 100; **1977**: 61.799 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1976 – 11 de septiembre de 1977*. p. 126; **1978**: 148.900 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978*. p. 106; **1979**: 283.016 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1978 – 11 de septiembre de 1979*. p. 123; **1980**: 296.572 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1979 – 11 de septiembre de 1980*. p. 128; **1981**: 388.839 mulheres. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1980 – 11 de septiembre de 1981*. p. 116.

<sup>323</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1976 – 11 de septiembre de 1977*. p. 123.

<sup>324</sup> Essa revista surgiu em fevereiro de 1976 e possuía edições bimestrais contemplando temas de “interesses das mulheres”, como aponta o informe sobre a *secretaría* entre os anos 1974 e 1975. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1974 – 11 de septiembre de 1975*. p. 96. De 12 mil exemplares em 1976, a revista progrediu a 15 mil em 1977, chegando ao número de 25 mil exemplares em 1981.

<sup>325</sup> A série de cartilhas bimestral – 50 mil exemplares no ano de 1975 - *Doña Juanita* tinha por público alvo as donas de casa, e o conteúdo tratava justamente do incentivo à economia, ao melhor aproveitamento de recursos e “inculcar os valores pátrios e familiares” nos lares chilenos. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1974 – 11 de septiembre de 1975*. p. 97. Em 1976 foi criada a versão camponesa de título *Juanita Campesina*, chegando a 12 mil exemplares. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1976 – 11 de septiembre de 1977*. p. 123.

<sup>326</sup> A publicação conhecida como *Cuaderno del Profesor Rural* foi criada entre 1977 e 1978 e demonstra o vínculo do ministério SEGEOB – via *Secretaría Nacional de la Mujer* – com o ministério da Educação. Tal periódico bimestral visava o aperfeiçoamento do corpo docente do campo – em sua grande maioria composto por mulheres – e tinha por objetivo estender a ação da secretaria às famílias rurais. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978*. p. 100.

<sup>327</sup> Material de apoio distribuído para os cursos de capacitação.

<sup>328</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1974 – 11 de septiembre de 1975*. p. 101.

Outro pilar importante de apoio civil à ditadura, a *Secretaría Nacional de la Juventud* se transformou no principal espaço institucional de mobilização e atuação dos jovens conforme os valores defendidos pela ditadura. Apresentada como uma nova forma de participação social:

La Secretaría Nacional de la Juventud es el nuevo canal de expresión de las inquietudes juveniles, un activo organismo incentivador de su participación em la vida del país. Tiene los jóvenes un espíritu solidario, una tendencia innata a actuar en grupo, y han encontrado em la Secretaría el cauce unificador.<sup>329</sup>

O que se buscou, a partir dessa secretaria, foi a construção da unidade juvenil em torno do projeto político ditatorial, visando a participação da juventude, por meio de suas inquietudes e demandas, para a reconstrução nacional. Criada após um mês do golpe - 28 de outubro de 1973 - a *Secretaría Nacional de la Juventud* foi um dos organismos da DOC com maior grau de organização e presença num grupo social específico<sup>330</sup>, e adquiriu um grande peso político na ditadura – e nos primeiros anos após o retorno à democracia – na composição dos quadros da administração pública, em especial na ocupação das prefeituras, governos regionais e ministérios. Composta por quadros oriundos do *Gremialismo*, a direção dessa secretaria foi ocupada por ex-dirigentes da *Federación de Estudiantes de la Universidad Católica de Chile* – FEUC - além de ser diretamente influenciada pela liderança de um dos mais importantes ideólogos da ditadura, o advogado Jaime Guzmán.

Uma das marcas da *Secretaria de la Juventud* foi a ampla mobilização por meio de eventos e trabalhos voluntários ao longo de todo o território nacional como as jornadas de reflorestamento, os acampamentos de verão, os festivais folclóricos, os eventos esportivos<sup>331</sup>, os diversos cursos (sobre drogas, primeiros-socorros, teatro, guitarra, etc)<sup>332</sup>, e uma política sistemática de distribuição de bolsas de estudos.<sup>333</sup> Além disso, também contavam com um amplo sistema de comunicação para dar suporte ideológico e

---

<sup>329</sup> ROSTAGNO, Irene e D'ALBUQUERQUE, Lucia. op. cit. p. 91.

<sup>330</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 347.

<sup>331</sup> A atividade desportiva promovida pelo governo era administrada pela *Dirección General de Deportes y Recreación* – Digeder. Seus eventos eram articulados com a *Secretaría Nacional de la Mujer* e, especialmente, com a *Secretaría Nacional de la Juventud*. ZÁRATE, Verónica. op. cit. p. 92.

<sup>332</sup> Entre 1980 e 1981 compareceram nos diversos cursos (realizados ao longo de todas as regiões do país) 2034 jovens. In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1980 – 11 de septiembre de 1981*. p. 129

<sup>333</sup> A principal bolsa de estudos do país se chamava *Beca Presidente de la República Augusto Pinochet*, que contribuiu para personalizar a figura do chefe do Executivo.

programático às ações da secretaria, como a revista *Juventud*<sup>334</sup>, o caderno mensal do jornal estatal *La Nación/Prueba de Aptitud Academica* – nos anos 1980 – além do espaço frequentemente cedido às lideranças da secretaria nos diversos meios de comunicação.<sup>335</sup>

Com menor estruturação que as secretarias anteriores, tampouco menos importante, a *Secretaría Nacional de los Gremios* – criada em 30 de novembro de 1976 – tinha a importante tarefa de estabelecer o vínculo entre o governo e os trabalhadores e setores patronais. Num contexto de ampla repressão à classe trabalhadora e de implementação de reformas trabalhistas estruturais, coube a essa secretaria difundir a nova concepção das relações de trabalho defendidas pelo regime, pautadas pelas concepções *gremialistas* – dos *corpos intermediários da sociedade* – e pela reorganização da atuação sindical num contexto autoritário de perda de direitos e de cerceamentos da luta sindical. Tal secretaria foi de fundamental importância num cenário de altas taxas de desemprego que assolaram o Chile no fim dos anos 1970. Sendo assim, coube a essa secretaria demonstrar a proximidade entre trabalhadores e o governo na construção de um novo período de esperanças, construindo uma imagem da efetiva participação dos trabalhadores na reconstrução do país ao lado dos militares.

As atividades da *Secretaría Nacional de los Gremios* consistiam desde a organização das celebrações do 1º de maio, denominada como *Fiesta Nacional del Trabajo*, momento de encontro entre a *Junta Militar* e líderes *gremiais* e sindicais – em coordenação com o *Ministerio del Trabajo*<sup>336</sup> –, até a organização de cursos e seminários de formação *gremial* correspondentes aos diversos temas relacionados ao mundo do trabalho como *a juventude trabalhadora*, *a nova organização sindical* e *a função dos grêmios*, além de tratar especialmente sobre a nova política trabalhista aplicada em 1979 conhecida como *Plan Laboral*.<sup>337</sup> Também era reponsável, através do seu *Departamento*

---

<sup>334</sup> Criada para “forjar ideias e criar símbolos” que motivassem a participação juvenil, foi uma publicação mensal que atingia aproximadamente o número de 14 mil exemplares (dado referente ao ano de 1977). In: *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978*. p. 109. O número de exemplares dos outros anos não está disponível nos demais informes presidenciais organizados pela presidência da República.

<sup>335</sup> Segundo Huneeus, houve resistência de setores da juventude chilena em associar-se com a SNJ devido ao seu caráter oficialista e diretamente vinculado a um ministério de tamanha envergadura como o SEGEOB. Desse modo, surgiu a *Frente Juvenil de Unidad Nacional*, criada pelo líder do *Gremialismo*, Jime Guzmán, e tinha como integrantes jovens que trabalhavam no setor privado, universitários, trabalhadores de comunicação e jornalismo e atletas. Também possuía em suas fileiras vários jovens estudantes da educação básica pública e privada. Huneeus destaca que, apesar da autonomia professada por essa frente, a mesma possuía recursos econômicos e humanos provenientes da SNJ. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 351.

<sup>336</sup> DINACOS. op. cit. p. 26.

<sup>337</sup> Entre 1977 e 1979 foram realizados três seminários conhecidos como I-II e III *Seminario Objetivo Nacional de Chile – Política Laboral*, que segundo documento do ministério SEGEOB/DINACOS,

*de Difusión*, pela impressão e distribuição de panfletos que tratassem das questões trabalhistas e do *Plan Laboral*, além de publicarem todo dia 1º de maio a revista *Semana Laboral*, periódico que contemplava o trabalho legislativo da Junta Militar sobre as leis trabalhistas e a atividades desenvolvidas pela secretaria ao longo do último ano.<sup>338</sup>

A *Secretaría de Relaciones Culturales*<sup>339</sup> era responsável pela coordenação e articulação das atividades culturais desenvolvidas pelos distintos setores da DOC, além de ser um canal privilegiado de comunicação entre o governo e o setor artístico-intelectual. Com o objetivo de realçar os elementos culturais constituintes da “nação chilena”, procurou fomentar as atividades culturais ao longo do país contemplando os distintos ramos da atividade artística desde a literatura, teatro, música, artesanato, até as artes plásticas e dança. Também atuava na promoção de atividades que divulgassem o meio artístico chileno no exterior.

Essa secretaria promoveu uma série de concursos e eventos ao longo do país, como festivais folclóricos, oficinas literárias, premiação de artistas e grupos musicais, e também possuía um espaço comunicativo através da *Radio Nacional* nos programas dominicais “*Lo que cantan las Canciones*”, destinado a contextualizar e analisar as principais canções representativas da música chilena – e que contemplasse os princípios defendidos pelo regime –, e “*Secuencias de Literatura Chilena*”, no qual analisavam as principais obras e autores da literatura nacional.<sup>340</sup> Além disso, também obtinha espaço no canal estatal de televisão, sendo responsável por criar séries que informassem sobre os heróis da pátria, dentre eles, o *Libertador General Bernardo O’Higgins*, tema da série transmitida em 1978 por ocasião de seu bicentenário.<sup>341</sup>

---

compareceram 900 dirigentes sindicais de todas as regiões do país. SEGEOB/DINACOS. op. cit. p. 26. Esses cursos eram administrados pela *Escuela Sindical de Chile*, criada em 29 de abril de 1977, organismo dependente da *Secretaría Nacional de los Gremios*. Entre setembro de 1977 e agosto de 1978 foram realizados 64 cursos de formação *gremial* e capacitação, com a participação de um total de 5.223 trabalhadores. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978*. p. 114. Entre setembro de 1979 e agosto de 1980 foram realizados 197 cursos com a participação de 16.253 trabalhadores. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1979 – 11 de septiembre de 1980*. p. 144.

<sup>338</sup> Em 1979, ano de aplicação do *Plan Laboral*, foram impressos e distribuídos: 50.000 folhetos do *Plan Laboral* que comparava a legislação antiga com os novos decretos sobre a *negociação coletiva e organização sindical*; 50.000 exemplares do “*Manual de Negociación Colectiva*”; e 30.000 panfletos sobre o *Plan Laboral*. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1978 – 11 de septiembre de 1979*. p. 138.

<sup>339</sup> O planejamento da atividade cultural da ditadura chilena ficou sob a responsabilidade, a partir de 1974, do *Departamento de Cultura*, posteriormente substituído pela *Secretaría Nacional de la Cultura*, organismo esse dependente da *División de Organizaciones Civiles*. A partir da institucionalização do SEGEOB, em 1976, essa secretaria passou a ser chamada *Secretaría de Relaciones Culturales*.

<sup>340</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1978 – 11 de septiembre de 1979*. p. 143.

<sup>341</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978*. p. 116.

A partir da estrutura dessas secretarias, ocorriam vários encontros de capacitação, auxiliados por um dos organismos da DOC, o *Instituto Diego Portales*- IDP, responsável pela produção de material gráfico e de vídeos que difundissem as novas verdades ditadas pelo governo. Sua definição oficial parte da premissa do instituto como

un organismo civil, cuya misión fundamental es otorgar una formación integral a sectores universitarios, funcionarios publicos, vecinales y estudiantiles en diversos campos de la vida nacional, que acorde con la nueva institucionalidad propiciada por el Supremo Gobierno, conlleve a una participación cada vez más creciente de los hombre, mujeres y jóvenes en el actual proceso.<sup>342</sup>

A *capacitação* promovida pelo IDP correspondia ao ideal do regime em difundir uma nova doutrina política por meio de uma educação “não formal” pautada por atividades cujo objetivo fosse a mudança das condutas individuais que contribuíssem para o desenvolvimento do projeto político e social defendidos pela ditadura.<sup>343</sup> Dessa maneira, cabia ao IDP o papel de educador dos diferentes grupos contemplados pelas secretarias do ministério SEGEGOB através de cursos e da produção de material didático condizente com as *novas verdades* e o verdadeiro pensamento *nacionalista e cristão* que inspiravam o pensamento do Governo e da nova institucionalidade.<sup>344</sup>

Os cursos de capacitação extrapolavam o público dos dirigentes juvenis, mulheres e lideranças *gremiais*, e contemplavam a formação de dirigentes das comunas e associações de moradores, de estudantes e de funcionarios públicos<sup>345</sup>. Nesses cursos, que tinham a duração de três dias, utilizavam-se de material de apoio produzido pelo próprio instituto, como os vídeos didáticos, assim como lançavam mão dos documentos oficiais que pautavam os princípios morais e políticos do governo. Também contavam um corpo docente, vinculado a escolas e universidades, que trabalhavam de forma voluntária em varias regiões do país aplicando esses cursos. Se em 1977 formaram um total de 1.272 alunos, em 1979 esse número foi de 2.689.<sup>346</sup>

A composição do ministério SEGEGOB, e a atuação de suas secretarias, comprovam a necessidade da ditadura chilena em difundir uma nova mentalidade,

---

<sup>342</sup> MENSAJE PRESIDENCIAL. 1979-1980. p. 144.

<sup>343</sup> ZÁRATE, Verónica Valdivia. op. cit. 2012. p. 33

<sup>344</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1975 – 11 de septiembre de 1976.* p. 111.

<sup>345</sup> Aos funcionarios públicos eran ministrados cursos que contemplassem o novo princípio de subsidiariedade do Estado na Administração Pública, formando um grupo afinado com a concepção de estado mínimo defendida pela ditadura a partir de 1977.

<sup>346</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1978 – 11 de septiembre de 1979.* p. 144.

aspirada desde o princípio pelo regime, a qual não seria resultado apenas da repressão ou da economia neoliberal, mas principalmente do trabalho sistemático de reeducação cívica desenvolvida pelos órgãos oficialistas, que produziriam um novo sistema de valores visando a construção de um novo consenso e um novo pacto social. Sendo assim, concordamos com a tese de Zárate no que toca à importância do SEGEOB para essa empreitada ditatorial, pois:

la SEGEOB era la prueba fehaciente de la decisión militar de reeducar a la población chilena, lo cual no podía ser entregado únicamente a las fuerzas del mercado, aunque el individualismo, la atomización social y el consumo como experiencia concreta jugaran un papel crucial en la emergencia de un nuevo Chile.<sup>347</sup>

O alcance do aparelho doutrinário do ministério SEGEOB surpreende quando observamos a própria estrutura de cada secretaria que possuía um secretário nacional e os subsecretários regionais, com destaque para a *Secretaría Nacional de la Juventud* e para a *Secretaría Nacional de la Mujer* que obtiveram uma maior área de atuação geográfica que as demais.<sup>348</sup> Além disso, a farta publicação de material propagandístico e o livre acesso que os dirigentes de cada secretaria obtinham nos veículos de comunicação oficial amplificaram ainda mais o alcance das ideias defendidas pelo regime na construção da *utopia autoritária* com participação social projetada pelos militares. Ao cunhar expressões, palavras e conceitos novos ao imaginário político, os veículos de comunicação oficiais produzidos por cada secretaria auxiliaram na consolidação de práticas coletivas e individuais, criando e difundindo os preceitos de uma nova cultura proposta pelo projeto defendido por Pinochet e pela cúpula civil-militar no poder, que moldariam as condutas sociais.

O êxito do projeto político da ditadura chilena estava diretamente relacionado ao trabalho da DOC do ministério SEGEOB. A proposta de reeducação cívica dos principais segmentos sociais se tornou uma das frentes de atuação de uma ditadura cujo objetivo era reestruturar a sociedade a partir de um novo marco político e econômico. Contudo, essa ressocialização proposta pelos civis e militares que deram vida ao projeto *gremialista-neoliberal* necessitava de um trabalho discursivo e ideológico que

---

<sup>347</sup> ZÁRATE, Verónica. op. cit. (2012). p.33.

<sup>348</sup> As secretarias de *la Mujer* e de *la Juventud* possuíam subsecretarias em todas as regiões do país (12 regiões e a região metropolitana); A *Secretaría de Relaciones Culturales* estava organizada nas seguintes regiões: II-V-VIII-X e XII; A *Secretaría de los Gremios* estava organizada nas seguintes regiões: II-IV-V e VIII;

complementasse o trabalho da DOC. Foi nesse sentido que a segunda divisão do SEGEOB também adquiriu protagonismo: a *División de Comunicación Social* – DINACOS, o órgão de propaganda oficial do regime.

### **3.2- A *División de Comunicación Social* – DINACOS: controle da informação e aplicação da censura.**

A DINACOS foi o principal órgão de propaganda da ditadura chilena, cujas atividades podem ser constatadas de 1974 até o fim do regime em 1990.<sup>349</sup> Também ficou conhecida através das constantes *cadeia de radio e televisão* requisitadas pelo governo para os comunicados oficiais e os discursos de Pinochet e seus ministros, antecedidas pela logomarca da divisão amplamente veiculada pela televisão na década de 1980.<sup>350</sup> Frequentada especialmente pelos jornalistas e demais profissionais da comunicação, a DINACOS ganhou destaque na construção de uma imagem positiva para o governo de Pinochet. Entretanto, poucos trabalhos analisaram a sua importância no projeto político ditatorial.

Nos primeiros anos do regime não havia um órgão específico responsável pela propaganda e pela comunicação oficial, ainda que desde o golpe de estado, no décimo quarto andar do edifício *Diego Portales* (novo palácio presidencial após a destruição do *La Moneda*), fora criado um escritório primitivo encarregado de entender-se com a imprensa, sob responsabilidade de Gastón Acuña – civil que compunha o comitê político de formação da Junta.<sup>351</sup> Outro exemplo da falta de coordenação da propaganda oficial está na formação da DINA – principal organismo de repressão da ditadura até o ano de 1977 – na qual, dentre suas funções, possuía um setor de *operações psicológicas* que visava averiguar e eliminar a propaganda oposicionista e produzir propaganda própria sob o comando de Anthal Liphay, assessorado por vários especialistas da área do

---

<sup>349</sup> A DINACOS continuou existindo no primeiro governo democrático de Patricio Aylwin (1990-1994), dirigida nesse período por Eugenio Tironi Barrios (no comando entre 11 de março de 1990 e 12 de fevereiro de 1992, data de extinção da direção).

<sup>350</sup> As cadeias nacionais eram produzidas com imagens representativas da cultura e geografia chilena, seguidas da seguinte frase: “*A través de una red nacional de radio y televisión transmite la División de Comunicación Social*”. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=jUPa4vRtE9s>. Acessado em: 08/09/2017.

<sup>351</sup> LAGOS; Claudia. *et. ali. El diario de Agustín. Cinco estudios de caso sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1990)*. Santiago: LOM, 2009. p.66

jornalismo e da publicidade.<sup>352</sup> Diante dessa dificuldade do governo em centralizar tal função, foi surgindo a demanda por um organismo especializado no trato da comunicação e da propaganda.

Numa reunião de 25 de fevereiro de 1974, chancelada por Álvaro Purga – diretor de assuntos públicos da SEGEGOB -, e da qual participaram quarenta e duas pessoas, dentre ministros de estado, subsecretários, membros da CORFO, membros da ODEPLAN, do Banco Central e alguns assessores, foi discutido e apresentado os fatores mais importantes que impulsionavam ou restringiam a *reconstrução nacional* realizada pela ditadura. Dentre as diversas áreas analisadas como fundamentais para dar prosseguimento aos objetivos ideológicos e políticos do regime, como a social, econômica e administrativa, a área de comunicação social foi destacada.

Ao apontar como aspectos positivos essenciais a “*imagem nacional de Justiça social e solidariedade*”, a “*presença de uma informação oportuna, veraz e permanente do Governo*”, a até mesmo a existência de uma “*imagem mítica do governo*”, os presentes na reunião destacaram que os pontos negativos da comunicação social que comprometiam o projeto político em curso eram a “*falta de uma comunicação coordenada e centralizada com os cidadãos*”, a “*ausência de formulação e comunicação das políticas fundamentais do Governo*”, uma “*informação insuficiente de apoio a gestão administrativa*” e a “*falta de apoio publicitário*”.<sup>353</sup> Nesse sentido, se fazia presente, entre o pessoal do governo, a necessidade de um maior controle e organização da informação que viabilizasse a construção de uma imagem que favorecesse a ditadura.

Foi nesse contexto que o trabalho da *Editora Nacional Gabriela Mistral* – ENGM, associado às atividades da imprensa escrita e dos canais de televisão, ganhou importância ao construir uma representação imagética positiva do ideário autoritário entre 1974 e 1976. Responsável por forjar um novo imaginário da sociedade chilena após o golpe, a ENGM, criada justamente na fase de instalação da ditadura, atendeu aos primeiros anseios do regime em cunhar, por meio de fotografias e narrativas textuais, a nova concepção de sociedade estabelecida no incipiente projeto político dos primeiros anos. Todavia, mesmo desempenhando um importante papel propagandístico, paralelamente ao trabalho da editora estatal comandada pelo governo, a DINACOS já atuava, de maneira inconsistente, com o manejo da propaganda e da informação.

---

<sup>352</sup> CAVALLO, Ascanio. et. ali. p. 61.

<sup>353</sup> SECRETARÍA GENERAL DE GOBIERNO- DIRECCIÓN DE ASUNTOS PUBLICOS. *Resultado de la Prueba de Equilibrio de Fuerzas*. Santiago, 1974. p. 4.

Desde o início da ditadura, a DINACOS esteve subordinada a SEGEOB quando esta era uma secretaria do *Ministerio del Interior*, de modo a estar afinada com o objetivo de amplificar os princípios doutrinários defendidos pela *Junta Militar*. Contudo, entre 1974 e 1976 não havia uma regulamentação específica sobre o trabalho desse organismo, o que explica, em parte, a dificuldade em apreender todo o seu alcance nessa primeira fase. De qualquer modo, a DINACOS cumpriu, nesse período, um papel importante na comunicação entre os diversos ministérios através da emissão dos *Boletins Interministeriales*, documentos diários e de caráter reservado, realizados por todos os ministérios com o objetivo de:

...dar a conocer, a grandes razgos, a S.E. el Presidente de la República, Sres. Miembros de la Honorable Junta de Gobierno y Sres. Ministros de Estado, las actividades más importantes que se desarrollen en cada Ministerio y que es conveniente que estén en conocimiento de los principales miembros integrantes del Gobierno.<sup>354</sup>

Nesses boletins se informava toda a agenda de reuniões e afazeres dos diversos ministros e secretários do governo, o que permitia a Pinochet obter uma visão global da administração do estado. A cada ministério era incumbida a missão de realizar o informe detalhado de suas atividades, que deveria ser entregue as 8 horas da manhã do dia seguinte, e cabia à DINACOS estipular como essa informação deveria ser realizada, assim como a hierarquia do conteúdo de cada boletim.<sup>355</sup>

Além de sistematizar a circulação da informação interna do governo, também coube a DINACOS o papel de aplicar a censura aos meios de comunicação e às outras esferas da vida política e cultural. Os poucos estudos existentes sobre essa direção tendem a enfatizar esse aspecto da DINACOS, atuando como um dos principais órgãos de censura até o final da ditadura.

O estabelecimento da censura se deu desde as primeiras horas após o golpe através do *Bando N° 15* que fechou diversos meios impressos, criou a *Oficina de Censura de Prensa* (sob a responsabilidade da *Academia Politécnica Militar*)<sup>356</sup>, e permitiu que, a partir do dia 12 de setembro, apenas os jornais *El Mercurio* e *La Tercera de la Hora*

---

<sup>354</sup> DINACOS-JUNTA DE GOBIERNO. *Boletín N° 1 Interministerial*. Santiago: 14 de agosto de 1975. p. 1.

<sup>355</sup> DINACOS-JUNTA DE GOBIERNO. *Boletín N° 6 Interministerial*. Santiago: 27 de agosto de 1975. p. 2.

<sup>356</sup> A *Oficina de Censura de Prensa* funcionava na *Academia Politécnica Militar del Ejército*, localizada na rua *San Ignacio n° 242* – Santiago Centro, e tinha sob seu controle as publicações escritas autorizadas.

pudessem circular e informar as primeiras ações do novo regime desde que respeitadas as informações oficiais.<sup>357</sup> O texto do *Bando* é claro quando afirma a aplicação da censura:

La Junta de Gobierno, desea mantener informada a la opinión pública sobre acontecimientos nacionales. De acuerdo con lo dispuesto en los bandos hasta ahora emitidos y por encontrarse el país en estado de sítio, ha dispuesto ejercer sobre los medios de publicación una **estricta censura de prensa**.

El sistema a emplear será el de **censura a la edición impresa**. Por lo tanto los directores de los diarios mencionados tendrán la responsabilidad de entregar diariamente antes de su emisión las respectivas muestras para proceder a su revisión.

Se advierte que la emisión de todo órganos de prensa escrita que no sea la debidamente autorizada será requisada y destruida.<sup>358</sup>

A censura se justificava enquanto uma prática que visava salvaguardar a estabilidade política e social desejadas pela atuação da Junta Militar, ao mesmo tempo em que servia como instrumento de garantia da *verdade* do novo governo. A instauração do Estado de Emergência amparou, num primeiro momento, as medidas que visavam controlar a emissão e transmissão de informações relacionadas ao golpe. A partir disso, esse princípio legitimaria, por sua vez, o fechamento e a expropriação de vários jornais como *Clarín*, *Puro Chile*, *El Siglo* e o *La Nación*, e de revistas como *Punto*, *Ramona*, *Final* e *La Rueda*. Do mesmo modo, a editora *Quimantú* teve um desaparecimento momentâneo, assim como o fechamento da *Radio Balmaceda*.

Com o golpe de estado, a restrição da informação amparou a tentativa de instauração de um controle totalitário e de difusão de um sentimento de terror e medo entre a população. Contudo, foi a partir de 1974 que a ditadura foi implementando uma série de procedimentos com o intuito de regularizar a aplicação da censura, sendo a criação da DINACOS um dos principais.

Nos primeiros anos do regime não havia um centro de comando unificado sobre a aplicação da censura. Os diversos momentos de exceção impuseram uma dinâmica específica para a ditadura chilena uma vez que vários organismos e agentes de estado atuaram como instrumentos de censura. Sendo assim, as funções de censura que correspondiam à DINACOS se cruzavam com outros órgãos do governo, o que confundia

---

<sup>357</sup> O *Bando N° 12* já havia afirmado que qualquer veículo de comunicação que divulgasse alguma informação não confirmada pela Junta Militar deveria ser ocupado pelas Forças Armadas.

<sup>358</sup> BANDO N° 15. JUNTA MILITAR DE GOBIERNO.

os jornalistas e escritores, e ampliava o controle autoritário devido a falta de regras claras do governo sobre o controle da informação.<sup>359</sup> Um exemplo dessa dispersão da aplicação da censura é a do *Bando 107* que conferia aos chefes das zonas militares em estado de emergência a função de autorizar a publicação de novos veículos de comunicação.<sup>360</sup>

Em meio a essa pulverização dos serviços de censura, a DINACOS logo foi ampliando sua atuação nessa área, em especial sob os meios impressos, a rádio e a televisão. Segundo o jornalista Hernán Millas, a DINACOS almejava o controle absoluto da informação emitida pelos meios de comunicação – estatal ou privados- enviando agentes aos escritórios de rádio, televisão, jornais e revistas para supervisionar, exigindo até mesmo o envio de material prévio para autorizar da publicação ou transmissão.<sup>361</sup> Millas relata diversos casos em que fora convocado por diretores dessa direção para esclarecer sobre as notícias divulgadas nos programas radiais por ele dirigidos na década de 1970.<sup>362</sup> Num desses encontros, o diretor da DINACOS – não identificado pelo autor – apresenta a censura como um mecanismo fundamental para a reconstrução nacional:

Por eso les suplico a ustedes que nos comprendan, que sepan que estamos dándole todo por la patria. Si les decimos que no den una noticia es porque está en juego el destino de Chile y nuestras vidas.<sup>363</sup>

Para além dos registros testemunhais, um dos primeiros documentos disponíveis que comprovam a atuação da DINACOS enquanto organismo censor é a *Orden de Servicio N° 599*, na qual o então coronel-diretor Virgilio Espinoza Palma – primeiro diretor do órgão entre 1974 e 1975- comunica ao ministro da educação, Hugo Castro Giménez, sobre a utilização de textos com conteúdo marxista pela *Instituto de Investigaciones Estadísticas da Universidad de Chile*.<sup>364</sup> A constatação desse texto com suposto “cunho ideológico de esquerda” se deu, num primeiro momento, pela averiguação prévia à publicação da revista *Ritmo*, num suplemento dedicado aos jovens chilenos que se preparavam para a realização do exame de admissão para a mesma

---

<sup>359</sup> FRITZ; Karen Donoso. “El ‘apagón cultural’ en Chile: políticas culturales y censura en la dictadura de Pinochet 1973-1983.” *Outros Tempos*. Vol.10, n.16, 2013 p.104-129. p.119.

<sup>360</sup> Como aponta Gizele Munizaga: “En marzo de 1977 se dictó el bando número 107, en el cual se dispone que la fundación, edición, circulación y comercialización o distribución en cualquier forma de nuevos diarios, revistas, periódicos, libros o impresos deberían contar con la autorización de la jefatura de la zona en estado de emergencia.” MUNIZAGA, Gizele. op. cit. p.10.

<sup>361</sup> MILLAS, Hernán. *Los señores censores*. Santiago: Editorial Antartica, 1985.

<sup>362</sup> MILLAS, Hernán. *Los señores censores*. Santiago: Editorial Antártica, 1985.

<sup>363</sup> Idem, p. 21.

<sup>364</sup> DINACOS. ORDEN DE SERVICIO N° 599. Santiago: 30 de agosto de 1974.

universidade, denominado *Prueba de Aptitud Académica*.<sup>365</sup> O texto se referia ao papel da classe média na história do Chile, sempre em conluio com as classes mais abastadas e contrária as classes populares. Contudo, o fato dos censores identificarem o texto na revista *Ritmo* não impediu que o mesmo fosse publicado no suplemento juvenil do jornal estatal *La Tercera*, no qual foram distribuídos 300 mil exemplares.<sup>366</sup>

Diante de tal acontecimento, o director da DINACOS recomenda a responsabilização dos funcionarios públicos vinculados a *Universidad de Chile* que forneceram o texto – em especial, a funcionária Erika Himmel – além de indicar a suspensão do uso desse texto nas instituições educacionais do país porque:

de allí se desprende la necesidad de revisar todo el material conflictivo o contrario a los postulados del Gobierno, para eliminar drásticamente el que se estime dañino.<sup>367</sup>

O coronel Virgilio Palma finaliza a ordem de serviço pedindo ao ministro da educação que autorizasse aos funcionários da DINACOS avaliarem todo o material dessa natureza nas dependências da *Universidad de Chile*, e a destruição posterior de tudo o que se estimassem inconveniente.<sup>368</sup>

Outro caso que evidencia o papel da DINACOS no controle da informação foi o da não concessão de **livre circulação** da publicação com o documento datado do século XIX de título *Catecismo Politico Cristiano*, de autoria do pseudônimo Jose Amor de la Patria. A origem e circulação desse documento antecedeu a convocação dos *Cabildos Abiertos* no Chile, no ano de 1810, cujo texto possui aspectos radicais na defesa dos princípios liberais, e convocava a população a participar dos *cabildos*, fato importante que se desdobrou no proceso de independência do Chile.<sup>369</sup> Perante a falta de autorização da DINACOS para tal publicação, o diretor do *Editorial del Pacífico*, Arturo Valdés Phillips, enviou um ofício ao coronel Mauricio Merino Sanchez, chefe do então

---

<sup>365</sup> A *Prueba de Aptitud Académica* era o equivalente ao vestibular no Chile.

<sup>366</sup> O texto a que se refere a ordem de serviço foi publicado no suplemento *Icarito- La Tercera*, e não fornece sua autoria. O objetivo desse texto era treinar a capacidade de compreensão e interpretação de texto dos alunos candidatos ao ingresso na *Universidad de Chile*, e sua ideia principal se relacionava ao papel das classe média na história do Chile. À ordem de serviço, foram anexadas páginas do jornal com o texto e várias partes sublinhadas supostamente por funcionários da DINACOS. *La Tercera de la Hora*. Santiago: 18 de agosto de 1974.

<sup>367</sup> Idem p. 1.

<sup>368</sup> Idem p. 2.

<sup>369</sup> Sobre esse documento ver: <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-92740.html>. Acessado em: 12 de outubro de 2017.

*Departamento de Control y Evaluación* da DINACOS, solicitando uma revisão do parecer.<sup>370</sup>

Para Arturo Valdés, o mesmo documento era de fundamental importância para a compreensão do processo de independência do país, e seu argumento para a revisão da concessão de publicação pela DINACOS se baseou no fato de que desde 1969 o mesmo estava inserido no *Guía de Profesor*, um manual com orientações pedagógicas de leitura e orientação básica aos professores de História e Ciências Sociais. Além disso, argumenta Valdés, o *Centro de Perfeccionamiento del Magisterio* havia sugerido aos professores, em 1975, o estudo do texto em questão, o que comprovava a boa intenção da editora em publicá-lo. Por fim, a insistência em publicar tal documento consistia num:

labor de difusión patriótica, en una tarea de beneficio para los escolares de Chile y en una actividad que, por el público asegurado que teníamos, nos aseguraba un éxito empresarial, modesto si se quiere, pero del todo legítimo.<sup>371</sup>

O apelo baseado em intenções patrióticas e na garantia de rendimentos financeiros a editora não foi suficiente para reverter a negativa da DINACOS. Apenas cinco dias após a carta do chefe do *Editorial del Pacífico*, Mauricio Merino Sánchez, chefe do departamento de avaliação e fiscalização do organismo de censura, enviou um parecer ao diretor da DINACOS explicando as razões da proibição da publicação do texto. Num primeiro trecho afirma que o documento do século XIX trazia referências que poderiam ser consideradas:

un aparente paralelismo político con la situación actual del país, la que persigue explotar sublimadamente, en perjuicio de la imagen de nuestro Gobierno. En especial se hace hincapié en la obra a la necesidad de la representación popular en el Gobierno, a los derechos humanos, al sistema de comercio, excesos de impuestos, etc.<sup>372</sup>

A ênfase em determinados aspectos que remetem à participação política da população, assim como outras referências ligadas a ideais do liberalismo, típicas do século XIX, foram consideradas perigosas pelo censor pois poderia levar a uma

---

<sup>370</sup> CARTA DE MAURÍCIO MERINO SANCHES AO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROL Y EVALUACIÓN DE LA DIVISIÓN DE COMUNICACIÓN SOCIAL. Santiago: 15 de outubro de 1975. pp.1-2.

<sup>371</sup> Idem, p. 2.

<sup>372</sup> DINACOS. OFICIO N° 1251. Santiago: 20 de outubro de 1975. p.1.

comparação com o governo das Forças Armadas. À parte, além de questionar a relevância do documento para a compreensão do processo histórico em questão, aponta que o prólogo do texto é escrito por Claudio Orrego V., descrito como um intelectual que adotara posição crítica ao governo de Pinochet. A partir desses argumentos, propôs a manutenção da censura.<sup>373</sup>

Esse caso específico nos permite a compreensão de um aspecto importante da estrutura de funcionamento da DINACOS: a existência de um *Departamento de Control y Evaluación* de obras impresas, com pessoal dedicado a aplicação da censura, e de total conhecimento por parte da direção do organismo. O parecer do diretor de fiscalização do departamento de censura foi encaminhado<sup>374</sup> ao ministro da educação pelo coronel Orlando Jerez Borguez, diretor da DINACOS no ano de 1975, e a resposta foi concluída em 1976, quando o livro foi retirado da lista de leituras obrigatórias no *Programa de Estudios 1976*.<sup>375</sup>

Segundo Ascanio Cavallo, o *Departamento de Evaluación y Control* era localizado no sexto andar do edifício *Diego Portales*, e tal organismo mudou de nome várias vezes, tanto como *Dirección de Fiscalización* ou como *Oficina de Evaluación*.<sup>376</sup> Sua principal função foi o de aplicar a censura aos meios impressos, como ficou demonstrado nas ordens de eliminação física de várias obras importantes da literatura chilena.<sup>377</sup> Além disso, essa mesma oficina deu a ordem que originou a *circular 451* da *Superintendencia de Aduanas*, na qual se exigia a autorização da DINACOS para que os livros pudessem ingressar ou não no país. Dentre os livros proibidos estavam os de autores como Mario Vargas Llosa, Gabriel García Marquez, Julio Cortázar, entre outros.<sup>378</sup>

À medida que o processo de institucionalização da ditadura ocorria, a DINACOS buscou sofisticar a aplicação da censura por meio da nomeação de Max Reindl para comandar a *Dirección de Informaciones de Gobierno*- organismo antecessor da DINACOS que passou a compor a estrutura administrativa da mesma em 1976.<sup>379</sup> Tendo

---

<sup>373</sup> Mauricio Merino Sanches também adverte ao diretor da DINACOS sobre o teor das obras recomendadas pelo Ministério da Educação, dentre as quais: “en su gran mayoría sean obras de autores de connotada militancia extremista, tanto nacionales, como extranjeros, tales como Vargas Llosa, García Márquez, A. Machado, Bosch, etc.” DINACOS. OFÍCIO N° 1251. Santiago: 20 de outubro de 1975. p.2.

<sup>374</sup> DINACOS. OFÍCIO N° 3699. Santiago: 21 de outubro de 1975.

<sup>375</sup> MINISTERIO DE LA EDUCACION PUBLICA- M.E.P. RES. N° 104. Santiago: 9 de março de 1976.

<sup>376</sup> CAVALLO, Ascanio. et. al.p. 202.

<sup>377</sup> Idem.

<sup>378</sup> Idem, p. 203.

<sup>379</sup> Assumiu a direção no dia 1º de janeiro de 1977.

cursado doutorado em comunicação na Universidade de Michigan em 1970, e também trabalhado na Nicarágua no governo de Anastácio Zomosa, Reindl se tornou um dos principais nomes da censura na ditadura, conhecido por seu tom agressivo e intimidador, marcado por advertir jornalistas que publicavam matérias que desagravavam ao governo com a expressão “*lo siento, pero la próxima vez va a tener que conversar con el comandante Merino. El es DINA*”.<sup>380</sup> Sua postura foi marcada pela perseguição a jornalistas e aos veículos de comunicação, além de indicar uma relação intrínseca entre os organismos de censura e repressão.

O tom intimidatório no tratamento com os jornalistas foi uma máxima de todo o período ditatorial, e não foi exclusividade de Reindl. Em fevereiro de 1977<sup>381</sup>, o jornalista norte-americano John Dinges foi intimado a comparecer na sede da DINACOS, sendo recebido pelo então diretor, o coronel Sergio Badiola.<sup>382</sup> Segundo relato de Dinges, Badiola o convocou para uma reunião na qual lhe mostrou uma pasta contendo todos os telegramas que o jornalista enviara clandestinamente para o jornal *The Washington Post* e à revista *Times*, cujo conteúdo informava sobre denúncias de prisões ilegais e torturas.<sup>383</sup> Tal episódio revela a linha tênue entre os trabalhos dos órgãos de censura, de informação e de repressão, e como os mesmos atuavam de forma organizada para lograr os objetivos do projeto autoritário. Além disso, a intimidação enquanto recurso tático ampliava o clima de medo entre o pessoal que trabalhava na imprensa e nos diversos veículos, ampliando o controle da informação pelo regime.

Num dos relatos de Hernán Millas, o jornalista comenta sobre sua intimação ao escritório de Reindl para se explicar sobre o anúncio, no programa de rádio dirigido por este, sobre a resolução do Parlamento europeu contra o governo de Pinochet. Millas aponta que a notícia havia sido veiculada pelo jornal *El Mercurio*, fato interpretado pelo jornalista como um sinal de liberação de veiculação da notícia pelo governo. Ao argumentar tal fato, o censor deu a seguinte resposta:

Eso no tiene nada que ver. Una cosa es un periódico, que hay que adquirirlo, que consta de 36 páginas, y donde requiere un esfuerzo descubrir un par de líneas, y otra muy distinta una emisora. Ustedes, en cambio, no cobraron, se introdujeron en una casa, acapararon en ese

---

<sup>380</sup> MILLAS; Hernan. op. cit. p.19.

<sup>381</sup> Dois meses após a posse de Reindl.

<sup>382</sup> O coronel Sergio Badiola Broberg ficou no comando da Dinacos entre janeiro e março de 1977, assumindo no mesmo período que Max Reindl ocupada a *Dirección de Informaciones de Gobierno*.

<sup>383</sup> LAGOS, Claudia. (editora). *El Diario de Agustín. Cinco estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1990)*. Santiago: LOM, 2009. p.67.

instante toda la atención de los moradores y les entregaron su mensaje.<sup>384</sup>

A resposta de Reindl nos permite compreender o tratamento diferenciado da censura aplicada pela Dinacos sob os distintos meios de comunicação, assim como a concepção do regime sobre a recepção das mensagens por parte da população, apontando para uma hierarquização dos meios e da forma como a censura deveria atuar sobre eles, tendo mais importância o papel da rádio e da televisão e, num segundo plano, os veículos impressos.

O proceso de cerceamento da imprensa e dos veículos de comunicação era um elemento fundamental para a ditadura, mas que não era apresentado como tal. Assim como todas as medidas tomadas pelo governo de Pinochet e da Junta Militar, as limitações impostas eram anunciadas como medidas de segurança que tinham o mesmo propósito do golpe: o retorno da ordem social, tutelada pelas Forças Armadas. Desse modo, a atividade periodística também deveria ser enquadrada nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional e no combate a qualquer mensagem que ameaçasse a paz e a unidade nacional. Esse propósito ficou evidente com a realização do *Primer Curso de Seguridad Nacional*, oferecido pela *Academia de Guerra del Ejercito* e administrado por nomes importantes do governo, dentre eles o general Julio Canessa, e o coronel diretor Orlando Jerez- na direção da DINACOS entre 1975 e 1976<sup>385</sup>

O curso tinha por objetivo transmitir a quase todos os editores dos principais jornais, revistas e diretores de rádio<sup>386</sup> a importância dos veículos de comunicação para os propósitos do governo no combate à subversão e na construção de uma imagem que contemplasse o novo momento da história do país. As próprias palavras do general Canessa evidenciam os princípios que norteariam a atividade informativa do país:

---

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> *El Mercurio*. “Periodismo y Seguridad Nacional”. Santiago: 29/08/1975. p.23.

<sup>386</sup> Formandos do curso: Francisco Baraona Urzúa, gerente da *Radio Colo Colo*; Julio Carrasco García, chefe de informações da *Sociedad Periodística del Sur*; Isabel Chacón de Rojas, relações públicas do Exército; Zenén Conejeros Ampuero, chefe de imprensa da *Radio Chilena*; Emilio Filippi Murallo, diretor da revista *Ercilla*; Arturo Fontaine Aldunate, subdiretor do jornal *El Mercurio*; Enrique Gandasegui García, chefe de imprensa do canal 4 da *Televisión de la Universidad Católica de Valparaíso*; Ignacio Gozález Camus, diretor da *Radio Balmaceda*; Alberto Guerrero Espinoza, diretor do jornal *La Tercera de la Hora*; Francisco Hernández Armengol, subgerente da *Radio Agricultura*; Jaime Martínez Williams, diretor da revista *Qué Pasa*; Hernán Millas Correa, diretor da *Radio Santiago*; Eduardo Moraga Montero, chefe de imprensa da *Radio Cooperativa*; Héctor Muñoz Burboa, diretor do jornal *La Patria*; Vicente Pérez Zurita, gerente de imprensa do canal 7 da *Televisión Nacional de Chile*; Jaime Sánchez Arriagada, diretor de imprensa do Canal 13 da *Televisión de la Universidad Católica*; Raúl Tarud Siwad, diretor da *Radio Portales*; Gabor Toney Holota, diretor da *Radio Nacional*; Joaquín Villarino Goldsmith, diretor da *Radio Minería*; Cristián Zegera Ariztía, chefe dos serviços informativos do jornal *El Mercurio*. Idem.

La confianza y el optimismo deben estimularse con la actividad informativa de múltiples realizaciones individuales y colectivas, privadas y estatales, lo que contribuirá poderosamente a este cambio de nuestra idiosincrasia para retomar los valores que contribuyeron ya desde el siglo pasado a formar nuestra nacionalidad superando mesquinos divisionismos.

Impedir as divisões sociais e retomar os valores nacionais eram princípios do governo que deveriam ser assumidos pela própria imprensa. Nesse sentido, caberia aos jornalistas a aceitação de “todas as medidas de segurança e prevenção” como formas de defender a soberania e a dignidade. Dessa forma, a censura é apresentada como uma medida legítima que atuaria para resguardar os valores nacionais, e nenhum meio de comunicação deveria se opor a essas premissas.

A censura da DINACOS também afetou a televisão chilena, em especial, o canal estatal *Televisión Nacional de Chile-TVN*. Juntamente com a rede radiodifusora, a televisão foi o principal meio de comunicação de massas utilizado pela ditadura devido o seu alcance em todo o território nacional.<sup>387</sup> A televisão passou a ser um veículo de massas a partir do governo de Eduardo Frei (1964-1970), no qual além da existência de três canais de televisão (*Canal 13* – administrado pela *Universidad Católica de Chile*; *Canal 9*- administrado pela *Universidade de Chile*; e o Canal da *Universidad Católica de Valparaíso*)<sup>388</sup>, criou a TVN.<sup>389</sup> Entretanto, foi sob o governo de Allende que o canal estatal alcançou sua expansão sob o território nacional<sup>390</sup>, o que explica a obceção dos militares em invadir sua sede, destruindo boa parte do material disponível, além de mantê-lo três dias fechada.

O controle discursivo do meio televisivo é perceptível desde os primeiros dias do golpe, ainda que sob dinâmicas diferenciadas. Se por um lado, ocorreu uma “sincronização ideológica”<sup>391</sup> que colaborava com os interesses do atual regime, como

---

<sup>387</sup> Em 1977, a média existente era a de uma televisão para cada sete habitantes. Dados obtidos em: ENNES, Dean A. *Mass communication and political development in Chile 1973-1978*. Ottawa: Carleton University, 1979. p.55.

<sup>388</sup> Conforme o DECRETO LEY datado de 26 de novembro de 1958 (governo de Jorge Alessandri), os canais de televisão com determinada frequência seriam de uso exclusivo das universidades, inseridos na categoria “Televisión Educacional Privada”. Por isso, praticamente todos os canais de televisão, até a década de 1980, eram administrados pelas universidades.

<sup>389</sup> LEY 17 377. Publicada em 20 de outubro de 1970.

<sup>390</sup> ENNES, Dean A. op. cit.. p. 46.

<sup>391</sup> O termo “sincronização da imprensa” foi cunhado por Carlos Huneeus para indicar os veículos de comunicação que possuíam um histórico de ofensiva contra o governo de Salvador Allende e que apoiaram o golpe e a ditadura por meio de pautas e discursos que contribuíram para legitimar as ações do regime. Esse processo de sincronização é bastante complexo à medida que, após o golpe e a intervenção da ditadura

foi o caso do *Canal 13*, por outro, o controle do governo sobre a TVN permitiu um maior enquadramento ideológico desse canal para a transmissão do discurso oficial. Sendo assim, a presença da DINACOS nos canais de televisão foi uma constante no sentido de disciplinar o trabalho periodístico e estabelecer as pautas que favoreciam a ditadura.

Colocar a TVN sob o controle do novo governo foi uma das ações mais importantes para a ditadura, o que levou a normalização de sua programação alguns dias após o golpe, e a nomeação do general Héctor Orozco Sepúlveda na direção do canal.<sup>392</sup> Conforme aponta Karen Donoso, as mensagens difundidas pela televisão estatal eram definidas no conselho interno da mesma e dos escritórios da DINACOS, em especial, as famosas "pautas blancas" que consistiam em instruções para a cobertura de determinadas notícias. Desse modo, a atividade jornalística transitava desde montagens para encobrir crimes cometidos pelos organismos de segurança - conhecido como "jornalismo DINA", no qual se manufacturava reportagens sobre a repressão e violação dos direitos humanos sob direto controle desse órgão- até pautas que visavam amenizar a imagem do governo.

Nesse contexto, os diretores da DINACOS possuem um poder significativo na condução dos trabalhos do canal estatal. Um dos episódios que evidenciam esse fato foi a demissão do apresentador do telejornal *60 minutos* – Bernardo de la Maza- após uma "brincadeira" do mesmo ao anunciar, quando não estava no ar, que "Esse é o *60 minutos*, o noticiário mais mentiroso da televisão chilena". Após a demissão, o jornalista entrou em contato com o director da DINACOS para justificar que se tratava de uma piada, pedindo permissão para que continuasse trabalhando, e, duas horas depois, havia sido recontratado.<sup>393</sup> Desse modo, o órgão de censura e propaganda atuava como instrumento disciplinador da atividade jornalística, determinando novas formas de atuação dos mesmos no espaço da estatal.

Uma das práticas mais eficazes da DINACOS enquanto órgão de controle da comunicação foi o de institucionalizar a desinformação como tática do discurso televisivo

---

nas universidades (detentoras dos canais de televisão) ocorre com a nomeação dos reitores-delegados, o decreto que instituiu essa norma isenta as universidades católicas, o que afasta, ainda que num primeiro momento do regime, a ideia de um controle ditatorial direto sobre o *Canal 13*, que possuía uma relativa autonomia. JUNTA DE GOBIERNO. *Decreto Ley 50*. Ministerio de Educación. Santiago: Biblioteca do Congresso Nacional. Disponível em: \_\_\_\_\_ Essa sincronização também se estende ao jornal *El Mercurio*. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 64.

<sup>392</sup> Após ocupar a direção da TVN, o general Hector Orozco assumiu a direção da *Dirección de Informaciones del Ejército* – DINE, um dos órgãos de repressão utilizados pelo Exército no combate à subversão. Em 2017, aos 92 anos de idade, foi condenado por tortura e violação aos direitos humanos, sendo detido no presídio de Punta Peuco.

<sup>393</sup> Relato do jornalista para a reportagem *TVN 40 años. Capítulo 1: 19 de septiembre de 1969-11 de septiembre de 1973*. Santiago: 26 de outubro de 2009. 70 min.

oficial. Foi através desse recurso que a mesma agiu na manufatura de reportagens que encobriram as ações de violência política da ditadura, em conluio com os organismos de repressão, em especial, a DINA.

Como exemplo, um dos episódios que evidencia essa conexão entre DINACOS e DINA ocorreu em 1975 e foi relatado pela *Informe Rettig*- relatório da primeira comissão realizada pelo governo chileno para investigar os casos de mortos e desaparecidos da ditadura chilena.<sup>394</sup>No dia 17 de novembro de 1975, membros do *Movimiento de Izquierda Revolucionária* – MIR entraram em “confronto armado” contra membros do exército. Nesse episódio foram mortos um militar e Roberto Gallardo, membro do MIR. Após o ocorrido, quatro membros da família Gallardo foram sequestrados pela DINA e conduzidos ao centro de tortura *Villa Grimaldi*. No dia 19, seis cadáveres foram trasladados desse mesmo centro aos morros de *Rinconada de Maipú*, em Santiago. Com isso, a DINACOS emitiu um comunicado narrando que além do episódio de Roberto Gallardo, outro grupo de “extremistas” enfrentou a polícia em Rinconada. Ou seja, a DINACOS dissociou os dois eventos mesmo consciente de que dentre os corpos, três eram da mesma família de Roberto, entre eles Catalina Gallardo, grávida de três meses (irmã), Alberto Gallardo (pai) e Mónica Pacheco (esposa).<sup>395</sup>

No mesmo dia do comunicado oficial, a TVN transmitiu uma reportagem de três minutos, supostamente ao vivo<sup>396</sup>, na qual dois jornalistas atuaram demonstrando as evidências das armas dos supostos extremistas, os cartuchos de balas, o cenário onde foram encontrados os corpos, e os nomes das vítimas, de modo a legitimar a ação da DINA e simular um confronto que nunca existiu.<sup>397</sup> Anos depois, já em período democrático, ficou comprovado a montagem jornalística coordenada pela DINA e pela DINACOS no julgamento “*Secuestro Y Homicidio, Familias Gallardo-Gangas*”, no qual o chefe do departamento de imprensa, Vicente Pérez, responsabilizou a censura governamental a qual estava submetido o canal em que trabalhava.<sup>398</sup>

A sinistra relação da DINACOS com a repressão, e o uso que essa mesma direção fazia das informações para manufaturar as notícias nos permite identificar a complexa

---

<sup>394</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE CHILE. *Comisión Rettig. Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación*. Santiago: Ministerio del Interior-Programa de Derechos Humanos, 1991.

<sup>395</sup> Idem, pp. 805-806. A única sobrevivente foi Isabel Gallardo. Os outros três corpos eram dos militantes Luis Ganga, Manuel Reys y Pedro Cortés.

<sup>396</sup> Segundo Pablo Cerda, a reportagem foi gravada num filme de 16 milímetros que demanda horas para ser revelado. CERDA, Pablo. op. cit. p. 116.

<sup>397</sup> Idem.

<sup>398</sup> Idem, p. 117.

teia que envolvia os setores de informação, censura e repressão. Se por um lado o objetivo principal da censura na ditadura chilena era o de sincronizar a comunicação pública de acordo com as verdades e o imaginário anunciados pela Junta Militar, por outro, também se buscava inverter o sentido das ações do governo positivando a ação dos agentes do estado envolvidos na repressão. Desse modo, ao distorcer os fatos e difundir inverdades como pauta jornalística – com a colaborações de varios profissionais dos veículos de comunicação privados ou públicos- a DINACOS conformava um cenário de comunhão da área de comunicação com os princípios do governo militar.

Nesses casos, a fronteira entre censura e propaganda foi muito flexível à medida que a intervenção da DINACOS na produção de conteúdos e mensagens tinha por objetivo a construção de uma imagem positiva do governo e outra depreciativa da oposição. Por isso, os inimigos do projeto político em curso deveriam ser combatidos no campo discursivo e imagético, limitando o alcance do seu discurso, e deslegitimando o seu enunciador à medida que a manufatura das notícias associavam a oposição aos valores contrários daqueles defendidos pelo novo governo. Desse modo, a DINACOS contribuía para a política comunicacional da ditadura à medida sofisticou os trabalhos de censura e propaganda, funções essas que se institucionalizaram a partir de 1976.

### **3.3- A institucionalização da DINACOS: da censura à propaganda.**

Apesar do intenso trabalho da DINACOS entre 1974 e 1976, suas atividades não possuíam uma regulamentação que centralizasse a atividade de informação do governo, criando uma imprecisão em relação às suas funções e até mesmo sobre sua própria nomenclatura, vide que sua sigla aparecia na imprensa de forma confusa, ora como DINAC, DINACS ou DINACOS.<sup>399</sup> Outro aspecto que dificultou sua sistematização foi a constante troca de diretores, praticamente um por ano.<sup>400</sup> Foi apenas no ano de 1976

---

<sup>399</sup> *El Mercurio*. “Diretor de DINAC (DINACOS): Gobierno tratará de mejorar sistema de información”. Santiago: 13 de fevereiro de 1976. p. 19

<sup>400</sup> Diretores da DINACOS por ano: 1974- coronel Virgilio Espinoza Palma; 1975- coronel Orlando Jerez Borges; 1976- coronel Gastón Zúñiga Paredes.

que essa direção passou a ser debatida no interior do governo, à medida que o próprio projeto político e econômico da ditadura passou a ter contornos mais definidos.

Nesse período de institucionalização<sup>401</sup>, o debate sobre a liberdade de imprensa encontrou um clima propício à medida que avançava o projeto da nova constituição elaborada pela *Comisión Ortúzar* e pela Junta Militar, trazendo reflexões importantes sobre a liberdade de expressão como um direito individual e social, normatizando, a partir desses preceitos, o estatuto jurídico dos meios de comunicação.<sup>402</sup> Entretanto, uma medida do governo acirrou o ânimo da imprensa: o decreto-lei 1281.

Publicado em 1975, o decreto-lei 1281 criou uma enorme polêmica entre os jornalistas pois apontava um recrudescimento da censura quando o que se esperava era o contrário. Com a justificativa da necessidade de “impedir a publicação ou emissão de notícias destinadas a menosprezar o espírito de sacrifício da população em benefício do porvir da Pátria”<sup>403</sup>, esse decreto modificava um artigo da *Ley de Seguridad del Estado*<sup>404</sup>, concedendo ao chefe da zona militar de emergência o poder de:

Suspender la impresión, distribución y venta, **hasta por seis ediciones** de diarios, revistas, folletos e impresos en general, y las transmisiones, **hasta por seis días**, de las radiodifusoras, canales de televisión de cualquier otro medio análogo de información que emitan opiniones, noticias o comunicaciones tendientes a crear alarma o disgusto en la población, desfiguren la verdadera dimensión de los hechos, sean manifiestamente falsas o contravengan las instrucciones que se les impartieren por razones de orden interno, de conformidad a la letra precedente.

En caso de reiteración, podrá disponer la intervención y censura de los respectivos medios de comunicaciones, de sus talleres e instalaciones.<sup>405</sup>

As regras de censura contidas nesse decreto foram as mais duras do período ditatorial, despertando a reação de todos os organismos de imprensa, desde o *Colegio de Periodismo*, a *Asociación Nacional de la Prensa*, a *Asociación de Radiodifusoras*, e os principais jornais chilenos, em especial, o *El Mercurio*.<sup>406</sup> O jornalista Emilio Filippi demonstrou sua insatisfação e surpresa num artigo da revista *Ercilla* no qual atestava que

---

<sup>401</sup> *El Mercurio*. “Presidente Pinochet en Valparaíso: ‘Entramos en el proceso de la institucionalidad’”. Santiago: 22 de maio de 1977. p.1.

<sup>402</sup> FILLIPI, Emilio. “Con ministerio o estatuto”. *Ercilla*. Santiago: 25 de fevereiro de 1976. pp. 9-12. p.

<sup>403</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. DECRETO-LEY 1281. Santiago: 10 de dezembro de 1975.

<sup>404</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. LEY 12927. Santiago: 6 de agosto de 1958.

<sup>405</sup> MINISTERIO DEL INTERIOR. DECRETO-LEY 1281. op. cit.

<sup>406</sup> SANTIBAÑEZ, Abraham. “Debate por un decreto-ley”. *Ercilla*. Santiago: 17 a 23 de dezembro de 1975. p. 13.

tal decreto não se justificava porque a imprensa chilena havia demonstrado compromisso e adesão ao atual governo desde o golpe de 1973:

No sólo no existe justificación alguna para que se tomen medidas tan extremas, como las señaladas en el decreto-ley – **ya que la actitud de la prensa, radio y televisión ha sido mayoritariamente adicta al Gobierno** y en las poco frecuentes críticas o discrepancias, de un nivel positivo y elevado -, sino que el texto mismo indica un desconocimiento de las funciones específicas de los medios de comunicación y acerca de los alcances de su dignidad.<sup>407</sup>

Nesse sentido, a censura também desempenhou um papel importante pois deveria zelar pelos valores que sustentavam a nova institucionalização. Toda e qualquer forma de desvio de conduta moral deveriam ser combatidos no *novo Chile*, por isso os diretores da DINACOS faziam questão defender que a liberdade de expressão tinha um limite claro, e esse limite eram os valores da família, base de toda a organização social.

Foi justamente nesse contexto de críticas ao governo e na defesa da liberdade de expressão, que os primeiros veículos de comunicação contrários ao regime começaram a circular, surgindo em 1976 a revista *Solidariedad*, que pertencia a *Vicaria de Solidariedad* – por isso, circunscrita à Igreja Católica- e cuja pauta consistia em denúncias da repressão política, prisões e torturas; e a revista *Apsi*, também vinculada a setores católicos e cujo conteúdo enfatizava notícias internacionais<sup>408</sup>; Logo em seguida, em 1977, começou a circular a revista *Hoy*, ligada a setores do PDC<sup>409</sup>, e a revista *Análisis*, editada pela *Academia de Humanismo Cristiano*.

Essa estratégia do governo em conceder permissão a novos veículos, elogiada pelos principais jornais<sup>410</sup>, tinha, por um lado, o objetivo de sinalizar que se caminhava para a institucionalização política da ditadura, e por outro, construir uma imagem de comprometimento do governo com a liberdade de expressão que agradava os organismos

---

<sup>407</sup> FILIPPI, Emilio. “En torno a la libertad de prensa”. *Ercilla*. Santiago: 17 a 23 de dezembro de 1975. p.11. Nesse contexto, Filippi, forte opositor do governo Allende, criou a revista *Hoy*, importante veículo de comunicação que passou a se opor a ditadura.

<sup>408</sup> A partir de 1979 essa revista passa a retratar as questões nacionais tornando-se um espaço importante para a oposição política.

<sup>409</sup> Vale destacar que em 1977 a DC passou por um processo de expulsão dos seus quadros no interior do governo ditatorial, o que resultou numa posterior investida do governo em sufocar os setores comunicacionais ligados ao mesmo.

<sup>410</sup> Conforme publicado no *El Mercurio* sobre a permissão da revista *Hoy*: “La autorización para una nueva revista semanal (Hoy) tardó bastante tiempo, pero el visto bueno es favorable para el gobierno. Ello demuestra una vez más la inutilidad de un control previo que sólo crea tensiones en tanto que la ciudadanía desea ser informada desde distintos puntos de vista.” *El Mercurio*.

de imprensa após as reações ao dito decreto. Entretanto, não se deixou de lado a censura, muito pelo contrário, a institucionalização política do regime também era acompanhada de uma maior regulamentação do controle da informação.

Entre os meandros dessa discursão, partiu do governo a necessidade de pensar a centralidade da DINACOS nesse processo. Com isso, foi por meio do diretor de comunicação, o coronel Gastón Zúñiga Paredes- na direção entre 1976 e 1977-, que teve início a regulamentação desse organismo. Para esse diretor, a reformulação da DINACOS exigia uma importante colaboração dos jornalistas, e que para o ano de 1976:

De acuerdo a una larga charla que hemos tenido con el Presidente de la Republica, se estudia en este momento una reestructuración de la DINACS para tornarla más agil y adecuada a las funciones que se tuvo en vista al crearla y sea la voz oficial del Gobierno en todos los asuntos.<sup>411</sup>

Além de confirmar a participação de Pinochet nessa reorganização, o diretor da Dinacos afirmou, em resposta aos jornalistas, que essa poderia ser uma sinalização para a criação de um *ministério da informação*, ainda que argumentando que tal debate não estava em pauta no interior do governo nesses termos.<sup>412</sup> Diante disso, o jornal *El Mercurio* passou a defender a criação de um ministério que se responsabilizasse pela comunicação oficial do regime.

Em seu editorial de 17 de fevereiro de 1976, o jornal *El Mercurio* saiu em defesa de um maior *rol* para a DINACOS, justificando a importância de um *ministério da informação*, e argumentando que uma medida como essa não poderia ser caracterizada como uma proposta de “controle totalitário” porque:

La existencia de una Secretaria de Estado de ese carácter no constituye un hecho excepcional y hay un buen número de regímenes democráticos que lo ha establecido. **No cabe entonces interpretar la idea como un propósito de control totalitario de la información sino como el deseo de la Junta de Gobierno de coordinar y centralizar algunos aspectos de la información administrativa**, que ha adolecido indiscutiblemente de dispersión y no pocas contradicciones.<sup>413</sup>

---

<sup>411</sup> *El Mercurio*. “Gobierno tratará de mejorar sistema de información.” Santiago: 13 de fevereiro de 1976. p. 19.

<sup>412</sup> *Idem*.

<sup>413</sup> *El Mercurio*. Santiago: 17 de fevereiro de 1976. p. 3.

O desejo manifesto pelo jornal para a existência de um organismo que centralizasse a informação do governo era apresentado tanto como um mecanismo que poderia desdobrar na suspensão do estado de emergência, quanto numa forma de facilitar o trabalho dos jornalistas diante da dispersão dos centros de emissão da informação oficial. Assumindo-se como o porta-voz do jornalismo nacional, o *El Mercurio* aponta que:

Los periodistas de todos los medios no se alarman ante esta nueva modalidad y creen que puede ser preparatoria de un futuro levantamiento del Estado de emergencia que ha sido necesario en esta etapa de dos años y medio, transcurrida desde el 11 de septiembre de 1973 y que **podría reemplazarse con provecho para la buena información nacional y en el exterior por un organismo responsable a través del cual las noticias afluyeran sin estorbo ni confusión hacia los profesionales de la prensa y con ello resultarían innecesarias las reglamentaciones que emanan de la Ley de Seguridad Interior del Estado.**<sup>414</sup>

Desse modo, o *El Mercurio* afirma que um ministério dedicado à informação poderia ser um mecanismo para a suspensão da legislação de censura, em especial ao recente decreto-lei 1281, e que tal medida contribuiria para estreitar os laços dos *gremios* jornalísticos com o governo. Contudo, não era um consenso entre os membros do governo que surgisse um organismo com tamanho poder informativo.

Uma das vozes que se opôs ao suposto *ministério da informação* foi o de Federico Willoughby, secretário de *Prensa de la Junta* desde o golpe e homem importante das comunicações da ditadura. Vale ressaltar que o cargo de Willoughby estava em processo de subordinação à DINACOS, o que confirma o avanço dessa direção sobre o campo da comunicação oficial, centralização essa vista como nociva aos olhos do secretário. Em entrevista concedida à revista *Ercilla*, ao ser perguntado sobre a criação do *Ministerio de Informaciones*, Willoughby respondeu enfaticamente que:

Ojalá no ocurra. Así como creo que la concentración del poder económico genera abusos e impide el acceso al capital y a la empresa a sectores que tienen derecho a participar de los bienes del país, concentrar el poder informativo es dos veces más negativo. Quien lo maneja, invariablemente, en todos los casos históricos conocidos, pierde el sentido de la realidad. Termina imponiendo involuntaria o inconscientemente lo que el cree y por ende: mintiendo.<sup>415</sup>

---

<sup>414</sup> Idem.

<sup>415</sup> ROJAS, Javier. "Recuerdos del Secretario". *Ercilla*. Santiago: 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 1976. pp. 25-26.

Ao se opor a um organismo de governo que concentrasse o poder de informação, o ex-secretário de *Prensa de la Junta* aponta que toda concentração poderia ser ruim à medida que “impõe uma verdade única por parte da direção do organismo em questão, afirmando que a mentira poderia ser uma das consequências desse poder”<sup>416</sup>. Acrescenta à sua entrevista o perigo que corre o governo quando essa mentira torna-se conhecida pela opinião pública, o que desgastaria a imagem dos governantes.<sup>417</sup>

Essa divergência pode ser um indicativo da razão da DINACOS não ter alcançado o *status* de ministério, ficando subordinada à SEGEGOB quando esta ganhou autonomia ministerial em 1976.<sup>418</sup> Entretanto, o poder da DINACOS não foi diminuído, ao contrário, sua regulamentação lhe conferiu atribuições de um amplo alcance, normatizando sua atuação em relação à censura e especialmente à propaganda.

Conforme o artigo 7 do *Decreto-Ley* 11, de 31 de dezembro de 1976, que define as funções da DINACOS, caberia a essa direção, em linhas gerais: assessorar ao ministério SEGEGOB e ao governo na formulação de uma política nacional de comunicação social; auxiliar a comunicação entre os diversos órgãos do governo; dirigir, controlar e apoiar a difusão dos meios de comunicação estatais; propor as instruções obrigatórias relativas à difusão da informação, da propaganda e da publicidade dos organismos governamentais e administrativos; estabelecer as normas legais as quais seriam submetido o trabalho dos meios de comunicação estatais e privados; manter a comunidade nacional informada das políticas e realizações do governo; e propor aos meios de comunicação as notícias de caráter oficial;<sup>419</sup>

Nesse sentido, para além do trabalho de comunicação administrativo, o decreto lei formalizou as duas principais funções da DINACOS, ou seja, regulamentou os princípios que norteariam a censura e a propaganda. No tocante à censura, a direção logo reivindicou a criação e execução do *Bando n° 107*<sup>420</sup>, num contexto de eliminação dos demais quadros partidários em 1977, quando se proibiu a existência de qualquer partido

---

<sup>416</sup> Idem.

<sup>417</sup> Idem.

<sup>418</sup> DECRETO LEY N° 11: Santiago: 31 de dezembro de 1976.

<sup>419</sup> Idem.

<sup>420</sup> JUNTA DE GOBIERNO. *Bando n° 107*. Santiago: 11 de março de 1977. Em 1978, foi decretado o *Bando n° 122*, de 22 de julho, que obrigava os escritores apresentarem seus textos previamente para que fossem autorizados para publicação pelo chefe da zona de emergência da região metropolitana

ou agremiação que não havia sido dissolvida em 1973, em especial, o PDC.<sup>421</sup> Conforme o jornal *El Mercurio*, o *Bando n° 107*, publicado em 11 de março de 1977, ou seja, um dia antes da dissolução da *Democracia Cristiana*, estabelecia que:

a partir de esa fecha, la fundación, edición, publicación, circulación, distribución y comercialización en cualquier forma de nuevos diarios, revistas, periódicos o impresos en general deberían contar con autorización oficial. Tal determinación se hizo extensiva, también, a la importación y comercialización de toda clase de libros, revistas, diarios e impresos.<sup>422</sup>

Somado ao decreto 1291, esse novo *bando* acirrou ainda mais o ânimo da imprensa, inclusive do jornal *El Mercurio*, que em editorial apontava o quão descabido era essa decisão pois, exigia uma autorização prévia, por parte do chefe militar da zona de emergência, de todo o tipo de material impresso, corroborando com as condenações internacionais de que no Chile não havia liberdade de expressão.<sup>423</sup> Dando voz a *Asociación Nacional de la Prensa*, o *El Mercurio* expõe a necessidade de esclarecimento por parte do diretor da DINACOS, uma vez que essa direção estava envolvida na elaboração e execução do bando.<sup>424</sup> Como resposta, o coronel diretor Sergio Badiola – na direção do organismo entre janeiro e março de 1977- afirma que:

no es deseo del Gobierno prohibir la circulación de nuevas publicaciones que estén revestidas de principios molares y patrióticos y que contengan informaciones que contribuyan interna o externamente a la unidad y al prestigio del país.<sup>425</sup>

Apesar das declarações do governo, o que se assitiu a partir de 1977 foi uma presença maior da DINACOS na aplicação da censura. A própria liberação da publicação da revista *Hoy*, foi marcada pelas investidas de Max Reindl e o novo diretor da

---

<sup>421</sup> DECRETO LEY 1697. Santiago: 12 de março de 1977. DECLARA DISUELTOS LOS PARTIDOS POLITICOS, ENTIDADES, AGRUPACIONES, FACCIONES O MOVIMIENTOS DE CARACTER POLITICO NO COMPRENDIDOS EN EL DECRETO LEY N° 77, DE 1973

<sup>422</sup> *El Mercurio*. “Actuaciones de la Asociación Nacional de la Prensa”. Santiago: 28 de março de 1977. p. 3.

<sup>423</sup> *El Mercurio*. “El Bando 107”. Santiago: 22 de maio de 1977. p.3

<sup>424</sup> *Ercilla*. “Permiso para editar”. Santiago: 16 a 22 de março de 1977. p. 11.

<sup>425</sup> *El Mercurio*. “Actuaciones de la Asociación Nacional de la Prensa”. Santiago: 28 de março de 1977. p. 3. Um dia após esse editorial do *El Mercurio*, o governo trocou a direção da DINACOS, agora sob o comando do coronel Werter Araya.

DINACOS, o coronel Werter Araya- diretor da DINACOS entre abril de 1977 e fevereiro de 1978<sup>426</sup>-, mostrando a capacidade dessa direção no controle do conteúdo e até mesmo das fontes de orçamento dos meios de comunicação. No comunicado emitido por Araya no processo de autorização dessa revista, o diretor argumentou que:

La División Nacional de Comunicación Social será cuidadosa en el estudio de los antecedentes de las nuevas publicaciones, especialmente financieros, para evitar la repetición de las lamentables prácticas de pretender manipular la libre voluntad ciudadana, con dineros provenientes de partidos o corrientes políticas extranjeras interesados en otros propósitos que no sean estrictamente concordantes con la unión y desarrollo que se desea conseguir para todos los chilenos.<sup>427</sup>

A direção do coronel Araya, amparada pelo arcabouço da censura do período, foi uma das que mais deu visibilidade ao controle da informação por parte da DINACOS. Em seus pronunciamentos na imprensa, utilizou-se de uma retórica na qual a censura visava apenas contribuir com o trabalho dos jornalistas e com o governo. Atesta que no Chile a liberdade de imprensa não era cerceada desde que se respeitasse as regras impostas pelo estado de emergência, ou seja, apresentava, desse modo, um aspecto de legalidade no controle da informação. Em entrevista à revista *Ercilla*, ao ser perguntando sobre o papel da crítica da imprensa em relação ao governo, respondeu que:

Es como diz la canción “Dos puntas tiene el camino”. Si se cuenta sólo lo malo que realiza el Gobierno, no se hace crítica. Se realiza un daño. Si la crítica tiene buenas intenciones y respalda la labor que se está haciendo, es bienvenida (...)  
La prensa es un gran medio que tiene el Gobierno para mostrar su acción a la opinión pública...<sup>428</sup>

Werther Araya tinha consciência do papel que a imprensa tinha em corroborar uma imagem positiva do governo, por isso, cabia à DINACOS o papel disciplinador dos meios de comunicação e dos jornalistas. Por isso, ao ser questionado sobre o *Bando nº 107*, afasta a hipótese de que essa “lei” seria um mecanismo de restrição da liberdade de expressão, e constrói uma narrativa de que o mesmo era um instrumento para auxiliar àqueles que não saberiam como escrever. Em suas palavras:

---

<sup>426</sup> *El Mercurio*. “Em circulación la revista *Hoy*”. Santiago: 1º de junho de 1977. p. 23.

<sup>427</sup> *El Mercurio*. “Autorizada circulación de la revista *Hoy*.” Santiago: 21 de maio de 1977. p. 25.

<sup>428</sup> *Ercilla*. “Nuevo diretor DINACOS”. Santiago: 6 a 12 de abril de 1977. p. 15.

El bando en cuestión, que exige un permiso previo de Dinacos para que cualquier publicación escrita se edite, existe sencillamente para darles facilidades a quienes quieren escribir y no saben cómo hacerlo, y no, como se piensa, para restringir la libertad de expresión. Hay muchas personas que publican folletines y libros y no tienen claro el sistema de operar. Todos los días recibimos solicitudes para editar revistas técnicas, universitarias y de orden intelectual. En relación a publicaciones periodísticas, hemos recibido la petición de una revista de espectáculos y otra informativa. El análisis de los proyectos presentados se basa principalmente en tres normas: **que estén dentro de la ley, que no vayan contra la moral cristiana y no violen el receso político.**<sup>429</sup>

A regra moral estabelecida pelos critérios de respeito à legislação vigente, pela moral cristã e pelo receso político, servia para enquadrar a produção de conteúdo pelos meios de comunicação de modo que contribuísse para a imagem do governo ditatorial e seu projeto político. Com isso, um *sentido de propaganda* era atribuído à censura à medida que limitava o discurso opositor e criava um quadro de mensagens unívocas favoráveis ao governo. Ou seja, aplicar a censura era também uma forma de criar um imaginário que permitisse a construção de um consenso entre a população, mesmo que mínimo, sobre as obras da ditadura. Por isso, o maquinário de censura e propaganda da DINACOS se institucionalizaram paralelamente.

Foi a partir de 1977 que a propaganda política passou a ganhar um maior peso para o governo, visto a institucionalização do modelo neoliberal e das reformas subsequentes. Por isso, dois aspectos do decreto que regulamentou suas atividades caminham nesse sentido ao propor como função da DINACOS “conhecer e avaliar a opinião pública” e “contribuir para a difusão de todas aquelas obras e iniciativas que ajudem à elevação do nível cultural e moral da população, para o seu são entretenimento e à conservação e exaltação dos valores nacionais”.<sup>430</sup> Desse modo, a estrutura da DINACOS foi organizada de modo a atender à necessidade governamental de construir uma imagem do projeto autoritário que permitisse um determinado consenso entre a população em relação a sua participação na “reconstrução do Chile”. Como afirmava o subdiretor da DINACOS, Max Reindl, “*No queremos que los chilenos actúen como espectadores de un proceso, sino que se integren a algo que les pertenece*”.<sup>431</sup>

---

<sup>429</sup> Idem..

<sup>430</sup> DECRETO LEY N° 11. op. cit.

<sup>431</sup> *Ercilla*. “Nuevo director DINACOS”. Santiago: 6 a 12 de abril de 1977. p. 1

Numa comunicação do ministro da SEGEGOB, a DINACOS é apresentada pelo general Sergio Badiola<sup>432</sup> como o esforço do governo em ir além da difusão de informações alinhadas ao regime. Segundo o general:

No basta con lograr una óptima penetración en la información. El mundo moderno requiere, por la velocidad de los acontecimientos, la **reiteración del Mensaje para lograr una penetración más profunda. Y esa reiteración es la que se realiza con el nombre de publicidad.**

O general Badiola aponta que o êxito da doutrina da ditadura seria garantido a partir da conjugação das atividades de informação, controlada pelo governo, com o que denomina *publicidade*, ou seja, a divulgação dos logros do regime, em outras palavras, propaganda. Nesse sentido, afirma que:

Es por eso que miramos con satisfacción cuando el sector privado o cualquier organismo realiza campañas publicitarias de bien social, campañas sociales de motivación, nuestro pueblo se motiva con esas campañas, pero es necesario que esas campañas tengan un profundo contenido económico-social, patriótico, para que realmente sean positivas.<sup>433</sup>

Por isso, a DINACOS teria por função a difusão desses valores por meio da edição e distribuição de folhetos, livros e documentos para que a população tivesse acesso à doutrina do governo e aos projetos de curto, médio e longo prazo.<sup>434</sup> Além disso, deveria fazer uso do aparato comunicacional em posse do regime.

Por ser uma das principais artérias do ministério SEGEGOB, a DINACOS possuía uma ampla estrutura de macromeios<sup>435</sup> de comunicação que possibilitou um alcance expressivo da propaganda governamental entre 1977 e 1980. Além de controlar diretamente o aparato da *Empresa Periodística “La Nación”* – cujo jornal estatal foi fechado em 1973 e reaberto em 1975 sob o título *El Cronista* -, a TVN e a *Radio Nacional*,

---

<sup>432</sup> Ao sair da direção da DINACOS em março de 1977, Sergio Badiola se tornou o diretor da *División de Organizaciones Civiles* (1977-1979), e posteriormente, assumiu o ministério da SEGEGOB entre 1979 e 1980.

<sup>433</sup> BADIOLA, Sergio. “La Secretaría General de Gobierno en el ‘proceso de participación’.” In: MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del Segundo Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 14 de março de 1980. p. 40.

<sup>434</sup> Idem.

<sup>435</sup> Utilizamos a divisão de Gizele Munizaga que diferencia os meios de comunicação de maior alcance e circulação, denominados pela autora como *macromedios*, daqueles de menor porte, denominados de *micromedios*. MUNIZAGA, Gizsele. op. cit. p. 24.

tinha a seu alcance uma agência informativa - adquirida pelo governo apenas em 1980, sob o nome de *Agência Orbe* -, uma agência publicitária e um “ente cinematográfico” – em suposta alusão à *Chilefilms* que pertencia à CORFO.<sup>436</sup> Além desses veículos, contava também com um estrutura administrativa diversificada que visava dar suporte ao seu trabalho ideológico.

A DINACOS foi um órgão em constante reformulação, resultado da troca quase anual de diretores, aspecto que repercutiu na sua estrutura administrativa.<sup>437</sup> Sendo assim, desde 1976 os informes ministeriais do governo especificam que seu trabalho era realizado por meio de diversos departamentos de imprensa, rádio, televisão, cinema, fotografia e telex, e um quadro de profissionais do campo jornalístico. Em 1979, sua estrutura assumiu um contorno mais específico onde, no topo da hierarquia, estava a direção, ocupada de 1974 a 1979 por militares oriundos apenas do Exército, cujo trabalho se dividia em três frentes: a primeira denominada *Dirección de Evaluación* que tinha por função sondar a opinião pública; a segunda, a *Dirección de Operaciones* que elaborava os planos de comunicação social, os programas e ações que atendessem às expectativas de informação e doutrinação do governo, produzia e distribuía os folhetos e impressos das campanhas, e elaborava as diretrizes da comunicação, publicidade e propaganda; e por fim, a *Asesoría de Comunicación Social* que realiza o trabalho de relações públicas.<sup>438</sup>

Na frente executiva atuavam quatro setores: a *Secretaría de Prensa* era responsável por cobrir as notícias e cuidar da imagem relacionados ao general Pinochet, sua esposa, Lúcia Hiriart, e os demais membros da *Junta Militar*; a *Dirección de Comunicaciones* apoiava a cobertura de notícias através de seus departamentos;<sup>439</sup> a *Dirección de Coordinación*, que coordenava o sistema estatal de comunicação a nível local e regional; e, por fim, a *Dirección de Difusión Exterior* que cuidava da imagem do

---

<sup>436</sup> BADIOLA, Sergio. “La Secretaría General de Gobierno en el ‘proceso de participación’.” In: MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del Segundo Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 14 de março de 1980. p. 37.

<sup>437</sup> A documentação disponível na *Biblioteca do Congreso Nacional de Chile* não informa quantos funcionários, e quais eram, destinados aos departamentos da DINACOS. A única informação disponível se relaciona ao quadro total de funcionários do ministério SEGEGOB.

<sup>438</sup> Utilizamos a divisão apresentada pelo diretor Hugo Morales em 1978. MORALES, Hugo. “El rol de la DINACOS. Organización, responsabilidades, campos de acción, mecánica para el contacto, importancia y criterio de la comunicación” In: MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del Primero Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 15 de abril de 1978. Outros membros do SEGEGOB e demais documentos ministeriais apresentam outras estruturas administrativas. Entretanto, optamos por utilizar a do major Hugo Morales pois esse foi um dos diretores que assumiu o organismo em sua fase de maior institucionalização.

<sup>439</sup> A *Dirección de Comunicaciones* era composta por: *departamento de Prensa*; *departamento de Radio*; *departamento de fotografía*; *departamento de cine*; *departamento de cine*; *departamento de televisión*; *departamento de telex*.

governo no exterior através do contato com embaixadas e agências de notícias internacionais.<sup>440</sup>

Com essa estrutura, a DINACOS é apresentada como um corpo administrativo técnico e profissional responsável pela comunicação, informação, publicidade e propaganda vital para estabelecer o vínculo entre governantes e governados que tanto desejava o ministérios SEGEOB. O manejo da comunicação por parte dessa direção era apontado como o resultado das demandas de modernização por uma informação ágil e eficiente que contruísse o vínculo entre a população e a ditadura.

O papel dos diretores foi essencial para essa nova fase da DINACOS. Sua relação direta com os proprietários e diretores de jornal, assim como o contato periódico com os jornalistas, fazia da direção o cargo determinante para o trabalho desse órgão. Enquanto se institucionalizava, sua direção foi composta por militares que estavam comprometidos com o meio informativo e com o aparato técnico da comunicação. Foi assim desde o diretor Werther Araya, nomeado relações públicas do exército com o golpe de 1973, e enviado ao Brasil no ano de 1976 para realizar um curso de comunicação social com o governo ditatorial brasileiro.<sup>441</sup> Outros diretores também possuíam esse mesmo perfil, como o major Hugor Morales que desempenhou um importante trabalho de consolidação administrativa.

Hugo Morales foi um dos grandes nomes da DINACOS, responsável pela conclusão de sua regulamentação. Além de sua carreira militar, também se dedicou, após entrar na reserva, à vida civil, desempenhando atividades empresariais e escrevendo textos na imprensa, por meio de sua coluna no jornal *La Tercera*. Ainda que tenha permanecido na direção menos de um ano, esteve na DINACOS desde a sua criação, exercendo atividades no setor de planificação, e ao ser nomeado como diretor em 1978 tentou criar uma imagem de modernização técnica e administrativa ao órgão, em especial, ao estabelecer o *Sistema Nacional de Comunicación*.

No decreto que regulamentou o funcionamento da DINACOS, cabia a esse organismo formular uma política nacional de comunicação que normatizasse os princípios e regras que moldassem a atividade midiática, publicitária e propagandística, assim como a estrutura das telecomunicações, trabalho inconcluso até 1978. Em resposta à essa demora, o jornal *El Mercurio* saiu em defesa para que a DINACOS acelerasse a

---

<sup>440</sup> Falaremos sobre a *Dirección de Difusión Exterior* mais adiante.

<sup>441</sup> Até o momento, não há informações de qual organismo brasileiro ofereceu esse curso ao militar chileno. *Ercilla*. "Nuevo diretor DINACOS". Santiago: 6 a 12 de abril de 1977. p. 15

tramitação desse debate no interior do governo.<sup>442</sup> Pouco depois, o major Hugo Morales divulgou trechos do projeto na imprensa, apresentando que à medida que o projeto ditatorial avançava, surgia ainda mais a necessidade de divulgar os feitos do governo, o que justificava esse programa de comunicação. Conforme atesta:

El cambio que está experimentando el país es grande y la labor que realiza es imensa. Si no lo comunicamos e informamos, la ciudadanía no se percatará de él. No es justo que todo este esfuerzo que realiza el país se pierda por desconocimiento. Queremos un flujo de información hacia la opinión pública con noticias tratadas en forma técnica donde lo medular explique el porqué y para qué de los proyectos y políticas del Gobierno.<sup>443</sup>

Morales sinaliza a importância da comunicação para exaltar as medidas políticas e econômicas do governo, propondo uma guinada dos trabalhos da DINACOS à propaganda política. Essa ênfase da propaganda sob sua direção também foi acompanhada por uma reestruturação do aparato técnico dos meios de comunicação em posse do regime.

Esse mesmo documento do *Sistema Estatal de Comunicación* apontava para um robustecimento dos veículos de comunicação estatais propondo uma reformulação da publicidade e propaganda governamental destinada à TVN, *Radio Nacional* e ao jornal *El Cronista*, garantindo que os recursos publicitários do governo não se concentrassem apenas nos veículos privados.<sup>444</sup> Desse modo, parte da verba destinada à publicidade e propaganda que fossem alocadas no aparato comunicacional do governo, seria destinada à DINACOS para a realização de propaganda. Conforme o documento:

Esta colocación de avisos debe incluir el uso de los medios de comunicaciones del estado en igualdad de especificaciones y características al aparecido en los medios particulares más favorecidos. Los dineros provenientes de esta recuperación del 15 por ciento serán utilizados por Dinacos para la realización de campañas institucionales.<sup>445</sup>

A institucionalização da DINACOS, concluída entre as direções do coronel Werther Araya e do major Hugo Morales, permitiu consolidar a vocação desse organismo

---

<sup>442</sup> *El Mercurio*. “Ampliación de programa DINACOS”. Santiago: 10 de fevereiro de 1978. p.3.

<sup>443</sup> *El Mercurio*. “Documento de DINACOS: Instrucciones para sistema Estatal de Comunicación”. Santiago: 24 de maio de 1978. p. 29.

<sup>444</sup> *Idem*.

<sup>445</sup> *Idem*.

para a produção da propaganda política numa fase essencial para o governo de Pinochet. Adentrando o período do “milagre econômico” e das reformas políticas e sociais do final da década, a DINACOS possuía uma estrutura administrativa e operacional que permitisse um trabalho de comunicação e propaganda que atendesse aos anseios hegemônicos do governo em ressocializar e reeducar os chilenos. Foi conjugando o controle da informação pela censura, o disciplinamento do trabalhos dos jornalistas, e um maior investimento no aparato comunicacional do regime, que a DINACOS se tornou um instrumento poderoso de propaganda para o projeto autoritário conduzido pelas Forças Armadas.

### **3.4- A propaganda da DINACOS: consolidar o projeto ditatorial**

O *Sistema Nacional de Comunicación Social* foi pensado num momento em que as diretrizes do governo estavam mais definidas e avançavam as principais reformas da ditadura, e o próprio diretor da DINACOS, Hugo Morales, sabia desse novo momento, em especial, a partir dos primeiros sinais de recuperação econômica. Conforme uma entrevista dada pelo mesmo ao jornal *La Tercera*:

...las políticas están todas definidas; no estamos como en 1975 que tenía que decir: “Señores, lo que estamos haciendo es por el bien del pueblo, es para que usted viva mejor”, en momentos en que por las razones reales existenciales, la gente estaba mal y decía: “¿Pero cómo es esto para que yo esté bien si estoy cesante?”<sup>446</sup>

A guinada da ação da DINACOS para a propaganda teve início justamente no período conhecido como de “milagre econômico”. Entre 1977 e 1978, nesse ainda insciciente clima de otimismo, o governo de Pinochet preparava-se para a projeção das concepções de democracia protegida, base do projeto da nova Constituição, e para a aplicação das reformas sociais que seriam determinantes para a confirmação do modelo neoliberal como paradigma econômico. Foi nesse contexto que a DINACOS se estruturou

---

<sup>446</sup> GONZÁLEZ, Hernán. “Mayor (R) Hugo Morales, director de DINACOS”. *La Tercera*. Santiago: 26 de fevereiro de 1978. pp.4-5. p. 5.

sob três frentes de ação: informar as reformas propostas pelo governo, zelar pela imagem internacional do regime contra o que chamou de “agressão comunista internacional”, e personificar em Pinochet a ideia de um projeto duradouro.

### **3.4.1- Difundir as reformas neoliberais e a Constituição de 1980**

Hugo Morales foi um dos maiores propagadores de otimismo em relação ao governo, e tomou para a si a missão de tornar a DINACOS como o organismo responsável por criar a imagem de um projeto garantidor das modernizações que o Chile necessitava. Por isso, tinha a clareza de que o momento era propício para uma propaganda que informasse à população as conquistas da ditadura pois, comparando o governo de Pinochet com o de Allende:

La Unidad Popular tenía que vender un mal producto, mientras que ahora yo tengo que vender un excelente producto y si no lo vendo quiere decir que yo soy un pésimo vendedor, porque ya los éxitos se están notando y no estoy vendiendo ilusiones sino cosas concretas, fundamentalmente en lo económico y lo social.<sup>447</sup>

Ou seja, Morales sabia da importância de “vender a imagem da ditadura” para a opinião pública amparado, principalmente, pelos resultados econômicos dos últimos anos. Além disso, foi um dos maiores defensores da aplicação do modelo neoliberal levando adiante pelos *Chicago Boys*. Mesmo quando não era diretor da DINACOS – mas trabalhava na mesma em outras funções – o major publicava constantemente uma coluna com o pseudônimo *Hache Eme* (o fonema das iniciais de seu nome), cujo conteúdo sempre apontava na defesa da *economía social de mercado*, por meio de uma narrativa comparativa com a economia do governo Allende, e apresentando as reformas neoliberais como resultado das iniciativas modernizantes da ditadura. Numa de suas publicações sobre o debate econômico no ano de 1976, afirmava em seu texto que:

Por primera vez se está aplicando el sistema que ha hecho crecer a las naciones desarrolladas y, pese a la crisis internacional y al tremendo freno de nuestra estructura, administrativa, legal y sobre todo de

---

<sup>447</sup> Idem.

formación mental, se están logrando resultados positivos que anuncian un futuro mejor.<sup>448</sup>

Para Morales, as leis do livre mercado, sob o novo contorno neoliberal, colocavam o Chile no camino do desenvolvimento econômico trilhado pelos países do centro do capitalismo, aspecto considerado como um dos elementos positivos do governo de Pinochet, que enfrentava dificuldades em aplicar tal modelo frente à crise econômica, à estrutura administrativa e, em especial, à resistência “mental” da população chilena influenciada por anos de “estatismo”. Por isso, também foi o autor de um dos principais documentos publicados pela DINACOS no ano de 1977 que faz apologia à economia neoliberal, denominado “*Y...? Como va la economía*”.<sup>449</sup>

Consciente da necessidade da mudança de mentalidade do povo chileno, Morales tornou a DINACOS uma das frentes de defesa desse modelo, reforçando no livreto propagandístico de 91 páginas os principais agentes de modernização que auxiliariam o país no proceso de reconstrução nacional. Analisando aspectos como a inflação, o papel do Estado e a “farrá” dos gastos públicos” no período da UP, o maior destaca a importância do mercado financiero como alavanca para o progresso do país.<sup>450</sup>

Caberia à DINACOS, portanto, o papel de introduzir no imaginário e vocabulário popular as principais referências simbólicas da nova realidade econômica pautada pelo neoliberalismo. Sendo assim, Hugo Morales defendia que a propaganda e a comunicação eram de fundamental importância para a adesão a esse sistema econômico. Em sua comunicação aos prefeitos, no *Primer Congreso de Alcaldes*, ao enfatizar a importância dos mesmos no projeto de comunicação do governo, chamava a atenção que:

Para que los beneficios de este proceso se prolonguen en el tiempo, es fundamental que la ciudadanía comprenda el porqué de las cosas. Es decir, que se logre un cambio de la mentalidad para que los logros materiales se afiancen en una doctrina que les dé consistencia y perdurabilidad. (...)

**Existe un caso concreto en que es fundamental este adoctrinamiento. Si la política económica no es entendida integralmente, se corre el riesgo de que todo lo que se avance en esta materia, se retroceda frente a la demagogia y a la ignorancia.**<sup>451</sup>

---

<sup>448</sup> HACHE EME. “Discusión de fondo”. *La Tercera*. Santiago: 1º de agosto de 1976. p.10.

<sup>449</sup> DINACOS-MORALES, Hugo Courbis. *Y...? Como va la economía*. Santiago: DINACOS, 1977. Esse documento será analisado no capítulo 4.

<sup>450</sup> Idem. p. 77.

<sup>451</sup> MORALES, Hugo. “El rol de la DINACOS. Organización, responsabilidades, campos de acción, mecánica para el contacto, importancia y criterio de la comunicación” In: MINISTERIO DEL INTERIOR. *Actas del Primero Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 15 de abril de 1978. p.88.

A fala do diretor da DINACOS demonstra a intencionalidade de doutrinar a população no que tocava aos princípios do neoliberalismo. Nesse sentido, o órgão de propaganda, com o auxílio dos demais setores e organismos do governo – em especial, do ministério SEGEOB – deveria informar a opinião pública sobre os projetos econômicos, as reformas em curso e os resultados positivos do novo modelo.

A elaboração de folhetos, livretos e reportagens especiais, deveria ser pautada nas obras sociais e no alcance das diversas modernizações empreendidas.<sup>452</sup> Deveriam ser noticiadas as campanhas de difusão sobre os diversos projetos em andamento, em especial, o *Plan Laboral* (1979) e a *Reforma Previsional* (1980). Para isso, existia um *Comité Creativo*, que reunia o diretor e os subdiretores e chefes dos departamentos da DINACOS com os diretores dos veículos de comunicação estatal.<sup>453</sup>

No clima de otimismo reforçado pelos principais veículos de comunicação, dois folhetos da DINACOS foram confeccionados para explicar a reforma trabalhista (*Plan Laboral*<sup>454</sup>) e a reforma da previdência (*Reforma Previsional*<sup>455</sup>). Além de informar a legislação que estruturava tais reformas, a escrita dos mesmos é elaborada como propaganda na medida em que reforça as ideias-força do projeto ditatorial que deveriam orientar a opinião pública. Esse conjunto de ideias-força foi apresentado por um dos primeiros diretores civis da DINACOS, Jorge Fernández Parra, e a principal delas era a de “destacar em forma permanente a ideia de liberdade”.<sup>456</sup> Por isso, todas as reformas econômicas difundidas pela DINACOS apresentava esse aspecto, o da liberdade de escolha proporcionada pela *economia social de mercado* e da livre decisão dos cidadãos.

No livreto de 24 páginas com o título *Efectos de la Nueva Legislación Laboral*, a DINACOS apresenta uma reforma trabalhista que visava a honra do trabalhador e

---

<sup>452</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1978 – 11 de septiembre de 1979.* p.113.

<sup>453</sup> *Idem.* p. 84.

<sup>454</sup> Resumidamente, o *Plan Laboral* teve quatro fundamentos: 1) regulamentava a atividade dos trabalhadores das empresas privadas; 2) estabeleceu a negociação coletiva sem interferência do governo e das federações e confederações de trabalhadores; 3) autorizou a formação de mais de um sindicato por empresa; 4) concedeu o direito de *lock out* ou o fechamento temporário da empresa aos trabalhadores. In: VERGARA, Pilar. “La política y los programas hacia la extrema pobreza del gobierno militar chileno”. *Papers*. n.º 35. Santiago: FLACSO, 1990. pp. 27-60. p. 32.

<sup>455</sup> A *Reforma Previsional* consistiu em substituir o sistema de partilha previdenciário por um de capitalização individual, administrado por instituições privadas (*Administradoras de Fondos de Pensión – AFP*). Assim, os rendimentos da aposentadoria que recebe o trabalhador ao final de sua trajetória laboral são equivalentes a sua contribuição individual. *Idem.*

<sup>456</sup> PARRA, Jorge Fernández. “Función y labor de la Dirección de Comunicación Social”. *Tercer Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 30 de marzo a 10 de abril de 1981. p.97. Parra foi diretor da DINACOS entre 1979 e 1982, sendo o nome que mais tempo permaneceu nessa direção.

garantiría novas oportunidades de empregos a partir da livre-negociação de salários entre empregados e empregadores.<sup>457</sup> Apresentada como uma legislação moderna, que redefinía o papel das negociações coletivas em detrimento dos sindicatos, que flexibilizava os dias de descanso e feriados, e que viria a proteger os trabalhadores de relações abusivas de contrato de trabalho, o texto do folheto termina enfatizando o princípio que sustentava todo esse novo arcabouço jurídico que regularía as novas relações trabalhistas:

(...) es la bandera de la libertad y el principio de la subsidiariedad los portaestandartes de las nuevas normas. (...)  
Libertad de las partes para distribuir la jornada semanal. Libertad para los menores de 21 años y mayores de 65 para pactar su salario. Libertad de las partes para acordar días y horas de pago, sin necesidad de requerir aprobación de la Dirección del Trabajo.<sup>458</sup>

Neste mesmo documento, a DINACOS critica aqueles que se opunham a reforma trabalhista acusando-os de *estadistas* e de *privilegiados* pelo antigo sistema, e constrói, ao longo da narrativa, uma postura de confiança do governo nos *verdaderos chilenos* para darem uma resposta à resistência desses grupos que não aceitam os princípios libertários da nova legislação. Conforme o documento:

A esta rotunda manifestación de signo libertario se opondrán los agoreros de signo estatista y aquellos que, bajo sutiles y solapados disfraces querrán seguir disfrutando de sus situaciones de privilegio. Estos, que clamam cual valle de los lamentos, recibirán como respuesta la de inmensa mayoría de los chilenos que ha demostrado que cuando se le permite actuar con ausencia de coacción ajena, han dado lugar a que ocurra el talento y la iniciativa creadora. Por que el chileno nunca deja de ejercitar esta libertad, si se la pone a su alcance. Y porque, además, ha dado muestras de que la sabe usar con responsabilidad.<sup>459</sup>

Com isso, o principal órgão de propaganda reforçava a ideia que a condição de um *estado subsidiário*, pressuposto neoliberal, era a base do exercício das liberdades da população chilena contra a super-presença de um Estado, garantindo, dessa forma, a escolha das condições de trabalho pelo trabalhador. Esse mesmo princípio foi utilizado

---

<sup>457</sup> DINACOS. *Efectos de la Nueva Legislación Laboral*. Santiago: 1979. p.9

<sup>458</sup> Idem. p. 23.

<sup>459</sup> Idem.

para a elaboração do livreto *La Reforma Previsional*, onde o direito à aposentadoria seria resultado das escolhas e economias individuais, com um pequeno aporte do governo.<sup>460</sup>

A reforma da previdência é anunciada pela DINACOS como a manifestação de um “direito à opção”, onde caberia ao trabalhador optar pelo sistema público ou privado, mesmo destacando que o trabalhador que mudasse sua forma de contribuição ao novo *sistema de pensões* seria agraciado por um aumento considerável do valor de sua remuneração futura.<sup>461</sup> Ou seja, a ideia difundida de privatização das preocupações era justificada pelo discurso da liberdade e pelas estimativas de um maior lucro nos rendimentos da aposentadoria, pois:

En este nuevo esquema, las jubilaciones se financiarán con la capitalización del ahorro previsional individual que efectuará el trabajador durante su vida activa. Dicho aporte se acumulará en una cuenta personal, que aumentará de acuerdo a la rentabilidad obtenida en un período determinado, a la cual el trabajador tendrá acceso en todo momento.<sup>462</sup>

Outro documento também publicado pela DINACOS reforçou o discurso de Pinochet que associava a reforma trabalhista com o progresso econômico no período do “milagre”. O folheto de título *Visión Futura de Chile* foi uma publicação da aula inaugural do ano acadêmico da *Universidad de Chile em 1979*, ministrada pelo presidente Pinochet, e que, dentre vários temas abordados, apresenta o *Plan Laboral* como resultado da modernização necessária ao país pois possibilitaria o bem estar da população chilena após anos de “demagogia política” e fracasso econômico. Conforme anunciado por Pinochet:

Tales son los elementos que se han tenido en consideración para estructurar el Plan Laboral, respuesta moderna y creadora a los requerimientos de nuestra época y circunstancias. Críticos superficiales o políticamente interesados han reprobado acidamente este Plan, acunsándolo de sometimiento ao Plan económico que sigue nuestro país. Olvidan intencionalmente que dicho Plan Económico es el que há permitido, por ejemplo, entre otros benéficos efectos, contener la inflación, incrementar las exportaciones e importaciones, o rescatar a nuestra Patria de la ignominiosa de cesación de pagos de deudas.

---

<sup>460</sup> DINACOS. *La Reforma Previsional*. Santiago: 1980. p.7.

<sup>461</sup> Idem. p. 9.

<sup>462</sup> Idem. p. 5.

Ese Plan conduce, directamente, al mayor bienestar de todos los chilenos, en particular de aquellos sectores laborales antes más postergados, a través del innegable crecimiento económico.<sup>463</sup>

Difundir os princípios e ganhos das reformas sociais propostas exigia da DINACOS um trabalho técnico e logístico significativo. É nesse aspecto que o organismo de propaganda também era assessorado pelos demais organismos do ministério SEGEGOB, em especial, da *División de Organizaciones Civiles*, que dava suporte na distribuição do material propagandístico para que a comunicação se estendesse pelas principais regiões do país por meio de *escritorios de comunicación* existentes em todas as esferas governamentais, dos municípios aos governos regionais. Outro elemento fundamental nessa logística era o papel dos prefeitos, que auxiliavam na distribuição do material de propaganda.

Além das reformas econômicas, a DINACOS também se empenhou na difusão dos princípios da nova institucionalidade constitucional, amparada pelas demais divisões do ministério SEGEGOB, em especial, pelas secretarias da juventude, da mulher, e pelo *Instituto Diego Portales*. Esse último, por exemplo, por meio do auxílio da TVN, realizou várias oficinas de capacitação em diversas regiões do país utilizando-se de material audiovisual informando sobre a *Declaración de Principios* e a nova Constituição Política.<sup>464</sup> Desse modo, todas as divisões do “ministério da doutrina” se empenharam para informar e comunicar os elementos dessa face política do projeto autoritário.

Uma das estratégias da DINACOS para promover a nova constituição foi a de publicar os discursos de Pinochet entre 1978 e 1980, em especial, os pronunciados nas comemorações do *11 de setembro*. Um exemplo que ilustra essa tática se dá pelo documento publicado sob o título “*1973-1978: Cinco años de orden, progreso y libertad*”.<sup>465</sup> Organizado por um dos principais ideólogos da ditadura, Enrique Campos Menéndez, o documento de 67 páginas reproduz o discurso de Pinochet acompanhado de várias fotografias que repetiam a estratégia das propagandas do período pós-golpe, retratando Pinochet, os jovens, as mulheres, e com referências do novo momento de progresso econômico e os símbolos pátrios, como uma foto da bandeira do Chile sendo hasteada na consulta de 1978.<sup>466</sup>

---

<sup>463</sup> DINACOS. *Visión Futura de Chile*. Santiago: 1980. p. 45.

<sup>464</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1980 – 11 de septiembre de 19*. p.

<sup>465</sup> DINACOS. “1973-1978: Cinco años de libertad”. Santiago: 1978.

<sup>466</sup> *Idem*. p. 48.

A estratégia discursiva de Pinochet é reproduzida no documento criando uma narrativa evolutiva do processo político gerado no dia da *Liberación Nacional* do 11 de setembro de 1973. Com isso, podemos dividir essa narrativa em três partes: os significados do 11 de setembro como data de reconstrução do país após o caos da UP; o progresso espiritual e material conquistado com a política econômica neoliberal; e por fim, a conclusão desse processo por meio de uma Constituição, aprovada pela população, que resguardasse as conquistas do governo das Forças Armadas. Ou seja, a Constituição de 1980 é anunciada como a conclusão de um processo de reconstrução nacional.

Outra frente de propaganda sobre a Constituição se deu por meio dos jornais controlados diretamente pela DINACOS, casos do *El Cronista* e o *La Nación*. Ambos jornais, que pertenciam ao governo<sup>467</sup>, foram fundamentais para divulgar o novo texto constitucional e defender os princípios que o orientavam. Vale ressaltar que o primeiro diretor civil da DINACOS, o jornalista Luciano Vasquez Muruaga – na direção em 1979- após deixar a direção do organismo, assumiu a direção do *El Cronista* e, posteriormente, do jornal *La Nación*, reafirmando o compromisso propagandísticos desses veículos.

Somado à sincronização dos veículos privados empenhados na defesa da nova Constituição, o jornal *La Nación* fez uma cobertura que enfatizava as diversas matizes da campanha em favor do governo de Pinochet. Se reforçou tanto a ideia de que a aprovação dessa constituição seria o resultado da ampla participação popular num plebiscito, confirmando o diálogo do governo com a sociedade, quanto à ideia na qual o itinerário traçado pelo regime apontava para o retorno de uma “nova democracia”, ou seja, o primeiro passo para uma transição política.<sup>468</sup>

Outra estratégia propagandística do jornal *La Nación* foi o de associar a Constituição ao progresso econômico em curso no período do milagre econômico. Publicado no dia da votação do plebiscito de aprovação da constituição, o caderno especial *Liberación Nacional – La recuperación económico-social* associava o desenvolvimento econômico com o avançar da nova institucionalidade e a concepção de estado-mínimo como mecanismos para o progresso. Conforme a reportagem:

El Objetivo Nacional de hacer de Chile una gran Nación comprende tanto un cambio institucional como de concepciones políticas en un marco de Unidad Nacional...(…) Un aspecto importante de la nueva

---

<sup>467</sup> O jornal *La Nación* foi fechado em 1973. Logo depois, entre 1973 e 1975 reapareceu sob o nome *La Pátria*. Em seguida, entre 1975 e 1979 teve seu nome modificado para *El Cronista*. E finalmente, em 1980, reapareceu com o nome *La Nación*.

<sup>468</sup> *La Nación*. “S.E. define la transición”. Santiago: 21 de agosto de 1980. p. 1 e 16A.

institucionalidad es la adecuada relación entre el desarrollo social y el desarrollo económico. Debido a la necesaria interdependencia entre ambos, se ha forjado una forma de Gobierno en la cual el Estado se desliga en buena parte del proceso productivo para dedicar-se a las áreas de interés nacional, como son el desarrollo social, la seguridad nacional y todo aquello que compete al Principio de Subsidiariedad... (...)<sup>469</sup>

Sendo uma das principais plataformas da propaganda política oficial, e diretamente coordenado pela DINACOS, o jornal *La Nación* foi fundamental para transmitir um clima de otimismo e de normalidade econômica que contribuísse para a intenção de conduzir a opinião pública a um resultado favorável ao governo no plebiscito.<sup>470</sup> Contudo, a DINACOS não se limitou à propaganda nos veículos de comunicação sob o seu controle. Também investiu em folhetos e num outro documento de 10.000 exemplares distribuídos, denominado *Bases de la Nueva Institucionalidad Chilena*, escrito pelo jurista Maximiano Errazuriz.<sup>471</sup>

Professor de direito e de jornalismo nas universidades mais importantes do país<sup>472</sup>, primo do líder gramialista Jayme Guzmán, e oriundo do *Partido Nacional* pelo qual foi eleito deputado nas eleições de 1973, Maximiano Errazuriz escreveu o documento de 44 páginas com o intuito de explicar à população quais eram os valores defendidos e consolidados na Constituição de 1980. Em seu texto, elaborado pedagogicamente, buscou esclarecer todos os princípios do que a ditadura atribuiu a “nova democracia”: autoritária, protegida, integradora, participativa e tecnificada.<sup>473</sup>

Ao mesmo tempo em que Errazuriz define esses elementos da concepção de democracia da nova constituição, o autor descreve os princípios que norteavam o governo. Tais valores seriam extraídos na raíz da identidade chilena, o que legitimaria a nova carta à medida que afirmava as idiossincrasias da nação, ou seja, a *chilenidad*. Por isso, aponta que uma *democracia integradora* que almeja a *unidade nacional* apenas seria possível:

---

<sup>469</sup> *La Nación*. “*Liberación Nacional – La recuperación económico-social*”. Santiago: 11 de setembro de 1980. p.1 e 2C.

<sup>470</sup> As propagandas do plebiscito de 1980 e os debates políticos desse período serão analisados no capítulo 4.

<sup>471</sup> DINACOS. *Bases de la Nueva Institucionalidad Chilena*. Santiago: 1980.

<sup>472</sup> Professor de direito na Universidad Católica de Chile e na Universidad de Chile. Professor de jornalismo na *Escuela de Periodismo* da Universidad Católica de Chile e na *Academia Superior de Seguridad Nacional*.

<sup>473</sup> DINACOS. *Bases de la Nueva Institucionalidad Chilena*. op. cit. p. 10.

resaltando los valores patrios; difundiendo los alcances culturales propios en la variada gama del arte autóctono; destacando las tradiciones históricas y el respeto por los símbolos que representan a la patria.<sup>474</sup>

A premissa de que o projeto constitucional era pautado pelos valores que conformavam a *chilenidad*, por sua vez, legitimava a “autoria” da Constituição pelas Forças Armadas, pois estas seriam o único intérprete legítimo da *chilenidad*. Essa relação entre a Constituição e a *chilenidad* foi um recurso importante para justificar os princípios de democracia protegida e autoritária.

Enquanto a *democracia protegida* é apresentada, no texto de Errázuriz, como um sistema que permitia à própria democracia proteger-se contra seus adversários mais implacáveis, o *totalitarismo marxista* e a *demagogia*<sup>475</sup>, a *democracia autoritária* é vista como uma herança do período *portaliano*, no qual a autoridade é exercida a serviço dos mais necessitados.<sup>476</sup> Ambos aspectos institucionais atuavam para defender a nação por meio do respeito às tradições e aos valores nacionais, Por isso, a *nova democracia* seria o resultado dos desejos do povo, diferente do que ocorrera com a antiga Constituição.

Errázuriz conclui o seu texto qualificando a Constituição de 1980 com a única possibilidade institucional para assegurar os valores nacionais, justificando até mesmo as normas restritivas e excludentes da participação política dos opositores que porventura atentariam contra à ordem e a paz social. Essa seria a diferença entre a Constituição de 1925 e a nova, caracterizada como a *constituição da liberdade*. Como aponta no texto propagandístico:

Por cierto que aplicados estos principios en la forma descrita, el nuevo ordenamiento institucional de Chile no tendrá nada que ver con el establecido en la Constitución de 1925. Se sustituye un pluralismo inerte por una democracia fuerte y vigorosa, destinada a proteger y desarrollar los valores espirituales y culturales de los chilenos; a preservar la unidad de la familia, base en que descansa el progreso de una sociedad, valores todos que fueron amenazados y casi extinguidos por el marxismo y que para ser preservados, requieren ahora de normas de carácter constitucional.<sup>477</sup>

---

<sup>474</sup> Idem. p. 19.

<sup>475</sup> Idem. p.11.

<sup>476</sup> “La República portaliana imprime su sello de gobierno impersonal pero fuerte, respetable y respetado a la futura institucionalidad chilena”. Idem. p. 39.

<sup>477</sup> Idem.

Como podemos verificar, a documentação produzida pela DINACOS na fase de institucionalização da ditadura foi pautada pelas ideias de modernização e de resguardo dos valores nacionais. Tanto as reformas sociais como o projeto constitucionais deveriam ser apresentados de modo que a população identificasse o quanto essas propostas estavam enraizadas nas tradições do povo chileno. Ao mesmo tempo, essa nova institucionalidade exigia novos comportamentos e hábitos dos cidadãos.

O novo texto constitucional deveria coexistir com uma sociedade disciplinada e orientada pelos valores que o sustentavam, como uma espécie de retroalimentação entre a Constituição e os cidadãos. Por isso, cabia à DINACOS reforçar o papel dos diversos grupos sociais partícipes da *reconstrução do país*. Mais uma vez, reeditou-se, em 1980, a cartilha *Principios y conductas básicas en el Chile de Hoy y Mañana*, um manual existente desde 1975, encomendado pela DINACOS, e que definia o papel esperado dos jovens, mulheres, trabalhadores, empresários, assim como definindo os conceitos de disciplina, trabalho, e demais categorias que sustentariam esse novo momento histórico.<sup>478</sup>

### **3.4.2- A imagem do Chile no exterior**

Se por um lado a propaganda da DINACOS tinha por missão “vender” o projeto econômico e institucional, buscando a adesão da sociedade, por outro, tinha o desafio de transmitir uma imagem positiva para a comunidade internacional. Essa foi outra importante faceta da institucionalização do órgão, tanto na frente externa, em relação às críticas sobre o cerceamento da liberdade de expressão e das denúncias de violação aos direitos humanos, quanto na parte interna, na ênfase constante da agressão comunistas contra o país e no combate à contra-propaganda.

Entre as direções de Werther Araya e Hugo Morales, a DINACOS criou o *Departamento de Prensa Exterior*, cujo objetivo consistia em melhorar a imagem do país, especialmente no que toca à liberdade de expressão. O coronel Araya apontava a necessidade de se combater a imagem difundida no exterior na qual a censura era prática corrente no governo chileno. Por isso, cabia ao órgão de censura e propaganda diluir essa “imagem distorcida” e aplicar os meios necessários em 1978 para reverter esse quadro.<sup>479</sup>

---

<sup>478</sup> Esse documento foi analisado no capítulo 2.

<sup>479</sup> *La Segunda*. “DINACOS impulsará una apertura al exterior”. Santiago: 7 de fevereiro de 1978. p.3.

Um informe do *Ministerio de Relaciones Exteriores* destacava, na época, as dificuldades que enfrentava a imagem do país no âmbito externo, no qual:

El período en consideración ha sido difícil en las relaciones internacionales de Chile. Los progresos logrados en el plan interno, en cuanto a la estabilidad de las instituciones, a la solidez cada día mayor de la situación económica, a la política de desarrollo social en que se encuentra empañado el Gobierno, no han bastado para romper la activa campaña contraria que continúa siendo estimulada y financiada desde la Unión Soviética y sus satélites, o por las instituciones de fachada del comunismo soviético.<sup>480</sup>

Diante disso, a transição da direção entre Araya e Morales foi marcada pela especialização da DINACOS no tratamento de informações e na produção de propaganda voltadas ao exterior. Por sua vez, isso exigia uma aproximação com o *Ministerio de Relaciones Exteriores*, em especial, com a recém criada *Dirección de Asuntos Culturales e Información Exterior* – DINEX.<sup>481</sup> A relação entre a DINACOS e a DINEX resultou numa intensa colaboração de propaganda que envolvia os meios de comunicação estatal e toda a estrutura diplomática do governo.

A cooperação propagandística desses dois organismos se dava por meio do contato com as embaixadas no exterior, da relação com comunidades de chilenos que viviam fora do país e no trato com as principais agências de informação estrangeiras. A través dessa rede de ação, a DINACOS colocara à disposição da DINEX toda a sua experiência em propaganda, assim como o aparato tecnológico dos veículos de comunicação estatais, especialmente a TVN. Segundo o informe do *Ministerio de las Relaciones Exteriores*:

La acción de la División Nacional de Comunicación Social y Televisión Nacional ha sido valiosa para la actividad de difusión de Chile en el exterior. En efecto, han proporcionado, entre otros, películas y programas relativos al mar, la agricultura y aspectos generales de Chile. Durante el período se preparó igualmente una "Antología de la Música Culta Chilena", grabada en cintas que representan quince programas de treinta minutos de duración.<sup>482</sup>

O suporte técnico da TVN foi um dos pilares da colaboração entre DINEX e DINACOS, especialmente no que toca à produção de vídeos, de diversos temas, sobre as

---

<sup>480</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1976 – 11 de septiembre de 1977.* pp. 35-36.

<sup>481</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1976 – 11 de septiembre de 1977.* pp. 35-36

<sup>482</sup> *Idem.* p. 54.

realizações do governo e de conhecimento geral sobre o país. Além disso, em fevereiro de 1978, essa cooperação propagandística alçou o *Festival Internacional de la Canción de Viña del Mar* como um mecanismo de difusão cultural do governo ao efetivar sua transmissão por outros canais internacionais.<sup>483</sup>

Além da colaboração audiovisual, foram produzidos folhetos e boletins em diversos idiomas, como o *Noticias para escolares*, destinada aos estudantes de outros países para conhecerem características históricas, geográficas e culturais do Chile, e uma revista denominada *Chile*, elaborada em 8 idiomas, cujos exemplares em 1977 chegaram ao número de 75.000 cópias.<sup>484</sup>

Todo esse esforço de propaganda no exterior também foi acompanhado pelo combate à contra-propaganda. Nesse caso, a própria DINACOS reproduzia a propaganda opositora nos jornais de modo a condenar os “comunistas chilenos” que viviam no exterior e que faziam falsas denúncias contra o governo de Pinochet. Em 1978, o jornal *La Tercera* fez uma reportagem com uma declaração da DINACOS sobre uma campanha na Inglaterra em que eram distribuídos folhetos convocando os europeus a boicotarem os produtos chilenos em forma de protesto contra as torturas e as violações aos direitos humanos.<sup>485</sup> Como podemos verificar nas imagens abaixo, a arte de denúncia associava para cada produto típico exportado pelo país (vinho e cebola) uma referência da tortura.



Imagem 26

*La Tercera*. Folhetos apresentados pela DINACOS como produto da conspiração comunista contra o Chile em 1978.<sup>486</sup>

<sup>483</sup> *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978*. P.49.

<sup>484</sup> <sup>484</sup> Idem.

<sup>485</sup> Conforme a reportagem, a campanha era titulada como “Chile solidarity Campaign”. *La Tercera*. “Comunismo intensifica campaña internacional contra Chile”. Santiago: 26 de fevereiro de 1978. p. 2.

<sup>486</sup> Idem.

A estratégia inusitada do organismo de propaganda em reproduzir os folhetos críticos ao governo tinha por objetivo reforçar a ideia do complô contra o projeto político e econômico da ditadura. O próprio comunicado do então diretor, Hugo Morales, explica o sentido negativo de um boicote ao Chile à medida que afetaria o bem estar econômico e social do país, conquistado após anos de sacrifício, consolidando no imaginário social que contra-propagandas como essa só poderiam partir de *anti-chilenos*. Segundo Morales, esses folhetos tinham por objetivo:

boicotear el proceso económico de Chile y, con ello, a todos los chilenos, mediante el cual piden que no se adquieran zapatos, manzanas, cebollas ni vinos que los diversos países europeos importan nuestro. (...)  
DINACOS, al dar a conocer estos antecedentes a la opinión pública, deja en claro que esta acción de los antipatriotas contra todo Chile merece el más decidido repudio de la ciudadanía.<sup>487</sup>

Após o assassinato do ex-ministro do governo Allende em Washington, Orlando Letelier, orquestrado pelo principal órgão da repressão ditatorial chilena, a DINA, teve início um amplo contexto de condenação ao Chile por meio de denúncias de violação aos direitos humanos. Somado a isso, o caso Letelier teve uma reviravolta importante, pois ao confirmar a participação da DINA em 1978, colocou o regime chileno no foco da imprensa internacional. Desde então, a ONU emitiu uma série de resoluções condenatórias, exigindo uma mudança de postura do governo. Por isso, a DINACOS voltou-se para produzir propaganda no exterior com o intuito de mudar essa imagem.

Todavia, essa ambição da DINACOS e do *Ministerio de Relaciones Exteriores* não foi suficiente para alterar as críticas de grande parte da comunidade internacional. Assim sendo, desde o golpe de 1973, a tônica da propaganda oficial foi a de manter a narrativa de uma constante agressão comunista contra o país, orquestrada pela União Soviética.

Após divulgação das investigações do caso Letelier, Pinochet fez um pronunciamento em cadeia nacional que se tratava de uma investida internacional contra o progresso do país.<sup>488</sup> Fazendo coro ao presidente, o ministro da SEGEOB, o general René Vidal, ao abrir um curso de capacitação da *Secretaría Nacional de la Mujer*, afirmou

---

<sup>487</sup> Idem.

<sup>488</sup> *El Mercurio*. “Anunció presidente de la Republica: Plebiscito para la nueva Constitución”. Santiago: 6 de abril de 1978. p.1 e 27.

que as denúncias contra o governo consistiam em ataques que visavam “dividir o país e impedir o seu desenvolvimento”.<sup>489</sup> E utilizou como recurso retórico para afastar a imagem do governo no envolvimento do caso Letelier comparando-o com às críticas que faziam ao mesmo em relação ao progresso econômico, que se constataram infundadas:

Ayer fue el anuncio del colapso económico y de un insuperable costo social; hoy, ante la evidencia de un país que en corto período ha disminuido una inflación demesurada, se pretende vincular al Gobierno en estos hechos.<sup>490</sup>

A imagem do governo se complicou em 1978 e, como aponta a contra-propaganda denunciada, além das denúncias contra a repressão, um outro aspecto se tornou presente na opinião pública internacional: o alto número de exilados chilenos.<sup>491</sup> Com isso, diante do quadro de institucionalização da ditadura, e das iniciativas do governo em sinalizar alguns compromissos democráticos, ainda que meramente no plano discursivo e propagandístico, a aprovação da *Ley de Amnistía*, no dia 18 de abril do mesmo ano, reascendeu o debate do retorno dos chilenos ao seu país. As poucas vozes opositores passaram a defender a volta dos exilados, especialmente com a *Campaña por el Retorno*, articulada por várias organizações internacionais entre 1978 e 1980. Entretanto, o governo logo reagiu a essa iniciativa, com o auxílio da DINACOS.

Em 1980 foi publicado um folheto de 26 páginas a ser distribuído para a população com o título “*Campaña por el Retorno*” destacando ser a campanha pelo retorno dos exilados uma sistemática política contra o governo chileno.<sup>492</sup> Logo na capa, aparecem algumas pessoas encapuzadas, portando metralhadores sob alguns tanques de guerra, construindo uma alusão à violência como o primeiro recurso imagético do documento. Em seguida, o mesmo é dividido em duas partes: a primeira que explica como essa campanha foi gestada pelo imperialismo soviético, e a segunda, reproduz uma entrevista com o ministro do interior, Sergio Fernández.

Na primeira parte se discute os antecedentes da *Campaña por el retorno*, realizando um histórico da investida internacional para desonrar a imagem do governo de Pinochet. A DINACOS apresenta esse “sistema de guerra política” por meio de três

---

<sup>489</sup> *El Mercurio*. “Dijo ministro Secretario general de gobierno: “Com obstrucciones y rumores se trata de dividir al país””. Santiago: 5 de abril de 1978. p. 25

<sup>490</sup> Idem.

<sup>491</sup> Extima-se que o total de exilados chegou a 200.000. Fonte:

<sup>492</sup> DINACOS. *Campaña por el retorno*. Santiago:1980.

características: uma *guerra total*, que utiliza-se de todos os meios, recursos, propagandas e métodos psicológicos; uma *guerra global*, que se estendia por diversos espaços sócio-geográficos, desde a União Soviética até outros países da Europa ocidental; e por fim, um *guerra permanente*, cujo objetivo final seria a derrocada do atual governo. Sendo assim:

El objetivo estratégico de esta guerra política es la liquidación del actual Gobierno, su objetivo técnico principal es el aislamiento internacional, mediante el deterioro progresivo de la imagen internacional de Chile, utilizando como arma básica la real o supuesta violación de los derechos humanos en el país. En este contexto estratégico se inserta, pues, la campaña por el retorno.<sup>493</sup>

O texto que segue a essa apresentação cria uma teia complexa, utilizando-se de fatores internos, como o posicionamento da Igreja Católica como um dos agentes dessa campanha, até o papel da União Soviética, supostamente mancomunada com os demais países integrantes da ONU. Além disso, acusa-se a propaganda internacional realizada pelos soviéticos de que a anistia de 1978 seria uma “falsa anistia”. E por fim, afirma que chilenos que participaram do governo da UP estavam colaborando com a orquestração dessa contra-propaganda.

A segunda parte do livreto trata de uma entrevista do ministro do interior, na época Sergio Fernández, publicada no jornal *El Mercurio* em 1979, no qual o tema central é o alcance da anistia. Para o ministro, o retorno de pessoas comprometidas com o marxismo deveria ser impedido, pois tal doutrina, marcada por fomentar a luta de classes, a guerra civil e a tomada violenta do poder, não teria espaço na nova realidade política do país, esta última marcada pela paz social e unidade nacional.<sup>494</sup> Com isso, afirma o seguinte:

Pienso, portanto, que permitir hoy el retorno de los activistas del marxismo no sólo no ayudaría a la reconciliación nacional, sino que dificultaría, porque se trata de adherentes a una doctrina que por propia confesión rechaza el concepto.<sup>495</sup>

A tônica desse documento reforça o sentido propagandístico de quais os valores que deveriam compor a nova realidade política e social dos chilenos. Por isso, a cruzada antimarxista foi fundamental na retórica discursiva empregada pela DINACOS e pela cúpula civil-militar responsável pela institucionalização em curso. Somado a isso, a

---

<sup>493</sup> Idem. p. 3.

<sup>494</sup> Idem. p.21

<sup>495</sup> Idem.

defesa persistente de um amplo complô comunista contra o Chile cumpria o papel de legitimar a concepção de democracia protegida e autoritária estipuladas pela nova constituição. Por fim, a ideia-força de *defesa da soberanía nacional* ratificava o compromisso das Forças Armadas em defender a nação e o progresso econômico conquistados e sob ameaça de campanhas difamatórias orquestradas pelo marxismo internacional.

### **3.4.3- Persoificar o projeto ditatorial em Pinochet**

Em 1980, o novo diretor da DINACOS, Jorge Fernandez Parra, apresentou um conjunto de ideias-força que deveriam pautar a propaganda e a comunicação produzidos pela DINACOS. Essas ideias deveriam orientar a opinião pública, de modo que ratificasse os valores do projeto autoritário. Segundo Parra, essas ideias seriam:

1. Identificar la acción del Gobierno como una defensa de la soberanía nacional;
2. La vigencia del orden a través de la existencia de una autoridad fuerte;
3. Destacar en forma permanente la idea de libertad;
4. Destacar la proyección futura del país;
5. La juventud, como gran pilar de las tareas de desarrollo de la Nación.<sup>496</sup>

Essas foram as diretrizes de toda a propaganda da DINACOS e da doutrina do ministério SEGEGOB na fase de consolidação do projeto autoritário. Por conseguinte, a figura de Pinochet, e a propaganda realizada sobre o presidente da nação, concentrou todas essas orientações. Dessa forma, a propaganda política da ditadura chilena associou o projeto autoritário à imagem do ditador onde sua permanência como presidente garantiriam o cumprimento da ordem institucional, das reformas econômicas e dos valores que fundamentariam a nova relação entre a sociedade e o Estado.

À medida que avançava o projeto neoliberal e a Constituição de 1980, Pinochet consagrava seu capital político nas esferas do poder e projetava sua imagem como o “general de los pobres”. Com isso, a propaganda que envolvia sua imagem extrapolava o

---

<sup>496</sup> PARRA, Jorge Fernández. “Función y labor de la Dirección de Comunicación Social”. In: MINISTERIO DEL INTERIOR. *Tercer Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago:30 de marzo a 10 de abril de 1981. p. 97.

trabalho técnico da DINACOS, pois Pinochet utilizava-se de várias táticas propagandísticas que perpassavam os pronunciamentos em rede nacional de rádio e televisão, os discursos em datas importantes, e sua presença constante nos meios de comunicação. Pinochet vivia imerso numa *cultura de propaganda* projetando uma imagem de si e associando-se à obra do projeto ditatorial.<sup>497</sup> Esse processo foi acentuado no avançar do projeto constitucional, quando a Junta Militar foi secundarizada nas propagandas do governo.

Pinochet apresentava-se como a imagem necessária para a refundação nacional, como exemplo de autoridade, e não faltaram estratégias para associá-lo à figura do “novo Diego Portales”. Na defesa de uma *República Portaliana*, Pinochet daría continuidade a esse modo de conduzir o país política e economicamente, concretizando sua *democracia autoritária*. Mas também buscou reafirmar seu compromisso com os pobres, enfatizando o “gasto social do governo”, mesmo que sob um *estado subsidiário*.

Os veículos de comunicação estatais desempenharam um papel importante na construção da imagem de Pinochet. Além de sua presença quase diária, com fotografias, muitas vezes mais de uma por edição, Pinochet possuía diferentes espaços para afirmar sua postura de mandatário. Seja na coluna do jornal *El Cronista* chamada *Buenos días presidente*, onde a população enviava cartas ou opiniões à editora-chefe do jornal, nos cadernos da *Prueba de Aptitud Académica* por meio da constante propaganda da bolsa de estudos concedidas a alunos do ensino médio e superior chamada *Beca Presidente de La República*, ou em reportagens da TVN onde Pinochet aparece próximo a população.

Para ratificar essa imagem, em 1979 a DINACOS produziu um folheto denominado *Jornadas Presidente de la República – Visitas Regionales 1978-1979* de modo a consolidar o estilo de governo de Pinochet.<sup>498</sup> O documento pautou-se numa tática específica de Pinochet: suas constantes viagens por todo o território nacional. Em seis anos de governo Pinochet percorreu o país cinco vezes, de norte a sul, e isso foi utilizado na propaganda como uma das peculiaridades de seu estilo de governo próximo ao povo e atento às necessidades regionais.

---

<sup>497</sup> A concepção de *cultura de propaganda* aqui utilizada é extraída da tese de Pablo Alberto Leighton Cerda, na qual define como a pretensão hegemônica da ditadura chilena em aplicar a prática da propaganda de uma perspectiva que sobressai o projeto ditatorial, fortalecendo as pretensões de fortalecimento do poder por meio das práticas discursivas nas quais o governo estava inserido e do qual Pinochet era o porta-voz. LEIGHTON, Pablo Alberto. *La dictadura ilustrada. Genealogía de una cultura audiovisual de propaganda en Chile 1973-1978*. Santiago: Tese de doutorado apresentada à *Facultad de Humanidades de la Universidad de Santiago de Chile*. 2010.

<sup>498</sup> DINACOS. *Jornadas Presidente de la República – Visitas Regionales 1978-1979*. Santiago: 1979.

No folheto, somado as várias fotografías de Pinochet em diversas ocasiões, apresenta-se um novo estilo de governo: não mais aquele demagógico, que não conhece as mazelas sociais, mas um estilo realista que percorre o país para ouvir as necessidades da população. Como disposto no folheto:

Un incesante ir y venir, escuchar y mirar, estudiar e instruir, en un inagotable afán de "sentir el país", difícilmente detectable en los profesionales de la política.<sup>499</sup>

Pinochet é descrito como aquele que está acima da demagogia política e partidária, que pauta seu governo sob os verdadeiros anseios da população, que age de maneira compromissada e que realiza o sacrifício de dedicar sua vida ao país. Esse espírito de sacrifício, segundo o documento, seria identificado pela população, que enxergava em sua dedicação um ponto de apoio para manifestar consentimento. Conforme o texto abaixo:

Para el ciudadano medio no es facil imaginar el acúmulo de tareas, de tensiones y de exigencias intelectuales y físicas que representa la función gubernativa. (...) Es así como los chilenos captan casi epidérmicamente la preocupación y el quehacer de la más alta jerarquía del estado, traduciendo esta intuitiva certeza en afecto y adhesión al Primer Mandatario.<sup>500</sup>

A propaganda reforça o desejo de adesão por parte da população ao projeto político personificado em Pinochet, pois aprovar o presidente seria ratificar a nova Constituição e o novo modelo econômico. Pinochet representava a longa duração desse projeto, cujo texto constitucional permitiria o seu comando até, no mínimo, 1990, o tempo necessário para a *reconstrução* do país. Assim como Diego Portales, Pinochet era apresentado como um dos principais reponsáveis pela reconstrução moral, econômica e política da nação. Contudo, a propaganda nega o personalismo, sobrepondo o interesse coletivo acima das supostas vontades do general, mas afirma a sua importância na “re-creación de Chile”.

Para isso, o trabalho dos fotógrafos se fazia essencial na captura dos momentos da viagem que confirmavam a ideia do diálogo de Pinochet com a população. O trabalho de montagem entre o cronograma das viagens presidenciais intercalado com as fotografías de um Pinochet atento aos diversos grupos, reforçava a imagem de Pinochet

---

<sup>499</sup> Idem. p. 5.

<sup>500</sup> Idem.

como o próprio projeto de modernização em curso. Vale frisar que a regionalização, empreendida pela ditadura, visou criar uma descentralização do país de modo a permitir o desenvolvimento em diversos rincões do país, e não apenas a área central, e essa viagens consolidavam tal regionalização. Sendo assim, Pinochet era o vínculo entre o estado e a sociedade, entre o poder central e a realidade regional.

A comunicação de Pinochet com os diversos segmentos da sociedade era um elemento fundamental para a doutrina tão defendida pelo ministério da SEGEGOB, contida na máxima “comunicação entre governantes e governados”. Por isso, o folheto destacou esse diálogo do Presidente como o reflexo da nova relação da sociedade com o governo, em contato direto:

con los trabajadores, visitados en sus propios centros laborales y manifestándoles real interés en sus problemas...Con las mujeres, expresándoles gratitud y reconocimiento por el fundamental rol que cumplen en la confección de la nueva sociedad... Con los jóvenes, oyendo sus inquietudes e insuflándoles vigor para lograr la plenitud de Chile... Con los artistas e intelectuales, estimulándoles y llamándolos a la creatividad que motorice el proceso... Con las colectividades extranjeras que han hecho de ésta su segunda Patria y a las cuales incorpora vitalmente al gran impulso nacional.<sup>501</sup>



Imagem 27



Imagem 28

---

<sup>501</sup> Idem.

Ao aproximar Pinochet do povo, a propaganda visava a adesão da sociedade ao projeto ditatorial. Pinochet representava todas as diretrizes da DINACOS em orientar a opinião pública, manifestando-se como a autoridade forte e necessária para manter a soberanía nacional frente ao ataque comunista, para garantir as modernizações econômicas e políticas que garantiriam a liberdade, o progresso e os valores morais que amparavam a nova sociedade, e ao projetar-se, como o próprio neoliberalismo e à democracia protegida da Carta de 1980, como o único que poderia fazer de Chile uma grande nação.

## Capítulo 4

### O Chile em tempos de “*milagre*”: a modernização autoritária.

A partir de 1977 a ditadura civil-militar chilena entrou numa segunda fase caracterizada por profundas reformas sociais, pela institucionalização do regime, com a preparação de uma Constituição, e pelo otimismo do modelo econômico neoliberal após os primeiros sinais da recuperação que indicavam o início de um “milagre econômico”. Nessa fase, Pinochet estruturou o discurso e a imagem do governo sob a ideia da superação da “tentativa falida de modernização social e econômica” dos governos anteriores, justificando a obra da ditadura e a permanência dos militares no poder.

Ainda que em contraste com os dados econômicos e os indicadores sociais, a perspectiva comunicacional e propagandística da ditadura chilena atuou de modo a conceber o regime como um período de aprofundamento da modernidade e do progresso, perceptíveis nas relações políticas, sociais e culturais derivadas do novo projeto de Estado aplicado após o golpe, e em especial, após o *shock* neoliberal de 1975. Por isso, compreender os mecanismos de produção da propaganda, e seu conteúdo, são fundamentais para compreendermos as estratégias de construção de consenso e adesão à nova *economia social de mercado*.

O processo de convencimento e hegemonização do modelo neoliberal no Chile ocorreu tanto pela aplicação de uma série de políticas públicas e reformas que seguiram as orientações monetaristas defendidas pelos *Chicago boys*, quanto pelo esforço persuasivo em difundir os valores do novo sistema. Ao otimismo econômico que deu forma ao “milagre”, entre 1977 e 1980, precedeu a construção de um discurso público marcado pelo imaginário de uma modernização derivada do êxito do *Plan de Recuperación Nacional* e da institucionalização política em curso, resultado da aliança entre civis e militares no final da década de 1970. Nesse discurso, entretanto, foi preciso justificar os custos sociais resultantes da aplicação de políticas de ajustes tão drásticos, externas às antigas formas de compreender a presença do Estado na correção das desigualdades e na condução de ações redistributivas. Com isso, o governo utilizou-se dos recursos comunicativos e de propaganda necessários para explicar e cunhar o novo imaginário que regulamentaria a forma como a sociedade chilena se relacionaria com o Estado neoliberal, além de amplificar o discurso otimista do breve período do “milagre”.

#### 4.1- A propaganda e a formação do consenso sobre o modelo neoliberal.

A reconstrução nacional que tanto desejava o governo possuía o objetivo de promover uma recuperação econômica que superasse os problemas decorrentes da instabilidade do ano de 1973 e corrigisse os problemas estruturais da tão sonhada modernização capitalista. Contudo, essa recuperação tardou em chegar, e até o ano de 1976 o cenário econômico foi preocupante pois ameaçava um importante pilar de sustentação do regime, a eficácia econômica.<sup>502</sup> Entre 1973 e 1975 a inflação anual se manteve superior a 300%, além de uma taxa de desemprego por volta de 16,4%<sup>503</sup> e uma queda do produto interno bruto de 13,3%.<sup>504</sup> Por isso, nesse período, o governo colocou em prática o chamado *Plan de Recuperación Nacional*, resultado da guinada ao neoliberalismo, caracterizado pelas políticas de ajuste conhecidas como *sock neoliberal*.<sup>505</sup>

Os efeitos da crise econômica mundial de 1973, resultante da crise do preço do petróleo, e a diminuição do preço do valor do cobre, somados ao discurso do caos econômico gerados pela UP e da dificuldade das propostas econômicas gradualistas dos responsáveis pela economia nos primeiros dois anos da ditadura, foi o pretexto para que o governo de Pinochet confirmasse sua opção pela ortodoxia neoliberal.

Os *Chicago Boys* conquistaram sua hegemonia nas fileiras do regime, neutralizando as demais correntes que se opunham ao seu receituário. Aos poucos, o grupo de economistas, antes restrito à ODEPLAN, galgaram a liderança da condução econômica. Sergio de Castro – um dos autores do plano *El Ladrillo* – passou de assistente à ministro da economia entre 1974 e 1976, assumindo posteriormente o ministério da Fazenda entre 1977 e 1982. Do mesmo modo, o Banco Central foi presidido por Álvaro Bardón, um dos maiores representantes dos jovens economistas neoliberais, entre 1977 e 1981.

A reconstrução da economia sob a lógica de mercado demandava, além de aplicação de políticas de ajuste fiscal, uma reconstrução de imaginários e categorias que

---

<sup>502</sup> Carlos Huneeus é o principal autor que analisa esse aspecto da legitimação da ditadura chilena, denominando-o como “legitimidade pelo êxito econômico”. HUNEEUS, Carlos. *El régimen de Pinochet*. Santiago: Taurus, 2016. p. 365.

<sup>503</sup> A bibliografia sobre o tema do desemprego no Chile sob a ditadura apresentam taxas de desemprego que variam. Para Huneeus, no ano de 1975 foi de 15,7%. HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 367.

<sup>504</sup> ARRIAGADA, Genaro. *Por la razón o la fuerza*. Santiago: Sudamericana, 1998. p. 61.

<sup>505</sup> PLAN DE RECUPERACIÓN NACIONAL. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1975. Em abril de 1975, mês de aplicação das reformas neoliberais, Milton Friedman e Albert Harberger visitaram o Chile numa viagem de assessoria à PUC-Chile e aos Chicago Boys.

influenciaram a ação social e a constituição da identidade coletiva dos chilenos ao longo do século XX, especialmente da classe trabalhadora. Foi com esse intuito, e utilizando-se da mesma narrativa marcada pela configuração de dois tempos históricos, um antes e um depois do *11 de setembro de 1793*, que o discurso e propaganda oficiais do regime estabeleceram uma estratégia narrativa, visual e ideológica de administração do consenso em relação ao modelo econômico aplicado. Nesse sentido, quando a propaganda política ainda não era centralizada num único órgão do governo, a ENGM e a DINACOS realizaram um importante trabalho de difusão do projeto neoliberal.

A ENGM teve uma importância significativa na publicação de obras com conteúdo explicativo do que seria a *economia social de mercado*, dentre as quais destacamos *Economía social de mercado*<sup>506</sup>, *Qué pasa con la economía del país*<sup>507</sup> e *Conversaciones sobre economía*<sup>508</sup>. Essas publicações possuíam o objetivo de apresentar de maneira simples e pedagógica os elementos que constituíam o novo sistema econômico que regeria a sociedade a partir do *shock*. Com isso, contribuíram na formação de um vocabulário e de uma estética narrativa que auxiliassem no projeto de hegemonização do ideário monetarista entre a população, antes acostumada com categorias discursivas típicas do *Estado de compromisso* e com as referências da experiência recente da UP.

O primeiro recurso utilizado nas obras da ENGM sobre o modelo econômico consistiu em justificar as razões da adoção do modelo neoliberal. Entretanto, para isso era preciso reformular a própria concepção de economia e sua importância na reconstrução do país. Assim, no folheto *Conversaciones sobre economía* (1974) buscou-se explicar os aspectos básicos do sistema econômico e financiero de uma forma que atingisse um público mais amplo, que não fosse apenas especialista no assunto. A estratégia utilizada pela narrativa dessa obra foi a utilização de ilustrações que retrataram o diálogo entre os personagens Jaime e Maria e seu professor (imagem 29).

---

<sup>506</sup> ARCE, Hermógenes Péres de. *Economía social de mercado*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974.

<sup>507</sup> DINACOS. *Qué pasa con la economía del país*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1975.

<sup>508</sup> ENGM-ESCUELA DE NEGOCIOS DE VALPARAÍSO. *Conversaciones sobre economía*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistral, 1974.

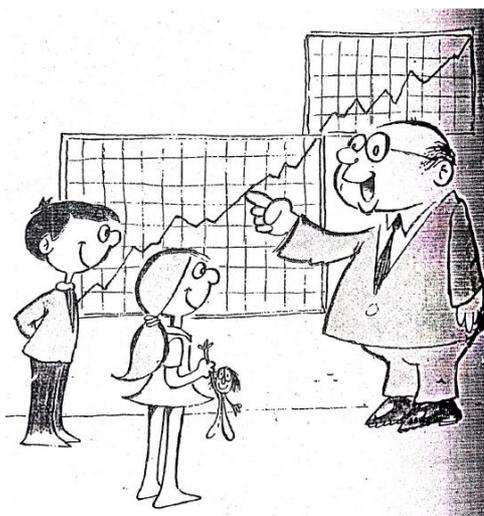


Imagem 29<sup>509</sup>

Com o intuito de explicar o *que é e como funciona* a economia, o texto que apresenta os personagens é repleto de referências do cotidiano de uma população preocupada com a continuidade dos efeitos da crise econômica e do impactante bombardeio midiático sobre o debate das novas reformas do governo de Pinochet. Conforme a introdução:

Nuestros jóvenes amigos, Jaime y María, se sintieron interesados y preocupados por los problemas económicos debido a lo mucho que se habla de este tema en los últimos tiempos. Escuchaban a la madre que comentaba continuamente el alza de los precios. En los diarios, a grandes titulares, decían que: “aumenta oferta de tal cosa, disminuye el valor del dólar, crece el mercado de capitales, etc.”. Lo que más les llamaba la atención eran las referencias a un cambio en el sistema económico; oían decir que ahora nos guiaríamos por una “Economía de Mercado”, en donde lo más importante es el trabajo y el esfuerzo personal.

Por esta razón, estos jóvenes amigos decidieron conversar y consultar a un profesor de economía.<sup>510</sup>

A obra trata de vários aspectos da atividade econômica que refletiam na vida da população: a formação dos preços, o funcionamento do sistema financeiro, as razões da inflação, os setores produtivos, dentre outros. A disputa por uma narrativa que demonstrasse a preocupação do governo sobre as incidências da economia na esfera do cotidiano revela a importância desse espaço como sustentação do andaime para o projeto político e econômico da ditadura. As preocupações como inflação, oferta de produtos,

---

<sup>509</sup> Idem, p. 10.

<sup>510</sup> Idem, p. 7.

valor do dólar, elementos utilizados pela propaganda nos primeiros anos para confirmar o caos na vida da população nos anos da UP, agora deveria ser retomadas sob o prisma da normalização e saneamento da economia pela regulação do mercado nas práticas sociais. Portanto, seria por meio dos aspectos estruturantes da “vida comum” que o modelo econômico deveria ser entendido, e posteriormente, aceito.

O estilo narrativo utilizado, repleto de perguntas dos jovens ao professor, é marcado pela naturalização do sistema capitalista como único modo possível para a regulação da vida social. Ao tratar de explicar o funcionamento da economia sob a perspectiva neoliberal em pleno ano de 1974 - quando o modelo defendido pelos *Chicago Boys* ainda não era consensual no interior da cúpula civil-militar - *Conversaciones sobre economia* demonstra a importância dos mecanismos de comunicação do regime para a própria hegemonização do novo modelo. O folheto, ao mesmo tempo que caracteriza conceitos básicos da *economia social de mercado*, valora positivamente as mudanças econômicas da ditadura, fazendo uso de uma linguagem instrutiva e pedagógica que atingisse diversos segmentos sociais.

Uma prova desse aspecto pedagógico da narrativa oficial produzida pela ENGM sobre o modelo econômico pode ser verificado quando o personagem Jaime pergunta ao professor a definição de *economia social de mercado*, cuja resposta afirma que:

(...) Este sistema parte de la premisa fundamental de aceptar y estimular, y respetar el derecho a la propiedad individual de los medios de producción. Es decir, los ciudadanos pueden ser dueños de los distintos recursos productivos. El uso de esta propiedad de los medios de producción está, no obstante, obligado a adaptarse a los deseos de consumo que los ciudadanos expresan también con total libertad, adquiriendo o rechazando los bienes que se les ofrecen. Así, entonces, en el problema de qué producir, serán los propios consumidores los que decidirán lo que desean comprar. (...) Allí radica la soberanía del consumidor.<sup>511</sup>

Um dos componentes da *utopia* neoliberal muito difundido nesse documento, e em todos os discursos dos *Chicago Boys*, era o da regulação dos preços, da produção e da oferta pela demanda dos consumidores. Era preciso conscientizar sobre a potencialidade dos cidadãos em determinar o curso do processo econômico através da simples opção individual. Sendo assim, às escolhas e determinações individuais deveriam ser precedidas de uma mudança cultural e comportamental.

---

<sup>511</sup> Idem, p. 49.

Assim como o personagem do professor, antes de assumir a direção da DINACOS, o major Hugo Morales, grande defensor do neoliberalismo, escreveu, em sua coluna no jornal *La Tercera*, que a luta contra a inflação, para além das medidas governamentais, seria vencida com a mudança dos hábitos de consumo da população. Para o militar e jornalista, os péssimos hábitos de consumo, caracterizados por realizar compras aceitando um preço elevado e abusivo, seria uma das razões para a espiral inflacionária. Desse modo, tal qual o conselho dado a Jaime e Maria, Morales “ensina” a população como se comportar:

Este es el momento de tomar en serio, en todos los niveles de consumidores, la efectiva defensa de sus bolsillos y ella se logra abstiéndose, por último, de comprar las cosas que no son vitales, porque ante la falta de ventas vendrán las liquidaciones y rebajas efectivas.<sup>512</sup>

A *pedagogia neoliberal* presente nos documentos de propaganda revela o interesse do governo em aproximar o neoliberalismo ao conjunto da sociedade, atravessando todas as classes sociais. A mensagem deveria ser recebida de maneira rápida e de fácil assimilação. Por isso, esses folhetos sempre eram compostos por ilustrações. Essa estratégia de complementar a narrativa textual com imagens, marca essencial do trabalho editorial da ENGM, também é utilizada nesse trecho através da representação dos personagens principais portando o vestuário de uma suposta *realeza do consumo*, ratificando uma nova identidade coletiva conformada pela capacidade de consumo (imagem 30), consolidando, portanto, o imaginário de que a legítima participação social na recuperação econômica se daria através das novas práticas exercidas no mercado de forma consciente e racional.<sup>513</sup>

---

<sup>512</sup> HACHE EME. “Lucha antinflacionaria”. *La Tercera*. Santiago: 06 de junho de 1976. p. 8.

<sup>513</sup> Idem, p. 50.



Imagem 30

Outro conceito importante para o discurso público neoliberal que demandava um trabalho de propaganda foi o de *Estado Subsidiário*. O pioneirismo da ditadura chilena em aplicar o neoliberalismo exigia dos órgãos de comunicação o desafio de criar uma estratégia discursiva que justificasse esse novo modo de organização social e reduzisse as resistências às transformações que o mesmo implicava. Foi entre 1974 e 1975 que os órgãos de comunicação e de propaganda iniciaram o trabalho de divulgação da importância do *Estado Subsidiário* como parte da reconstrução econômica e moral do país e da real conquista da liberdade. Para isso, mais uma vez, o recurso do uso do passado recente da experiência da UP foi instrumental para justificar e explicar todas as mudanças do final dos anos 1970.

Desde um princípio, a condenação e a demonização da interferência do Estado na regulação econômica foram atreladas à experiência democrática após 1930, com ênfase no governo de Allende, no qual a presença estatal foi tratada como um “câncer”, cujo caos econômico não deveria ser esquecido. Esse foi o ponto de partida do folheto *Plan de Recuperación Económica* (1975), mais uma iniciativa da ENGM<sup>514</sup>, em pleno período de aplicação do *shock* neoliberal. Ainda que publicado sob o selo autoral da editora estatal, o responsável direto pela elaboração desse documento foi o então funcionário da

---

<sup>514</sup> ENGM. *Plan de Recuperación Económica*. Santiago: 1975. p. 3.

DINACOS, major Hugo Morales, o que comprova a continuidade da identidade visual e da linha propagandística entre os dois órgãos.<sup>515</sup>

O dito documento demonstra a tarefa que os chilenos tinham pela frente para auxiliarem os militares na reconstrução nacional por meio da aquisição de uma nova consciência que fosse capaz de refletir sobre o caos herdado pela UP. Na sua introdução, a advertência é clara:

Chile vivió una experiencia aleccionadora que no debe ser olvidada. Se están corrigiendo o tratando de corregir los errores pasados que constituyeron un cáncer generalizado en casi todas las actividades del país.

El propósito de este trabajo es que el chileno adquiera conciencia de que en este momento, sin estridencias, sin promesas, sin Mesías, todos los chilenos con su sacrificio y con sus angustias están protagonizando un momento decisivo para el futuro del país.

Diez millones de chilenos son los actores materiales de la preparación del despegue del país.<sup>516</sup>

Dessa maneira, o período da experiência socialista foi traduzido pela presença de um “Estado paternalista, dispensador e milagroso”, pautado por “soluções demagógicas” e dirigido por péssimos administradores.<sup>517</sup> Através de textos e ilustrações, buscou-se identificar, através do *Plan de recuperación económica*, o papel da interferência estatal na crise de 1973 explicitando os efeitos dos gastos do governo na dinâmica política e social.

Na tentativa de ilustrar os gastos públicos, o documento aponta, primeiramente, para o histórico intervencionista do Estado chileno cujo papel foi acentuado na década de 1960, com especial destaque ao processo de nacionalizações do cobre, do petróleo e do aço.<sup>518</sup> Nesse quesito, o texto é taxativo sobre o alto preço que pagava o país devido a onda de nacionalizações. Assim, através do estilo narrativo configurado por perguntas e respostas, faz o seguinte questionamento:

¿SE ACUERDA CUANDO ANDABAMOS EN LA ONDA DE LAS NACIONALIZACIONES?

Nos dimos el gusto.

---

<sup>515</sup> A comprovação da autoria do major Hugo Morales é feita por uma matéria no jornal estatal *El Cronista* no momento em que o militar assumiu a direção da DINACOS. *El Cronista*. “El lunes asume jefatura DINACOS el Mayor Morales”. Santiago: 9 de fevereiro de 1978. p. 9.

<sup>516</sup> ENGM. *Plan de Recuperación Económica*. Santiago: 1975. p. 3.

<sup>517</sup> Idem. p. 14.

<sup>518</sup> Idem, p. 7.

**Nacionalizamos.** Ahora somos dueños del cobre, del petróleo, del acero, etc., etc.

¿SABE USTED CUANTO NOS CUESTA SER PROPIETARIOS?  
Entre sólo 11 empresas Estatales, incluidas CAP, ENAP, algunas del Cobre, etc., presionan al Banco Central por la suma de E° 2.500.000.000 DIARIOS (a valores de mayo de 1975).

(...)

Para que usted comprenda lo que significa esta cifra, considere que la suma del gasto anual de estas once empresas equivale: A todo el dinero que recibió el Fisco en enero, febrero y marzo.<sup>519</sup>

A apresentação desse cenário dos gastos do governo com empresas cumpria o propósito de legitimar a política de privatizações realizadas nos primeiros anos da ditadura, justificando-se por meio da “ineficiência do Estado” como gestor dessas empresas, e como mecanismo de diminuir o déficit fiscal para combater a inflação. Tanto para os economistas quanto para a propaganda, essas privatizações cumpriam um elemento básico que orientava o Estado subsidiário: o sentido de justiça social.

As empresas estatais eram representadas tanto pela perspectiva dos gastos do governo quanto um espaço que obtinha volumosas quantias de dinheiro público em benefício de uma suposta elite político-partidária “favorecida pelos conchavos” na participação da gestão das estatais. A aplicabilidade do princípio da *subsidiariedade*, por conseguinte, impediria que esse tipo de prática existisse à medida que submeteria essas empresas à lógica do mercado e da competição, desfazendo as práticas corruptas desses agentes do estado.

Nas ilustrações da propaganda oficial, os trabalhadores sempre são retratados como vigiados por uma gama de funcionários públicos, esses últimos caracterizados por suas barbas – elemento atribuído à esquerda- confirmando, assim, a ideia de uma burocracia que se apropriava do esforço individual da classe trabalhadora, conforme a imagem abaixo:

---

<sup>519</sup> Idem. p. 8.



Imagem 31

Ao abrir mão das estatais, nem uma minoria se apropriaria dos recursos públicos e nem a maioria sofreria com a inflação, resultado do gasto público gerado por tais empresas. Por isso, o documento relaciona o princípio de subsidiariedade à justiça social dissertando que recursos economizados ao deixar as empresas do governo sob a gerência de grupos privados seriam redirecionados às tarefas sociais.<sup>520</sup>

Afirmando que as nacionalizações e os gastos com as empresas estatais superavam os rendimentos obtidos pelo Estado e o PIB, a mensagem apresentada criava a ideia que o Estado chileno e os gastos fiscais aumentavam o peso sobre a *empresa privada*, sendo esta última a legítima força que poderia levar o país ao caminho de um desenvolvimento equilibrado. Com isso, à crítica ao tamanho do Estado se somava a defesa da livre regulação do mercado através da iniciativa privada.

Dessa maneira, a forma como o documento oficial ilustrou o tamanho do Estado foi representativo dessa interpretação, em especial, quando constrói duas imagens do Estado chileno em momentos distintos, antes e depois de 1973. Na primeira ilustração (imagem 32), o Estado é representado por uma carroça pesada, com uma enorme carga que simboliza o gasto fiscal, sendo carregado por um cavalo magro e sem forças (identificado com a placa “empresa privada), e conduzido por um senhor apreensivo, que sabe que não pode exigir muito do animal.<sup>521</sup> Já na segunda ilustração, após toda a explicação das razões dos gastos excessivos que originaram a crise de 1973, o Estado do governo militar é retratado como uma biga romana, guiada por um soldado trajando seu uniforme militar, e por quatro cavalos robustos e “sorridentes” guiando o governo de

---

<sup>520</sup> Idem. p. 28.

<sup>521</sup> Idem, p. 5.

maneira sólida de modo a suportar a carga (imagem 33). Como destaca o texto que segue à ilustração:

Esta es la representación gráfica de lo que necesita Chile: una empresa privada fuerte que sea capaz no sólo de soportar el gasto fiscal, sino que correr por el camino del desarrollo, conducido con firmeza por el Gobierno.<sup>522</sup>

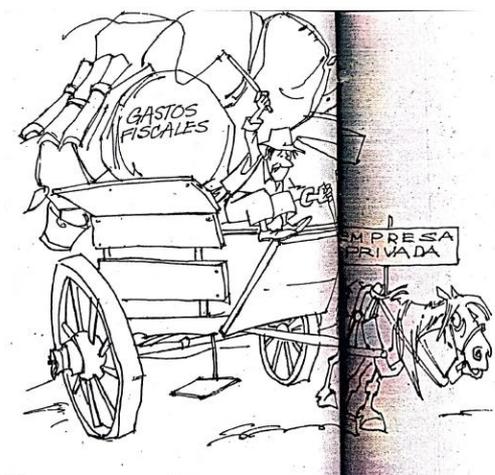


Imagem 32



Imagem 33

Criticar o intervencionismo estatal e defender o papel das empresas privadas como agentes legítimos da reconstrução econômica foi apenas um dos recursos de difusão do ideário neoliberal. Junto a isso, outro tópico discursivo utilizado pela propaganda consistiu em apresentar a *economía social de mercado* como o verdadeiro regime da liberdade política. Já em 1974, *Conversaciones sobre economía* defendia essa concepção em seu prólogo, apresentando apenas duas formas de organização econômica possíveis para um país:

(...) según el modelo centralizado y autoritario, en el cual el poder total de decisión económica queda entregado a la autoridad política; o según el modelo descentralizado y libertario, en que el poder de decisión está disperso y recae, en definitiva, en todos y cada uno de los ciudadanos. Esta última es la forma más democrática de organización económica, porque atribuye importancia y gravitación a la voluntad de cada miembro del cuerpo social. La suma de decisiones personales es la que,

<sup>522</sup> Idem, p. 19.

en último término, conduce la economía. Y la suma de voluntades, a actuar en la producción y en el uso o consumo de bienes materiales y de servicios intelectuales susceptibles de ser evaluados en dinero, constituye lo que conocemos como “el mercado”.<sup>523</sup>

A ditadura revoga para si a implantação de um regime de verdadeira liberdade através da soma das ações individuais que constituíam o mercado, distinto do “modelo centralizado e autoritário” no qual a autoridade política é a responsável pelas decisões econômicas. Mais uma vez, a memoria instrumentalizada associa o governo da UP como um *regime de economia totalitária*, no qual os trabalhadores não tinham liberdade, a burocracia estatal servia apenas para controlar e explorar esse trabalhador, e o conjunto de cidadãos – consumidores – não possuía influência nas decisões da condução econômica.

O neoliberalismo é apresentado como o sistema econômico no qual os indivíduos, em especial, os trabalhadores, exerceriam a plenitude de sua liberdade. Em *Conversaciones sobre economía*, à pergunta dos jovens Jaime e María ao professor, se no *regime totalitário* o Estado seria o único que contrataria os trabalhadores, a resposta foi a seguinte:

**Profesor:** Exato. En el sistema totalitario, el Estado es el único empleador, y por tanto el único que paga remuneraciones. De aquí se deriva una consecuencia muy importante para todos los que trabajan en las actividades productoras. Como es el Estado el único que los puede emplear, los trabajadores se ven obligados a respaldar al Gobierno en todas las circunstancias. Si ellos critican los errores del sistema o expresan su malestar, pierden toda posible oportunidad de trabajo, y por lo tanto sus medios de subsistencia. En otras palabras, no tienen libertad para opinar.

**María:** Ahora entiendo la estrecha relación que existe entre la economía y la posibilidad de expresar libremente mis opiniones. Así, si uno quiere vivir con libertad, se requiere la presencia de muchos empleadores. De este modo, si yo no estoy de acuerdo con alguno de ellos, me puedo cambiar a otro trabajo para no depender económicamente de nadie y poder expresar libremente mis opiniones.  
524

A positivação dos valores da *economia social de mercado*, em contraposição a economia estatista dos governos anteriores ao golpe manifestava, por fim, a necessidade em justificativa a aplicação da política de shock. Uma política de ajuste dessa proporção

---

<sup>523</sup> ESCUELA DE NEGOCIOS DE VALPARAÍSO. op. cit. p. 3.

<sup>524</sup> Idem, p. 48.

(corte de 15% dos gastos públicos num orçamento já limitado) exigia da equipe econômica uma construção discursiva que desse conta de explicar as necessidades de tamanho corte fiscal e os possíveis impactos sociais, já antevistos, para os segmentos mais vulneráveis da população. Essa necessidade se fazia notar tanto para as correntes desenvolvimentistas no interior das Forças Armadas que resistiam ao neoliberalismo e temiam o agravamento da pobreza, quanto para a sociedade que percebia a degradação de suas condições de sobrevivência, num quadro avançado de inflação e desemprego. Com tudo isso, o *Plan de Recuperación Económica* antecipou os possíveis efeitos nocivos apelando para o último elemento que constituía o aspecto subsidiário do Estado: a ação social.

Um dos aspectos pouco analisados nas experiências de aplicação de modelos neoliberais é a retórica dos governos em associar a perspectiva do *Estado Mínimo* e o desenvolvimento de políticas sociais aos mais pobres. No caso chileno, essa estratégia ficou evidente à medida que, nas práticas discursivas do governo, o *Estado subsidiário* não implicava na ausência total do governo na construção de políticas públicas que atendessem aos grupos mais vulneráveis. Ao contrário, seria a retirada de determinadas atividades das mãos do Estado, agora sob a administração da iniciativa privada e do mercado, que permitiria ao governo atuar de forma eficiente nos verdadeiros problemas, sendo a pobreza o principal.

No *Plan de Recuperación Económica*, apresenta-se os possíveis impactos do *shock* neoliberal, mas os mesmos são retratados como o resultado esperado da aplicação das medidas econômicas e do longo processo de aprendizagem de sua implementação. Mais uma vez, a propaganda oficial utiliza-se da concepção de uma “guerra interna” da população contra a inflação. A espiral inflacionária nunca é apresentada como o resultado das políticas frustradas dos primeiros anos da ditadura, mas da herança econômica do caos da UP. Por isso, nessa batalha, invoca-se o esforço e a esperança arraigados na *chilenidad*. Ao identificar os problemas, o documento afirma que:

Todos los chilenos están sufriendo problemas, porque ésta es una guerra decisiva contra la inflación. Esta guerra se está dando con sudor, esfuerzo, sacrificio. Esta es una guerra de puro ñeque, porque a pesar de la catástrofe que significa el precio del cobre, se está peleando a mano limpia, y siempre el chileno saca fuerzas de flaquezas y logra la victoria.

La estrategia planteada es la de una política económica realista, en que todo lo artificial tiene que desaparecer.

Nuestra economía estaba estructurada sobre bases muy artificiales, por eso se notan muchos efectos que ahora parecen negativos.<sup>525</sup>

Diante do cenário persistente de crise econômica, a aplicação dessas medidas de corte de gastos da ditadura, movida pelo ideário neoliberal, deveria ser acompanhada de um *Plan de Acción Social*, retratado na segunda parte do documento *Plan de Recuperación Económica*. A argumentação oficial consistia numa imagem da proteção dos mais pobres pelo Estado, afirmando que os grupos mais ricos teriam mais recursos para se defender sozinhos dos efeitos da crise:

Los de mayores recursos tienen más defensa para pelear este período de ajuste, es por eso que el Gobierno se está preocupando preferentemente de los sectores más desvalidos a través de medidas concretas.<sup>526</sup>

Por meio desse viés subsidiário, o governo apresentou o *Plan de Empleo Mínimo*-PEM- criado em 1974 como uma medida temporária que atenderia aos desempregados por meio das prefeituras, que concederiam trabalho, sob condições flexíveis, por meio de um valor fixo equivalente a um terço do salário mínimo (E° 150.000), além de um bônus de complemento alimentar para sua família (equivalente a 5 pessoas).<sup>527</sup> Tal política pública confirmara a centralidade da figura dos prefeitos no projeto ditatorial, além de reforçar a presença local do Estado no atendimento às necessidades básicas da população com ações conjuntas por meio de um plano de abastecimento, política habitacional e construção de creches, caracterizando, contraditoriamente, o ano do *shock* como o “Ano Social”.<sup>528</sup>

O cenário de desolação econômica e social entre a política de *shock* e os primeiros sinais de recuperação macroeconômica, apenas em 1977, revelam a procura e o relativo êxito do PEM. O número de trabalhadores inscritos no programa, majoritariamente homens, saltou de 19.041, em março de 1975, para 210.657 em 1976. Em 1977 houve uma pequena queda, para 187.647, e chegou no auge do “milagre econômico, em 1980,

---

<sup>525</sup> ENGM. *Plan de Recuperación Económica*. Santiago: 1975. P 47.

<sup>526</sup> Idem. p. 48

<sup>527</sup> ZÁRATE, Verónica. op cit. p. 59.

<sup>528</sup> 75, año social”. *Qué pasa* n° 197. Santiago: 30 de janeiro de 1975.

com 190.673.<sup>529</sup> Sendo assim, ficou visível o alto custo social da aplicação do neoliberalismo a partir de 1975, exigindo um grande esforço comunicativo da ditadura para justificar tamanho esgarçamento do tecido social e da piora das condições de vida da população. Ao mesmo tempo, as políticas públicas voltadas aos mais pobres confirmavam o aspecto social da subsidiariedade do Estado.

#### **4.2- “Chile enfrenta”: as justificativas para o custo social das reformas neoliberais.**

A expressão “*custo social*” cunhou boa parte da pauta jornalística durante o ano de 1975, retratando os efeitos sociais da política de ajustes do *Plan de Recuperación Económica*. Com isso, a própria Junta Militar realizou uma reunião para avaliar esses efeitos, que supostamente haviam superado os limites previstos, mesmo com as ações do PEM.<sup>530</sup> As celebrações do 11 de setembro deste ano foram marcadas por um discurso de austeridade, demonstrando a compreensão do governo sobre a realidade que afetava a vida de milhares de chilenos, o que exigia uma cerimônia simples.<sup>531</sup> Assim, o aniversário do golpe, em pleno contexto de políticas de ajuste, foi fundamental para reativar o espírito de unidade nacional para enfrentar a crise.

Com o propósito de construir um clima de adesão ao governo, a cerimônia do 11 de setembro de 1975 foi marcada, mais uma vez, pelo ascender da tocha do *Altar de la Patria*, como uma referência simbólica da manutenção da chama incessante que representava o vigor dos ideais que animavam civis e militares desde 1973. O célebre ato público, sobredimensionado pela imprensa<sup>532</sup>, confirmava o clima de unidade desejado pelo governo numa fase tão complicada. A própria mensagem de Pinochet atestou a importância da união de todos os chilenos para enfrentarem a crise com compreensão:

Estas manifestaciones de unidad y apoyo se han traducido también en comprensión ciudadana a las políticas aplicadas, que en muchas oportunidades han debido ser rigurosas, ya que provienen de la

---

<sup>529</sup> Verónica Zárate descreve como os trabalhadores que se inscreviam no PEM viam tal programa assistencialista como uma forma de humilhação à medida que sua grande maioria era formada por ex-trabalhadores formais com uma autopercepção de não se enquadrarem na “marginalidade” atendida pelas políticas sociais nesse período. *Idem.* p. 60.

<sup>530</sup> *El Mercurio*. “Costo social del Plan Económico analizó la Junta”. Santiago: 26 de agosto de 1975. p. 17.

<sup>531</sup> *El Mercurio*. “Sencillez en Acto del 11”. Santiago: 5 de setembro de 1975. p. 1 e 12.

<sup>532</sup> *El Mercurio*. “Gigantesca concentración”. Santiago: 12 de setembro de 1975. p.1.

necesidad de lograr soluciones definitivas más que obtener simpatía o popularidades transitorias.<sup>533</sup>

A aplicação de medidas amargas, que afetavam a vida cotidiana, e que gerava impopularidade em governos democráticos era tratada, no discurso público oficial, como o resultado da falta de realismo econômico dos governos anteriores marcados pela demagogia. Em vista disso, o governo de Pinochet, pautado na racionalidade dos *Chicago Boys*, anunciava que os custos sociais eram necessários para o crescimento econômico sustentável e para a modernização do país. No almejado objetivo de conciliar o desenvolvimento social com o crescimento econômico, a equipe civil-militar que aplicou o *shock* neoliberal fez uma clara opção por priorizar o segundo aspecto, sem receio da impopularidade das medidas aplicadas, cujo contexto repressivo serviu de auxílio.

O jornal *El Mercurio* também posicionou-se na defesa dessa linha argumentativa, transfigurando a expressão “custo social” por “custo político”. Segundo seu editorial, a ortodoxia econômica era vista como insustentável politicamente antes de 1973 porque, visando os resultados eleitorais, os partidos tinham receio em propor tais medidas receosas em perder votos. Ou seja, não se tratava do medo pelo custo social, mas pelo custo político. Ainda que seu objetivo seja enfatizar a condução das políticas econômicas anteriores como resultado de uma demagogia partidária sem conhecimento técnico e objetivos econômicos claros, o jornal confirma a noção de que uma política de ajuste dessa proporção seria dificultada num contexto democrático.

Defendendo o contexto autoritário da aplicação do *shock* neoliberal, o editorial vai além, induzindo que o modelo aplicado pela Junta Militar, sem receio dos custos que os mesmos produziram. A população, segue, ao compreender que todas as medidas econômicas eram baseadas em perspectivas realistas e que visavam o bem estar coletivo, acabaria por dar seu apoio ao regime:

El actual Gobierno se ha caracterizado por su decisión para prescindir del tradicional concepto de “costo político” y ha impuesto las medidas aconsejadas por quienes integran el equipo económico como más adecuadas para garantizar el interés colectivo. Tal vez ahora se estén viviendo los momentos en que mayor es ese “costo político”. Y, sin embargo, las demostraciones de adhesión recibidas a través de múltiples manifestaciones espontáneas hacia los actuales gobernantes

---

<sup>533</sup> MENSAJE PRESIDENCIAL. 11 de septiembre de 1974- 11 de septiembre de 1975. Santiago: 1975.

harían pensar que su popularidad, en lugar de disminuir, ha aumentado.<sup>534</sup>

O governo criou uma atmosfera de que a população deveria compreender os sacrifícios, que seriam compartilhados por todos, e cuja meta final seria um progresso jamais visto na história do país. Essa perspectiva reforçava a postura intransigente de Pinochet em repensar o modelo econômico a partir dos efeitos sociais. Como afirmou o próprio presidente:

Decir que se está satisfecho podría resultar inadecuado en vista de las penurias que todavía debemos y deberemos enfrentar. Pero si uno analiza serenamente la evolución que vá experimentando nuestra realidad económica advierte que hay razones para estar satisfecho y sobre todo esperanzado porque vamos por buen camino.

La crisis económica heredada supera toda experiencia conocida en un país en tiempos de paz. A ello se agrega la crisis mundial, que provoca inflación, recesión y cesantía hasta en los países desarrollados. Ello daña gravemente a Chile [...]

Esta labor se parece mucho a la del sembrador que debe esperar con paciencia el tiempo de cosecha. Pero cuando se sabe que la siembra se está realizando en forma adecuada, pese a las dificultades del terreno hay motivos para tener confianza. De ahí que la política económica permanecerá inalterable en todo lo fundamental.<sup>535</sup>

O reconhecimento dos problemas econômicos por Pinochet não sinalizava uma brecha para a revisão de sua política econômica, mas apontava para a necessidade da população em seguir firme e paciente no caminho traçado por seu governo.<sup>536</sup> Além disso, a persistência da crise era tratada como resultado da herança maldita do caos social do governo de Allende, agravada pela conjuntura do ano de 1975.

Outro aspecto importante a ser considerado foi o papel da imprensa no debate sobre os avanços e problemas do modelo econômico. Ainda que boa parte defendesse o modelo neoliberal, alguns meios de comunicação que pertenciam ao grupos econômicos e políticos mais nacionalistas e contrários aos *Chicago Boys* – como foi o caso do jornal

---

<sup>534</sup> *El Mercurio*. “Comprensión popular del sacrificio”. Santiago: 13 de setembro de 1975. p.3.

<sup>535</sup> “Informe Especial Chile en 1985”. *Qué Pasa* nº193. Santiago: 2 de Janeiro. pp.41-58, p. 57.

<sup>536</sup> Vale ressaltar que a defesa do projeto neoliberal foi um dos mecanismos utilizados por Pinochet para fortalecer sua preponderância de comando no interior da Junta Militar.

*La Tercera*<sup>537</sup> – apontavam críticas das reformas monetaristas. Entretanto, foi o papel do boletim informativo católico, pertencente a *Vicaria de la Solidaridad*, que tomou a frente na crítica à pobreza produzida no período ditatorial.

Ainda que restrita aos círculos religiosos, a revista *Solidaridad* realizou uma grande contribuição ao revelar as denúncias de violação aos direitos humanos e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Logo na segunda edição do boletim do episcopado chileno, datado de 2 de agosto de 1976, a reportagem do sacerdote jesuíta José Aldunate, criticou taxativamente as mensagens do governo e do jornal *El Mercurio* sobre as supostas evidências de recuperação econômica no início de 1976, afirmando que a melhoria da vida dos trabalhadores ocorreria apenas com a mudança do modelo econômico. Avaliando a alta de preços dos mantimentos que copunham a cesta básica, a conclusão da reportagem foi a seguinte:

Concluimos pues que la situación económica del trabajador asalariado ha empeorado en lo que va del año y seguirá empeorando los próximos meses. (...) Sólo un cambio sustancial de la política económica y la restauración de la negociación colectiva con la recuperación de los derechos y del poder sindical podrán traducirse en una reconquista de los niveles perdidos de sueldos y saláries.<sup>538</sup>

A continuidade dos problemas econômicos como a inflação e o desemprego se tornou-se alvo de críticas dos pequenos espaços onde era possível discordar do governo. Além disso, as vozes que ecoavam no exílio aproveitaram os poucos momentos em que tiveram oportunidade para criticar a aplicação do neoliberalismo. Esse foi o caso do então ex – diplomata e ministro do governo de Allende, Orlando Letelier, preso e torturado em vários campos de concentração com o golpe de 1973, e posteriormente enviado ao exílio depois de uma campanha internacional. Ao estabelecer-se na capital norte-americana, aproveitou seus inúmeros contatos com parlamentares e pesquisadores universitários para denunciar as violações de direitos humanos e, por fim, o modelo econômico.

---

<sup>537</sup> A tiragem desse jornal, de 380.000 exemplares, era muito superior ao jornal *El Mercurio*. As colunas de opinião política foram monopolizadas pelo setor dos “duros”, em especial por fortes opositores dos economistas de Chicago, como: Pablo Rodríguez (ex chefe do *Patria y Libertad*), Alvaro Puga, Ricardo Claro e Gastón Acuña. A coluna quinzenal *Puntos de vista económico* trazia várias análises de realizadas pelo jornalista Orlando Sáenz com críticas contundentes ao neoliberalismo.

<sup>538</sup> ADULNATE, José. “Situación económica de los trabajadores asalariados. Valor real de los salarios desde enero hasta julio de 1976”. *Solidaridad*. Santiago: 2 de agosto de 1976. s.p.

Num artigo publicado na revista *The National* em agosto de 1976 sob o título *The Chicago Boys in Chile: economic freedom's awful toll*<sup>539</sup>, Letelier fez duras críticas ao *shock* neoliberal denunciando os efeitos dramáticos dos cortes fiscais sobre o conjunto da população. Além de apontar os equívocos da aplicabilidade das teorias monetaristas num país subdesenvolvido, identificando todos os malogros dos *Chicago Boys*, Letelier esmiuçou os índices que comprovavam o agravamento das condições sociais após o ano de 1975. Assim expõe uma parte de seu texto:

el resultado más dramático de la política económica ha sido el insólito aumento del nivel de desempleo. Antes del Golpe de Estado de septiembre de 1973, el desempleo en Chile era de 3,1% es decir, uno de los más bajos del hemisferio occidental. A fines de 1974, la cesantía había subido más del 10% en el área metropolitana de Santiago y era aún mayor en varias otras áreas del país. Cifras oficiales de la Junta y del Fondo Monetario Internacional muestran que a fines de 1975 la cesantía en el área metropolitana de Santiago había alcanzado el 18,7%. En otras regiones del país la cifra correspondiente era superior a 22% y en sectores específicos, tales como la industria de la construcción, el desempleo alcanzaba a casi un 40%. En el transcurso de 1976 la cesantía ha continuado aumentando. De acuerdo con las estimaciones más consevadoras, en julio de 1976 aproximadamente 2,5 millones de chilenos (alrededor de la cuarta parte de la población) no tenía ingreso alguno, vivían en completa pobreza y desnutrición, sobreviviendo solo gracias a la distribución de alimentos y ropa efectuadas por la iglesia y otras instituciones humanitarias.

Um mês após publicar seu artigo de denúncia, Letelier foi assassinado pela DINA no dia 21 de setembro de 1976.

A persistência das críticas sobre os *custos sociais* das políticas do governo, dificultava a construção de um consenso mínimo sobre a *economia social de mercado*, tanto entre a sociedade, quanto entre a cúpula civil-militar no governo. Diante desse cenário, Pinochet iniciou uma grande ofensiva pública na defesa do modelo econômico aplicado.

No dia 11 de março de 1976, perante autoridades civis e militares no edifício do governo, e transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão, o mandatário máximo da nação chilena proferiu um discurso – posteriormente publicado pela ENGM sob o título de *Chile Enfrenta 1976*<sup>540</sup> - cujo tema principal foi as orientações econômicas para os próximos meses. Pinochet apontou a necessidade de se aprender com o passado recente

---

<sup>539</sup> Posteriormente publicado no jornal venezuelano *El Nacional* no dia 23 de setembro de 1976.

<sup>540</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE CHILE. *Chile enfrenta 1976*. Santiago: ENGM, 1976.

em relação a políticas de curto prazo e que terminaram por levar o país ao caos.<sup>541</sup> Por isso, reafirmou a política econômica em marcha e o princípio de *subsidiariedade do Estado*, e adotou dois argumentos que pautaram os esforços de comunicação da ditadura para justificar os pífios resultados econômicos de então: que as razões da continuidade da crise não se originaram a partir do modelo econômico aplicado, e que era necessário o sacrifício dos chilenos para conquistarem o crescimento econômico.

O primeiro tópico possuía um objetivo claro: eximir de responsabilidade as políticas defendidas por seus ministros, atribuindo o custo social da política de *shock* ao “empobrecimento dos chilenos anteriormente a 1973”, em especial, no período de governo da UP. Pinochet reconhece o empobrecimento da sociedade chilena, mas destaca que não foi o seu governo o responsável por esse fator, culpabilizando a UP, a crise econômica de 1975 – derivada pelo aumento do preço do petróleo – e a enorme dívida externa contraída dos governos anteriores.<sup>542</sup> Criticando a ação dos “políticos” e “demagogos”, que da “clandestinidade ou de recesso alimentavam a desinformação” – em clara referência às denúncias oriundas internamente e do exílio – Pinochet afirmou que:

Lo fundamental es que se comprenda que lo anterior, que se ha llamado el “costo social”, y que no es otra cosa que el transitorio descenso del nivel de vida de los chilenos, no es una consecuencia de la actual política económica, que el Gobierno pudiera evitar de seguir otra diferente.

No, señores. La política económica del Gobierno no ha hecho otra cosa que reconocer un hecho objetivo y ajeno a nuestra responsabilidad, que es el empobrecimiento de Chile, el cual lógicamente repercute en cada hogar de nuestra Patria.<sup>543</sup>

A constatação do empobrecimento da sociedade chilena é utilizada como uma forma de demonstrar o realismo da política econômica da ditadura, pautada pelo conhecimento técnico e desprovida dos interesses “demagógicos e políticos” que orientaram os governos anteriores. Pinochet constrói uma narrativa que aponta a necessidade de se reconhecer os problemas sociais como forma de aprendizado, ao mesmo tempo afirmando que o presente, marcado pela persistência de indicadores

---

<sup>541</sup> Idem, p. 8.

<sup>542</sup> Idem, p. 10.

<sup>543</sup> Idem, p. 9.

econômicos não satisfatórios, era a base para a construção de um futuro melhor Como anunciou o mandatário:

Un país que sufre un empobrecimiento de esa magnitud no puede eludir un descenso en el nivel de vida de sus habitantes, y eso es lo que el actual Gobierno ha debido reconocer. Nadie más que yo quisiera evitar a los chilenos el sacrificio material que aún afrontamos, pero no podría responsablemente hacerlo, sin cometer un crimen contra el futuro de un Chile libre y próspero, y sin defraudar la emocionante confianza que el pueblo ha depositado en el Gobierno que encabezan hoy nuestras Fuerzas Armadas y de Orden.<sup>544</sup>

A narrativa discursiva, desse modo, foi construída sobre a necessidade do sacrifício dos chilenos para a garantia de um futuro próspero, cujas expectativas de concretizariam num horizonte próximo. As amarguras do presente, portanto, seriam recompensadas caso a sociedade confiasse na condução do governo e no próprio modelo econômico, apresentado como o único caminho possível para a reconstrução do país. Contudo, exigir o sacrifício em nome de um sistema no qual os chilenos não estavam familiarizados e, pelo contrário, estavam sofrendo as consequências do *shock*, não dava conta para conquistar padrões de consenso mínimo. Sendo assim, o governo recorreu mais uma vez à narrativa nacionalista.

O próprio título de seu discurso – *Chile enfrenta* - dava conta de qual seria o desafio para o ano de 1976, no qual Pinochet convocava a população para suportar os efeitos econômicos não apenas pelo futuro, mas também pela ofensiva internacional que sofría o país. A tônica de uma “conjura internacional” contra o Chile, recorrente nos primeiros meses após o golpe, foi utilizada sob duas frentes: a primeira para reforçar a luta contra o comunismo soviético que, segundo Pinochet, se mantinha empenhado para isolar e bloquear a economia chilena<sup>545</sup>; e a segunda, se relacionava a *Emenda Kennedy*.

No ano de 1976, o senador Edward Kennedy, influenciado pelas denúncias contra a ditadura chilena, conseguiu a aprovação de uma emenda constitucional na qual proibia a venda de armamentos para o governo chileno caso o mesmo não se comprometesse com

---

<sup>544</sup> Idem.

<sup>545</sup> Idem, p. 11.

o respeito a premissas básicas dos direitos humanos.<sup>546</sup> Desse modo, Pinochet dedicou uma parte importante de seu discurso para condenar a iniciativa.<sup>547</sup>

O apelo discursivo pautado nos ataques contra a nação contribuía para ratificar a necessidade do sacrifício de toda a população para fazer frente às agressões internacionais. Dessa maneira, os esforços sociais diante da crise econômica se tornava um tema de segurança nacional a medida que a superação dos obstáculos e dos efeitos sociais do *shock* garantiriam, num futuro indeterminado, a conquista da independência econômica chilena.

Somente com sacrifício e compreensão é que o Chile conquistaria sua “segunda independência”, a econômica. Como afirmava Pinochet, “robustecer nossa independência econômica é hoje uma questão essencial da segurança nacional”<sup>548</sup>. A própria imprensa contribuiu para esse discurso, em especial, o jornal *El Mercurio*, cujo editorial “*Importante paso hacia la independencia económica*” realizou uma comparação entre a queda das exportações no governo de Allende e o cenário distinto do governo de Pinochet. No mesmo editorial, afirmava-se que apenas o modelo da *economía social de mercado* possibilitaria uma real e efetiva emancipação do Chile, pois:

Lo anterior demuestra que el país avanza hacia su independencia económica a pasos que son, sin exagerar, agigantados. Y precisamente ello se logra mediante una política económica que, lejos de centralizar y estatizar las decisiones y la propiedad, ha entregado responsabilidades e iniciativas a los particulares.

Este es un proceso que, apenas comienza y cuyas proyecciones no sólo son importantes desde el punto de vista del bienestar, sino desde el de la propia soberanía nacional.<sup>549</sup>

A ideia de enfrentar os problemas como forma de “robustecer a independência econômica” levou Pinochet a pedir que os trabalhadores não pedissem aumentos salariais e negociações coletivas<sup>550</sup>, e com isso, transformou, discursivamente, o sacrifício da população numa demonstração de patriotismo e de manifestação da *chilenidad*. Ao

---

<sup>546</sup> 94th CONGRESS USA. Amend S.2662. The Kennedy amendment prohibits military aid to Chile. Washington DC: 18 de fevereiro de 1976. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/94th-congress/senate-bill/2662> e <https://www.govtrack.us/congress/votes/94-1976/s642>.

<sup>547</sup> Pinochet afirma que: “Especial indignación nacional ha causado una enmienda inmoral y antijurídica en su contenido, y calumniosa en su fundamento, que un senador de los Estados Unidos de Norteamérica, conocido por su frivolidad y su demagogia, ha presentado y conseguido aprobar en el Senado de esa nación.” PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE CHILE. op. cit. pp. 19.

<sup>548</sup> Idem, p. 11. Livre tradução.

<sup>549</sup> “*Importante paso hacia la independencia económica*”. *El Mercurio*. Santiago, 1976. p. 3

<sup>550</sup> PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE CHILE. op. cit. p 18.

afirmar os motivos pelos quais o governo não fizera uso de uma política econômica de resultados rápidos, argumenta que:

(...) ello sería poner en peligro la soberanía de nuestra Patria frente a la conjura extranjera, y como Presidente de Chile tengo la seguridad que hasta el último de nuestros compatriotas de verdad está dispuesto a aceptar una cierta prolongación de su actual sacrificio, si ello significa defender para nuestros hijos la libertad reconquistada el 11 de septiembre, e impedir que el comunismo vuelva a entronizarse en esta tierra.<sup>551</sup>

O sacrifício dos chilenos, desse modo, é anunciado como um elemento importante para emancipação econômica e política, levadas a cabo pelas Forças Armadas, reforçando o apelo ao sentimento de pertença à comunidade nacional como mecanismo de enfrentamento das condições adversas pelas quais passava a população. Somente a colaboração e a paciência é que possibilitariam um futuro estável e próspero.

Diante dessa necessidade de se ampliar o consentimento sobre o neoliberalismo, a propaganda do regime foi acionada mais do que nunca para defender as reformas. Foi justamente nesse período que a DINACOS, já institucionalizada, produziu o livro “Y...? Como va la economía” (1977), mais uma obra do major Hugo Morales. O folheto produzido por Morales e pela DINACOS elaborou um histórico, textual e visual, da trajetória econômica do governo de Pinochet através de uma escrita que visasse o entendimento de aspectos econômicos complexos por parte da população e o clima otimista do governo com a economia. O estilo narrativo se assemelha muito ao livro *Plan de Recuperación Económica*, elaborado pela ENGM em 1975, até mesmo em relação às ilustrações que acompanham a texto, na qual supomos ser do mesmo ilustrador.

A narrativa do documento de propaganda é marcada pela utilização de referências comuns à sociedade chilena, seja pela associação da crise de 1975 à existencia de um terremoto (aspecto presente na cotidianidade dos chilenos devido à configuração geológica do país), ou à criação de um personagem que atravessa todo o livro: um *huaso chileno*, referência do homem do campo, com seus trajes típicos marcados pelo chapéu e pela manta que cobre o seu corpo com a inscrição *Chile* (imagem 34).

O folheto foi escrito com uma narrativa supostamente desinteressado, no qual seu autor inicia uma série de indagações se a economia do Chile “ia bem ou mal”, induzindo o leitor à expectativa que os resultados eram favoráveis aos chilenos. Logo em sua

---

<sup>551</sup> Idem, pp. 11-12.

introdução apresenta as justificativas da política de *shock* como a tentativa do governo em “arrumar a casa” após tantos anos de desorden. Por isso, expõe o seguinte:

Para Chile, para esta casa que se comenzaba a arreglar, la crisis mundial significó un verdadero terremoto y por experiencia sabemos que cuando se producen estos fenómenos hay que tomar medidas de emergencia drásticas, máxime cuando este terremoto dejó a la vista una gran cantidad de fallas que no habíamos notado.<sup>552</sup>

Na busca por um mudança da percepção da população sobre as medidas de corte fiscal, o folheto tenta criar um aspecto menos negativo do *shock* neoliberal, atribuindo-lhe um tom mais ameno como uma política séria no combate a inflação. Ao apresentar quais foram as ações econômicas de 1975, argumenta que:

Los que no gustaron de las medidas les pusieron cualquier cantidad de nombres: Monetaristas, shock treatment, escuela de los Chicago Boys, etc., etc.  
Pero en realidad lo que se implantó fue el 3er. “Plan de Recuperación Económica” (...) Un ordenamiento serio del gasto fiscal causante principal de la inflación y un esfuerzo extraordinario por equilibrar la Balanza de Pagos.<sup>553</sup>

A tentativa de naturalizar o neoliberalismo e os efeitos do *shock* ocorreu, no documento, por meio de um detalhamento do funcionamento do sistema econômico e financeiro, relacionando conceitos complexos com o cotidiano da população. Assim, o *huaso chileno* é ilustrado de modo a representar, didaticamente, o que foi a crise que afetou o país em 1975.

Apontada como resquício dos gastos do governo da UP e dos efeitos do impacto da crise do petróleo, que reduziram o preço do cobre, o personagem do documento aparece recebendo apenas a metade de seu salário em 1975, cujo patrão, sentado sobre uma mesa com a inscrição “cobre”, lhe entrega um envelope. (Imagem 34)<sup>554</sup>. Seguido à ilustração, o folheto associa o personagem ao Chile, que teve seu salário reduzido a metade, num contexto de aumento dos preços, no qual se devia pagar a dívida externa. Nesse sentido, era apresentada duas opções: a primeira dizia respeito à necessidade de economizar, representada pelo personagem principal aconselhando sua esposa a auxiliá-

---

<sup>552</sup> DINACOS. “¿Y?... Cómo vá a economía”. Santiago. 1977. p. 15.

<sup>553</sup> Idem.

<sup>554</sup> Idem. p. 52.

lo nessa árdua tarefa (imagem 35)<sup>555</sup>; a segunda trata de apresentar uma imagem irreponsável, de um suposto pai de família que deixou-se levar por gastos desnecessários num contexto de crise, advertido por sua esposa e filhos que, devido a farra do pai “não teriam o comer” (imagem 36)<sup>556</sup>.



Imagem 34



Imagem 35

Imagem 36

Por meio dessa narrativa da crise, o governo de Pinochet não poderia seguir os passos do *huaso* irresponsável que “não pensava no futuro”, e por isso, deveria se enquadrar na primeira opção, da necessidade de economizar, de agir com

<sup>555</sup> Idem. p. 54.

<sup>556</sup> Idem. p. 56.

responsabilidade, ainda que isso exigisse sacrifícios e “custos sociais”. Ou seja, a política econômica e a intensidade como a mesmo fora aplicada era inevitável para o país.

Para além das justificativas do *shock*, o texto e as imagens da propaganda contida no folheto da DINACOS também tinha uma função pedagógica ao fincar as novas concepções que regiam o modelo econômico. Era preciso, nesse contexto de recessão, ratificar o princípio de subsidiariedade do Estado demonstrando que tais efeitos sociais não eram resultado da política do governo, mas da permanência das graves distorções provocadas pelo estatismo, cuja dimensão não havia sido identificada pelo governo nos primeiros meses após o golpe.<sup>557</sup> Com isso, isentando a *economia social de mercado* das responsabilidades dos custos do abrupto corte fiscal, reafirmava-se o modelos através da defesa do mercado e da possibilidade de consumo proporcionada por essas medidas.

Nessa defesa iminente do neoliberalismo, o mercado financeiro é apresentado como quase inexistente no período da UP. Apontando a incapacidade de se economizar, por causa da inflação do governo de Allende, e identificando os erros de sua origem e condução, o folheto explica qual a função do mercado numa sociedade saudável e em vias de obter o progresso:

Sirve para juntar los ahorros de muchas personas y prestarlas o usarlas en la formación de nuevas empresas o para solucionar problemas de caja transitorios de empresas en funcionamiento. Es una verdadera “palanca de progreso” que aprovecha los esfuerzos de muchos para impulsar el desarrollo.<sup>558</sup>

Desse modo, o mercado não é apresentado como a manifestação dos setores financeiros nacionais e internacionais, mas como a soma das economias individuais, administradas por agentes que promoveriam a asiguação dessas quantias para um saudável manejo da economia.

O folheto também se apropria dos primeiros sinais de recuperação econômica de 1976 para injetar uma certa dose de otimismo na população. Utilizando-se do primeiro superávit da ditadura, 338,7%, a propaganda esclarece noções importantes sobre o equilíbrio da balança de pagamentos e dos efeitos positivos da abertura ao comércio exterior, dentre os quais, a capacidade de consumo por meio das importações, revelava-se como a grande promessa do regime.

---

<sup>557</sup> Idem. p. 71.

<sup>558</sup> Idem. p. 74.

Destacando o ano de 1976 como o início da superação da crise, o texto apela para a capacidade de consumo da população que seria ampliada com a continuidade das políticas econômicas, criando um cenário no qual poderia se comprovar que a população já tinha acesso a produtos jamais imaginados onde “tudo era importado”:

comenzaron a llegar más productos importados no tradicionales (casi 40 millones de dólares) y el público comprobó con asombro que estaban a su alcance cosas que no imaginaba y antes eran prohibitivas.<sup>559</sup>

Entretanto, tal promessa de uma onda de consumo inédita no país deveria ser precedida de bons hábitos que aproveitassem tanto os produtos importados quanto os produzidos no país, de modo que também valorizasse a indústria nacional, mesmo que os efeitos da abertura econômica tenham sido a desindustrialização. Dessa maneira:

Es posible que algunas líneas, como la electrónica, presenten radios, grabadoras, computadoras, etc., más baratas y de mejor calidad que las chilenas. Pero esto no es una generalización, no ocurrirá con todos los productos.

En los electrodomésticos, el consumidor debe tener especial cuidado en la calidad, ya que algunos son muy baratos, pero muy malos; debe preocuparse además de las facilidades de servicio o repuesto para poder arreglarlos cuando se produzca fallas inevitables. Un producto barato que se descompone y no tiene arreglo obligará a comprar otro, obligando a un gasto doble.<sup>560</sup>

Sintomaticamente, as ilustrações que acompanham o trecho acima, além de confirmarem o conservadorismo do papel da mulher na sociedade chilena, contróem duas representações dessas práticas de consumo: a de produtos nacionais ligados a modernidade, representado por uma jovem e bela mulher utilizando seu aspirador de pó eficiente “made in Chile”, e a da senhora supostamente mal-vestida, com seu aspirador com visíveis sinais de problemas “made in pin-pin” (imagem 37)<sup>561</sup>. O incentivo à compra de produtos nacionais também é introduzido como um mecanismo de ressocialização da população diante de um novo padrão de consumo que se aproximava, exigindo, por sua vez, cautelas para não obterem maiores prejuízos<sup>562</sup>.

---

<sup>559</sup> Idem. p. 29.

<sup>560</sup> Idem. p. 35.

<sup>561</sup> Idem. p. 34.

<sup>562</sup> Idem. p. 35.



Imagem 37

Por fim, o documento comprovava o esforço da DINACOS em justificar o modelo econômico da ditadura, reforçando a narrativa oficial de uma crise persistente ocasionada pelo estatismo, emissão desenfreada de moeda e pelo gasto fiscal, ao mesmo tempo em que delineava uma trajetória racional da “reconstrução nacional” elaborada a partir de 1973. Era preciso mostrar que o país estava no rumo certo, a pesar do sacrifício e do empobrecimento de boa parte do país, especialmente após 1975. Com isso, as ilustrações abaixo (imagem 38) revelam a trajetória econômica da ditadura, construída linearmente, apontando para um progresso paupável pelo início de uma nova era de consumo e pelos primeiros sinais de recuperação econômica, reforçando o otimismo do governo.

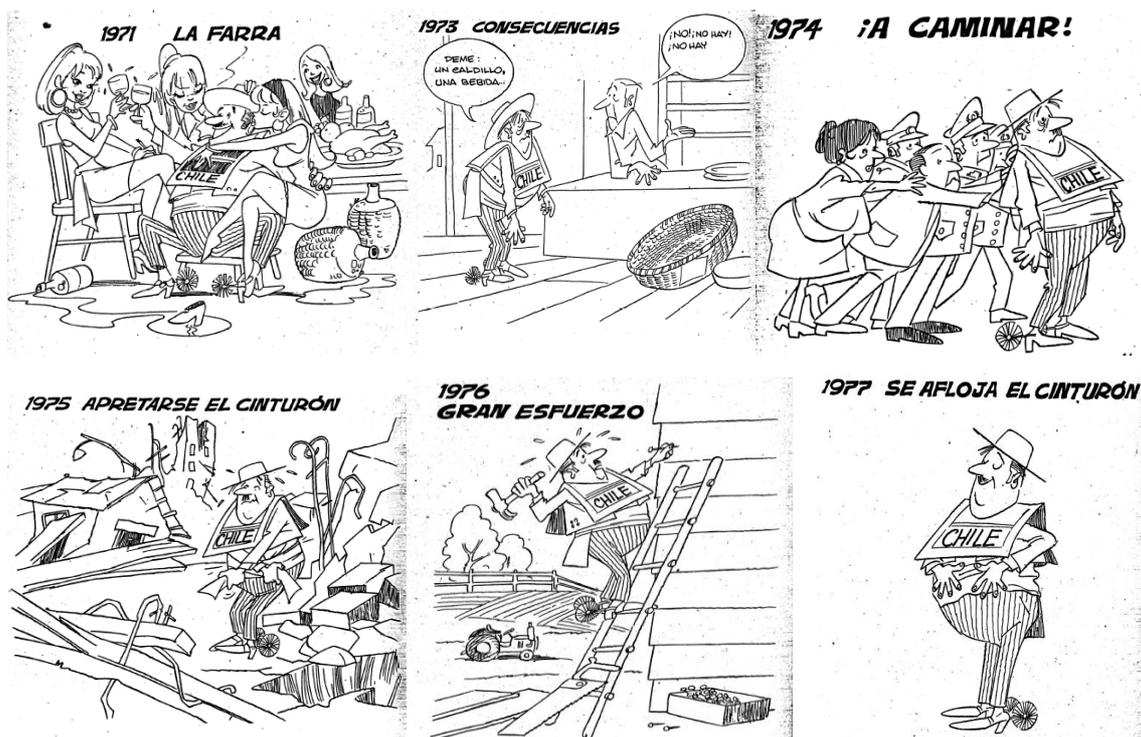


Imagem 38

Essas ilustrações, realizadas num momento em que se percebia os primeiros sinais de recuperação dos índices macroeconômicos, realizam uma síntese do processo econômico vivido pela sociedade entre 1971 e 1977. A narrativa visual confirma o imaginário de que o Estado chileno gastou muito, com a representação da “farrá de 1971”, retratando o *huaso chileno* rodeado de mulheres, e que sua consequência imediata foi o desabastecimento da crise de 1973. Ratifica-se também, a impotência dos segmentos civis e militares na condução política a partir de 1974, que fizeram o país “caminhar no rumo certo”, com avanços e retrocesos causados pelo “terremoto de 1975”. A partir de então, somente com muito esforço e trabalho duro na “reconstrução do país”, representada pelo personagem principal do documento realizando reparos em sua casa, é que a sociedade poderia gozar da tranquilidade econômica que se aproximava em 1977 e “afrouxar o cinto”.

A *economía social de mercado* foi apresentada como o único caminho possível para resolver os problemas de um Estado obsoleto que onerava às empresas privadas e, com isso, impedia o desenvolvimento. Somado ao esforço propagandístico do regime, a grande imprensa contribui para a consolidação desse diagnóstico quando,

insistentemente, a partir de 1976, passou a reportar cotidianamente os poucos avanços econômicos e sociais nos primeiros anos da ditadura.<sup>563</sup>

A construção de um clima otimista também foi importante para nutrir a retórica de que o sacrifício da população seria recompensado, elemento difundido na conclusão do folheto. Visando construir um sentido ao regime e ao golpe, o documento é enfático ao perguntar se economia chilena estaría em melhores níveis a partir de 1977:

No. La mejoría comenzó el 11 de Septiembre de 1973, con la reconstrucción del país y ha continuado, pese el impacto negativo de la “Crisis Mundial”, solucionando la raíz de los problemas para que la mejoría sea definitiva, aunque demore un poco más. Sin duda las medidas adoptadas en Marzo del 77 acelerarán la recuperación.<sup>564</sup>

Diminuindo a importância do fato que os índices de inflação dos primeiros anos se assemelhavam ao ano de 1973, e que o desemprego aumentara significativamente, a política econômica de reconstrução nacional é apresentada como um todo coerente, homogêneo, na qual os primeiros sinais positivos já eram possível perceber. Assim, a promessa de uma melhora das condições da população é diretamente atribuída ao poder de compra, ratificando, mais uma vez, a ideia do “consumidor como rei”, diante de tantas opções de escolha que a abertura econômica havia possibilitado ao país (Imagem 39)<sup>565</sup>.



Imagem 39

<sup>563</sup> “Economía chilena se encuentra normalizada”. *El Mercurio*, Santiago: 25/12/1976. p.1. “El nivel de vida en Chile mejora lenta, pero sostenidamente”. *El Mercurio*, Santiago: 02/01/1977. p. 1 e 25. “Inflación anual se redujo a la mitad”. *El Mercurio*, Santiago: 05/01/1977.p.1

<sup>564</sup> DINACOS. “¿Y?... Cómo vá a economía”. Santiago. 1977. pp. 83-84.

<sup>565</sup> DINACOS. “¿Y?... Cómo vá a economía”. Santiago. 1977. P 82.

### 4.3 – “*Este gobierno no es de administración, sino de transformación*”<sup>566</sup>: o “milagre econômico” e a modernização autoritária.

Entre os anos de 1977 e 1980, o governo de Pinochet enfrentou importantes desafios políticos que poderiam colocar à prova os objetivos e valores defendidos desde o golpe de 1973. Essa nova fase da ditadura chilena foi marcada por avanços institucionais significativos no que toca às projeções de uma reestruturação do Estado e da sociedade chilena. Se o modelo econômico estava em processo de hegemonização e consolidação a partir de 1977, a ditadura agora avançava para a ratificação de seu projeto autoritário e conservador no campo político, em especial, no intuito de aprovação de da nova Constituição. Sendo assim, o caldo social para medidas tão importantes foi marcado pelo clima de otimismo do então denominado “milagre econômico”.

Podemos considerar que dois elementos dessa fase foram significativos para consagrar algumas vitórias ao regime: a aprovação do governo na consulta nacional de 1978, em represália às denúncias internacionais de violação aos direitos humanos, e a aprovação da Constituição de 1980, importante marco para a virada do governo de Pinochet em seu projeto de institucionalização de uma “democracia protegida”. Desse modo, nos perguntamos as possíveis imbricações entre o clima *triumfalista* do “milagre econômico” e a aprovação de iniciativas tão fundamentais para o projeto ditatorial. Os resultados econômicos seriam importantes na construção de um novo pacto social e de um consenso para com esse projeto? E com isso, qual seria a importância do discurso público e da propaganda do regime na administração desse consenso em prol de uma modernização?

A partir de 1977 construiu-se a expectativa no horizonte chileno de que a ideia de um milagre econômico seria inevitável devido às esperanças no modelo econômico aplicado. A constante presença, nos meios de comunicação, dos economistas ligados à escola de *Chicago*, favoreciam para o vislumbamento de um desenvolvimento econômico nunca antes visto na história recente do país, que poderia, sob esse liberalismo extremo, atingir um crescimento no patamar de potências como a Alemanha Ocidental ou o Japão no pós guerra.<sup>567</sup> Um dos economistas que mais ganhou destaque na construção

---

<sup>566</sup> Expressão utilizada por Pinochet no período do “milagre econômico” chileno. *El Mercurio*. Santiago: 21/06/1980. p. C5.

<sup>567</sup> ARRIAGADA, Genaro. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 1998. p. 85.

do imaginário de futuro econômico promissor foi José Piñera<sup>568</sup>, responsável pelas projeções positivas da política econômica neoliberal, cujo exemplo chileno, afirmava o economista, ultrapassaria os parâmetros de análise devido ao seu pioneirismo e êxito.<sup>569</sup> Somado a isso, o ministro da Fazenda, Sergio de Castro, fez um intenso uso dos pronunciamentos na televisão para explicar as melhorias econômicas e sociais, reforçando o equilíbrio da balança de pagamentos em 1976 e o controle da inflação, ações que indicavam para um período de estabilidade que possibilitaria a retomada da produção industrial e da abertura de novas vagas de emprego.<sup>570</sup>

Esse período *triumfalista*<sup>571</sup> do regime, composto pela linguagem técnica dos *Chicago boys* e seu caráter “apolítico”, contribuíram para demonstrar a eficiência do modelo sobre o antigo sistema estatista, marcado pela “*demagogia* e pela submissão da política econômica aos interesses partidários”.<sup>572</sup> Para além do discurso tecnicista e da presença constante dos ministros da área econômica no debate público, as visitas dos principais teóricos da *economia social de mercado* ao Chile, Milton Friedman e Friedrich Hayek, e seus posicionamentos sobre o rumo certo seguido pelo governo chileno, confirmavam a superioridade científica do neoliberalismo como elemento que conduziria o país à superação do subdesenvolvimento.<sup>573</sup>

---

<sup>568</sup> José Piñera se tornou ministro do trabalho em 1979, e foi o mentor de uma das principais reformas neoliberais da ditadura, a reforma da previdência e o código laboral de 1979. Também cunhou a expressão *Siete Modernizaciones* em relação

<sup>569</sup> Conforme sua exposição em 1977: “La profunda transformación económica que se ha llevado a cabo en Chile hace imposible utilizar modelos econométricos fundados en los parámetros del pasado para avizorar el futuro. Por ello, y conscientes de su fragilidad hemos efectuado un ejercicio de proyección tentativo y heterodoxo. La conclusión es que el país puede crecer a una tasa promedio de 8 por ciento anual durante el período 1981-1990 y alcanzar así el producto potencial de una nación como Chile. De ahí en adelante es posible prever una tasa “normal” de 6 por ciento al año. En consecuencia y si se espera un crecimiento de 5,5 por ciento anual hasta 1980, el crecimiento promedio en lo que resta del siglo sería de 7 por ciento anual... si se cumple estas proyecciones, en 1984 se recuperaría el producto que habríamos alcanzado creciendo desde 1970 a la tasa histórica. El país duplicaría su producto de 1976 en diez años y no en diecinueve como lo haría a la tasa histórica y doblaría el producto *per cápita* de 1976 en catorce años en vez de cuarenta y uno. En el año 2000 tendría un producto total de 42.500 millones de dólares, similar al actual Bélgica, y uno *per cápita* de 2.200 dólares”. PIÑERA, José. *Exposición en el Seminario “El empresario frente a la reactivación nacional”*. Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad Católica de Chile. Santiago: 19/05/1977. In: ARRIAGADA, Genaro. op.cit. pp. 85-86.

<sup>570</sup> “Ministro de Hacienda anunció anoche: medidas de crecimiento de producción y empleo”. *El Mercurio*. Santiago: 05/03/1977. p.1 e 8.

<sup>571</sup> A expressão “discurso triunfalista” em referência ao milagre econômico chileno foi utilizada por VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*. Santiago: FLACSO, 1984. p. 243.

<sup>572</sup> Conforme discursou Pinochet: “Uno de los requisitos esenciales para el desenvolvimiento de una economía que asegure un crecimiento económico alto y sostenido en el tiempo es un manejo tecnificado de esta”. “El país crece al doble del ritmo histórico” *El Mercurio*. Santiago: 08/05/1979. pp. A1 e A12; p. A12.

<sup>573</sup> Milton Friedman visitou o Chile em março de 1975 e novembro de 1981. Sobre sua visita ver: MONTES, Leonidas. “Milton Friedman y sus visitas a Chile”. *Estudios Públicos* nº 141, 2016. pp. 121-171. Disponível em: [https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160504/asocfile/20160504150454/rev141\\_lmontes.pdf](https://www.cepchile.cl/cep/site/artic/20160504/asocfile/20160504150454/rev141_lmontes.pdf). Acessado em 16/02/2016. Friedrich Hayek visitou o Chile em novembro de 1977 e abril de 1981. Sobre

A imprensa também desempenhou um papel fundamental na difusão desse clima otimista. Os editoriais dos principais jornais confirmavam o sucesso do governo de Pinochet à medida que a abertura econômica e o ritmo de crescimento davam os seus primeiros sinais.<sup>574</sup> A formação de uma opinião pública (publicada) que demonstrasse satisfação com a economia contribuía para a consolidação das reformas de mercado e do posicionamento do governo. As pautas jornalísticas do primeiro semestre de 1977 foram repletas de temas relacionados à melhoria do nível de vida da população. Além disso, a própria relação de Pinochet com a classe trabalhadora foi utilizada como demonstração de preocupação do governo com a sociedade.<sup>575</sup>

Outro recurso utilizado pela imprensa foi a de mapear a opinião pública em relação à percepção que os mesmos tinham da política econômica. A revista *Qué Pasa* encomendou algumas pesquisas de opinião *Gallup*, dentro as quais, em 1977, 64% dos chilenos afirmavam que viviam melhor, após o pronunciamento militar.<sup>576</sup> Além disso, o próprio Pinochet apareceu em algumas reportagens do *El Mercurio* no intuito de observar a opinião sobre o momento econômico. Ao visitar trabalhadores da empresa mineradora *Cobre-Cerrillos*, Pinochet perguntou:

“¿Cómo ven ustedes el actual desarrollo del país? ¿Tienes confianza en lo que está haciendo el Gobierno? ¿Tienen dudas? ¿Piensan que estamos estancados o caminamos hacia el progreso?”

Un obrero respondió a las interrogantes del Primer Mandatário: “Personalmente creo que estamos progresando bastante. Estamos tranquilos y ya tenemos una confianza bastante sólida y real”.<sup>577</sup>

A previsão de um “milagre econômico” foi o principal elemento discursivo da imprensa e do governo. Era fundamental comprovar o êxito econômico como modo de justificar a ditadura e os custos das reformas econômicas aplicadas em 1975. Até mesmo a linguagem publicitária, importante setor que lucraria com o *boom* do consumo, passou a aderir o conceito de “milagre” para amplificar o otimismo dos anos que se

---

suas visitas ver: MONTES, Leonidas e CALDWELL, Bruce. “Friedrich Hayek y sus dos visitas a Chile”. *Estudios Públicos* nº 137, 2015. pp. 87-132. Em sua visita no ano de 1977 afirmou: “Pensaba que Chile era un país subdesarrollado y ahora me doy cuenta de que no puedo usar ese término” In: “Es notable la recuperación económica de este país”. *El Mercurio*. Santiago: 18/11/1977. pp. 27-28.

<sup>574</sup> “Años de cambios profundos. De la anarquía al orden”. *El Mercurio*. Santiago: 26/03/1977. p.3. “Editorial: El resultado económico 1977”. *El Mercurio*. Santiago: 31/12/1977. p.3.

<sup>575</sup> A imprensa explorou constantemente a visita de Pinochet à localidades isoladas e aos bairros periféricos de Santiago.

<sup>576</sup> “Pregunta GALLUP, contestan los chilenos”. *Qué pasa* nº 234. Santiago: 05/05/1977. p. 16.

<sup>577</sup> “Presidente recogió opiniones en visitas a recintos laborales”. *El Mercurio*, Santiago: 27/04/1977. pp 1 e 12.

aproximavam. Num anúncio do *Banco Unido de Fomento* apresenta-se uma ideia de que o crescimento econômico necessitava de atores sociais e financeiros que auxiliassem no desenvolvimento do país, pois:

Hay ciertos milagros que necesitan de un impulso.  
Nuestro país, que comienza a mostrar los primeros síntomas de una vigorosa recuperación, que **habrá de convertir-se en “el milagro chileno”**, necesita del debido impulso a proyectos en todas las áreas de la actividad productiva.<sup>578</sup>

A disseminação do otimismo foi um instrumento importante para a busca constante do regime em consolidar sua legitimidade política e social na construção de um futuro próspero. Concomitantemente, o discurso ideológico do milagre apresentava-se de forma agressiva com o passado econômico, o que confirma a continuidade discursiva dos primeiros anos da ditadura na construção das representações pautadas na retórica do “caos da UP”. Contudo, se a propaganda política do milagre mantinha a comparação entre o governo de Pinochet e o governo de Allende, a especificidade discursiva desse período foi em relação à superação do subdesenvolvimento e a chegada da sociedade chilena à modernidade capitalista.

Se no ano de 1977 a recuperação econômica já era dada, no plano discursivo, como um fato pelo governo<sup>579</sup>, os anos posteriores confirmaram as expectativas dos economistas, dos empresários e da imprensa. À queda do PIB em 1975, e à pequena recuperação de 1976 (3,6%), seguiu-se uma série de índices que tornaram o período 1978-1981 como o ápice do milagre: taxa anual de crescimento de 8%; inflação reduzida a 10% no final do período (havia chegado a 1000% em 1973); aumento do volume de exportações e das reservas internacionais; balança de pagamentos que gerou superávit (5,5% em 1980 e 2,9% em 1981); aumento dos salários reais em 9%.<sup>580</sup> Todavia, essas cifras partiam de um pressuposto equivocado.

Conforme apresenta Chateau, as taxas de crescimento econômico utilizadas pelo governo para fundamentar a ideia de um “milagre econômico” tomaram por referência a recuperação a partir do *shock* de 1975, e não dos índices das décadas anteriores. Os níveis de investimento foram insuficientes para manter o padrão histórico de crescimento, sendo

---

<sup>578</sup> PROPAGANDA BANCO UNIDO DE FOMENTO S.A. *Qué passa* n° 283. Santiago: 23/09/1976. p.30

<sup>579</sup> Essa certeza da recuperação econômica foi anunciada no discurso de *Chacarrillas* em 1977.

<sup>580</sup> MELLER, Patricio. *Un siglo de economía política chilena. 1890-1990*. Santiago: Andrés Bello, 1998. p. 195.

inferiores aos níveis da década de 1960. Outro índice que revela a dificuldade em sustentar o argumento de um “milagre” foi a taxa de desemprego que, mesmo no período de auge econômico, se encontrava na faixa dos 16%. Somado a isso, a má distribuição de renda e riqueza e o financiamento do *boom* do consumo por meio de endividamento externo só ampliaram a fragilidade da narrativa oficial, como foi constatado na crise posterior em 1981.<sup>581</sup> Entretanto, o cientificismo dos *Chicago boys* e o otimismo dos círculos próximos ao governo e ao discurso eufórico da imprensa prevaleceram.

Nesse intuito, a propaganda política desse período contribuiu para a consolidação de um imaginário de prosperidade conquistado pelo regime. Para isso, no ano de 1978 foi criada a campanha *El orgullo de ser chileno*, com o claro objetivo de celebrar as taxas de crescimento do milagre e associar tal feito ao governo militar. A estratégia narrativa era bem clara: comparar os índices econômicos de 1978 com os correspondentes ao ano de 1973. Essa propaganda era divulgada nos veículos de comunicação privados, e foi apresentada com de autoria do *Movimiento Cívico 11 de septiembre de 1973*.<sup>582</sup>

A celebração do ano de 1978 como o primeiro momento do milagre era retratada através dos dados sobre gasto social (1973: 28% e 1978: 53,6%), taxa de inflação (1973: 1000% e 1978: menos de 30%), porcentagem de exportações não tradicionais – para além do cobre (1973: 19% e 1978: 47%), e variação do PIB (1973: -3,6% e 1978: +8,6%).<sup>583</sup> O texto que esclarecia esses dados destacava que o Chile vivia sob uma política econômica que permitira alcançar as taxas com o maior crescimento do mundo, além de um crescimento real da renda e do aumento das vagas de emprego. Ao final dos dados, afirmava-se que “esses resultados representam um indelével avanço econômico e social, base da prosperidade de todos os chilenos”.<sup>584</sup>

A liberdade de consumo foi o primeiro elemento enfatizado ao longo dessa propaganda, o que corroborava o discurso da imprensa que cotidianamente retratava o modo como a “revolução das importações” alterou paulatinamente o padrão de compra da sociedade.<sup>585</sup> Apresentando um cenário completamente distinto do início da década, construiu-se nesse momento a representação de uma nova sociedade que se deparava com

---

<sup>581</sup> CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2012. p. 227.

<sup>582</sup> Não encontramos informações, na documentação da DINACOS ou da SEGEOB, sobre a produção desse campanha. O fato dela ser distribuída em vários veículos impressos nos leva a acreditar que havia uma organização centralizada, e sob o conhecimento dos organismos de comunicação uma vez que todo o material de propaganda era analisado pelos mesmos.

<sup>583</sup> CAMPANHA: EL ORGULLO DE SER CHILENO. *El Mercurio*. Santiago: 15/09/1978. p. C7.

<sup>584</sup> Idem.

<sup>585</sup> “Revolución de importaciones”. *El Mercurio*. Santiago: 29/09/1978. p. E1.

importantes mudanças que só o crescimento econômico sob o neoliberalismo possibilitaram como a inauguração do metrô de Santiago, grande símbolo da modernização urbana da capital do país desde 1975, ou a chegada da televisão a cores em 1978<sup>586</sup>, e a construção dos *caracoles*<sup>587</sup>, pequenos *shopping centers* símbolos dos espaços destinados ao consumo que se espalharam por Santiago nos anos 1980. Destacava-se o aumento do consumo de veículos<sup>588</sup> e eletrodomésticos<sup>589</sup> como característico da nova realidade que modificou os hábitos dos chilenos.<sup>590</sup>

O direito ao consumo e a liberdade, que para o regime garantiam a realização plena da cidadania – aspecto ideológico fundamental do ideário neoliberal – foi o elemento central difundido nesse período. Por isso, o discurso dos membros do governo reforçavam que tal direito não se restringia apenas às classes sociais mais ricas. Em resposta às críticas das cifras do milagre, o ministro da economia afirmava que:

Lo que pasa es que los ricos [em referência aos membros da oposição] no valoran que la gente tenga televisor o radio a transistores porque ellos siempre los han tenido y les molesta que la *'rotada'*<sup>591</sup> ahora se les haya acercado porque se viste mejor y tiene radio y televisor. Si seguimos así, em diez años más van a tener hasta auto. Es ova a ser tremendo. Imagínense, no habrá diferencia, los *'rotos'* se verán igual que la gente.<sup>592</sup>

Foi fundamental para a construção do consenso sobre a *economia social de mercado* que os efeitos do milagre se fizessem sentir também entre os setores mais pobres, entre os *rotos*, ainda que de maneira parca e quase exclusivamente no campo discursivo. Para isso, se trabalhou na construção de um imaginário no qual os setores *poblacionais* também fossem contemplados com algumas políticas resultantes do desempenho econômico do período. Ainda que não fossem descartados os nefastos efeitos do alto desemprego e da desigualdade social, e a permanência de problemas estruturais, como a inexistência de saneamento básico, difundia-se a imagem de que as

---

<sup>586</sup> “Comenzó tv color en Chile”. *El Mercurio*. Santiago: 13/04/1978. p. 1 e 10.

<sup>587</sup> Pequenos shoppings centers distribuídos entre os bairros de classe média em Santiago.

<sup>588</sup> “Aumento de importación de vehículos motorizados”. *El Mercurio*. Santiago: 25/06/1977. p. 25 e 30.

<sup>589</sup> “Electrodomésticos: la gran tentación”. *Qué pasa* Nº 441. Santiago: 27 de setembro a 3 de outubro de 1979. pp. 40-45.

<sup>590</sup> “Los nuevos hábitos de los chilenos”. *Qué pasa* Nº 440. Santiago: 20-26 de setembro de 1979. pp.10-11.

<sup>591</sup> Segundo Manuel Chateau: “Os conceitos de *'roto'* (individual) y *'rotada'* (coletivo), possuem, no Chile, um caráter pejorativo e discriminador para se referir a pessoas que pertencem a grupos sociais despossuídos economicamente”. In: CHATEAU, Manuel Gárate. op. cit. p. 248.

<sup>592</sup> “1979: el año del Cuesco Cabrera”. *La Tercera*. Santiago: 29/08/1979.

componentes que caracterizavam o novo padrão de consumo da classe média também se extendessem à realidade dos mais pobres, tal como retrata a reportagem *¿Qué está pasando en las poblaciones?*:

Insólita convivência de televisores en color y basurales, de niños que juegan en bicicletas importadas último modelo y otros que van a la misma escuela sin haber probado bocado em todo el día (...)

Con derecho a estar marcado de rojo en el mapa de la extrema pobreza, los esfuerzos que se invierten en este vasto sector de La Granja son grandes para erradicar males como la desnutrición, la mortalidade, la cesantía y las enfermedades.

Y hay cambios que saltan a la vista. El tradicional niño “a pata pelá” o “insuficientemente abrigado” no se ve em las calles ni en las casas. Evidencia de que el vestuário há pasado a ocupar un lugar importante en las prioridades, junto al televisor y la radio a pilas que pocas veces faltan.<sup>593</sup>

Vários foram os mecanismos para confirmar o milagre como o momento de incorporação dos setores mais pobres a um novo padrão de vida e bem-estar. Um exemplo disso foi a metáfora utilizada com a expansão do metrô de Santiago às áreas mais periféricas como a chegada da modernidade aos seus respectivos moradores.<sup>594</sup> Além disso, foi em 1979, no auge da euforia econômica, que Pinochet ampliou as políticas públicas.

Como informa Zárate, foi a partir de 1979 que ganhou corpo uma das principais políticas sociais do governo de Pinochet: a política habitacional.<sup>595</sup> Aplicando o princípio de *subsidiariedade*, no qual a atuação do Estado se restringia à assistência dos setores mais vulneráveis, o regime transformou a política habitacional num instrumento de busca pelo apoio social. Ainda que consolidada apenas na década de 1980, a política de subsídios às casas populares teve no período do milagre o primeiro ensaio para a consolidação de um imaginário no qual a sociedade chilena se transformava numa sociedade de proprietários.<sup>596</sup>

---

<sup>593</sup> “¿Qué está pasando en las poblaciones?”. *El Mercurio*. Santiago:25/06/1978. p. 41.

<sup>594</sup> “De las comunas de San Miguel y La Cisterna: más de 500 mil personas se incorporan al metro”. *El Mercurio*. Santiago: 22/12/1978. p. C1 e C2.

<sup>595</sup> ZÁRATE, Verónica. “Las casas de Pinochet: políticas habitacionales y apoyo popular”. In: ZÁRATE, Verónica. Et. al. op. cit. 2012. p. 117.

<sup>596</sup> HINOJOSA, Isabel Jara. “Una nación de propietarios, no de proletários. La retórica intelectual de la dictadura chilena sobre las clases sociales y la clase media”. In: CANDINA, Azun. (org.). *Las frágiles clases medias. Estudios sobre grupos medios en Chile contemporáneo*. Santiago: LOM-Programa Uredes, 2013. pp.71-83.

Na consolidação desses aspectos para o clima otimista do milagre, e da capacidade de consumo, foi realizada a campanha propagandística *Bases sólidas para una gran nación*.<sup>597</sup> Esse conjunto de propagandas manteve o estilo comparativo com o ano de 1973, nas quais sempre havia um texto explicativo sobre o novo momento e uma ilustração que retratasse o tema principal. Numa delas, de título *Aranceles para la eficiencia nacional*, o texto descreve que em 1973, as taxas alfandegárias superprotegiam a indústria nacional e incentivavam a má qualidade dos produtos pela falta de competição externa, o que terminava por danar ao consumidor. Agora, com uma taxa de impostos em 10%, os consumidores gozavam de produtos nacionais e importados de alta qualidade.<sup>598</sup> A ilustração que segue ao texto retrata uma gama de produtos eletrônicos e importados que passaram a configurar o imaginário do consumo nesse período (imagem 40).



Imagem 40

“Aranceles para la eficiencia nacional”.<sup>599</sup>

As realizações da ditadura foram apresentadas como um processo de ruptura com um passado marcado por graves anomalias econômicas, agora corrigidas pela *economia social de mercado* e pela atuação de um *Estado subsidiário*. Além desse aspecto, também se destacou a ação social do regime que, por meio da autoridade e do conhecimento técnico, conquistaram a superação de graves problemas sociais como a alimentação das

<sup>597</sup> A autoria desse propaganda não é identificada. Acreditamos que tenha ligação com a SEGEOB e DINACOS, visto sua produção em plena comemoração dos *Seis años de la recuperación Nacional*.

<sup>598</sup> BASES SÓLIDAS PARA UNA GRAN NACIÓN: Aranceles para la eficiencia nacional. *El Mercurio*. Santiago: 17/09/1979. p. C7.

<sup>599</sup> Idem.

crianças e o combate à mortalidade infantil, reduzida quase pela metade da taxa de 1973 (imagem 41), o maior investimento em educação básica (imagem 42), a expansão da rede de saneamento básico e água potável (imagem 43), e o rígido combate à inflação que permitira uma melhoria na qualidade de vida (imagem 44).



Imagem 41  
 “Salud Infantil”<sup>600</sup>

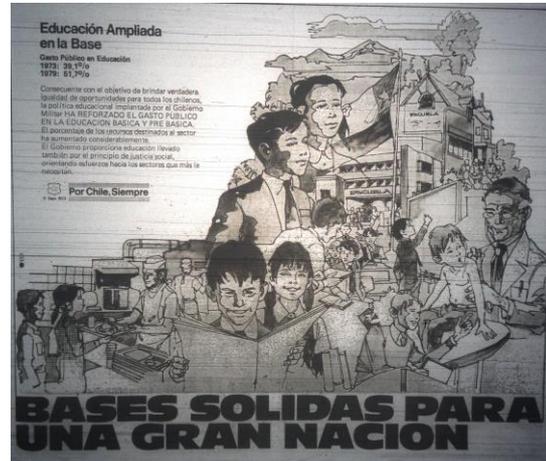


Imagem 42  
 “Educación ampliada em la base”<sup>601</sup>



Imagem 43  
 “Agua Potable para todos”<sup>602</sup>



Imagem 44  
 “Sostenido desarrollo económico”<sup>603</sup>

<sup>600</sup> BASES SÓLIDAS PARA UNA GRAN NACIÓN: Salud infantil. *El Mercurio*. Santiago: 15/09/1979. p. C9.

<sup>601</sup> BASES SÓLIDAS PARA UNA GRAN NACIÓN: Educación ampliada em la base. *El Mercurio*. Santiago: 19/09/1979. p. C3.

<sup>602</sup> BASES SÓLIDAS PARA UNA GRAN NACIÓN: Agua potable para todos. *El Mercurio*. Santiago: 27/09/1979. p. C5.

<sup>603</sup> BASES SÓLIDAS PARA UNA GRAN NACIÓN: Sostenido desarrollo económico. *El Mercurio*. Santiago: 13/09/1979. p. C7.

Na propaganda *Agua potable para todos*, além das obras de saneamento, a política de grandes obras públicas da ditadura também é lembrada através de iniciativas de grande envergadura como a construção do metrô de Santiago, o *Tunel Internacional Cristo Redentor* e *Caracoles*<sup>604</sup>, e a obra mais audaciosa, a *Carretera Austral*. Essas obras já faziam parte do programa do *Ministerio de Obras Públicas* desde o ano de 1975, como demonstrado no livro fotográfico publicado pela ENGM, *Planificación y programación de la infraestructura de apoyo al desarrollo econômico y social*<sup>605</sup>, com o claro intuito de propagar as iniciativas do governo no setor de investimentos em infraestrutura.

Para além das imagens publicadas nessa obra, o governo também realizou uma campanha propagandística chamada *De nosotros los chilenos*<sup>606</sup> com o objetivo de divulgar os grandes investimentos. Divulgou-se, por exemplo, a importância da Autopista Santiago-San Antonio, também conhecida como *Autopista del Sol*, importante via de acesso que encurtou a distância na região central do Chile, em especial, entre Santiago e Valparaíso<sup>607</sup>, e a construção do *Tunel Cristo Redentor*, principal rota terrestre entre o Chile e a Argentina, cujo texto sobreposto à fotografia da construção afirmava que:

Sí, porque el túnel Internacional de Cristo Redentor, igual que muchas otras obras destinadas al engrandecimiento de Chile, han sido financiadas em gran medida gracias al aporte constante de los hombres y mujeres de trabajo de Chile.<sup>608</sup>

Todavía, a principal obra da ditadura civil-militar chilena foi a construção da *Carretera Austral*, também conhecida por *Carreterra Pinochet*, o projeto mais audacioso do regime. A construção de 1200 quilômetros de estrada numa das regiões de terreno mais complexo do território chileno, a região austral, foi alçada como a grande obra do governo. Ao longo de toda a cobertura do projeto e andamento das obras, a imprensa foi a principal responsável pela associação da figura de Pinochet ao projeto, considerado

---

<sup>604</sup> Importante via de conexão terrestre entre a comuna chilena de *Los Andes* e a cidade argentina de Mendoza.

<sup>605</sup> REPUBLICA DE CHILE- MINISTERIO DE OBRAS PUBLICAS. *Planificación y programación de la infraestructura de apoyo al desarrollo econômico y social*. Santiago: Editora Nacional Gabriela Mistra, 1975. Nessa mesma publicação, apresentava-se um documento no intuito de construir o *Plano Trienal de Obras Públicas* (1977/1978/1979) e um *Plano Nacional de Infraestructura*.

<sup>606</sup> Criada em 1977.

<sup>607</sup> DE NOSOTROS LOS CHILENOS. *Qué pasa*. n° 325. Santiago: 14 a 20 de julho de 1977. p. 48. Também disponível no n° 330, de 18 a 24 de agosto de 1977, p. 27 e n° 335, de 33 a 28 de setembro de 1977, p.37.

<sup>608</sup> DE NOSOTROS LOS CHILENOS. *Qué pasa* n° 327. Santiago: 28 de julho a 3 de agosto de 1977. p. 81. Disponível também no n° 337 de 6 a 12 de outubro de 1977. p. 46.

como o grande esforço do governo chileno em retirar do isolamento os pequenos vilarejos e levar a modernidade aos povos que viviam na região.<sup>609</sup> Assim, Pinochet era apresentado como o rosto do regime que viria, por meio dessa obra, colocar um fim à vida difícil da população que ali vivia, trazendo o “clima do milagre econômico” a uma região isolada do restante do país.<sup>610</sup>

A narrativa jornalística criada com a *carretera* contribuiu para consolidar o otimismo do milagre. Além de retratar o cotidiano das obras públicas, e das constantes viagens de Pinochet ao sul do país para inaugurar trechos da estrada, foram apresentados vários depoimentos do significado da obra para a população local. Um morador da região de Aysén descreve que:

No queremos ser más colonos, sino chilenos, como el resto de los once millones que viven en el país. Además, queremos ofrecerles, a nuestros compatriotas, una zona inexplorada, con vastos recursos que podría ser habitada por tres o cuatro millones de personas.<sup>611</sup>

A construção dessa estrada é apenas um dos exemplos utilizados para ampliar a euforia dos anos do milagre. A construção da imagem de um Estado eficiente, bom administrador, que promovia um modelo econômico pautado no tecnicismo, politicamente desinteressado, cuja finalidade única se resumia à melhoria das condições de vida da população, foi um ponto de apoio importante para a consolidação do pacto social com a ditadura. O “milagre econômico” foi um período fundamental para a construção do consenso sobre o regime, tanto na perspectiva do ganho material quanto no ganho simbólico pautado no discurso da superação do subdesenvolvimento e da chegada da modernidade. Entretanto, acreditamos que outro elemento foi fundamental para esses anos de euforia: o discurso da coesão social e da grandeza da pátria.

A componente nacionalista do discurso do milagre foi instrumentalizada pelo regime no intuito de consagrar o imaginário identitário necessário para dar continuidade ao projeto político e econômico da ditadura. Para isso, os atores sociais que contribuíram para a gestação do *11 de setembro* foram, mais uma vez, resgatados na representação

---

<sup>609</sup> “Carretera para romper aislamiento de Aisén”. *El Mercurio*. Santiago:12/05/1978. p.1 e 29. Em 1987, Pinochet escreveu um livro sobre a Carretera, e afirmava que o objetivo do governo era “que estas regiones se incorporen plenamente al desarrollo nacional y que cada uno de ustedes y sus familias, puedan disfrutar del progreso y de los avances del país”. AUGUSTO PINOCHET. *Carretera Austral* SANTIAGO: Banco Osorno-SERNATUR, 1987.

<sup>610</sup> As únicas regiões em que Pinochet ganhou no plebiscito de 1988 foram as contempladas no início da construção da carretera: VIII- Biobío; IX-Araucanía e XI- Los Lagos.

<sup>611</sup> “Avanza carretera austral: Aisén “construye” su soberanía”. *El Mercurio*. Santiago: 30/07/1978. p. C1.

gráfica da propaganda do milagre tanto como responsáveis pelo mesmo como por serem os principais beneficiados do crescimento econômico. Com isso, ao mesmo tempo em que o presente era motivo de orgulho e confiança, se reforçava o sentimento de coletividade que movia a tarefa de superação das dificuldades.

Essa reconstrução só seria possível através do espírito de unidade, aspecto presente nas propagandas. Em 1978, na propaganda *El orgullo de ser chilenos*, se enfatiza a importância da união entre os chilenos para a superação dos ainda persistentes efeitos da crise, pois:

Solos, sin más armas que nuestro esfuerzo y sacrificio, los chilenos afrontamos el caos económico heredado y superamos los embates de la crisis mundial. También pagamos la deuda externa contraída por el Gobierno anterior, y que no nos quisieron renegociar. Fueron horas difíciles. Pero con tenacidad y voluntad salimos adelante. Hoy, que el futuro se nos muestra promisor debemos reconocer en cada uno de nosotros, un Hermano. Hermano em la incansable tarea de construir un país que nos da **el orgullo de ser chilenos**.<sup>612</sup>

O sentimento de pertencimento à nação, desse modo, apresenta-se como um dos pilares desse novo tempo de modernidade e progresso disfrutado por todos os chilenos. A euforia do milagre fazia sentido enquanto vivenciada pela coletividade, cujos benefícios se fizessem sentir por todos os segmentos sociais, ainda que, sob o ponto de vista econômico, poucos puderam compartilhar dos ganhos reais desse crescimento. Contudo, a apresentação de uma maior integração do território e da população como resultado dos avanços econômicos do milagre, somado a uma série de políticas públicas e propagandísticas, contribuíram para a sedimentação de expectativas otimistas com o milagre e com a ditadura.

---

<sup>612</sup> EL ORGULLO DE SER CHILENOS. *Qué pasa* Nº 388. Santiago: 22-27 de setembro. pp.34-35.

#### 4.4- Administrando o consenso sobre as modernizações: a consulta de 1978 e o Plebiscito de 1980

A necessidade de evocar o discurso de união em prol da causa nacional ganhou maior importância a partir de alguns eventos entre 1978 e 1980 que levaram o regime a retomar a narrativa da ofensiva contra o Chile. Os efeitos da continuidade das investigações do *Caso Letelier* nos Estados Unidos, a ofensiva da ONU por meio de sanções ao país em relação ao descumprimento dos direitos humanos e a disputa entre o Chile e a Argentina sobre o *Canal de Beagle* se transformaram em oportunidades para a ditadura ampliar seus mecanismos de construção de consenso e legitimidade.

O assassinato de Orlando Letelier, ex ministro da Defesa do governo de Allende, na capital norte-americana no dia 21 de setembro de 1976, a mando da DINA, e as subsequentes investigações do governo estadunidense que comprovaram a participação da polícia política da ditadura chilena, em especial, da ciência do general Manuel Contreras (diretor desse órgão) sobre o atentado no país estrangeiro, repercutiram significativamente na dinâmica das políticas de repressão a partir de 1977. O contexto de condenação internacional às violações aos direitos humanos, que se desdobravam desde o ano do golpe, e a pressão do governo norte-americano com o caso – especialmente após a eleição de Jimmy Carter – contribuíram diretamente para a “extinção” da DINA em 1977, que passou a ser denominada como *Central Nacional de Informaciones* - CNI, e a criação de uma lei de anistia para o ano de 1978.<sup>613</sup>

Nesse interim, visando demonstrar o posicionamento da sociedade chilena em relação a pressão internacional, Pinochet decidiu convocar uma consulta nacional, em forma de “plebiscito” para que a sociedade demonstrasse respaldo ao governo das Forças Armadas. Como destaca Huneeus, a resistência a esse plebiscito no interior da Junta Militar e entre os ministros civis foi grande, porém, após a resolução da ONU condenando o Chile no dia 16 de dezembro de 1977<sup>614</sup>, a convocação foi aprovada.<sup>615</sup>

---

<sup>613</sup> LEY DE AMNISTÍA-DECRETO LEY 2191 de 18 de abril de 1978. A *Ley de Amnistía* foi um dos procesos mais inusitados da ditadura chilena. Decretada em 1978, contemplava todos aqueles que não estavam processados ou condenados por crimes relativos ao estado de sítio entre 1973 e 1978, deixando de lado todos os demais crimes ocorridos após esse período. Importante para o proceso de institucionalização autoritária, os poucos contemplados pela anistia que retornaram à vida nacional não puderam pronunciar-se publicamente. Somado a isso, a DINACOS e o ministério SEGEOB deram uma ordem aos veículos de comunicação para que não cobrissem as histórias dos anistiados. *El Mercurio*. “22- Gobierno espera de los amnistiados “incorporación plena a la vida nacional”. Santiago: 22 de abril de 1978. p. 1 e 12.

<sup>614</sup> “Derechos Humanos: ONU aprobó anoche otra resolución contra Chile”. *El Mercurio*. Santiago: 17/12/1977. p. 1 e 16.

<sup>615</sup> HUNEEUS, Carlos. op. cit. p. 165.

O discurso nacionalista tomou conta dos debates midiáticos e do próprio encaminhamento da consulta. Os editoriais do *El Mercurio* se tornaram um dos principais espaços de propaganda do governo amplificando a ideia de uma conspiração que deveria ter uma resposta à altura.<sup>616</sup> O discurso oficial atrelou a participação no plebiscito como uma questão de patriotismo e uma atitude de defesa da soberania nacional, contrários a intervenção externa da ONU que estaria sendo orquestrada pelo comunismo internacional, numa campanha sistemática para destruir a imagem do país.<sup>617</sup> Com isso, mais uma vez o sentimento anticomunista foi acionado como forma de legitimar a própria ação do governo, estratégia fundamental desde o golpe de 1973.

Sendo a consulta marcado para o dia 4 de janeiro de 1978, houve uma grande mobilização dos grupos pró-regime em promoverem manifestações públicas em apoio ao governo<sup>618</sup>, e na organização de uma propaganda oficial que conquistasse a vitória do *Sí* ao regime de Pinochet. Nesse sentido, a construção dessa propaganda foi realizada sobre a narrativa da agressão internacional contra o país que comprometia a obra das Forças Armadas, empenhadas desde o 11 de setembro de 1973. O que estava em jogo, era o próprio destino político e a prosperidade do país, ou seja, não caberia outra alternativa ao chileno comprometido com a causa nacional do que o voto pelo *sim a Chile*.

A propaganda do *Sim*, para além do discurso nacionalista, tentou utilizar alguns símbolos que constituíram o imaginário social dos chilenos ao longo da ditadura como a presidência da República, sob o comando de Pinochet<sup>619</sup> (imagem 45)<sup>620</sup>, e os símbolos pátrios, em especial a bandeira nacional (imagem 46)<sup>621</sup>. Contudo, o ato de votar (imagem 47)<sup>622</sup>, interrompido desde o golpe, também teve de ser resgatado, tanto para incentivar a população a comparecer ao escrutínio, quanto para criar a imagem de um governo com legitimidade “eleitoral”, ainda que o ato democrático servisse apenas para efeito de encenação.

---

<sup>616</sup> “Conjura de las grandes”. *El Mercurio*. Santiago: 18/12/1977. p.3.

<sup>617</sup> “S.E. Convocó a Plebiscito Nacional”. *El Mercurio*. Santiago: 22/12/1977. p. 1 e 33.

<sup>618</sup> “Marcha juvenil de repudio a la resolución ONU”. *El Mercurio*. Santiago: 29/12/1977. p.29.

<sup>619</sup> O próprio processo da consulta do Plebiscito de 1978 consagrou a pinochetização do regime, quando Pinochet passou a ter um maior poder do que a Junta Militar.

<sup>620</sup> SÍ A CHILE. *El Mercurio*. Santiago: 03/01/1978. p.33

<sup>621</sup> SÍ A CHILE. *El Mercurio*. Santiago:02/01/1978. p.13.

<sup>622</sup> SÍ A CHILE. *El Mercurio*. Santiago: 29/12/1977. p. 33.



Imagem 45



Imagem 46



Imagem 47

Os avanços econômicos que já se notavam no início de 1978 também serviram como tema da campanha nessa consulta. O próprio trabalho da imprensa em divulgar as taxas de crescimento do ano anterior<sup>623</sup>, e as notícias que visavam criar a ideia de um amplo respaldo social à Junta Militar,<sup>624</sup> tentavam conferir ao plebiscito a oportunidade que os chilenos possuíam para dar continuidade ao progresso do país. Pinochet fez uma série de viagens a cidades e *poblaciones* da região metropolitana de Santiago às vésperas do dia de votação, anunciando numa delas que:

Yo los invito a que mediten, porque en estos momentos el país atraviesa por una situación internacional muy grave. A consecuencias de esto nos pueden quitar la sal y el agua. (...) Por eso les he pedido que se pronuncien en un sí por Chile.<sup>625</sup>

Após intensa campanha nos jornais em defesa do governo, e um processo eleitoral duvidoso, diante da ausência dos registros eleitorais após a destruição do golpe de 1973, coube aos chilenos o comparecimento às 23.730 mesas eleitorais distribuídas pelo país, nas quais deveria responder, na cédula eleitoral, a seguinte pergunta:

Frente a la agresión internacional desatada em contra de nuestra pátria, respaldo al presidente Pinochet em su defensa de la dignidade de Chile y reafirmo la legitimidade del Gobierno de la Republica para encabezar soberanamente el processo de institucionalización del país.

<sup>623</sup> “El resultado económico 1977”. *El Mercurio*. Santiago:31/12/1977. p.3.

<sup>624</sup> “Ante consulta nacional del 4: crece apoyo a la Junta en el país”. *El Mercurio*. Santiago: 31/12/1977. p. 40.

<sup>625</sup> “Presidente Pinochet en las poblaciones”. *El Mercurio*. Santiago: 30/12/1977. p. 1 e 12.

Na cédula eleitoral, a opção pelo *Sí* poderia ser marcada abaixo de uma bandeira chilena. Já a opção *No*, abaixo de uma bandeira negra. Isso demonstra como o regime tentou instrumentalizar as referências nacionais para conduzir o processo plebiscitário. Ao final, o regime conseguiu 75% dos votos, sendo o resultado anunciado como uma vitória do governo e da sociedade chilena que, unida, soube enfrentar o perigo exterior.<sup>626</sup>

A consulta de 1978 não foi o único momento utilizado pelo regime para galgar popularidade e ampliar o sentimento de unidade nacional com o milagre. Logo após esse plebiscito, o governo ditatorial da Argentina, liderado pelo general Jorge Rafael Videla, se opôs ao laudo do Tribunal Internacional que arbitrou em favor do Chile sobre o *Canal de Beagle*<sup>627</sup>, dando acesso ao Oceano Atlântico aos chilenos.<sup>628</sup> A resistência da ditadura argentina quase levou ao conflito entre os dois países, e nesse aspecto, o Papa João Paulo II teve um papel importante na mediação das negociações entre ambos.

Foi a partir da possibilidade de conflito entre chilenos e argentinos que o governo de Pinochet amplificou as projeções geopolíticas sobre o sul do Chile e a Antártida<sup>629</sup>, fato que deu uma maior importância estratégica à construção da *Carretera Austral*. Com isso, a principal obra da ditadura deixava de ser apenas um investimento de infraestrutura que conectava os chilenos do sul ao restante do país para se tornar também um símbolo de afirmação da soberania nacional.

Por meio desses eventos, a ditadura chilena mesclou o discurso do milagre econômico com a necessidade de união dos chilenos para enfrentar as ameaças ao país. Isso nos leva a crer que, ainda que os resultados econômicos do milagre e o padrão de consumo não tivessem se estendido à sociedade como um todo, o clima de euforia se nutriu também de uma visão de soberania e de patriotismo que nos permitem compreender esse período para além das possibilidades de ascensão econômica e ganhos materiais. Por isso, foi fundamental a utilização da consulta de 1978, e da tensão entre Chile e Argentina – em menor grau – para construir a ideia de grandeza da nação, na qual o milagre apresentava-se como uma narrativa em que se compreendia uma visão do passado e expectativas do futuro, desde que salvaguardadas os valores pátrios e a soberania nacional.

---

<sup>626</sup> “A consulta nacional: categórica respuesta ciudadana”. *El Mercurio*. Santiago: 05/01/1978. p.1.

<sup>627</sup> “Argentina declara nulo el laudo”. *El Mercurio*. Santiago: 26/01/1978. p. 1.

<sup>628</sup> “Al sur de Beagle todo es chileno”. *El Mercurio*. Santiago: 10/01/1978. p.1 e 12.

<sup>629</sup> “Símbolo físico de la unidad nacional”. *Qué Pasa* nº 301. Santiago: 27/01/1977. p5.

Nessa lógica, o discurso da defesa e do progresso, conquistado pelas Forças Armadas, também foi composto pela necessidade da unidade entre os chilenos e da *eterna vigilância* contra o comunismo. Na série de propaganda *Bases solidas para una gran nación*, a que corresponde a ideia de *Paz Social* (imagem 48) tratava de caracterizar esse aspecto ao explicar que:

Atrás quedó el caos, la violència y el ódio. Es el gran futuro de estos años de unidad nacional, espíritu de concordia, trabajo y sacrificios compartidos.

LA OBRA DEL GOBIERNO EMERGE CRISTALINA AL ADVERTIR ESTOS SIGNOS SUPERIORES. És tanto más valioso nuestra paz social al advertir en el mundo las señales de la disolución, el terrorismo y el pisoteo de los derechos humanos de pueblos enteros.<sup>630</sup>



Imagem 48

Garantir o futuro que o milagre tornava possível demandava, segundo a propaganda oficial, o combate a práticas típicas do comunismo, ideologia que, por meio da União Soviética, insistia em planejar ataques contra o Chile, como apotava a propaganda oficial. Em 1980, como vimos, a DINACOS elaborou o documento *Campaña por el retorno*, que tratava sobre o impacto da campanha internacional pelo retorno de

<sup>630</sup> BASES SOLIDAS PARA UNA GRAN NACION. *El Mercurio*. Santiago: 05/09/1979. p.5.

exilados ao Chile após a lei de anistia.<sup>631</sup> A própria capa do documento já servia como um alerta: além do subtítulo explicitar que essa pressão pela volta dos exilados se tratava de mais uma das campanhas influenciadas pelo comunismo soviético, a ilustração retratava um grupo de homens em cima de um tanque de guerra.<sup>632</sup> Além de associar a pressão da ONU sobre o Chile como uma estratégia da União Soviética<sup>633</sup>, o documento destaca que a partir de 1978 se constatava uma pressão interna, também influenciada pelos comunistas na clandestinidade, que comprometiam a ordem e estabilidade conquistadas pelo regime nos últimos anos.<sup>634</sup>

O debate sobre a possível volta dos exilados ao país trouxe a discussão da possibilidade em que a chegada de pessoas com “ativismo político perigoso” pudessem ameaçar a “etapa de reconstrução nacional”, o que exigia que o governo não abrisse suas fronteiras de uma só vez tanto “para gente de bem quanto para terroristas”<sup>635</sup>. Esse aspecto demonstra que o projeto modernizador da ditadura não tinha lugar para pessoas ligadas ao passado político chileno, em especial, aos que por sua ação política criaram o caos social do início dos anos 1970 que impossibilitou o progresso do país. Assim sendo, a unidade que tanto pregava a propaganda oficial tinha um limite. Ainda que a anistia tenha sido produzida no ensejo da construção da unidade nacional, a própria DINACOS emitiu um comunicado, via ministério SEGEGOB, impedindo que a imprensa cobrisse notícias sobre as pessoas contempladas pela iniciativa:

El Ministro Secretario General de Gobierno invita a los medios de comunicación social a evitar toda publicidad en torno a nombre, casos, situaciones y en cualquiera otras circunstancias que conduzca a la identificación de las personas beneficiadas por la amnistía, a efectos precisamente de que el perdón y el olvido apaciguen definitivamente los espíritus, extinguiéndose odios y resentimientos, de modo que quienes se ha visto beneficiados por a medida puedan reincorporarse en plenitud a la vida nacional, sin el peso de la carga que en este sentido significa su pasado.<sup>636</sup>

---

<sup>631</sup> “1979, ¿el año del retorno?”. *Qué pasa* n° 421. Santiago: 10 a 16 de maio de 1979. p.5.

<sup>632</sup> CAMPAÑA POR EL RETORNO- DINACOS. Santiago: 1980.

<sup>633</sup> “La Campaña en curso pro retorno de los exiliados forma parte del sistema de guerra política contra el actual Gobierno de Chile. Esta guerra – cuya planificación y organización corresponde fundamentalmente a la URSS – presenta tres características principales... (...)”. Idem. p.3.

<sup>634</sup> Idem, p. 4.

<sup>635</sup> “1979, ¿el año del retorno?”. op. cit. p.5

<sup>636</sup> *El Mercurio*. “22- Gobierno espera de los amnistiados “incorporación plena a la vida nacional”. Santiago: 22 de abril de 1978. p. 1 e 12

O clima do milagre econômico, com todo o seu aspecto discursivo do progresso, do consumo, das realizações do governo, e da necessidade da unidade e da defesa da pátria, atingiu o seu ápice nas celebrações do *11 de setembro*, especialmente em 1979 e 1980. Em 1979 o milagre e as modernizações que o mesmo geraram foi o principal tema das celebrações pelos seis anos do golpe. A imprensa anunciava um novo tempo, no qual a tranquilidade havia sido duramente conquistada pelo esforço dos chilenos e das Forças Armadas unidos em prol do Chile. Os principais jornais descreviam o atual estado de prosperidade como uma continuidade dos valores defendidos no *11 de setembro de 1973*, momento este que havia restituído a ordem política e econômica.<sup>637</sup> Enquanto isso, várias empresas e organizações *gremiais* e sindicais publicaram anúncios de agradecimento a Pinochet e às Forças Armadas, ressaltando o otimismo (imagem 49)<sup>638</sup> e a impotência dos índices econômicos para o desenvolvimento do país (imagem 50)<sup>639</sup>.

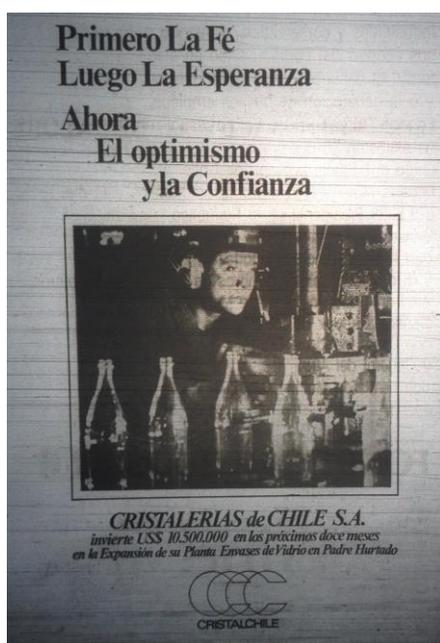


Imagem 49



Imagem 50

<sup>637</sup> Ao tratar sobre o aspecto econômico dos últimos anos, o editorial do *El Mercurio* descrever que a linha econômica do governo estaria “marcada por el programa de profunda modernización del país. La meta es económica y más que económica. Se trata de aumentar la capacidad realizadora de los chilenos, de habilitar a la comunidad nacional para la lucha por el desarrollo y por la superación de las crónicas deficiencias sociales y espirituales de nuestro pueblo, y se trata, por último, de construir un porvenir de seguridad, de dignidad y de bienestar para todos los habitantes de nuestro territorio”. “Editorial. Once de Septiembre”. *El Mercurio*. Santiago: 11/09/1979. p.3.

<sup>638</sup> ANÚNCIO DE SALUDOS AL GOBIERNO CRISTALERAS DE CHILE S.A. *El Mercurio*. Santiago: 11/09/1979. p.C12.

<sup>639</sup> ANÚNCIO DE SAUDACIÓN AL GOBIERNO COMPANIA INDUSTRIAL INDUS. *El Mercurio*. Santiago: 11/09/1979. p. D8.

O discurso de Pinochet do 11 de setembro de 1979 pode ser considerado como a síntese do clima de otimismo do milagre. O mandatário realizou uma descrição de todo o histórico do país ao longo da década de 1970 e apontou todos os logros econômicos que possibilitaram a criação de um novo padrão de vida para os chilenos, em especial a diminuição da inflação do ano de 1973, a 1000%, para um índice de 30% em 1979.<sup>640</sup> Pinochet fez um longo discurso que consagrava o modelo econômico, ao mesmo tempo em que demonstrava a ação do Estado na área de proteção social. Contudo, o trecho mais importante foi o que confirmava o fim da reconstrução nacional e o início de uma nova fase da ditadura, no qual o seu governo passaria a ser um *Gobierno de Modernización*:

Habiedose alcanzado ya algunas de las metas estrictamente propias de la reconstrucción nacional, el actual Gobierno pasará a ser plenamente un Gobierno de modernización nacional.<sup>641</sup>

A modernização a qual se referia Pinochet estava atrelada à consolidação de um projeto político que consagrasse as reformas neoliberais e as metas institucionais. Para isso, construiu-se o discurso das *Siete Modernizaciones*, que correspondiam às principais mudanças estruturais no campo econômico e social. Ou seja, correspondiam a todas as reformas que alteravam a forma como a sociedade se relacionaria com o Estado, cumprindo o objetivo de ressocialização do projeto ditatorial através de uma combinação entre privatização das funções sociais do Estado e da desarticulação das organizações sociais. Tais modernizações diziam respeito a: reforma trabalhista (através de um novo *Plan Laboral*), reforma da previdência, reforma educacional<sup>642</sup>, reforma da saúde<sup>643</sup>, reforma do judiciário, reforma da agricultura e reforma administrativa.

O principal dispositivo narrativo que defendia as modernizações consistia em ampliar a experiência do consumo verificada no período do milagre para as outras esferas das necessidades básicas. Com isso, promovia-se a privatização das necessidades

---

<sup>640</sup> *El Mercurio*. “Mensaje del Presidente Pinochet: Termina la reconstrucción Nacional; Comienza Gobierno de Modernización”. Santiago: 12/09/1979. p. A1, C6, C7 e C8.

<sup>641</sup> *Idem*.

<sup>642</sup> A reforma educacional implementada a partir de 1979 ficou caracterizada por responsabilizar os municípios pela educação básica de modo que os mesmos poderiam transferir a administração das escolas às entidades privadas. Além disso, modificou-se o sistema de financiamento, no qual o Estado deveria dar um aporte para cada aluno matriculado tanto na rede pública como na rede privada, tornando a educação privada um negócio rentável. Além disso, as famílias deveriam contribuir, minimamente, para que seus filhos estudassem até mesmo nas escolas públicas administradas por empresas. Sobre isso ver: VERGARA, Pilar. *op. cit.* p.32.

<sup>643</sup> A reforma da saúde foi marcada pelo incentivo à medicina privada por meio da criação de *Instituciones de Salud Previsional* (ISAPRES), que oferecem os serviços médicos em troca da contribuição dos trabalhadores, cujos benefícios são proporcionais ao seu aporte individual. *Idem*.

individuais através do discurso da “liberdade de decisão”, slogan fundamental do neoliberalismo. O principal mentor do conceito de *Siete Modernizaciones*, o então ministro do trabalho em 1979, José Piñera, apresentava tais reformas como medidas que robusteciam a liberdade de decisão das pessoas, não mais ficando refém das decisões do Estado. Dessa forma:

El Plan Laboral con la libertad sindical; la futura reforma previsional con un sistema de pensiones basada en la capitalización individual; la Directiva Educacional y la reforma de la salud a través de la descentralización operativa y la mayor flexibilidad de opciones individuales; la modernización judicial al hacer más efectivo y expedito el acceso de toda persona a la justicia; el reordenamiento agrícola al fortalecer la propiedad privada en el campo; y por último, la reforma administrativa al agilizar el sector estatal y permitir reducir su tamaño que abrumba con su pesada carga a todos los chilenos.<sup>644</sup>

O constructo ideológico dessas modernizações se baseou na construção de uma representação na qual os direitos e garantias sociais essenciais para a população até 1975 fossem vistos como elementos que aumentavam o valor da mão de obra, gerando uma maior emissão de dinheiro e inflação, e impedindo, por conseguinte, o avanço econômico do país. Assim, a administração de serviços sociais básicos do Estado (este último custoso e irresponsável) deveria ser transferida ao setor privado, submetido às exigências da competitividade que, por sua vez, estimularia a eficiência, o progresso e um maior bem estar aos cidadãos.<sup>645</sup>

Dessa maneira, para consolidar todas as modernizações propostas, o ano de 1980, em pleno auge do milagre econômico, se tornou o ano de consolidação do projeto ditatorial por meio de uma nova constituição para o Chile. Ainda que sua elaboração tenha sido completamente autoritária<sup>646</sup>, desde o ano de 1974 se anunciava o objetivo ditatorial em criar uma nova Carta que correspondesse à nova realidade social produzida após o golpe. Conforme o documento *Líneas de Acción de la Junta de Gobierno de Chile*:

Esta nueva sociedad definirá su estructura en la nueva Constitución, para que ella crezca desde sus bases con los rasgos indicados. Desarrollará una política realista y perseverante y orientada a elevar el

---

<sup>644</sup> “José Piñera: ‘Dar un golpe de timón, crear esquemas nuevos...’”. *Qué Pasa* nº 454. Santiago: 27 de dezembro de 1979 a 2 de janeiro de 1980. pp. 6-11, p. 8.

<sup>645</sup> VERGARA, Pilar. op cit. p. 309.

<sup>646</sup> Realizada pelo *Consejo de Estado*.

nível humano de los más desposeídos, a la vez que a enseñar a toda la ciudadanía la nueva forma de entender la convivencia nacional.<sup>647</sup>

Dessa maneira, a missão de ressocialização dos cidadãos chilenos deveria ser acompanhada por meio de um novo texto constitucional que exprimisse a nova realidade do país. Foi com o desenrolar dos debates constitucionais na *Comisión Ortúzar*, com as metas de institucionalização do *Discurso de Chacarrillas*, em 1977, e com o avançar das modernizações neoliberais em pleno “milagre econômico” que o regime se preparou para consolidar sua maior obra: a Constituição de 1980.

O discurso de Pinochet nas celebrações do 11 de setembro de 1979 associou o progresso econômico e as modernizações em curso com a necessidade de reafirmar o compromisso da sociedade chilena em não retroceder aos velhos esquemas que levaram o país ao caos, apontando para a nova etapa do governo em instituir uma *nova democracia*. Confirmando uma concepção de democracia como meio de conquistar a liberdade – esta última possível apenas no mercado-, e não como um fim em si mesma, Pinochet caracterizou a concepção de democracia que norteou a nova Carta apresentada à população:

Postulamos la democracia como sistema de Gobierno al servicio de la libertad y el progreso como forma de vida, y rechazamos, en cambio, aquellos esquemas democráticos que favorezcan el totalitarismo, la politiquería, el estatismo o la demagogia.

La experiencia nos enseña que nuestra vieja democracia se prestó durante largo tiempo, precisamente, para que el estatismo económico-social y la demagogía política, erosionaran en forma progresiva y constante la libertad real de los chilenos, especialmente en lo social, y que además retardará el progreso que nuestra nación requería.<sup>648</sup>

A forma como seu discurso apresenta a democracia prévia ao golpe confirma o conjunto de representações das direitas chilenas sobre o estado da democracia anterior, pautado na crítica ao estatismo e ao pluralismo partidário. Assim, essa democracia, e esse Estado, que geraram o caos de 1973, deveriam ser substituídos por uma nova *democracia protegida* dos males que afetaram a vida nacional. Se a velha democracia gerara o desabastecimento e a crise econômica, portanto, o novo período de crescimento e de modernização exigiam uma democracia a altura, moderna, que consagrasse os avanços

---

<sup>647</sup> “Líneas de Acción de la Junta de Gobierno de Chile”. op cit. p. 90.

<sup>648</sup> *El Mercurio*. “Mensaje del Presidente Pinochet: Termina la reconstrucción Nacional; Comienza Gobierno de Modernización”. Santiago: 12/09/1979. p. A1, C6, C7 e C8.

do período do “milagre”. Foi com essa narrativa que a ditadura buscou a aprovação da Constituição de 1980 por meio de um plebiscito, que exigia, mais uma vez, uma campanha de propaganda.

O plebiscito de 1980 ocorreu sob condições adversas: não houve espaço para uma campanha de oposição à Constituição, não havia registros eleitorais, a composição das mesas de votação foi realizada majoritariamente por empresários, e aqueles que em teoria não pudessem votar, deveriam justificar sua ausência, além da manutenção do estado de emergência. Com tudo isso, as garantias legais do escrutínio eram muito reduzidas e a mensagem oficial, associada à imprensa privada, foi unívoca na construção de uma atmosfera política que favorecesse o resultado à favor da ditadura.<sup>649</sup>

Além das denúncias oriundas do exílio, o único ato permitido pelo governo para que a oposição se organizasse para discordar do texto constitucional, divulgado na imprensa um mês antes do plebiscito, foi organizado pelo ex-presidente demócrata-cristão, Eduardo Frei no teatro *Caupolicán*, evento ocorrido no dia 27 de agosto de 1980 e nomeado como *Reunión de los chilenos libres*.<sup>650</sup> A fala do ex-presidente foi clara sobre as irregularidades identificadas para a organização do plebiscito, e num tom de denúncia, Eduardo Frei expôs que:

No hay antecedentes en la historia de un caso semejante ni en cuanto al período ni en cuanto al poder acumulado. Este proyecto no es siquiera un intento de transición, sino una prolongación y consolidación del actual poder personal. Este plebiscito carece de validez y lo rechazamos porque no reúne las condiciones mínimas que garanticen su legitimidad (...). No es válido, porque no se puede llamar a un plebiscito cuando el país vive bajo estado de emergencia; no es válido porque no existen registros electorales y han transcurrido prácticamente siete años desde su destrucción, lo que revela la voluntad deliberada de no rehacerlos; no es válido, porque las mesas que recibirán los sufragios y harán su recuento están formadas por personas designadas por los alcaldes que, a su vez, son nombrados por el jefe de Estado. No es válido, porque no existe libertad de información ni de expresión. Los que disienten no tienen acceso a la televisión, que en nuestro mundo es el principal instrumento de comunicación de masas, y muy escaso a las radios y a la prensa.<sup>651</sup>

---

<sup>649</sup> Claudio Fuentes produziu um livro sobre as fraudes identificadas no plebiscito de 1980. FUENTES, Claudio. *Plebiscito Nacional. Nueva Constitución política de la República de Chile. 1980*. Santiago: Hueders.

<sup>650</sup> Idem. p. 76.

<sup>651</sup> Idem. pp-79-80.

As críticas de Frei ressaltavam o aspecto fundamental desse plebiscito: a ausência de um debate público e de espaço para a oposição manifestar sua posição sobre a nova Carta. Ainda que em 1980 já existissem algumas revistas de oposição, o monopólio do discurso público pelos partidários do regime anulou qualquer manifestação de dissenso, limitando as discussões sobre a legitimidade do texto constitucional. Foi favorecida por esse ambiente que a propaganda da ditadura procurou ampliar a narrativa governista.

A principal linha discursiva da propaganda do plebiscito de 1980 foi associar o *sim* a Constituição como um voto de confiança na continuidade do progresso econômico e da modernização pela qual o país vivia nos anos do milagre. O slogan “¡Sí! A la Constitución de la Libertad” representava a conquista de uma *nova democracia* que estabeleceria as condições para que os chilenos gozassem de estabilidade e tranquilidade, sem que as instituições e o padrão de vida e consumo fossem ameaçados. Com isso, legitimava-se a concepção de uma *democracia limitada* que impediria a ameaça marxista contra os valores nacionais.

Sete anos após o golpe, os estrategistas da campanha retomaram as comparações com o governo de Allende e o ano de 1973. Era preciso rememorar o “caos” para saber que a única opção real aos chilenos era a aprovação da constituição. Assim, enquanto a opção *sim* representava a fé no futuro promissor, o voto *não* consistiria no retorno da anarquia, da desordem e da crise econômica. Por isso, ao discursar na cidade de Cauquenes, Pinochet afirmou que cabia ao povo chileno decidir-se entre seguir adiante ou voltar atrás, pois essa:

Es una Constitución de la libertad, que les va a proteger y les va a permitir vivir, o por lo menos, defenderse del marxismo. Entonces algunos me dicen: bueno, pero si este problema es un problema del marxismo; si del marxismo nosotros podemos defendernos de muchas maneras... Lamentablemente yo sé que son muy pocos los que han estudiado el marxismo, porque no lo entienden, porque no lo comprenden.<sup>652</sup>

A tutela do governo das Forças Armadas é ratificada nos discursos e na propaganda oficiais, legítimos conhecedores do “perigo marxista”, fato que eximia o governo de convocar uma assembleia constituinte. O impedimento dos partidos marxistas

---

<sup>652</sup> *La Nación*. “La agresión marxista trata de evitar que esta Constitución sea aceptada”. Santiago: 16 de agosto de 1980. p. 16A.

era visto como o primeiro passo para a conquista efetiva da independência e do desenvolvimento. Por isso, era necessário lembrar a sociedade sobre os males provocados pela esquerda no país.

Nessa constante “rememoração do caos”, um dos temas abordados pela propaganda foi o fim de oportunidades de trabalho geradas pela crise econômica do governo Allende. Desconsiderando o fato de que o desemprego no auge do milagre chegou a taxa exorbitante de 17%<sup>653</sup>, enquanto em 1973 oscilava entre 5 e 6%<sup>654</sup>, uma das mensagens da campanha plebiscitária, acompanhada de uma fotografia de vários trabalhadores concentrados em filas à procura de emprego, levantava a seguinte questão (imagem 51):

¿Alguién quiere acaso volver a una época destructiva y caótica en que las fábricas, los negocios, los campos y todo lo que produce trabajo se detuvo y no había posibilidad de progreso para nadie?

**Para no volver jamás a la destrucción de nuestras fuentes de trabajo... ¡Sí! a la Constitución de la Libertad.**<sup>655</sup>



Imagem 51

<sup>653</sup> GARCÍA, Rigoberto. *Economía y política durante el gobierno militar en Chile 1973-1987*. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura económica, 1989. p. 73.

<sup>654</sup> FRENCH-DAVIS, Ricardo. op cit. p. 30.

<sup>655</sup> *El Mercurio*. ¡SÍ! A LA CONSTITUCIÓN DE LA LIBERTAD.. Santiago: 02/09/1980. p. A11.

A propaganda era produzida centrada nos principais grupos do discurso público da ditadura: trabalhadores, jovens e mulheres. Mais uma vez, a ditadura convocou suas bases sociais para defenderem a reconstrução nacional garantida apenas com a nova institucionalidade. O amplo esforço da SEGEGOB, da DOC e do *Instituto Diego Portales* em realizar cursos de capacitação sobre a nova institucionalidade e a nova constituição deveriam render frutos e resultar na aprovação da nova Carta.

Sendo o grupo privilegiado da ditadura, e sob a coordenação de lideranças gremialistas, os jovens foram selecionados como um dos principais alvos da propaganda constitucional, identificados como os verdadeiros representantes da futura e moderna institucionalidade. Um dos tópicos principais do trabalho de propaganda da DINACOS nesse período, sob a direção de Jorge Fernández Parra, consistia em tratar o jovem como o “pilar das tarefas de desenvolvimento da Nação”.<sup>656</sup> Por isso, se invocava o medo de se retroceder a um tempo no qual a “educação era dirigida a destruir os princípios fundamentais da família e da pátria”, período no qual os jovens se dedicavam apenas à militância política e se afastavam dos estudos e da tarefa de auxiliar no progresso nacional, utilizando, para isso, uma fotografia de jovens encapuzados construindo uma barricada (imagem 52)<sup>657</sup>.

---

<sup>656</sup> PARRA, Jorge Fernández. “Función y labor de la Dirección de Comunicación Social”. *Tercer Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 30 de marzo a 10 de abril de 1981. p.97.

<sup>657</sup> *El Mercurio*. ¡SÍ! A LA CONSTITUCIÓN DE LA LIBERTAD. . Santiago: 03/09/1980. p. C7.



Imagem 52

Com tudo isso, a Constituição de 1980 apresentava-se como o mecanismo que permitiria a potencialização e os valores da juventude. O jornal estatal *La Nación*, em seus cadernos especiais destinados aos jovens que se preparavam para o vestibular, reforçou o dever cívico e a obrigação moral da juventude em votar pelo *sim*.<sup>658</sup> A ênfase nesse grupo social foi a marca do *Cuaderno Prueba de Aptitud Académica* :

Es de suma importancia que la juventud, especialmente la estudiosa, conozca en líneas generales el contenido y significado de la Nueva Constitución por la que habrá de votarse el 11 de septiembre próximo, debido a que está orientada hacia el futuro y este pertenece a los muchachos de hoy.<sup>659</sup>

Do mesmo modo, um tema sempre associado às mulheres, o desabastecimento que caracterizou o ano de 1973 também foi resgatado pelo discurso oficialista, apelando para as filas e pela falta de suprimentos básicos. A Constituição, para a narrativa propagandística, era uma forma de dar continuidade ao padrão de consumo conquistado pela ditadura, no qual o voto *não* seria a ameaça do retorno à essa “humilhante

<sup>658</sup> *La Nación*. “Juventud, mañana Sí”. *Cuaderno Prueba de aptitud Académica*. nº23. Santiago: 10 de setembro de 1980. p. 2.

<sup>659</sup> *Idem*.

experiência” retratada por uma fotografia das filas de distribuição de comida do governo da UP (imagem 53).<sup>660</sup>



Imagem 53

Na edição do dia 23 de agosto de 1980, o jornal *La Nación* publicou um texto, sem autoria identificada, com o título “*No a las filas... Sí al pan de todos los días*” visando lembrar as angústias do desabastecimento. Contudo, o mesmo é destinado aos grupos mais pobres da população, que viveram esse drama e, por isso, não deveriam arriscar que essa experiência se repetisse. Com isso, elabora a seguinte narrativa:

“Yo sí me acuerdo de las colas...”

“Conseguir el pan para cada día era una lucha y, muchas veces, la perdíamos. Debíamos conformarnos sin él y limitarnos a pedir a Dios que la situación se acabara luego...”.

Frases como las anteriores podríamos citar miles, pero no queremos hacerlo, **queremos que los propios pobladores de las comnas de Santiago lo hagan por nosotros, pues ellos, mejor que nadie, no han olvidado las penurias que tuvieron que sufrir durante el período UP para lograr el sustento de los suyos.**<sup>661</sup>

A convocação que se realizava às mulheres chilenas resgatava sua ação na defesa da pátria ainda no período da UP. Assim como haviam feito em 1973, deveriam defender os valores da família e da tradição chilena resguardados pela nova constituição. As

<sup>660</sup>*El Mercurio*. SÍ! A LA CONSTITUCIÓN DE LA LIBERTAD. *El Mercurio*. Santiago: 05/09/1980. p. C9.

<sup>661</sup>*La Nación*. “No a las colas... sí al pan de todos los días”. Santiago: 23 de agosto de 1980. p. 7A.

vésperas do plebiscito, o jornal *La Nación* realizou uma reportagem recolhendo a opinião de várias mulheres que confirmavam a mensagem dos ideólogos do governo, como o depoimento de Violeta Atapiez ao defender o voto pelo *sim*:

Un Sí así de grande porque soy antimarxista por convicción y doctrina y encuentro mucho progreso en la actualidad... ¡y así espero que siga para siempre, tal como presenta el Presidente!. Antes del 11 todo era una catástrofe, con las colas y cada día peor, sobre todo en la educación de los niños. Quiero que sepa que yo perdí mucho en la primera apretada del cinturón, mucho, mucho, pero valió la pena y hay que seguir adelante.<sup>662</sup>

Em outro depoimento, a dona de casa María Virginia de Droppellman destaca a tranquilidade no seu cotidiano proporcionada pelo governo de Pinochet, enfatizando como esse aspecto lhe permitiu ter fé no futuro:

Mi voto vá para el Sí porque vamos a la segura y tranquilas en todo sentido. Tenemos buena educación, comida y calma en las calles, el pan y la calma seguros en el bolsillo. En cambio antes del 11 yo era una mujer muy deprimida, triste, encerrada en mí misma y en mi propia desesperación. Ahora puedo mirar el futuro con optimismo y alegría. Y así quiero que siga siendo siempre.<sup>663</sup>

A forma como o jornal estatal construiu o conjunto de narrativas das mulheres se insere na cultura de propaganda que a imprensa governista – maioria- agiu com o plebiscito. O trabalho da imprensa não consistiu apenas em servir de plataforma de divulgação da propaganda oficial, mas construiu uma pauta editorial em defesa da Constituição, fato que ficou mais evidente nos organismos sob a administração direta da DINACOS. Assim, o *La Nación*, confirmando um valor intrínseco à ditadura chilena, o retorno do ordem e da tranquilidade às ruas, publicou uma propaganda com fogueiras nas ruas e pessoas correndo, levantando o seguinte questionamento:

¿Alguién quiere acaso volver a vivir en el desorden y la violencia callejera en que no se podía salir tranquilo y confiado y que nos causaba miedo y angustia?

**Para no volver jamás al desorden y a la violencia callejera...**  
**¡Sí! a la Constitución de la Libertad.**<sup>664</sup>

---

<sup>662</sup> *La Nación*. “Opina la mujer chilena: Mi sí es por mi familia y por mi patria”. Santiago: 6 de setembro de 1980. p. 11 A.

<sup>663</sup> Idem.

<sup>664</sup> *La Nación*. ” ¡Sí! a la Constitución de la Libertad”. Santiago: 8 de setembro de 1980. p. 3 C.

Outro dispositivo comunicacional para alcançar a vitória foi a associação da Constituição como elemento fundamental da institucionalidade política que garantiria o progresso e a modernização do país. O voto *sí* seria um voto ao futuro em que as previsões dos economistas e do próprio Pinochet garantiam a superação do subdesenvolvimento e a chegada ao mundo desenvolvido. Nesse sentido, o plebiscito de 1980 foi marcado pelo otimismo do milagre econômico, constantemente amplificado pela imprensa.

Quase todos os jornais e programas de televisão sincronizaram o discurso da normalidade econômica e dos novos hábitos de consumo adquiridos nos últimos anos. Nesse clima da “revolução do consumo”, o jornal *La Nación* fez questão de sistematizar os dados econômicos em quase todas as edições dos meses anteriores ao plebiscito, dispondo de gráficos, tabelas e todo tipo de dados que permitissem a população realizar uma comparação com os índices econômicos dos governos anteriores. Por sua vez, o jornal *El Mercurio* publicou, sob o título “*Quem participará do Chile desenvolvido?*”, a entrevista concedida pelo ministro neoliberal Miguel Kast, no comando da ODEPLAN, marcada pelas expectativas de consumo que estariam disponíveis à população a partir da década de 1980, período este no qual o país ingressaria no mundo desenvolvido, mas condicionado apenas à aprovação constitucional. Além da promessa de casas e empregos, as estimativas eram as seguintes:

Uno en cada siete chilenos tendrá auto; uno de cada cinco tendrá televisor y otros artefactos domésticos modernos; uno de cada siete tendrá teléfono; el ahorro alcanzará a las mayorías que también podrán permitirse un aumento importante en sus gastos de recreación.<sup>665</sup>

Acrescentando ao cenário otimista do ponto de vista do consumo, outra estratégia discursiva desse período foi a superação da pobreza. Nessa empreitada, o *Instituto Nacional de Estadísticas* – INE<sup>666</sup> – cumpriu um papel fundamental para os interesses do governo ao relacionar os índices de desigualdade e miséria ao estatismo dos anos anteriores. Se num primeiro momento o censo que seria realizado em 1980 fora transferido para 1982, o INE publicou um folheto com o título *La evolución Social y*

---

<sup>665</sup> *El Mercurio*. “El Mercurio al ministro Miguel Kast: Quiénes participarán del Chile desarrollado?” Santiago: 7 de setembro de 1980. p. A1 e A12.

<sup>666</sup> O INE pertencia diretamente ao Ministerio de Economía.

*económica de Chile en siete años. Septiembre 1973-1980*, cujo preambulo descrevia o seguinte:

Es ya un hecho de la historia que el sistema económico vigente hasta los primeros años de la década del setenta, fundado en una filosofía que asignaba un papel preponderante al Estado en todas las actividades, tuvo como fruto que más de un quinto de la población viviera en una situación de miseria extrema.<sup>667</sup>

Ao relacionar a miséria ao período anterior ao golpe, a principal instituição responsável pelas análises dos dados demográficos e econômicos do país confirmavam a imagem da ditadura como o governo da resolução dos problemas históricos, dentre eles, a desigualdades. Para isso, atrela esse suposto trabalho de superação da miséria pelo governo de Pinochet à mudança do paradigma econômico, como o exposto a seguir:

La transición a un nuevo sistema y filosofía económicos promovidos por el Supremo Gobierno en el propósito de eliminar dicha miseria y lograr un acelerado ritmo de progreso, mediante la búsqueda de la eficiencia en todos los campos y la limitación del Estado a un rol subsidiario, ha estado asociada a cambios sectoriales que observados aisladamente hacen perder la perspectiva e impiden apreciar la magnitud y los problemas del progreso económico y social de la nación en conjunto.<sup>668</sup>

A postura do INE nesse documento é marcada pela maximização dos índices macroeconômicos em sobreposição aos indicadores mais significativos que permitiam avaliar o real impacto das reformas neoliberais. Assim, reserva apenas dois simples parágrafos de todo o texto para apresentar os índices que apontavam um aumento do poder aquisitivo (44% entre 1973 a 1980), e de sua participação da distribuição de renda, que crescera de 46% a 50% no mesmo período. Todavia, o folheto não realiza uma análise consistente da série histórica da distribuição de renda, cujas análises de Ricardo Ffrench-Davis, a partir de dados do próprio INE, comprovam que no período do milagre econômico o valor das remunerações de 1970 (109,2%) decaiu (para 97,2% em 1980). Além disso, apenas em 1991 que o salário mínimo retornou ao valor do início dos anos 1970, comprovando o caráter concentrador de renda da ditadura chilena e da política de

---

<sup>667</sup> INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. *La evolución Social y económica de Chile en siete años. Septiembre 1973-1980*. Santiago: 1980.

<sup>668</sup> Idem.

arrocho salarial do governo militar.<sup>669</sup> Contudo, o espaço para o questionamento dos efeitos do milagre foi muito reduzido, além do bombardeio midiático e propagandístico que amplificava o otimismo econômico.<sup>670</sup>

Outro importante instrumento de propaganda nessa fase foram as constantes viagens de Pinochet por todo o país, as quais a imprensa realizava a tarefa de ampliar a repercussão das calorosas recepções da população local ao chefe de estado. Boa parte das reportagens que tratavam dessas viagens confirmavam uma importante obra de Pinochet: a regionalização. Ao estabelecer uma nova reorganização territorial baseada em 13 regiões, o argumento da ditadura era a promoção do desenvolvimento regional, em contraposição à concentração de recursos na região central do Chile (próxima a Santiago). Com isso, as visitas do general seriam importantes para a propaganda da Constituição à medida que a mesma confirmaria o desenvolvimento vivido pela população nos vários rincões do país.

A imprensa fez questão de destacar os vários modelos de desenvolvimento econômico regional, seleccionando diversas cidades como Tarapacá (1ª região) e Concepción (8ª região), cujas chamadas sempre associavam *desenvolvimento e voto pelo sim*.<sup>671</sup> As viagens de Pinochet confirmavam, por um lado, a presença efetiva do Estado e de suas políticas públicas de modernização, e por outro, a necessidade do respaldo popular nas cerimônias de sua recepção.

Em sua viagem a Temuco, Pinochet aproveitou a oportunidade para construir a imagem de que a Constituição de 1980 era desejada pelo povo e que seu governo apenas representava o interesse das maiorias em manter o progresso econômico e social. Por isso, em seu discurso afirmou que:

Era necesario mostrar al mundo que en Chile no hay una organización que gobierna separada del pueblo, sino que es la ciudadanía toda la que está llevando los destinos de Chile.<sup>672</sup>

Nesse desejo de afirmar o respaldo popular ao governo, as viagens realizadas por Pinochet eram manufaturadas pela imprensa no intuito de coletar depoimentos que

---

<sup>669</sup> FFRENCH\_DAVIS, Ricardo. op cit. p. 302.

<sup>670</sup> Num editorial da revista *Qué Pasa* de dezembro de 1980, foi publicado pela primeira vez um sério questionamento dos índices fornecidos pelo INE denunciando a deficiência de informação econômica que garantisse a confiabilidade dos resultados do milagre econômico. *Qué Pasa*. “Información económica insuficiente”. Santiago: 18 a 24 de dezembro de 1980. p.5.

<sup>671</sup> *La Nación*. “Siete años de progreso y paz avalan el “Sí” de la VIII Región”. Santiago: 4 de setembro de 1980. p. 6 A.

<sup>672</sup> *EL Mercurio*. “Multitudinaria recepción brindó Temuco a S.E.”. Santiago: 30 de agosto de 1980. p.1.

corroborassem a aversão ao marxismo, o anseio pelo progresso econômico, e que a Constituição também fosse um anseio dos mais pobres. Na cidade de Temuco, o jornal *La Nación* entrevistou varios trabalhadores, publicando suas fotos com as respectivas declarações de voto. O depoimento de Sergio Silva, trabalhador inscrito no PEM, associou a tranquilidade que ele e sua família desfrutavam a partir da assistência oferecida pelo governo de Pinochet, e justifica o seu voto na opção *sim*:

Votaré Sí porque me gusta la tranquilidad. Por mis hijos y por toda mi gente es que daré mi voto a la patria. Yo tengo muy malos recuerdos del marxismo. Estuve mucho tiempo cesante porque para todos los trabajos me exigían estar en el Partido Comunista y yo nunca he sido político. (...) Una vez me inscribí en el PEM y ligerito estaba trabajando, por mi pura capacidad. Eso es lo que quiero para mi país, igualdad de oportunidades, que tanto pregonaron los políticos y que sólo este Gobierno ha entregado.<sup>673</sup>

As fotos de Pinochet sendo saudado pelas multidões estamparam as primeiras páginas dos principais jornais chilenos nas semanas anteriores ao plebiscito. A mais surpreendente delas consistiu na cerimônia na cidade de Valparaiso, com milhares de faixas com as inscrições “*Sí a Pinochet*”, de diferentes agremiações de trabalhadores, estudantes e pessoas comuns.<sup>674</sup>

Como podemos observar, várias foram as estratégias de propaganda para construir uma atmosfera de aprovação à Constituição de 1980, associando-a ao progresso, às expectativas de consumo, e à proteção institucional que impedisse o retorno do marxismo e do caos. Com isso, diante da proximidade do dia do plebiscito, o jornal estatal *La Nación* lançou mão de uma antiga propaganda que remonta aos primeiros anos do governo: a construção imagética da campanha *Chile Ayer, Hoy*.

O recurso à dicotomia que contrastava a UP com um período de progresso comprovava a ideia de uma Constituição que cristalizava todas as conquistas da ditadura. Entretanto, diferentemente do contexto no qual essa campanha foi produzida pelos jornais e pelo livro publicado pela ENGM em 1974, o governo de Pinochet e da Junta Militar agora poderiam comparar o governo de Allende com políticas públicas em andamento, parte delas conhecidas pela população, como o PEM ou a política habitacional.

---

<sup>673</sup> *La Nación*. “Pobladores de Temuco: Sí , a la dignidad y al progreso”. Santiago: 5 de setembro de 1980. p. 7 A.

<sup>674</sup> Uma filmagem disponibilizada no youtube permite ter dimensão da quantidade de pessoas que estiveram presentes nessa cerimônia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-rPVPuYSfVM&t=3s>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

Na edição do dia 30 de agosto de 1980, a propaganda *Chile Ayer-Hoy* realizou uma comparação imagética e textual sobre o tema das moradias populares. Na primeira imagem, retratada por um córrego que atravessa a comuna de Maipú, a propaganda destaca o grau de insalubridade no qual viviam os *pobladores* de Zanzón de la Aguada, argumentando que muitas crianças perderam a vida no governo da UP por desnutrição e contaminação. Ao lado dessa fotografia, por sua vez, aparecia uma outra, numa perspectiva panorâmica de um conjunto habitacional construído pela ditadura, cujo texto descrevia o seguinte:

Todos los pobladores de Zanzón de la Aguada fueron evacuados. Bajo un programa especial se atendió a cada una de las familias y especialmente los niños. Fue necesario, incluso, disponer de personal especializado para reeducar a los habitantes a su nuevo tipo de vida.<sup>675</sup>

Nota-se que a legenda da fotografia que retrata as novas moradias promove uma mudança no léxico ao designar os contemplados pelas políticas habitacionais: aqueles que antes eram *pobladores*, graças ao governo, se tornavam *habitantes*, cidadãos. Foi esse o sentido no qual muitas propagandas do plebiscito foram direcionadas às classes mais pobres: a ideia de um governo que concedeu dignidade e cidadania, por meio de políticas assistencialistas. Da mesma forma, também buscou-se criar a ideia do Chile como um país de *propietários*.

Ao fazer uma comparação com as “invasões de terrenos” pelos sem-teto, induzindo, por meio de uma fotografia de um acampamento, ser uma prática que teve início no governo de Eduardo Frei, a propaganda oficial justapõe uma fotografia de uma mulher recebendo a escritura de um terreno. Sendo assim:

En sencillas ceremonias, sin hacer publicidad alguna, en diversos puntos del país, los pobladores han recibido en propiedad terreno y casa. Pueden, ahora, con dignidad, dar estructura a su hogar, base fundamental del país.<sup>676</sup>

A campanha *Chile: Ayer-Hoy* também embarcou na onda do consumo, introduzindo a enxurrada de produtos importados como valor a ser comparado com o desabastecimento dos anos da UP. Por meio de uma fotografia da vitrine de uma loja repleta de produtos, a legenda é clara:

---

<sup>675</sup> *La Nación*. “*Campaña Chile: Ayer-Hoy*”. Santiago: 30 de agosto de 1980. p. 9 A.

<sup>676</sup> *Idem*.

Las vitrinas ofrecen de todo para el hogar. Hacía muchos años que la dueña de casa chilena no tenía una gama tan grande de artículos para sus quehaceres habituales. Ningún hogar chileno carece hoy de un elemento imortado de utilidad casera.<sup>677</sup>

Com o exposto acima, podemos constatar o conjunto de representações e práticas discursivas que permearam o contexto de aprovação constitucional. Diante de uma sociedade atomizada, cujos laços de organização haviam sido fragmentadas, tanto pela violência dos órgãos de repressão, como pelo *shock* e as reformas neoliberais, a propaganda se nutriu do otimismo do “milagre econômico” para tentar estabelecer bases de apoio e consentimento que garantissem a vitória do projeto ditatorial consagrado na *oitava modernização*: a Constituição de 1980. Entretanto, podemos afirmar que esse clima de euforia foi determinante para essa vitória?

Realizado no dia 11 de setembro de 1980, sétimo aniversário do golpe militar, milhares de chilenos compareceram a um esquema de votação muito duvidoso no que toca às garantias de transparência e de compromisso com o escrutínio democrático. A ausência de registros eleitorais e a possibilidade na qual os cidadãos votassem em qualquer mesa de votação, sem maiores mecanismos de controle do que a simples mancha de tinta no dedo polegar, já revelam a precariedade do processo de decisão constitucional. Soma-se a isso, o fato dos votos brancos serem computados para a opção *sim*. Dessa forma, do total de votos (6.271.868), 67,04% foram favoráveis a aprovação da Constituição (4.204.879) e 30,19% foram contrários (1.893.420).<sup>678</sup>

Os dados fornecidos são praticamente um espelho da consulta de 1978, na qual os votos comparados por regiões praticamente não variaram. Cláudio Sanfuentes destaca vários aspectos que poderiam qualificar esse plebiscito como uma fraude, dentre os quais destacamos o fato que enquanto a taxa de crescimento populacional apresentada pelo *Instituto Nacional de Estadísticas* entre 1978 e 1980 foi de 3,8%, o total de votantes apresentado pelo governo correspondia a uma porcentagem de 10,98%, dados que fogem da taxa histórica. Outro aspecto curioso, o percentual de abstenção de 6,8% apresentado pelo governo não encontra nenhum antecedente eleitoral no país. Nas últimas dez eleições anteriores a 1973, a porcentagem de ausentes nas eleições chegava a 21,5%, e

---

<sup>677</sup> *La Nación*. “Campana Chile: Ayer-Hoy”. Santiago: 10 de setembro de 1980. p. 9 A.

<sup>678</sup> Total de votos nulos: 173.569 (2,77%). In: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA DE CHILE. *Mensaje Presidencial* 11 de septiembre de 1980-11 de septiembre de 1981. Santiago: 1981. pp. 2-3. Informe do Ministerio del Interior.

nas três eleições presidenciais (1958-1964-1970) esse índice foi de 15,3%.<sup>679</sup> Por fim, na maior parte das comunas da região metropolitana, o número de votos excedia ao número de habitantes em condições de votar.

Sendo assim, o simples resultado numérico do plebiscito não poder ser utilizado como referência para medir o grau de consenso da população sobre a Constituição e as modernizações que a mesma consagrava. A legitimidade da Constituição de 1980 é completamente questionável pelos vários motivos que apresentamos até agora. Contudo, não podemos negar o ato do plebiscito como parte da *mise en scène* de legitimação jurídico-institucional do projeto ditatorial. A gama de referências simbólicas que atravessaram a propaganda política nas campanhas pelo *sim* nos revela um conjunto de ações pelas quais o governo de Pinochet buscou cristalizar a imagem da ditadura em pleno milagre econômico, o que no impõe a refletir sobre o horizonte de expectativas e otimismo desse período.

Não podemos descartar a dimensão de expectativas que o projeto difundia por meio da propaganda: dignidade, cidadania, poder de consumo, tranquilidade, ordem, ou seja, valores que seriam consagrados pela nova constituição. Por isso, a maneira como o governo atrelou o discurso da modernização à institucionalização é fundamental para que compreendamos a consolidação de um imaginário social sobre a ditadura. A partir da afirmação do projeto ditatorial, Pinochet conclamava a todos os chilenos a se unirem em prol da grandeza de um país no qual não haveria “vencedores nem vencidos”.<sup>680</sup>

Existe também um outro elemento, muitas vezes desconsiderado nas análises sobre o plebiscito de 1980: a consagração de Pinochet como presidente da República até 1988, garantida pelo *sim* a Constituição, configurava, no discurso oficial, como um voto pela escolha da normalidade democrática, ainda que limitando a existência partidária da esquerda, num aceno à transição democrática. As próprias propagandas difundidas no *La Nación* enfatizavam esse aspecto:

Esta CONSTITUCIÓN da a Chile una auténtica DEMOCRACIA porque establece:  
- Que todos elegiremos al Presidente.  
- Que todos elegiremos a nuestros representantes en el Parlamento.  
- Que los enemigos de la democracia no podrán participar de ella para destruirla.<sup>681</sup>

---

<sup>679</sup> SANFUENTES, Carlos. op cit. pp. 114-115.

<sup>680</sup> *El Mercurio*. “Anoche en Santiago: Multidinario respaldo al gobierno”. Santiago: 12 de setembro de 1980. p. 1.

<sup>681</sup> *La Nación*. Propaganda *Qué significa votar Sí*. Santiago: 26 de agosto de 1980. p. 9 A.

Essa perspectiva da aprovação constitucional como um passo para a institucionalização da transição democrática, confirmada por Pinochet um dia após o resultado eleitoral, é um aspecto importante, tanto para o discurso de legitimação da ditadura quanto no estabelecimento de prazos e metas cujo objetivo final eram a conquista da democracia. Por isso, devemos considerar essa outra expectativa como um ponto de referência das condutas individuais ao refletirmos sobre esse plebiscito.

O imaginário social marcado pelo otimismo produzido no período do milagre e consolidado na propaganda da Constituição de 1980 não responde sobre os níveis de consenso da ditadura nesse período, mas pode auxiliar na compreensão da permanência das representações sobre a modernização propiciadas pelo governo de Pinochet e pela Constituição. A utopia autoritária, com tudo isso, criou uma atmosfera na qual a tão almejada reconstrução nacional, inspiração do discurso oficial para justificar o golpe em 1973, havia sido alcançada. As reformas neoliberais estavam a pleno vapor. E por fim, a Constituição de 1980 terminaria por enquadrar definitivamente a sociedade ao projeto de democracia protegida e de Estado subsidiário. Entretanto, os limites do projeto de modernização autoritária ainda sentiriam os ventos da década de 1980.

## CONCLUSÃO

A sociedade chilena vem realizando, nas últimas décadas, uma reflexão muito importante sobre os legados da ditadura e suas persistências mesmo após vinte e oito anos do retorno da democracia. Ao mesmo tempo em que se avançou na condenação do terrorismo de Estado praticado pelo governo de Pinochet e da Junta Militar, com importantes conquistas simbólicas e institucionais na defesa dos Direitos Humanos, ainda convive com uma arquitetura política e econômica provenientes desse período. Os últimos governos evidenciam essa encruzilhada histórica na qual os chilenos têm vivenciado: condenar o passado autoritário e valorizar o progresso econômico atribuído à ditadura.

O último governo de centro-esquerda (*Nueva Mayoría*)<sup>682</sup>, marcado pelo retorno de Michelle Bachelet, teve uma marca importante no que se refere à revisão de demandas históricas decorrentes das *modernizações neoliberais* de Pinochet: o retorno da educação pública e gratuita no ensino superior ( após anos de organização do movimento estudantil iniciado em 2006 com a *revolta dos pinguins*) e a aprovação de uma nova Assembleia Constituinte para substituir a *constituição de Pinochet*. Desde 2014, foi intenso o debate sobre a revisão da institucionalidade marcada por um sistema eleitoral distorcido e sobre-representativo – sistema binominal-, eliminado em 2017, e da consulta nacional para estabelecer os critérios da nova Carta. Entretanto, os índices econômicos foram utilizados na campanha eleitoral de 2017 como um ponto estruturante para o retorno da direita chilena ao comando do país, marcada pela volta de Sebastián Piñera (*Chile Vamos Amplitud*)<sup>683</sup> à presidência, na promessa de alavancar a economia e dar continuidade ao desenvolvimento e modernização do país.

Os resultados eleitorais de 2017 revelam um ponto importante de nossa tese: a forma como a direita chilena, grande beneficiária do capital político da ditadura pinochetista, se apresenta como a força motriz do crescimento econômico sob os princípios do neoliberalismo. Nesse sentido, a oscilação entre negação da ditadura e a defesa de um legado econômico é o maior dilema da sociedade chilena, que pode ter

---

<sup>682</sup> A coalizão *Nueva Mayoría* foi uma recomposição das forças políticas após a saída da *Concertación* do poder no final do primeiro mandato de Michelle Bachelet (2006-2010) da Presidência da República.

<sup>683</sup> Coalizão de partidos liderada pelas principais forças de direita no país: a *Unión Democrática Independiente* – UDI e o *Partido Renovación Nacional*.

relação ao imaginário social consolidado ao longo dos dezessete anos de governo dos militares.

A modernização realizada pela ditadura no Chile foi denominada, por Joaquín Lavín, como uma *revolução silienciosa*. Atento às modificações na forma de pensar, estudar, trabalhar e de agir dos chilenos, o autor exalta a integração do país com o mercado internacional, positivando as políticas neoliberais. Segundo sua interpretação sobre a realidade nacional, defende a conquista da única liberdade possível, a que se manifesta no espaço privilegiado do consumo e do mercado, vislumbrando essa verdadeira revolução caracterizada por “milhões de chilenos tomando decisões livres, com toda a informação disponível num país conectado ao mundo”.<sup>684</sup>

Esse cenário otimista, descrito por Lavín, estava inserido num outro contexto, do final dos anos 1980, após a superação da crise econômica que ocorreu entre 1981 e 1985, quando Pinochet e sua equipe foram obrigados a flexibilizar e redefinir o ritmo das reformas neoliberais, constatando o perigo em acreditar numa autoregulação do mercado como forma de resolver esse imbróglio. Após o “milagre econômico”, portanto, a economia chilena passou por uma de suas maiores crises, revelando a fragilidade do sistema implementado pelos *Chicago Boys*.

Foi justamente nesse clima de frustração com o milagre que parte importante da sociedade chilena, em especial, de trabalhadores e setores das *poblaciones*, saiu a manifestar-se contra as políticas econômicas e contra o autoritarismo. A denominada *Jornada de Protestas*, entre 1983 e 1985, foi o resultado do descontentamento social provocado pelos “custos” das modernizações, revelando o duplo caráter dos avanços econômicos: de um lado, uma tendência que integrava as elites a um maior padrão de consumo e bem estar, e de outro, o empobrecimento de boa parte da população.<sup>685</sup> Por isso, esse período de intensas manifestações pode ser interpretado sob a luz dos primeiros sinais de expressão do dissenso ao projeto da ditadura e da fragilidade do crescimento econômico.

A *Jornada de Protestas* revelou os limites do consenso e do apoio social ao governo. A crítica apontada por esses movimentos ia diretamente de encontro ao coração do projeto ditatorial: a denúncia contra a pobreza pela qual a população dos bairros mais vulneráveis estava submetida; a crítica ao esgarçamento social produzido pelo *Plan*

---

<sup>684</sup> LAVÍN, Joaquín. op cit. pp. 11-12.

<sup>685</sup> Essa tendência dual do milagre é caracterizada por TIRONI, Eugenio. op cit. p.17.

*Laboral* e à política de baixos salários; a necessidade de reorganização partidária, especialmente das esquerdas; a reivindicação por liberdade de expressão e pelo retorno mais que necessário do regime democrático. Entretanto, apesar de todas essas reivindicações, nos perguntamos: essas manifestações e a crise do milagre foram suficientes para a derrocada do modelo econômico? Além disso, as críticas derivadas desse movimento social foram capazes de desconstruir e deslegitimar o conjunto de representações sobre as modernizações da ditadura?

A complexidade que demanda responder essas perguntas exigiria um esforço analítico que ultrapassa os objetivos dessa tese. Contudo, podemos afirmar, pelo menos, que os protestos da década de 1980 possibilitaram o fim do monopólio discursivo da propaganda oficial, revelando as fraturas e dando visibilidade a um discurso contra-hegemônico. Entretanto, a ditadura retomou rapidamente o controle da situação de modo a reafirmar os valores e propósitos que davam sentido à permanência dos militares no poder, estendendo-se até 1990.

Poderíamos cair no erro de apontar a irrupção desses movimentos como uma falha dos propósitos propagandísticos da ditadura. Essa jornada de protestos dos anos 1980 seriam, numa análise apressada, a prova de que a política de comunicação não surtira o efeito esperado de doutrinação e ressocialização da população. Partir desse diagnóstico seria sobredimensionar o papel das propagandas nos regimes autoritários em detrimento do alcance das políticas públicas, além do peso da repressão. Ao contrário, nosso trabalho buscou afirmar o paralelismo necessário que relacionava as propagandas com as ações efetivas do governo em diversas frentes.

O que nos interessa é pensar como o discurso oficial, e seu conjunto de símbolos e práticas discursivas – ou parte significativa dele – permaneceram até os dias atuais. Um dos aspectos singulares da ditadura chilena foi a manutenção de uma linha narrativa consistente formada no tripé antimarxismo-refundação-modernização. Por isso defendemos a importância dada à propaganda política na fase de institucionalização do regime e de neoliberalização da sociedade chilena.

A busca pela legitimidade da ditadura e do governo de Pinochet e das Forças Armadas se alimentou tanto de uma narrativa condenatória e demonizadora da experiência do governo da UP, quanto do clima de otimismo e de fé no futuro propiciados pelo contexto do milagre econômico. Por isso, a propaganda política teve centralidade no projeto ditatorial. Foi preciso ir além da violência física contra a esquerda porque o objetivo final foi a construção de um modelo de modernização capitalista que perdurasse

para além do governo de Pinochet. Era preciso doutrinar, difundir e semear os valores que deveriam nortear o *novo Chile*, e nesse quesito, a propaganda atuaria como um recurso necessário.

O modo como a propaganda foi concebida por militares e civis que trabalhavam nos organismos de comunicação da ditadura foi marcada por uma concepção específica, com pretensões de manipulação ideológica capaz de orientar a opinião pública, ajustando a sociedade aos novos padrões e paradigmas. Era preciso conquistar corações e mentes, era fundamental provocar a ação e o comprometimento da sociedade com as obras de modernização da ditadura. O projeto dependia disso.

A concomitância entre o desempenho econômico neoliberal, as reformas trabalhista e da previdência, e a aprovação da Constituição de 1980 não foi um mero acaso. No período entre 1978 e 1980, tomou forma um novo imaginário social consagrado pela ditadura no qual o desenvolvimento econômico era possível à medida que se eliminasse a herança estatista e marxista e se caminhasse a um novo regime de liberdades, regulado pelo mercado, caminho esse garantido apenas com uma nova constituição que impedisse os vícios e as demagogias do passado. A modernização vendida pela propaganda justificava, portanto, a ação do governo. A ditadura, embuída no otimismo dos anos do milagre, apresentava-se como “necessária”, como um *ente* transitório cuja as ações do presente se legitimavam enquanto às promesas futuras de seu projeto: desenvolvimento e uma democracia depurada de “ameaças”.

A narrativa do milagre visou construir um horizonte de expectativas para o conjunto da população chilena, ainda que maior parte dela tenha vivido o efeito reverso diante de mudanças econômicas e trabalhistas tão brutais. Os índices de crescimento do PIB serviam para reforçar a promessa de um futuro melhor. Com isso, cabia à população sacrificar-se e trabalhar, disciplinadamente, para conquistarem um novo padrão de satisfação, não mais coletivamente, mas individualmente.

Entretanto, o projeto autoritário foi além da propaganda pois, parafraseando Konrad Heiden, mais do que “um meio de direccionar a mente das massas, a propaganda é a técnica de andar com as massas”.<sup>686</sup> Ou seja, a propaganda política da ditadura, em seu afã por sondar as opiniões, visava apreender determinadas demandas sociais de modo a potencializar as obras do governo. Como dizer que a construção da *Carretera Austral* não atendeu a uma necessidade histórica dos chilenos, isolados no sul do país?

---

<sup>686</sup> HEIDEN, Konrad. *Der Fuehrer. Hitler's rise to power*. Boston: Gollancz, 1944. p. 140

Símbolo do projeto de regionalização e de integração, essa rodovia representava o progresso, não apenas propagandisticamente. Por isso, acreditamos que um dos pontos fundamentais do trabalho de propaganda foi o de potencializar determinadas satisfações, ainda que num horizonte distante.

A gama de produtos importados, os novos *shopping centers*, os sinais visíveis de modernidade urbana, como o metrô de Santiago, a entrega de casas pelo governo, a promessa de acesso a carros, ou seja, todo um novo mundo do consumo e bem estar que se mostrava diante dos chilenos, nos leva a refletir sobre como isso afetou os padrões de comportamento social. Mesmo com um índice de desemprego altíssimo, com salários baixos, e um cenário de privatização das necessidades, a propaganda apontava para a modernização, que um dia seria comartilhada por todos.

Na promessa de progresso, a necessidade de rememorar o passado recente se justificava para apontar os males pelos quais os chilenos foram submetidos, como o desabastecimento, responsabilizando Allende e à experiência da UP pela crise econômica que afetou as condições mínimas para a população. Nessa manufatura do passado, era preciso realizar o contraste entre o ontem, marcado pelo crise econômica e pelo caos marxista, e o hoje, pela esperança e o progresso. A ditadura, desse modo, afirmou-se como um divisor de águas para o Chile. Não como um corpo alheio às tradições e aos valores nacionais, mas pela tutela legítima das Forças Armadas, garantidoras da ordem, da segurança e da modernização. Nesse esforço contínuo de afirmar-se enquanto legítimos atores, coube a Pinochet e à Junta Militar o trabalho persistente de relembrar à sociedade a ação salvadora por eles protagonizada, ritualizando o *11 de setembro*, construindo espaços de manifestação cívica e ratificando uma imagem do compromisso histórico dos militares para com o país.

Todo o esforço do regime em manifestar suas verdades por meio da propaganda materializou-se na constituição de importantes organismos e veículos de comunicação. Desde os primeiros feitos, como a *Editora Nacional Gabriela Mistral*, até a institucionalização da DINACOS, o desejo e a necessidade da propaganda criaram um importante aparato comunicacional que respaldou as ações do governo. Tendo em mãos poderosos veículos estatais, como a *Empresa Periodística La Nación*, a *Radio Nacional* e a *Televisión Nacional de Chile*, a DINACOS pode concretizar uma política de comunicação e propaganda centralizada, que atendesse à necessidade de legitimação do projeto ditatorial. O organismo de propaganda oficial foi fundamental para cristalizar a imagem e o imaginário da ditadura.

Como todos os órgãos do governo, a DINACOS também foi palco das mudanças institucionais que espelhavam as demandas de institucionalização do governo, e também vivenciou a transição de sua direção entre militares e civis. Foi significativa a importância de seus diretores para a regulamentação e realização de suas tarefas comunicacionais, em especial, a atuação do coronel Werther Araya e do major Hugo Morales. Ao consagrarem a DINACOS como o órgão oficial de propaganda, na frente interna, na defesa das reformas neoliberais, ou na frente externa, na busca incesante para construir uma melhor imagem do país no exterior, ambos os militares elevaram o patamar desse órgão num grau de importância dentro da arquitetura institucional, auxiliando os objetivos da SEGEOB em construir uma diálogo entre “governantes e governados” e na busca do apoio à ditadura.

A partir de 1979, a DINACOS esteve exclusivamente nas mãos dos civis, em especial, sob o comando de jornalistas, o que evidencia um aspecto bastante curioso sobre os eventuais colaboracionismos entre o *Colegio de Periodistas*, a *Asociación Nacional de la Prensa*, e o próprio jornal *El Mercurio* com seus diretores. Nos meandros da censura e da autocensura, a presença da DINACOS nas celebrações anuais do *Día Nacional de la Prensa*, com elogiosos discursos à imprensa nacional no suporte que ofereciam ao organismos de censura e propaganda, são indícios do que aqui chamamos de *sincronização dos veículos de comunicação* com o projeto autoritário. A nomeação do diretor Luciano Vázquez como chefe da DINACOS é um importante vestígio para pensarmos o quanto do pensamento civil alimentava a própria ditadura.

Por fim, se a propaganda foi fundamental para o projeto ditatorial, também foi importante para a *pinochetização* do regime. A premeditada centralização do poder nas mãos de Pinochet, como comandante do Exército, líder da Junta Militar e Presidente da República, foram estratégias que se complementaram com outras frentes de atuação, e a construção da imagem de um “general do povo” foi uma delas.

De fato, a figura de Pinochet foi a mais veiculada de toda a ditadura chilena. Seja na imprensa escrita, na televisão, na rádio, o general fazia uso constante de sua imagem como forma de aparição do poder. Seus longos discursos nas comemorações do 11 de setembro, sua participação nas conferências dos jovens, mulheres e trabalhadores, fez de Pinochet o “garoto propaganda” das transformações globais pelas quais o país sofreu ao longo de dezessete anos. Conforme o projeto de poder por ele liderado avançava nos anos 1970, a associação de sua pessoa ao modelo neoliberal e à Constituição de 1980, fez de sua permanência como chefe da nação a garantia da sobrevivência da “*revolução*”

*capitalista*” gerada pelo golpe. A ambição do enraizamento desse projeto chegou ao ponto de Pinochet candidatar-se ao plebiscito de 1988, visando permanecer como presidente até finais do século XX.

As recentes comemorações da vitória eleitoral de Sebastián Piñera, dentre as quais, aparece um homem segurando um busto de Pinochet, representa o imaginário herdado pela direita chilena, como se esta fosse a responsável pela recuperação econômica e por um estilo de governo baseado numa autoridade forte em tempos de crise. Muitas explicações sobre a sombra constante do *pinochetismo* que pairam sobre a sociedade chilena são possíveis, e a ideia difundida pelas propagandas nos anos 1970 da chegada de um tempo de modernizações é uma delas.

## FONTES

### Jornais e revistas:

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE

*Cauce*

*Cosas* (1977 e 1978)

*El Mercurio* (1973 a 1982).

*El Cronista* (1974 a 1979)

*Ercilla* (1977 a 1981)

*Hoy* (1977 a 1980)

*La Nación* (1980)

*La Patria* (1973)

*La Tercera de la Hora* (1974 a 1980)

*La Segunda de la Hora* (1974 a 1980)

*Qué Pasa* (1975 a 1981)

*Realidad* (1977 a 1980)

*Solidaridad* (1977 a 1980)

### Documentos:

ARCHIVO DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA-ARCHIVO NACIONAL: Fondo MINEDUC.

BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL

BIBLIOTECA NACIONAL DE CHILE

BIBLIOTECA DE LA UNIVERSIDAD CATÓLICA- CAMPUS SAN JOAQUÍN.

AUGUSTO PINOCHET UGARTE- *Discurso de Chacarrillas*. Chacarrillas: 9 de julio de 1977.

ENGM. *Un año de reconstrucción. 11 de septiembre de 1973- 11 de septiembre de 1974*.

Santiago: 1974

\_\_\_\_\_ - ROSTAGNO, Irene. E D'ALBUQUERQUE, Lucia. *Perfiles de un Chile joven*.

Santiago: 1974

- \_\_\_\_\_. *La Junta de Gobierno frente a la juridicidad y los derechos humanos: Discurso pronunciado por el General Leigh el 29 de abril de 1974 en la Universidad Católica de Chile*. Santiago: 1974.
- \_\_\_\_\_. *Chile: 11 de septiembre de 1975*. Santiago: 1975.
- \_\_\_\_\_ - JIMENEZ, Hugo Castro. *Pensamiento de Portales*. Santiago 1974.
- \_\_\_\_\_ - JUNTA DE GOBIERNO. *Política cultural del Gobierno de Chile*. Santiago: 1975.
- \_\_\_\_\_. *Conversaciones sobre economía*. Santiago: 1975.
- \_\_\_\_\_ - MINISTERIO DE OBRAS PUBLICAS. *Planificación y programación: de la infraestructura de apoyo al desarrollo económico y social*. SANTIAGO: 1975.
- \_\_\_\_\_ - PINOCHET, Augusto. *Chile enfrenta*. Santiago: 1976.
- \_\_\_\_\_. *1º de maio de 1976*. Santiago: 1976.
- DINACOS. *Destino Nacionalista de Chile*. Santiago: 1974.
- \_\_\_\_\_. MINEDUC. *Ordem de serviço N°599*. Santiago: 1974.
- \_\_\_\_\_. MINEDUC. *Ordem de serviço N° 1007*. Santiago: 1974.
- \_\_\_\_\_ - PAREDES, Hernán Vergara. *Destino Nacionalista de Chile*. Santiago: 1974.
- \_\_\_\_\_. *Oficio N° 1251*. Santiago: 20 de outubro de 1975.
- \_\_\_\_\_. Boletín Interministerial. Santiago: MINEDUC, 1975.
- \_\_\_\_\_. Y...? Como vá la economía. Santiago: 1977.
- \_\_\_\_\_. Principios y conductas básicas en el Chile de hoy y mañana. Santiago: 1977.
- \_\_\_\_\_. *1973-1978: Cinco años de orden, progreso y libertad*. Santiago: 1978.
- \_\_\_\_\_ - SEGEGOB. División de Organizaciones Civiles. Santiago: 1979.
- \_\_\_\_\_. *Visión Futura de Chile*. Santiago: 1979
- \_\_\_\_\_. Efectos de la nueva Legislación Laboral. Santiago: 1979.
- \_\_\_\_\_. La Reforma Previsional. Santiago: 1980.
- \_\_\_\_\_. Bases de la Nueva Institucionalidad Chilena. Santiago: 1980.
- \_\_\_\_\_. Objetivo Nacional del Gobierno de Chile. Santiago: 1980.
- \_\_\_\_\_. Campaña por el retorno. Santiago: 1980.
- \_\_\_\_\_. *¿Qué hacemos por la salud?* Santiago: 1982.
- \_\_\_\_\_. *¿Qué hacemos por el problema habitacional?* Santiago: 1982.
- \_\_\_\_\_. *¿Qué hacemos por la educación?*. Santiago: 1982.

\_\_\_\_\_. Realidad Nacional: pasado, presente y futuro. Santiago: 1984.

JUNTA NACIONAL DE GOBIERNO. *Acta de Consitución de la Junta de Gobierno*. Santiago: 1973.

\_\_\_\_\_. *Bando N° 5*. Santiago: 11 de setembro de 1973.

\_\_\_\_\_. *Bando N° 15*.

\_\_\_\_\_ – ENGM. *Declaración de Principios*. Santiago: 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto Ley N° 527– Estatuto de la Junta de Gobierno*. Santiago: 17 de junho de 1974.

\_\_\_\_\_ - ENGM. *Objetivo Nacional del Gobierno Militar*. Santiago: 1975.

\_\_\_\_\_. *Decreto Ley N° 11*. Santiago: 31 de dezembro de 1976.

\_\_\_\_\_. *Bando nº 107*. Santiago: 11 de março de 1977.

\_\_\_\_\_. *Bando N° 122*. Santiago: 22 de julho de 1978.

MINISTERIO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA. *Decreto Ley N° 386*. Santiago: 10 de abril de 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto Ley N° 1281*. Santiago: 10 de dezembro de 1975.

\_\_\_\_\_. *M.E.P. RES. N° 104*. Santiago: 9 de março de 1976.

MINISTERIO DEL INTERIOR. *Decreto Ley N° 1281*. Santiago: 10 de dezembro de 1975.

\_\_\_\_\_. *Decreto Ley N° 1385*. Santiago: 29 de março de 1976.

\_\_\_\_\_. *Actas del Primer Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 15 de abril de 1978.

\_\_\_\_\_. *Actas del Segundo Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 12 a 14 de março de 1980.

\_\_\_\_\_. *Actas del Tercer Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 30 de março a 10 de abril de 1981.

\_\_\_\_\_. *Actas del Cuarto Congreso Nacional de Alcaldes*. Santiago: 26 de abril a 7 de maio de 1982.

\_\_\_\_\_. *Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura*. Santiago: 2004.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA DE CHILE. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1974 – 11 de septiembre de 1975*. Santiago: 1975.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1975 – 11 de septiembre de 1976*. Santiago: 1976.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1976 – 11 de septiembre de 1977*. Santiago: 1977.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1977 – 11 de septiembre de 1978.* Santiago: 1978.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1978 – 11 de septiembre de 1979.* Santiago: 1979.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1979 – 11 de septiembre de 1980.* Santiago: 1980.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1980 – 11 de septiembre de 1981.* Santiago: 1981.

\_\_\_\_\_. *Mensaje Presidencial. 11 de septiembre de 1981 – 11 de septiembre de 1982.* Santiago: 1982.

\_\_\_\_\_. *Comisión Rettig. Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación.* Santiago: Ministerio del Interior-Programa de Derechos Humanos, 1991.  
SEGEOB. *Libro blanco del Cambio de Gobierno en Chile. 11 de septiembre de 1973.* Santiago: 1973.

\_\_\_\_\_ - DIRECCIÓN DE RELACIONES HUMANAS-DEPARTAMENTO DE PSICOLOGÍA.  
*Campaña de Penetración Psicológica Masiva.* Santiago: 1974.

\_\_\_\_\_. *Orden de servicio N° 2092.* Santiago: 8 de julio de 1974.

\_\_\_\_\_. *Decreto Ley N° 2826.* Santiago: 30 de agosto de 1979.

\_\_\_\_\_ - DINACOS. *Chile 1973-1983: diez años de realizaciones.* Santiago: 1983.

## Referências bibliográficas

- ACOSTA, Francisca Valdebenito. *Tinta papel ingenio. Pabfletos políticos em Chile. 1973-1990*. Santiago: Ocho Libros, 2010.
- AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 1.ed. São Paulo: UNESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. A política chilena: uma história de modelos e experiência. *Coleção Documentos*. n.27, IEA: USP, out.1996.
- \_\_\_\_\_. *A Frente Popular no Chile: história e historiografia*. São Paulo, 1996, 250p. Tese de Doutorado (FFLCH – Universidade de São Paulo).
- \_\_\_\_\_. A revolução, seu mito e a democracia. *Novos Rumos*. São Paulo, v.5, 1991, p.43-48.
- ALVAYAY, Rodrigo. Estrategia del gobierno militar y la revalorización de la Democracia. *Opciones*. Revista del Centro de Estudios de la Realidad Contemporánea, n.13, jan./abr.1988, p.135-148.
- ANDRADE, Carlos. *Reforma de la Constitución Política de la República de Chile*. Santiago: Jurídica de Chile, 1991.
- APIOLAZA, Pablo Rubio. *Los civiles de Pinochet. La derecha en el régimen militar chileno, 1983-1990*. Santiago: LOM, 2013.
- ARAYA, Marcelo Casals. *La creación de la amenaza roja. Del surgimento del anticomunismo em Chile a la “campanha del terror” de 1964*. Santiago: LOM, 2016.
- ARAVENA, Francisco Rojas. “Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997”. in: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 40, n. 2, 1997. pp. 49-75.
- ARRIAGADA, Genaro. *Por la razón o la fuerza. Chile bajo Pinochet*. Santiago: Sudamericana, 1998.
- \_\_\_\_\_. Después de los presidencialismos...? que? in: GODÓY, Oscar (ed.). *Cambio del régimen político*. Santiago: Ediciones de la Universidad Católica de Chile, 1992.
- AZEVEDO, Cecília. et ali. (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

- BACKZO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.
- BARROS, Robert. *Constitutionalism and dictatorship. Pinochet, the Junta, and the 1980 Constitution*. Cambridge, 2002.
- BENAVENTE, Andrés; ARAYA, Eduardo. *La derecha política chilena y el régimen militar 1973-1981*. Santiago: scp., 1981.
- BOENINGER, Edgardo. *Democracia en Chile. Lecciones para la Gobernabilidad*. Santiago: Andrés Bello, 1997.
- BRUNNER, José Joaquín. *La cultura autoritaria en Chile*. Samyoago: FLACSO, 1981.
- CAÑAS, Enrique. *Proceso Político en Chile 1973–1990*. Santiago: Andrés Bello, 1997.
- CAVALLO, Ascanio. SALAZAR, Manuel e SEPÚLVEDA, Oscar. *La historia oculta del régimen militar. Memoria de una época*. Santiago: Grijalbo, 1997.
- CHATEAU, Manuel Gárate. *La revolución capitalista de Chile*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2016.
- CIEPLAN. *Democracia en Chile. Doce Conferencias*, Santiago: 1986.
- CONTARDO, Óscar e GONZÁLEZ, Macarena García. *La era ochentera. Tv, pop y under em dictadura*. Santiago: Planeta, 2015.
- CONTRERAS, Manuel Spúlveda. et. ali. *¿Apagón cultural? El libro bajo dictadura*. Santiago: Editorial Asterión, 2017.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre. Comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV-FAPERJ, 2015.
- CORREA, Sofía. *Con las riendas del poder*. Santiago: Debolsillo, 2011.
- CRISTI, Renato e RUIZ, Carlos. *El pensamiento conservador en Chile*. Santiago: Editorial Universitaria, 2016.
- DRAKE, Paul e JAKSIC, Iván. *El modelo chileno. Democracia y desarrollo en los noventa*. Santiago: LOM, 2002.
- ELLUL, Jacques. *Propagandas. Uma análise estrutural*. Lisboa: Antígona, 2014.
- ERRÁZURIZ, Luis Hernán e QUIJADA; Gonzalo Leiva. *El golpe estético. Dictadura militar en Chile*. Santiago: Ocho Libros, 2012.
- ESCOBAR, Sergio Durán. *Ríe cuando todos estén tristes. El entretenimiento televisivo bajo la dictadura de Pinochet*. Santiago: LOM, 2012.
- FERNÁNDEZ, Sergio. *Mi lucha por la democracia*. Santiago: Los Andes, 1994.

- de transición y consolidación: el caso chileno. *Proposiciones*. n.25, p.20-33, 1984.
- FICO, Carlos.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Mobilizações sociais e ditadura: a influência das protestas na transição chilena (1973-1989)*. Tese de doutorado pela UNESP. Franca – São Paulo, 1997.
- FRENCH-DAVIES, Ricardo. Desarrollo económico y equidad en Chile: herencias y desafíos en el retorno a la democracia. *Colección Estudios*. Santiago: CIEPLAN, n.31, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Chile entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad*. Santiago: J.C. Sáez, 2014.
- \_\_\_\_\_; MUÑOZ, Oscar. Desarrollo económico, inestabilidad y desequilibrios políticos en Chile. *Colección Estudios*. Santiago, n.28, 1990.
- FUENTES, Claudio. *El fraude. Crónica sobre el plebiscito de la Constitución de 1980*. Santiago: Hueders, 2013.
- GARCÉS, Mario. Movimiento popular y Democratización: el caso chileno. *Revista Casa das Américas*. v.31, n.183, abr./jun. 1991.
- GAZMURI, Cristián e SAGREDO, Rafael. *Historia de la vida privada en Chile. El Chile contemporáneo de 1925 a nuestros días*. Santiago: Taurus, 2015.
- GEISSE, Francisco e GUMUCIO, Rafael. *Elecciones libres y plebiscito. El desafío democrático*. Santiago: Ediciones Chile y América, 1987.
- GONZÁLEZ, Carolina Garcia. “El peso de la memoria en los inicios de la transición a la democracia en Chile (1987-1988)”. in: *História*, n. 39, vol. 2. Santiago: julho-dezembro, 2006.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.
- HUNEEUS, Carlos. *El Régimen de Pinochet*. Santiago: Taurus, 2016.
- HINOJOSA, Isabel Jara. “Graficar una “segunda independencia”: el régimen militar chileno y las ilustraciones de la Editorial Nacional Gabriela Mistral (1973-1976)”. In. *Historia* n° 44, vol. I. Santiago: janeiro-junho de 2011. pp. 131-163.
- \_\_\_\_\_. “Editora Nacional Gabriela Mistral y clases sociales: indicio del neoliberalismo en la retórica de la dictadura chilena”. In. *Historia* n°48 vol. II. Santiago: julho-dezembro de 2015. pp. 505-535.
- JADRESIC, Esteban. Inflación y políticas de estabilización en Chile: las experiencias de los setenta y ochenta. *Apuntes*. CIEPLAN, n.79, 1989.

- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro pasado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-PUC Rio, 2006.
- LAGASNERIE, Geoffroy. *A última lição de Michel Foucault*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- LAGOS, Claudia (org.). *El Diario de Agustín. Cincuenta estudios de casos sobre El Mercurio y los derechos humanos (1973-1990)*. Santiago: LOM-Universidad de Chile, 2009.
- LAVÍN, J. *Chile: la revolución silenciosa*. Santiago: Zig-Zag, 1987.
- LECHNER, Norbert. *Los patios interiores de la democracia: subjetividad y política*. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *El sistema de partidos en Chile: una continuidad problemática*. Santiago: Flacso, DT 249, 1985.
- LOPEZ, Luis. La población. in: *La Derrota de las Armas*. Buenos Aires: Grupo Zeta SA, 1989.
- \_\_\_\_\_. Referencias. in: *La Derrota de las Armas*. Buenos Aires: Grupo Zeta SA, 1989.
- MARTINEZ, Javier. Cuatro falacias sobre la transformación chilena. *Proposiciones*, n.25, Santiago: SUR, 1994.
- MELLER, Patricio. *Un siglo de economía política chilena (1890-1990)*. Santiago: CIEPLAN, 1998.
- MENDOZA, Justo Tovar. “La negociación de la transición democrática en Chile (1983-1989)”. in: *Estudio de caso n° 42 para obtener el grado de maestría en gestión de políticas públicas de la Universidad de Chile*. Santiago: octubre 1999.
- MOULIAN, Tomás. *El Gobierno Militar: modernización y revolución*. Santiago: Flacso, DT 23, 1992.
- \_\_\_\_\_; DUJISIN, Isabel. *La reorganización de los partidos de derecha entre 1983-1988*. Santiago: Flacso, DT 388, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Chile Actual: anatomía de un mito*. Santiago: Arcis, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende (1938-1973)*. Santiago: LOM, 2006.
- MUNIZAGA, Gizele. *El discurso público de Pinochet*. Buenos Aires: CLACSO, 1983.
- MUÑOZ, Dalila. *Operaciones visuales de la Editora Nacional Gabriela Mistral: fotografías para legitimar. 1973-1976*. Santiago: Museo de la Memoria y de los Derechos Humanos, 2015.

- MUÑOZ, Oscar. *Los inesperados caminos de la modernización económica*. Santiago: Santiago, 1995.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social” in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992. P.202.
- QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG, Denise (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- QUIERO, Gonzalo Cáceres. “El claroscuro de la memoria colectiva en el Chile de los noventa: de la inducción al olvido a la primavera de los recuerdos”. in: *Centro de estudios Miguel Enríquez – Archivo Chile*. 2005. Disponível em: [http://www.archivochile.com/Ceme/recup\\_memoria/cemememo0015.pdf](http://www.archivochile.com/Ceme/recup_memoria/cemememo0015.pdf).
- RÉMOND, Réne. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- REIS, Fabio Wanderley. Para pensar transições. *Novos Estudos/CEBRAP*, n.30, jul./1991.
- ROSANVALLON, Pierre. “Por uma história conceitual do político”. in: *História*.n.15, p.27-39, 1996.
- SALAZAR, Gabriel. *Violencia política popular en las grandes alamedas: Santiago do Chile 1947-1987*. Santiago: SUR, 1990.
- \_\_\_\_\_. “Historiografía y dictadura en Chile (1973-1990): búsqueda, identidad y dispersión”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Instituto de Cooperación Ibero-Americana, n° 482-483, ago/set., 1990.
- \_\_\_\_\_. “Construcción de Estado en Chile: la historia reversa de la ilegitimidad”. *Proposiciones*, n.24, 1994.
- SAUVY, Albert. *A opinião pública*. São Paulo: Difusão europeia do Livro, 1966.
- SCULLY, T.R. *Los partidos de centro y la evolución política chilena*. Santiago: CIEPLAN, 1992.
- SMITH, W.C. Reestruturação neoliberal e cenários de consolidação democrática na América Latina. *Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v.36, n.2, 1993, p.p.209-231.
- SOMARRIVA, Eugenio Valenzuela (org.). *Repertorio de jurisprudência del Tribunal Constitucional – 11 de março de 1981 a 10 de março de 1989*. Santiago: Jurídica de Chile, 1989.
- SOTO, Álvaro. “La larga sombra del dictador”. *Stockholm Review of Latin American Studies*. n. 5, setembro de 2009. Disponível em: [www.lai.su.se](http://www.lai.su.se).

- SOTO, Angel. *El Mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal 1955-1970*. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario, 2003.
- TIRONI, Eugenio. *El liberalismo real*. Santiago: SUR, 1986.
- \_\_\_\_\_; MARTINEZ, Javier. “La estratificación social en Chile”. *Pensamiento Iberoamericano*, n.6, jul.set.1984.
- \_\_\_\_\_. *Los silencios de la revolución*. Santiago: Ed. Puerta Abierta, 1988.
- \_\_\_\_\_. *La invisible victoria*. Santiago: SUR, 1990.
- SUNKEL, Guillermo. *Razón y pasión en la prensa popular. Un estudio sobre cultura popular, cultura de masas y cultura política*. Santiago: El Buen Aire, 2016.
- UGARTE, Augusto Pinochet. *Principales discursos del Comandante en Jefe del Ejército*. Santiago: Geniart, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Transición y consolidación democrática: 1984-1989*. Santiago: CESP-Lord Cochrane, 1989.
- VALLEJOS, Julio Pinto e ZÁRATE, Verónica Valdívía Ortiz. *¿Chilenos todos? La construcción social de la nación (1810-1840)*. Santiago: LOM, 2009.
- VERGARA, Pilar. *Auge y caída del neoliberalismo en Chile*. Santiago: Flacso, 1986.
- \_\_\_\_\_. “La política y los programas hacia la extrema pobreza del gobierno militar chileno”. In. *Papers* nº35. Santiago: 1990. pp. 27-60.
- VIAL, Gonzalo. *Pinochet. La biografía*. Santiago: El Mercurio-Aguilar, 2002.
- WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- \_\_\_\_\_ “The Past is Present: History and Memory in Contemporary Chile”. in: *Historicizing the living past in Latin America, 2003*. Disponible em: [http://www.historizarelpasadovivo.cl/en\\_contenido\\_chile.html](http://www.historizarelpasadovivo.cl/en_contenido_chile.html).
- ZÁRATE, Verónica et al. *Su revolución contra nuestra revolución. Vol.II. La pugna marxista-gremialista en los ochenta*. Santiago: LOM, 2008.
- \_\_\_\_\_. “Estatismo y neoliberalismo: un contrapunto militar. Chile:1973-1979”. in: *Historia*. Santiago: vol.34, 2001.
- \_\_\_\_\_. *El golpe después del golpe. Leigh vs. Pinochet. Chile 1960-1970*. Santiago: 2003.
- \_\_\_\_\_. *Nacionales y gremialistas. El “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: LOM, 2008.
- \_\_\_\_\_. *La alcaldización de la política. Los municipios en la dictadura pinochetista*. Santiago: LOM, 2012.